

Organizadores:
Edmundo Gallo e
Vagner do Nascimento

O TERRITÓRIO PULSA

Territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções
para a promoção da saúde e do desenvolvimento
sustentável territorializados.

O TERRITÓRIO PULSA

Coordenação editorial:

Indira Alves França, Pedro Gontijo e Vinícius Carvalho

Revisão:

Jorge Moutinho

Programação visual:

Nilmon Filho

Fotos:

Eduardo Di Napoli

Catálogo na fonte

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Biblioteca de Saúde Pública

G172t

Gallo, Edmundo e (Org.)

O território pulsa: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados / organizado por Edmundo Gallo e Vagner do Nascimento. – Paraty, RJ : Fiocruz, 2019.

332 p. : il. color. ; mapas ; tab.

ISBN: 978-85-8110-072-2

1. Conservação dos Recursos Naturais. 2. Promoção da Saúde. 3. Planejamento Estratégico. 4. Cidade Saudável. 5. Saneamento. 6. Serviços de Saúde. 7. Administração Ambiental. 8. Qualidade de Vida. 9. Tomada de Decisões. I. Nascimento, Vagner do (Org.). II. Título.

CDD – 23.ed. – 333.72098153



OBSERVATÓRIO
DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E
SAUDÁVEIS DA BOCAINA



Ministério da Saúde

FIUCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS
AVENA • PARATI • UBAIARA



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Edmundo Gallo e Vagner do Nascimento
Organizadores

O TERRITÓRIO PULSA

**Territórios sustentáveis e saudáveis da
Bocaina: soluções para a promoção
da saúde e do desenvolvimento
sustentável territorializados**

1ª Edição

Paraty
Edição: Fiocruz
2019

SUMÁRIO

SEMENTES

Prefácio	9
O Fórum de Comunidades Tradicionais e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina	13

RAIZ

Introdução: Bocaina, FCT, Fiocruz e OTSS	25
Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina: Desafios para Agendas Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável	31
Avaliação em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Sustentável: proposta de abordagem e tecnologias de análise	44
Agenda 2030 na Bocaina: proposta de atuação do OTSS e do FCT	59

TRONCO

Governança Comunicativa, Gestão Estratégica e Avaliação Participativa	73
Planejamento Estratégico para Fortalecer o FCT	107
Gestão de Saberes: respeito, troca e ampliação entre diferentes tipos de conhecimento	119
Casa Livre: Comunidades Autônomas e Saberes Livres	123

FLORES E FRUTOS

PITTS – Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Fiocruz ~~~~~	131
Transição Tecnológica e Bem Viver: construindo tecnologias sociais ~~~~~	144
A Incubadora de Tecnologias Sociais (ITS) ~~~~~	149
Saneamento Ecológico: construindo sustentabilidade com a Comunidade Caiçara da Praia do Sono ~~~~~	172
Justiça Socioambiental: construindo caminhos para a permanência das comunidades da Bocaina em seus territórios tradicionais ~~~~~	198
Águas do Carapitanga: cultura e gestão hídrica ~~~~~	209
Mentes Abertas & Corações Pulsantes: diálogos para autonomia ~~~~~	223
Arranjos Institucionais para Formação e Aprimoramento nos Serviços de Saúde no Território ~~~~~	231
A Cartografia Social no Fortalecimento e na Qualificação do FCT ~~~	240
Núcleo Jovem do FCT: experiências de formação e organização ~~~	247
Educação Diferenciada ~~~~~	256

NOVAS SEMENTES

Aprendizados ~~~~~	289
Avaliação do OTSS pela Funasa ~~~~~	296
Avaliação do OTSS pela Fiocruz ~~~~~	302
Postfácio ~~~~~	305
Obrigado! <i>Ha'evete!</i> ~~~~~	309
Cooperação técnica e financeira ~~~~~	311
Lista de Autores ~~~~~	314
Referências ~~~~~	321





SEMENTES





PREFÁCIO

UM LIVRO ÁRVORE: DESAFIOS DA COPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E DA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS

Nísia Trindade Lima

*Doutora em Sociologia e Presidente da
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)*

Um livro árvore: esta é a melhor síntese para comunicar o significado dessa obra original, que reúne experiências e reflexões do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), localizado em municípios do litoral sul do Rio de Janeiro e litoral norte de São Paulo. A um só tempo fruto e semente, o trabalho de construção compartilhada entre o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e a Fundação Oswaldo Cruz ganha com esta publicação uma nova dimensão e poderá ser mais conhecido e analisado, além de inspirar novas iniciativas. Ao integrar as perspectivas do desenvolvimento sustentável e da promoção da saúde, o OTSS da Bocaina apresenta-se como uma das mais bem sucedidas experiências de articulação e coprodução de conhecimentos entre a academia e movimentos sociais. Sua divulgação, da forma cuidadosa como se verifica em *O Território Pulsa*, irá fortalecer uma visão mais integrada e intersetorial da Agenda

2030 e dos desafios para sua implementação em nível local.

Desde a Conferência para o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio 92, a Fiocruz vem ampliando a articulação entre as agendas do desenvolvimento sustentável e da promoção da saúde. Na verdade, mais que articular, trata-se de mostrar a indissociabilidade de seus objetivos e condições para sua efetivação, algo reiterado na Conferência Rio +20, realizada em 2012. De fato, os temas de saúde e desenvolvimento vêm conquistando mais espaço e relevância tanto na Fiocruz como em toda a área de saúde coletiva, tal como se expressa em outras instituições universitárias e de pesquisa e na Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Os desafios, entretanto, são inúmeros, especialmente pelos obstáculos resultantes de um modelo de desenvolvimento orientado pela busca de ganhos imediatos e que desconsidera o princípio orientador do desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que permite às atuais gerações atenderem às suas necessidades econômicas e sociais sem comprometer o futuro das novas gerações e do planeta.

Tal compreensão do desenvolvimento sustentável foi bem expressa no documento *Nosso Futuro Comum*, publicado pela ONU em 1987: “desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e compreendem simultaneamente o potencial presente e futuro para alcançar as necessidades e aspirações humanas”. Mesmo antes desse relatório, o debate esteve presente de forma intensa e com aguçada perspectiva crítica no pensamento brasileiro tal como demonstram, entre outras, as obras de Celso Furtado sobre o mito do desenvolvimento e a palestra de Josué de Castro na Conferência de Estocolmo em 1973.

Para o primeiro autor, o conceito de desenvolvimento implicaria o uso racional dos recursos, em contraponto à exploração dos mesmos em busca de ganhos imediatos. O desenvolvimento não poderia também

estar apartado da busca por equidade. Segundo Furtado, “o crescimento tal como o conhecemos se baseia na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social prioriza a melhora real das condições de vida da maioria da população, o crescimento se transforma em desenvolvimento. Esta metamorfose não ocorre espontaneamente. É o resultado de um projeto, expressão de uma vontade política.”

Na perspectiva de Josué de Castro, não seria possível abordar o desenvolvimento sem atacar as razões para a pobreza e a desigualdade entre os países e em cada nação em particular. Esta foi a posição que o médico brasileiro levou a Estocolmo e que pode ser bem resumida na frase: “No mundo metade da população tem fome e a outra metade tem medo dos que têm fome.” Já naquele momento a pobreza extrema era apontada como principal obstáculo para o desenvolvimento sustentável, argumento que permanece atual na Agenda 2030.

É a partir dessa rica tradição e de sua atualização frente aos desafios contemporâneos que a Fiocruz deliberou pelo desenvolvimento de uma estratégia institucional para o desenvolvimento da Agenda 2030. Nela ganharam relevo o papel da Ciência, Tecnologia e Inovação e a concepção dos territórios sustentáveis e saudáveis. No VIII Congresso Interno da Fiocruz, principal instância deliberativa da Instituição, aprovou-se a Tese de número 6 que define o seguinte compromisso: a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é o mais abrangente documento internacional do período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamentos de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, justiça social e construção de alianças para a realização desse ideal. Constitui-se, portanto, importante marco de referência.

A agenda dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis traz uma contribuição crucial para as políticas institucionais, à medida em que põe em evidência o *locus* de efetivação das políticas e a necessidade da partici-

pação social não apenas em sua implementação, mas desde o processo de concepção e definição de prioridades. Se a raiz do OTSS pode ser vista na história que associa a saúde coletiva com uma concepção de desenvolvimento pautada pela sustentabilidade, seu tronco - aquilo que permite o crescimento e a formação da árvore e lhe dá sustentação - é o território. Conforme apontam os autores deste livro, nele se articulam três dimensões: a inserção da economia local em um modo de desenvolvimento sustentável; a garantia dos direitos à cidadania que assegurem um padrão mínimo de equidade e qualidade de vida; e a instituição de mecanismos de governança e gestão participativa do território.

Além de compartilhar uma rica experiência do OTSS na Bocaina, o livro traz uma contribuição inovadora para o monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao apresentar uma matriz de variáveis e indicadores que permitem a avaliação de iniciativas e políticas em territórios específicos. A consistência dessa matriz ao lado da riqueza das experiências reunidas no Observatório, que agora podem ser melhor conhecidas com esta obra, levaram a inclusão do OTSS entre as iniciativas finalistas do Prêmio ODS Brasil, lançado pelo Governo Federal em 2018. Compartilhar essa experiência é uma importante contribuição que amplia o alcance do que vem sendo feito na Bocaina. À riqueza do texto se soma a força expressiva de imagens que, não obstante o enquadramento necessário a qualquer registro fotográfico, nos revelam, ao menos em parte, o quanto pulsa o território em questão. Para senti-lo ainda mais fica o convite para a visita e, principalmente, para a imaginação e a construção coletiva de outros possíveis territórios pulsantes.

O FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E O OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA

Vagner do Nascimento

Coordenador do FCT e Coordenador Geral do OTSS

O Início do FCT e sua Relação com o Território

O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) é um movimento organizado das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras do território de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Iniciamos esse movimento organizado em 2007, nos diálogos e encontros que fazíamos em lugares importantes, como conselhos e reuniões que tratavam de assuntos diversos ligados à defesa do território. Assim como em diversos lugares do Brasil, as comunidades desse território são colocadas à margem do processo de tomada de decisão, muitas vezes individualmente, outras vezes como grupo. A ocupação desses espaços é, portanto, uma luta para fazer valer os direitos ao território, uma luta contra uma visão atrasada e preconceituosa que se tem desses grupos. Por isso, nos juntamos em torno do objetivo desse movimento: fortalecer nossa luta, a nossa permanência aqui no território.

Essa mobilização foi importante no sentido de olharmos para as mesmas questões e dificuldades, para dentro da realidade do cotidiano desses grupos. E enxergamos juntos várias ausências de políticas públicas, ausências que nos afetam diretamente em diversas áreas. Alguns avanços que obtivemos durante essa nossa resistência no território foram a partir de muita luta, tanto para conquistar algumas questões ligadas diretamente à área do direito dos povos tradicionais e do reconhecimento desses grupos quanto para mostrar sua riqueza e seu modo de vida como patrimônio do Brasil.

Com um movimento social, lutamos organizadamente pelos nossos direitos e também trazemos à tona esses temas que são disputados nessa região, no dia a dia, por interesses de diferentes grupos que atuam na política ambiental, na especulação imobiliária, nos grandes empreendimentos (como exploração de petróleo e energia, rodovias e turismo predatório, entre outros). Tudo isso vem transformando a relação do território e afetando o cotidiano de nossas comunidades, pois causa grande impacto ambiental e social para nossa região.

Aproximação da Fiocruz com o FCT e a Criação do OTSS

O FCT, como organização comunitária e de movimento social, preocupou-se desde o início, acho que acertadamente, em buscar articulação em rede das comunidades, fortalecer a luta como movimento social, ir para os espaços onde conseguimos fazer diálogos, buscando fortalecimento e permanência dessas comunidades no território. Essas ações foram muito importantes e têm que continuar. Num determinado momento dessa construção, verificamos que tínhamos de trabalhar a organização do movimento, com planejamento estratégico, para visualizar resultados e olhar um pouco para o futuro. Precisávamos nos organizar

para termos resultados mais concretos, seja no âmbito de propostas de projetos para a região, seja também para termos uma visão de futuro, para vermos onde pretendemos chegar estrategicamente.

Nesse momento, conhecemos a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de alguns pesquisadores, principalmente Edmundo Gallo, que procurou o FCT para pensar planejamento estratégico e parcerias. Essa cooperação institucional foi muito importante, já dura aproximadamente uns sete anos e contribuiu para construirmos um planejamento e termos uma visão de futuro para aprofundar as ações do FCT no território. Isso foi fundamental para chegarmos ao entendimento de fazermos uma parceria mais estratégica, orientada para uma ação mais focada na área do desenvolvimento sustentável, o que resultou na construção do Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).



A aproximação com a Fiocruz foi tranquila, embora com alguns desafios, muito em razão das diferenças que temos. Somos do movimento social de comunidades tradicionais, que tem seus princípios e formas de se organizar, de se autoidentificar e lutar por seus direitos. A Fiocruz é uma instituição pública, que trabalha focada na saúde e na pesquisa científica. Então temos diferenças, e nosso desafio é trabalhar essas diferenças e avançar naquilo que nos une, que é a busca de soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável territorial, de modo a possibilitar a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios. Fizemos isso com sabedoria, e o desafio continua.

A Fiocruz é uma instituição científica de saúde que tem processos democráticos, os quais admiramos, e uma visão de que os processos científicos não são neutros. Ela traz com clareza essa forma de fazer ciência crítica focada nas ciências sociais, que dialoga com diferentes atores e movimentos sociais. O FCT se identificou com essa forma de fazer ciência e discutir saúde e território, pois considera extremamente importante abrir tais canais de diálogo como organização social. Então, além de alguns desafios, identifica-se com o que representa essa instituição no país.

O chamado território da Bocaina – litoral sul do estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis e Paraty) e um pedaço do litoral norte do estado de São Paulo (Ubatuba) – tem relações históricas e culturais que integram. Então é um privilégio e um desafio pensar um projeto em um território com tantas riquezas e interesses distintos; e olhar a partir da visão das comunidades tradicionais e de seus parceiros, buscando construir um tipo de projeto em que acreditamos, focado no desenvolvimento sustentável, pautado na ecologia de saberes. Esse projeto une saber científico, saber dessas populações, das pessoas e lideranças, dos mais velhos, dos mestres, dos caciques, dos griôs, dos pajés, dos mestres caiçaras. Tudo isso é uma riqueza, um conhecimento que se

equipara com o saber acadêmico. A junção desses conhecimentos pode contribuir muito para o bem viver desse território. É isso que nós pensamos como projeto, como busca para um território que é rico, lindo, maravilhoso, que tem cultura e valores que precisam ser respeitados e garantidos como está na legislação do Brasil.

A chegada da Fiocruz ocorreu em 2009, num projeto de pesquisa focado na área do saneamento ecológico. Inicialmente, definimos que seria nas comunidades caiçaras do Sono e do Pouso da Cajaíba. Depois, focamos as ações para dentro da comunidade do Sono. Naquele momento da construção, percebemos a possibilidade de ampliar essa discussão com a Fundação para apoiar o planejamento estratégico do Fórum. Em 2013, fizemos o planejamento com apoio da Fiocruz; trabalhamos com foco nas ações mais importantes do Fórum. De lá para cá, construímos a parceria que resultou no OTSS, que é uma parceria entre o FCT e a Fiocruz, com apoio financeiro e institucional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O OTSS é um projeto de pesquisa-ação com foco na defesa do território, por meio de ações nas áreas de saneamento ecológico, turismo de base comunitária, agroecologia e educação diferenciada.

Saúde e Desenvolvimento Sustentável no Território

A saúde é um debate muito amplo, principalmente quando se considera a questão do saber tradicional, dos valores das comunidades tradicionais, das relações étnico-culturais e religiosas, o que não foge do tema saúde para nós. Atualmente, as comunidades tradicionais vêm perdendo autonomia em relação a diferentes práticas de saúde, como o parto nas comunidades, os usos das plantas medicinais e até suas manifestações culturais religiosas, que remetem a questões de saúde e bem-estar. Esse modo de saúde convencional que vivenciamos hoje no sistema vem sen-

do naturalizado. Por exemplo: quando vamos ao hospital para fazer uma consulta, somos remetidos a uma farmácia. Assim, os saberes tradicionais relacionados à saúde vão se perdendo cada vez mais.

Com a Fiocruz, tivemos a oportunidade de entender melhor o Sistema Único de Saúde (SUS), que é muito importante, e chegamos nesse diálogo ao que mais nos interessa: a promoção da saúde; pensar um território sustentável e saudável. Isso para nós é muito animador. Olhamos para um território tão bacana, rico, e entendemos que não podemos perder coisas importantes como a água, a conservação dos manguezais e da floresta, pois isso está relacionado com a nossa saúde. Não podemos perder de vista que lutamos pela saúde quando lutamos pelo território. Conversando com o cacique Agostinho, da Aldeia Araponga, um grande mestre, ele diz que a questão da saúde passa pelo território; sem ele não se tem saúde, não se tem vida. Agrada-nos muito todo esse diálogo do OTSS de pensar um território sustentável



e saudável olhando para a questão da saúde como um grande desafio. Quando se fala de saúde para a sociedade, a grande maioria remete a hospital, a doenças. Trazer essa visão mais ampla de saúde para dentro do projeto é muito enriquecedor. E, lógico, esse tema está ligado ao desenvolvimento sustentável, que hoje é uma fala comum, mas praticar isso no dia a dia acaba sendo um desafio.

Para o FCT e o OTSS, está muito claro que atuar num território com grandes perspectivas de transformação nos remete a ter cuidado e compromisso. Acreditamos que a floresta e esse bioma, nesse pedacinho vivo de Mata Atlântica, foram preservados pelas comunidades tradicionais que sempre viveram aqui, com as águas limpas, produzindo alimentos saudáveis. Essa é a prática das comunidades tradicionais. E poder medir isso no contexto da Agenda 2030, pela lógica de agir local e refletir global, nos interessa muito, é no que acreditamos como grupo, como população tradicional, para que possamos ter, no futuro, um mundo melhor. Para nós, as grandes notícias que se tem sobre o processo global de desenvolvimento e que falam em modelos de sustentabilidade são retrocessos. Acreditamos nesse modo vivenciado pelas comunidades, o modo de integração e respeito à natureza.

Desafios do FCT com o OTSS Constituído

Depois da inauguração do OTSS, vieram vários momentos e vários desafios. Primeiramente, a ação do FCT com o OTSS é uma ação que traz a prática de planejamento, de pensar a gestão, de pensar no tempo, na programação das agendas, em coisas mais ligadas à qualificação das pessoas que estão no movimento. É um desafio porque nós não vimos dessa prática, dessa linha de planejar, organizar, monitorar, avaliar processos. Isso nos traz conhecimentos, habilidades e avanços na qualificação do

movimento. É muito importante. Ao mesmo tempo, dividimos o tempo com a prática do cotidiano da gente nas comunidades, na própria condução desse processo mais político de organização do movimento social, o que é bem desafiador. Estamos sempre avaliando esses processos de transformação das atividades e temos que ficar olhando para essas coisas com certa crítica, para não nos perdermos como ator social, como movimento social, que é nossa raiz de fundação.

Por outro lado, o OTSS é um projeto de pesquisa que desenvolve ações práticas muito importantes na área das tecnologias sociais (saneamento ecológico, agroecologia, turismo de base comunitária, educação diferenciada), o que está muito ligado às demandas do território. Esse é outro nível de desafio: fazer intervenção no território, pois demanda planejamento, envolvimento com esses projetos, diálogo permanente com as lideranças, com as comunidades, mobilização de agendas, discussão. E nós sabemos que não podemos fazer como já fizeram no passado, de chegar uma turma na comunidade, fazer uma ação, deixar tudo lá e ir embora, sem empoderar a comunidade em relação àquela ação. Não podemos errar nesse sentido, até porque é uma construção conjunta com a comunidade, temos essa responsabilidade, o que requer muito trabalho de mobilização, informação, diálogo, e formação. E nós estamos no meio de tudo isso, mobilizando diferentes atores. Por exemplo: quando fazemos uma ação de saneamento, dialogamos com as unidades de conservação (que são várias), os órgãos de fiscalização, a escola, a comunidade, a Prefeitura, enfim, com vários atores.

Apesar de toda essa responsabilidade, acho que temos avançado bastante. Fizemos várias ações em diversas comunidades, dialogando e construindo juntos. Este livro mostra o resultado dessas ações, e a construção dele também é um processo rico e importante, que envolve várias pessoas, técnicos, pesquisadores, comunitários, lideranças. É um grande desafio para todos.

Perspectivas para o Movimento Social e para o OTSS

A nossa história como movimento social é sempre uma história de resistência, luta, crítica, embate, em busca de qualidade de vida e de um processo melhor de conquistas dessas comunidades. Estamos saindo de um cenário com alguns avanços na última década, o que foi muito importante para o movimento das comunidades tradicionais no território. Hoje, estamos vivendo um cenário de perda dessas conquistas, desses avanços sociais no país, mas não podemos perder a esperança de ter dias melhores. Precisamos entender esse contexto e fortalecer a luta.

O OTSS contribuiu muito para esse processo de diálogo em alguns espaços políticos, não só de tratar do conflito acirrado em si como também de buscar perspectivas e caminhos para solução do conflito, seja o diálogo com as unidades de conservação, seja com os poderes políticos locais, trazendo esse debate para uma perspectiva de futuro, de modo a amenizar esses retrocessos que estamos vivendo no momento atual.

Então temos buscado construir o projeto com a nossa identidade, dentro da nossa realidade, e assim esperamos atravessar esse momento de retrocesso. É nesses momentos difíceis que precisamos procurar novos caminhos, novas propostas, novas perspectivas. E precisamos de mais sabedoria a cada dia, para avançarmos e ter dias melhores para o território, para as comunidades tradicionais, para essa região. Estamos numa região que tem se tornado violenta, um local difícil para se criar filhos e encontrar boas perspectivas. Com nossa união, nossa luta, buscamos uma região que prospere um pouco mais e continue lutando por dias melhores. Temos certeza de que nosso projeto se torna muito importante para atravessar esse momento de crise, de golpe, de retrocesso político que o país está vivendo.





MCG
VAZEIIRA CASA GRANDE

RAIZ



INTRODUÇÃO:

BOCAINA, FCT, FIOCRUZ E OTSS

Este livro tem como objetivo compartilhar com os atores que trabalham na área de promoção da saúde e desenvolvimento sustentável, especialmente do Sistema Único de Saúde (SUS), os saberes, os processos de aprendizagem e as formas de atuação construídos com base na experiência do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), registrada sistematicamente desde 2009. A diversidade das linguagens desta publicação, que inicialmente poderia ser avaliada como uma fragilidade da obra, torna-se assim sua principal fortaleza. Os conteúdos significativos que são a matéria deste livro-árvore foram efetivamente produzidos a partir de uma aventura radical pela experimentação da ecologia de saberes, da pedagogia da autonomia e da governança comunicativo-estratégica. Logo, esses conteúdos, para serem expressos, demandam igualmente uma ecologia de subjetividades e de linguagens, igualmente diversas e mutuamente respeitosas de suas diferenças e similaridades.

Bocaina, Território em Disputa

No território de atuação do OTSS, vivem e resistem mais de cem comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, ameaçadas pela especulação imobiliária, por grandes projetos de construção, megaem-

preendimentos energéticos e empreendimentos turísticos predatórios. O território, que chamamos de Bocaina, estende-se por três municípios: Angra dos Reis e Paraty, no estado do Rio de Janeiro, e Ubatuba, no estado de São Paulo.

Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT)

O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) é um movimento organizado de comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras do território que abrange esses três municípios. Tal movimento organizado teve início em 2007, por meio de diálogos e encontros entre lideranças dessas comunidades em espaços como conselhos e reuniões que tratavam de assuntos diversos ligados à defesa do território. O FCT surgiu então de um consenso entre essas comunidades, as quais reconheceram que estavam sendo colocadas à margem do processo de tomada de decisão e que era importante ocupar esses espaços, lutando para fazer valer os direitos ao território. Uma luta contra uma visão preconceituosa que se tem desses grupos étnicos. Por isso, caiçaras, indígenas e quilombolas se juntaram em torno do objetivo desse movimento: fortalecer a luta pela permanência no território.

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania. Estes são os conceitos que pautam a atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. A história da Fundação

Oswaldo Cruz começou em 25 de maio de 1900, com a criação do Instituto Soroterápico Federal, na bucólica Fazenda de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. Inaugurada originalmente para fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica, a instituição experimentou, desde então, uma intensa trajetória, que se confunde com o próprio desenvolvimento da saúde pública no país.

OTSS Bocaina

Durante a criação do OTSS, a união entre Fiocruz e FCT conquistou mais uma parceira fundamental: a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Desde o início do OTSS, a Funasa foi a instituição que mais apoiou financeiramente as atividades do Observatório, além de contribuir com apoio institucional permanente. Representantes da Funasa também participaram frequentemente de processos de planejamento e tomadas de decisões estratégicas.

Fruto da parceria entre Fiocruz, Funasa e FCT, o OTSS é um espaço tecnopolítico para o desenvolvimento de soluções:

- territorializadas;
- articuladas a outras escalas – regional, estadual, nacional e global;
- baseadas na ecologia de saberes;
- que têm potencial para se tornarem estratégias regionais e alternativas de políticas públicas, visando à garantia dos direitos das comunidades tradicionais, especialmente os direitos relacionados ao território, à cultura, às atividades tradicionais, à saúde e à qualidade de vida.

A equipe do OTSS desenvolve ações e projetos nas comunidades tradicionais da Bocaina, com foco em:

- fortalecimento e qualificação do FCT;

- defesa do território mediante assessoria jurídica, mobilizações e articulações institucionais estratégicas;
- produção de uma base de informações e dados georreferenciados sobre o território, incluindo metodologias participativas como a cartografia social;
- saneamento ecológico;
- educação diferenciada;
- incubadora de tecnologias sociais;
- agroecologia;
- turismo de base comunitária;
- avaliação e monitoramento territorializado dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas;
- articulação de redes de solidariedade internacionais para cooperação com a África, a partir da Rede Ibero-Americana de Territórios Sustentáveis e Saudáveis.

Para implementar essa Agenda, são necessárias estratégias estruturantes e mecanismos de governança intersetorial e participativa baseados no diálogo e intercomunicabilidade entre distintos saberes e no monitoramento e avaliação.

A governança para o desenvolvimento sustentável pode ser entendida como uma série de acordos entre atores estratégicos, em um processo multissetorial que determine um ponto de inflexão na curva de degradação dos ecossistemas, por meio do fortalecimento e da mobilização desses atores. Assume a prática deliberativa e o desenvolvimento como processo de ampliação das liberdades e das capacidades individuais e coletivas, ou seja, deve ser estruturada e operar para promover autonomia e equidade.

A equipe do OTSS é composta por pesquisadores acadêmicos e comunitários na busca por protagonismos equivalentes. A Coordenação Geral

é exercida conjuntamente pelo coordenador do FCT e por um pesquisador titular da Fiocruz.

Compartilhar essa experiência e seus conteúdos é importante pois aponta caminhos teóricos, metodológicos e práticos para que profissionais, gestores e movimentos sociais atuem promovendo potentes enfrentamentos diante das vulnerabilidades identificadas em seus territórios relacionadas aos determinantes sociais da saúde e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isto, associado à articulação em redes e às políticas públicas locais, regionais e nacionais, permitirá ainda maior replicação das soluções desenvolvidas em conjunto pela Fiocruz e FCT. Trata-se, portanto, de uma publicação significativa principalmente para aqueles que trabalham nos campos da promoção da saúde, da saúde e ambiente e do desenvolvimento sustentável territorializado.

É importante reforçar que o público esperado deste livro é focado nos profissionais de saúde, mas não se restringe a eles, pois compreende-se que a superação de vulnerabilidades identificadas entre os determinantes sociais da saúde demanda uma ação integrada dos profissionais do SUS com outros atores sociais estratégicos e solidários, como gestores e movimentos sociais atuantes na promoção da saúde em determinado território, e demanda atuação em espaços dentro e fora dos serviços de saúde.



TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA: DESAFIOS PARA AGENDAS TERRITORIALIZADAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS

Os impactos sociais, econômicos e ambientais do modo de produção e consumo atual vêm ameaçando a vida no planeta e destacando a importância de se incorporar o desenvolvimento sustentável como conceito-chave em distintos campos de conhecimento e ação. Por sua vez, a expansão do modelo de Estado neoliberal reduziu sistemas de proteção social, o que redundou em uma deterioração da qualidade de vida e no aprofundamento das iniquidades (ONU, 2012b); Belinky, 2012; Pietricovsky, 2012; The Lancet, 2012; Gallo *et al.*, 2012).

Na primeira metade da década de 2010, a retomada de mecanismos de regulação econômica e proteção social pelos países, a mobilização social e a agenda dos organismos internacionais, entre outros fatores, resultaram na proposição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda de Desenvolvimento pós-2015, agora Agenda 2030. Emergem, complementarmente, experiências locais territorializadas de desenvolvimento sustentável e saúde (Gallo *et al.*, 2012; ONU, 2012a; Gallo & Setti, 2014a).

Essas agendas e experiências buscam responder ao desafio teórico-prá-

tico de dar respostas concretas à constituição de territórios sustentáveis e saudáveis, apoiando a promoção da inclusão social e do desenvolvimento humano sustentável. Em comum, têm os objetivos de promover o acesso à cidadania, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida; a governança intersetorial e participativa como modo de gestão e o território como elemento contextualizador de sua implantação.

Adicionalmente, estratégias de atores e redes que assumem perspectivas contra-hegemônicas afirmam a necessidade de que sejam estabelecidos diálogos e convergências entre temas como agroecologia, saúde e justiça socioambiental, economia solidária, segurança e soberania alimentar e igualdade de gênero, tendo o território como elemento central dessas estratégias, e o diálogo e intercomunicabilidade entre distintos saberes com base na participação social como pedagogia da produção de hierarquias de prioridades e ações emancipatórias.

Nesse processo há interesses conflituosos, e dele pode resultar tanto o agiornamento do capitalismo e a manutenção do modo de produção e consumo atual quanto a disseminação de racionalidades alternativas.

Portanto, a articulação de diferentes atores e redes sociais que compartilham da mesma visão de mundo é crucial para um projeto contra-hegemônico de construção de uma agenda de desenvolvimento e de um novo modo de produção e organização social, mais cooperativo e solidário, capaz de promover a justiça socioambiental (Ebi, 2009; Gallo *et al.*, 2012).

Tal articulação ainda quando se constata a reemergência de atores e governos conservadores que explicitam posturas liberais em relação ao papel do Estado, agressivas em relação ao ambiente e fóbicas no que se refere a minorias, imigrantes e mulheres, entre outros, ameaçando os pilares do desenvolvimento sustentável e os compromissos assumidos na Agenda 2030 e em outros acordos globais.

Esse macrocontexto torna ainda mais relevantes as experiências locais e os coletivos produtores de vida que operam territorialmente

abordagens cooperativas e solidárias de implementação dessa Agenda, implantando estratégias estruturantes e desenvolvendo mecanismos de governança e gestão estratégica.

A governança está centrada na relação de poder e responsabilização entre instituições de governo e cidadãos, nas regras e normas que determinam quem detém poder e como são tomadas as decisões (Grindle, 2004). Assim, a governança ambiental pode ser entendida como uma série de acordos entre atores estatais e não estatais, em um processo multissetorial que determine um ponto de inflexão na curva de degradação dos ecossistemas, por meio do fortalecimento e da mobilização dos atores estratégicos (Cadman, 2012; Setti *et al.*, 2015).

A governança para o desenvolvimento sustentável prevê o compromisso e o envolvimento do poder público, de forma a garantir que o processo deliberativo considere os resultados da discussão, da auscultação pública e das aspirações dos cidadãos para além dos mandatos executivos e do cumprimento dos compromissos legais ou oficiais (Schmidt & Guerra, 2010; Setti *et al.*, 2015).

O processo participativo valoriza o pluralismo e promove a autonomia das pessoas, que fazem suas opções livres de constrangimentos e em condições de respeito e igualdade. Nesse sentido, a governança para o desenvolvimento sustentável assume a prática deliberativa, na perspectiva do que é justo, e o desenvolvimento como processo de ampliação das liberdades e das capacidades individuais e coletivas, ou seja: deve ser estruturada e operar para promover autonomia, equidade e justiça socioambiental (Gallo & Setti, 2012; Setti *et al.*, 2015).

Além da participação social, outra importante dimensão da governança é a gestão estratégica: planejamento, monitoramento e avaliação da efetividade de estratégias de promoção de territórios sustentáveis e saudáveis. Com efeito, ao se analisarem os 17 ODS e suas 169 metas, fica patente a ampliação de seu escopo em relação aos Objetivos de Desen-

volvimento do Milênio. Associados, efetivamente cobrem as três dimensões do desenvolvimento sustentável, destacam as questões estruturais a serem enfrentadas e abrem a possibilidade de avanços na constituição de arranjos político-institucionais sustentáveis.

Porém, essa complexidade demanda o desenvolvimento de abordagens e tecnologias de planejamento e avaliação de sua viabilidade, factibilidade e replicabilidade, necessárias para retroalimentar processos políticos e de gestão voltados para a consecução da Agenda 2030 (ONU, 2012a; Belinky, 2012; Pietricovsky, 2012; The Lancet, 2012; Gallo & Setti, 2014a).

Finalmente, a articulação em redes, desde as horizontais e locais até as multiescalares e globais, tem-se mostrado condição fundamental para governança, ampliando a sustentabilidade e a governabilidade das experiências, assim como permitindo a qualificação, a replicação e a ampliação do alcance das soluções encontradas, pela troca de experiência entre territórios e pela sua incorporação às políticas públicas.

Desenvolvimento Sustentável e Promoção da Saúde

O grau de inserção ou de exclusão social pode ser entendido como determinante tanto do processo saúde-doença quanto da sustentabilidade ambiental e tem impacto significativo sobre a equidade social. Portanto, as estratégias de construção de territórios sustentáveis e saudáveis pressupõem conexões entre meio ambiente e saúde, conseqüentemente entre desenvolvimento sustentável e promoção da saúde (Setti & Gallo, 2009).

Porém, quando o território no qual essas políticas são implementadas é caracterizado por sua vulnerabilidade (econômica, ambiental, cultural ou social), suas especificidades agregam complexidade às abordagens de gestão local e tornam ainda mais relevante o vínculo entre desenvolvimento sustentável e promoção da saúde.

Para que tais políticas tenham efetividade prática, para que não sejam apenas representações do real, esse vínculo necessita ser trabalhado a partir do real mesmo, dos territórios e das práticas que o constituem e transformam permanentemente (Santos, 2003; Gallo, Freitas & Reis, 2006; Gallo, 2009; Freire, 1996). É o território e a territorialidade que permitirão, a partir do diálogo entre saberes e práticas exercidas sobre eles, a reconstituição das categorias sustentável e saudável.

Algumas agendas territorializadas têm buscado trabalhar essas questões. A Agenda 21 pretendeu ser instrumento de planejamento e governança local promotora do desenvolvimento sustentável a partir do envolvimento dos atores e, especialmente, das comunidades locais. A Agenda Cidades-Comunidades-Municípios Saudáveis concebeu a saúde como qualidade de vida e para sua operacionalização também advoga mecanismos de governança intersetoriais e participação popular, com a perspectiva de promover a equidade.

Entretanto, do ponto de vista concreto, essas experiências apresentaram limitações em sua capacidade holística, predominando o olhar setorial, especialmente na saúde.

Território, Sustentabilidade e Saúde

Tanto as propostas de políticas, programas e projetos quanto a literatura especializada destacam o território como categoria central. Com efeito, toda investigação ou formulação parte de um território vivo, de uma territorialidade, entendida como o conjunto de valores e de práticas referidos a determinado espaço e em determinado tempo e que caracterizam a sua produção social, que se dá a partir de/sobre uma realidade particular em que os vetores da racionalidade dominante entram em embate com a emergência de outras formas de vida, o que exige projetos e ações que sejam capazes

de compreender e – conseqüentemente – transformar as práticas sociais referidas a territórios, produzindo autonomia individual e coletiva (Santos, 2003; Gallo, Freitas & Reis, 2006; Gallo, 2009; Freire, 1996).

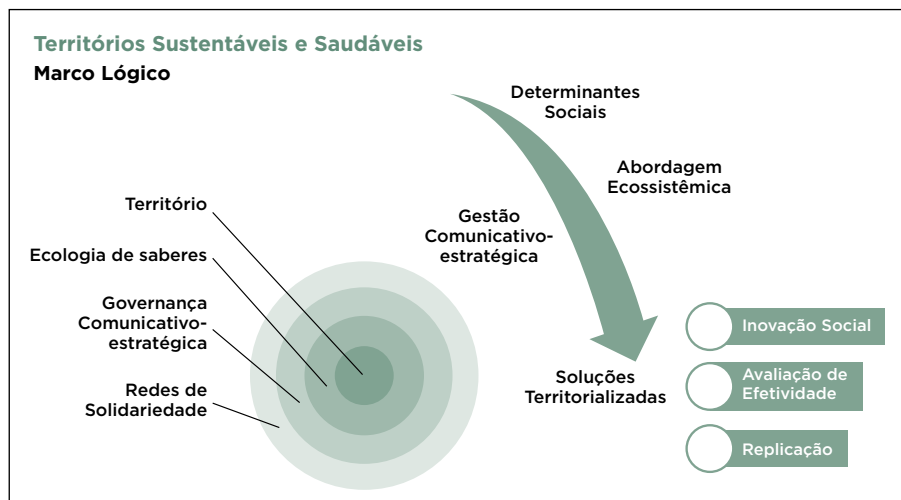
Várias abordagens procuram atender a essa perspectiva, de conceber o conhecimento e sua produção como intervenção no real. Santos (2003: 57) destaca que “a credibilidade da construção cognitiva mede-se pelo tipo de intervenção no mundo que proporciona, ajuda ou impede”. Freire (1996: 98) afirma que “como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo (que) implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto seu desmascaramento”.

Ora, não existe “intervenção no mundo” isolada de um determinado contexto, determinado espaço e tempo, determinados sujeitos. Portanto, a possibilidade teórico-prática do sustentável e do saudável só existe referida aos territórios e territorialidades específicas.

Porém, além disso, a definição mesmo do que é sustentável e saudável também só é possível em situação a partir do diálogo horizontal entre sujeitos, suas experiências e interesses, da ecologia de saberes (Santos, 2006). Esta abordagem valoriza a potencialidade que tal encontro de conhecimentos tem para a produção de soluções efetivas.

Na experiência do OTSS, utilizou-se a perspectiva da determinação social da vida e da saúde, os princípios da ecologia de saberes, da pedagogia da autonomia e da governança participativa. Também utilizaram-se elementos conceituais e metodológicos da abordagem ecossistêmica associada à abordagem comunicativa do planejamento estratégico-situacional para indicar questões epistêmicas fundamentais para a implantação de agendas territorializadas que procurem apoiar “a incorporação de territórios excluídos à cidadania, porém buscando evitar sua captura pela racionalidade dominante, estimulando a transformação do modo de produção para uma economia e uma sociedade mais solidária e equânime” (Gallo & Setti, 2012: 1434).

Os pressupostos e objetivos da abordagem adotada são promover a equidade, a autonomia e a sustentabilidade visando à justiça socioambiental¹ e tendo como modo de governança e gestão um processo local comunicativo-estratégico (Figura 1).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Territórios Sustentáveis

É possível afirmar que a incorporação da ideia de sustentabilidade – ou do adjetivo sustentável – ao desenvolvimento representou efetivamente a afirmação de um novo paradigma e princípio estruturante. Porém, isso não permite dizer que haja consenso teórico sobre o desenvolvimento sustentável, menos ainda sobre sua efetividade prática (Feola &

¹ Adota-se aqui o conceito da Rede Brasileira de Justiça Ambiental: o “tratamento justo e (o) envolvimento pleno de todos os grupos sociais, independente de sua origem ou renda nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios” (RBJA, 2011).

Bazzani, 2002; Setti & Gallo, 2009; Opas, 2009; Franco Netto, 2009; Drexhage & Murphy, 2010).

Ainda que a literatura aponte para a inviabilidade da vida no planeta, se houver a continuidade do modelo hegemônico de produção, este continua a reproduzir-se e a exponenciar suas consequências. Por outro lado, experiências de organização econômica e social mais solidárias e eficientes se ampliam, gerando aprendizados e alternativas – o que não significa que as estratégias propostas para um modo de produção e consumo sustentável, em especial as oriundas das instituições tradicionais, escapem da lógica hegemônica do conhecimento científico ocidental, conformando-se muitas vezes como conservadoras, ou “abissais” (Franco Netto, 2009; Drexhage & Murphy, 2010; Dagnino, 2004; Santos, 2007; UNEP, 2011; UNCTAD, 2011).

No OTSS, compartilha-se a noção do desenvolvimento sustentável como “development which meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”² e

uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, reproduzido pelas nações em desenvolvimento, que ressalta a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes, o uso racional dos recursos naturais e a capacidade de suporte dos ecossistemas (Setti & Gallo, 2009: 411).

O conceito de territórios sustentáveis, portanto, mais que apontar para uma situação-objetivo, precisa se pautar pelo empoderamento e

² Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de atender às suas próprias (CMMAD, 1987; tradução dos autores).

produção de autonomia, equidade e sustentabilidade, buscando construir cartografias epistemológicas contra-hegemônicas derivadas do cotidiano reinventado criticamente (Gallo, 2009b).

Territórios sustentáveis, portanto, significam sua apropriação crítica pelos sujeitos a partir da ecologia de saberes e por meio de uma pedagogia da autonomia, resultando em governança local comunicativa e solidária, produção sustentável e políticas efetivas de cidadania (Santos, 2006; Freire, 1996; Gallo, 2009b).

Territórios Saudáveis

Similarmente ao desenvolvimento sustentável, o conceito de promoção da saúde também se consolidou e buscou materializar-se em agendas locais. Definida como o processo que possibilita às pessoas e coletivos aumentar seu controle sobre os determinantes sociais da saúde e por meio disto melhorá-la, a promoção da saúde é concebida como um processo social e político, que inclui ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades e habilidades dos indivíduos, mas também às mudanças das condições sociais, ambientais e econômicas para minimizar seu impacto na saúde individual e pública (WHO, 1996).

A Agenda Cidades/Comunidades Saudáveis buscou dar materialidade ao conceito e significou um avanço em relação ao paradigma médico-hospitalar e da saúde pública, na medida em que incorporou a determinação social da saúde, abrindo possibilidades para a intersetorialidade, a transdisciplinaridade e o exercício da ecologia de saberes (Opas/OMS, 2005; CNDSS, 2008).

Entretanto, as mesmas questões apontadas anteriormente em relação ao desenvolvimento sustentável são válidas para a promoção da saúde: a captura teórico-prática pela racionalidade científico-institucional hegemô-

nica, que aqui se expressa nas soluções neoconservadoras representadas pelas abordagens epidemiológicas clínicas, proposições comportamentalistas e mecanismos de gestão instrumentais que continuam a estruturar uma cartografia “abissal”. Tal como anteriormente, é chave a produção de autonomia, buscando conhecer, subverter e denunciar as práticas alienantes do cotidiano (Freire, 1996; Gallo, 2009b; Santos, 2007).

Territórios saudáveis são, nesse sentido, os “modos de andar a vida”, que se constroem na relação com o outro, promovendo a capacidade dos indivíduos e coletividades de tomar decisões sobre a saúde, as relações sociais e sobre sua vida em três dimensões: clínica, sanitária e ético-moral.

Agendas, Territórios e Sujeitos: apontamentos para reflexão

Como dito anteriormente, as respostas aos desafios produzidos pela convergência de agendas de saúde, meio ambiente e desenvolvimento vêm sendo buscadas por experiências que procuram adotar abordagens promotoras de justiça socioambiental, equidade, autonomia e sustentabilidade a partir da governança local comunicativo-estratégica. Aplicadas a uma situação concreta, a um território vivo e referido às territorialidades nele construídas, procurando compreender as práticas que o reconstroem permanentemente e interferir sobre elas, tais abordagens produzem e implementam Agendas locais, territorializadas. Estas, entretanto, como expressão da hierarquia de saberes que estabelecem, são elas mesmas produto da interação social que desenvolvem, que pode ser capturada pela racionalidade dominante ou expressar “uma capacidade nova de inquirição e indignação capaz de fundamentar teorias e práticas novas, umas e outras inconformistas, desestabilizadoras e mesmo rebeldes” (Santos, 2007: 63).

Para permitirem tais possibilidades emancipatórias, as Agendas devem construir um pacto territorial em torno de três dimensões: a inserção da economia local em um modo de desenvolvimento sustentável; a garantia dos direitos à cidadania, que assegurem um padrão mínimo de equidade e qualidade de vida; e a instituição de mecanismos de governança e gestão participativa e estratégica do território.

A governança tem a potência de estabelecer vínculos entre teoria e território pelo seu caráter operacional, instrumental-comunicativo. Permite o desenvolvimento das condições de possibilidade de atualização de um projeto de emancipação por meio da inovação, embasada no estímulo ao desenvolvimento de sujeitos/gestores autônomos e críticos. Projetos emancipatórios, inovação e autonomia são decorrentes do exercício da ecologia de saberes, dos pactos e soluções produzidos por ações comunicativo-estratégicas (Gallo, 2009a, 2009b).

A Agenda Territórios Sustentáveis e Saudáveis tem necessariamente que problematizar as distintas dimensões da determinação social da vida e da saúde e intervir sobre elas, articulando diferentes escalas e integrando-se às agendas de economia solidária, gestão e uso do território, agroecologia, segurança alimentar, educação emancipatória, resgate e atualização cultural, entre outras, tornando-se assim potencialmente promotora de equidade e sustentabilidade. Seus focos de ação devem ser intersetoriais, e suas estratégias devem dar “preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção” (Santos, 2007: 60).

Manter a coerência e efetividade da Agenda em relação aos pressupostos e objetivos esperados é outro desafio para essa abordagem, o que requer sua avaliação permanente em três dimensões: formulação, processo e resultado. A avaliação aqui é parte do processo de empoderamento comunitário, do desenvolvimento de competências e de redire-

cionamento do projeto (Akerman *et al.*, 2002; Bodstein, 2009).

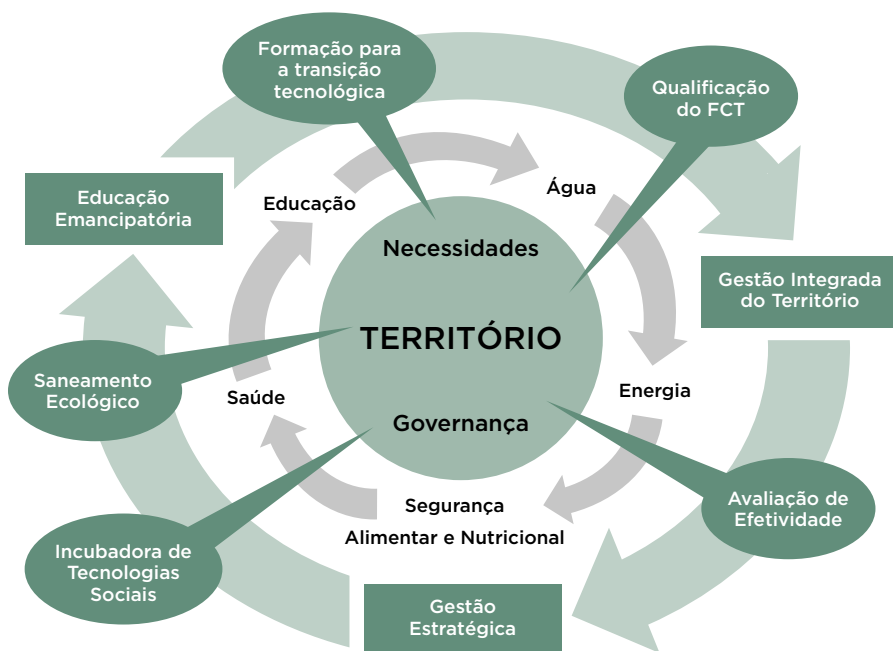
As abordagens ecossistêmica e comunicativa do planejamento estratégico-situacional, aplicadas a um território concreto com base na ecologia de saberes, têm potencial para direcionar de modo teórico e prático a implantação de territórios sustentáveis e saudáveis, permitindo a pactuação de um projeto emancipatório e ampliando a governança local e a efetividade das ações (Feola & Bazzani, 2002; Minayo, 2002; Lebel, 2003; Waltner-Toews, 2004; Gallo, 2009a; Gallo & Setti, 2012).

Finalmente, cabe destacar que a Agenda precisa atender à demanda concreta e imediata do território, expressa pelos sujeitos. É comum o descrédito da população em relação a projetos, decorrentes da interrupção de iniciativas anteriores semelhantes. Tais insucessos, em geral, estão vinculados a conceitos e práticas que, mesmo pretendendo-se transformadoras, acabam por adotar a postura colonizadora do pensamento moderno convencional, propondo e produzindo hierarquias universalistas que não dialogam, não compreendem e não transformam o território e suas práticas.

Isto não implica desconsiderar objetivos de maior alcance e de mais longo prazo. Ao contrário, para ser capaz de produzir autonomia, equidade e sustentabilidade, a Agenda precisa trabalhar com diferentes escalas e diferentes temporalidades, desenhando intervenções desde proximais até distais nos determinantes sociais, articulando atores sociais de distintos espaços e vinculando a reconfiguração cartográfica local a uma epistemologia crítica, diversa e inquieta, em que justiça cognitiva e socioambiental caminhem lado a lado.

A história que este livro conta é a história de como o OTSS enfrentou esses desafios políticos e epistêmicos, seus sucessos e insucessos; de como essa experiência individual e coletiva foi construída pelas mentes abertas e corações pulsantes dos sujeitos que sonharam e lutaram pelo Bem Viver.

Figura 2 - Diagrama teórico-metodológico para territórios sustentáveis e saudáveis



Fonte: Elaborado pelo autor

AVALIAÇÃO EM PROMOÇÃO DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PROPOSTA DE ABORDAGEM E TECNOLOGIAS DE ANÁLISE³

Andréia Faraoni Freitas Setti

Doutora em Saúde Pública, Pesquisadora do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro e do CEPEDOC Cidades Saudáveis da USP

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador-Geral do OTSS

No território da Bocaina, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais e com o apoio de outras instituições, desenvolve desde 2009 estratégias visando ao desenvolvimento de tecnologias e à obtenção de soluções concretas para promover a equidade, a autonomia de seus povos e a sustentabilidade no território. As ações partiram de necessidades identificadas (tendo por referencial teórico a ecologia de saberes) e da articulação e avaliação das agendas sociais territorializadas. Para o processo avaliativo, foi desenvolvida uma abordagem de avaliação de efetividade, apresentada a seguir.

³ Este capítulo apresenta parte dos resultados dos projetos: 1- *Territórios Sustentáveis, Promoção da Equidade e da Saúde em Comunidades Tradicionais do Mosaico Bocaina*; 2- *Territórios Sustentáveis e Saudáveis: implantação de sistema de tratamento de esgoto na Comunidade Caiçara da Praia do Sono, localizada em Paraty, Rio de Janeiro*, financiados pelo Edital 2/2012 da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); e 3- *Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina*, financiado pelo Termo de Cooperação entre Funasa e Fundação Oswaldo Cruz – TC n. 75/2013.

Metodologia

Utilizou-se a abordagem ecossistêmica (Freitas, 2005; Opas, 2009; Gallo & Setti, 2012) associada à comunicativa do planejamento estratégico-situacional (Matus, 1993; Gallo, 2009a) para facilitar a pactuação permanente entre os diversos atores envolvidos, criar oportunidades de diálogo, participação, aprendizagem e articulação em rede, objetivando soluções promotoras de autonomia e justiça socioambiental.

As diferentes etapas da pesquisa consistiram em: pesquisa bibliográfica, análise documental, oficinas e seminário de validação multicêntrica do referencial teórico e metodológico, de modo a propiciar espaços de conversação por meio de método e instrumentos facilitadores da construção coletiva das tecnologias, privilegiando técnicas de registro e visualização coletivas e produção de consenso.

A primeira etapa partiu do alinhamento das categorias teórico-práticas constitutivas do desenvolvimento sustentável e da promoção da saúde e da sua decomposição, resultando em uma ferramenta de avaliação, a Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde.

A abordagem e a ferramenta foram validadas e aperfeiçoadas em duas oficinas de desenvolvimento metodológico: a primeira realizada no Ministério da Saúde, em Brasília, nos dias 27 e 28 de março de 2013, com a participação de pesquisadores da Fiocruz e do Núcleo de Saúde Pública da Universidade Federal de Pernambuco (NUSP/UFPE), representantes do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde, e representante do Ministério do Meio Ambiente. A segunda foi realizada de 3 a 9 de junho de 2013 na comunidade da Praia do Sono, em Paraty, com a participação dos pesquisadores da Fiocruz, líderes comunitários e pesquisadores convidados do NUSP/UFPE.

Os resultados foram sistematizados e testou-se a aplicabilidade da ferramenta na avaliação de efetividade do OTSS. Em seguida, realizou-se um seminário final de validação multicêntrica do referencial teórico e metodológico, de 21 a 25 de outubro de 2014, em Paraty, com a participação de professores do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta, Portugal; do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra, Portugal; da Universidade do Chile; e do Fórum de Comunidades Tradicionais. Seus resultados foram triangulados e sistematizados e são apresentados a seguir.

Integração Teórico-Conceitual e Tecnologias de Avaliação de Consistência, Coerência e Efetividade de Estratégias de Territórios Sustentáveis e Saudáveis

A Agenda Territórios Sustentáveis e Saudáveis busca responder ao desafio teórico-prático de dar respostas concretas à constituição de modos de produção e consumo solidários e sustentáveis, apoiando a inclusão social e o desenvolvimento humano, a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida. Tem a governança participativa, intersetorial e baseada na ecologia de saberes como modo de gestão e o território como elemento contextualizador de sua implantação (Santos, 2007; Gallo & Setti, 2014a). Estratégias como essa se aplicam a situações sociais, por sua natureza complexas, demandando abordagens que triangulem métodos, desenvolvam análises situacional e estratégica, desenhem ações de caráter multissetorial para transformação social e incorporem a avaliação participativa como ação permanente e retroalimentadora da ação (Potvin & Richard, 2001; De Salazar, 2009; Salinas, 2012; Westphal, 2014).

Foram integradas as abordagens ecossistêmica, da determinação so-

cial da saúde e do planejamento estratégico comunicativo (Matus, 1993; Corvalán, Kjellström & Smith, 1999; CNDSS, 2008; ONU, 2012a; Gallo & Setti, 2012) como referencial,

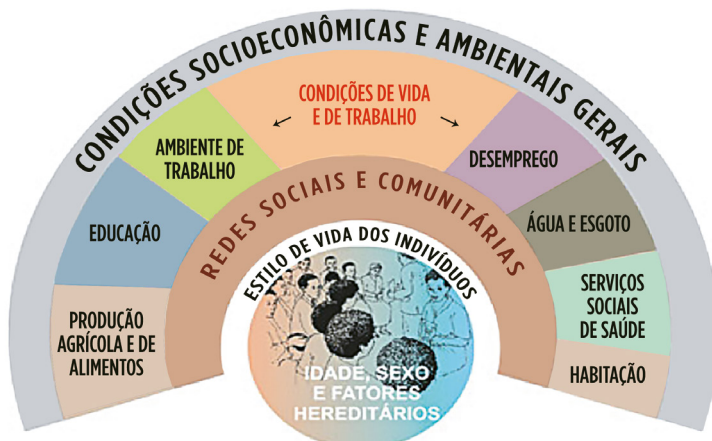
pois pressupõem a participação social na gestão das políticas, particularmente da comunidade local, a partir da análise situacional e estratégica, produzindo e utilizando informações diversas que possibilitem demonstrar as interfaces entre bens e serviços dos vários ecossistemas. Também buscam estabelecer mecanismos de governança que abranjam as políticas ambientais, sociais e econômicas e que resultem em propostas de gestão integrada, a partir da formulação e efetividade de programas, políticas e projetos (Gallo & Setti, 2012: 1436).

Para operacionalizar as categorias compreensivas dessas abordagens em dimensões, parâmetros, índices e indicadores, fez-se um percurso metodológico do abstrato ao concreto que, ao final, resultou em tecnologias de avaliação de estratégias de desenvolvimento sustentável, especialmente ferramentas de análise de consistência e coerência de sua formulação e implantação e de análise de evidências de efetividade.

Inicialmente, realizou-se o alinhamento conceitual entre os espaços de produção social do Planejamento Estratégico-Situacional (PES), as camadas de Determinantes Sociais da Saúde (DSS) e os níveis da Matriz de Forças Motrizes (MFM). A finalidade desse alinhamento foi integrar as abordagens para verificar sua coerência e testar seu potencial explicativo conjunto, utilizando a determinação social como elemento estruturante do projeto, o PES como mediador da ação territorializada (Matus, 1993) e a MFM como ferramenta de operacionalização de indicadores (Corvalán, Kjellström & Smith, 1999).

Segundo a teoria da determinação social (CNDSS, 2008), as camadas são classificadas em distais, intermediárias e proximais (Figura 1).

Figura 1 - Esferas de determinação social da saúde



Fonte: CNDSS (2008).

A teoria da produção social, proposta por Matus (1993), demonstra que a realidade é socialmente definida, instituindo um conjunto de regras e valores que caracterizam um campo de possibilidades. As acumulações representam a capacidade de transformação da realidade, produzindo fluxos, e são determinadas pelas relações de poder entre interesses conflitantes e pelas competências adquiridas (Figura 2).

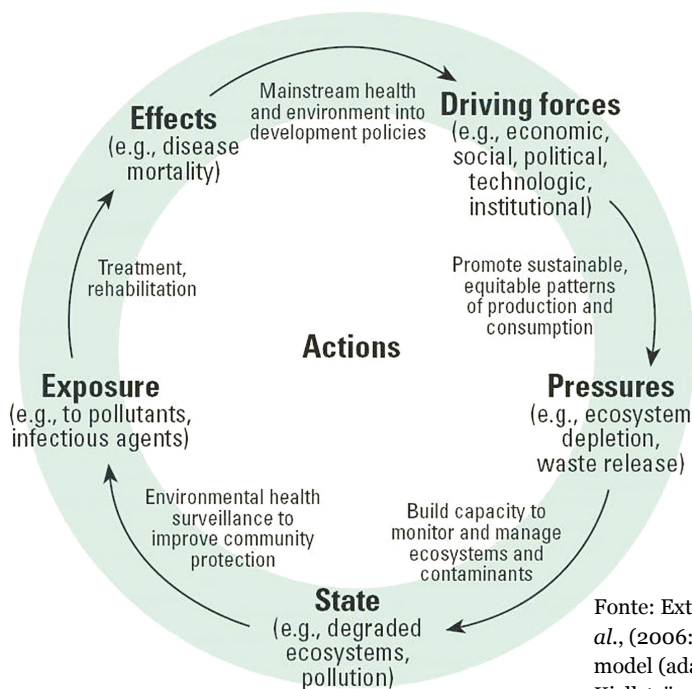
Figura 2 - PES: espaços de produção social



Fonte: Elaborado pelos autores.

A abordagem de forças motrizes, proposta por Corvalan, Kjellström e Smith (1999), destaca a rede causal, demonstrando a conexão entre os níveis mais imediatos (exposição e efeitos), os intermediários (estado do meio ambiente) e os estruturais (forças motrizes, pressões), considerando a relação dinâmica do processo econômico e social e seus impactos sobre a saúde humana e o ambiente (Figura 3).

Figura 3 - Matriz de forças motrizes



Fonte: Extraído de Carneiro *et al.*, (2006: 1407) – The DPSEEA model (adaptado de Corvalan, Kjellström e Smith, 2000).

Esses referenciais alinham-se conceitualmente por historicizar os contextos sociais, explicitar as contradições de interesses e os mecanismos de dominação, assim como por propor alternativas emancipatórias. A relação e o alinhamento conceitual das abordagens podem ser verificados na Matriz de Alinhamento Conceitual (Quadro 1) e revelam a coerência entre elas, possibilitando sua utilização em conjunto na análise dos achados.

Quadro 1 – Matriz de alinhamento conceitual das abordagens Ecosistêmica, Determinação Social da Saúde e Planejamento Estratégico Comunicativo

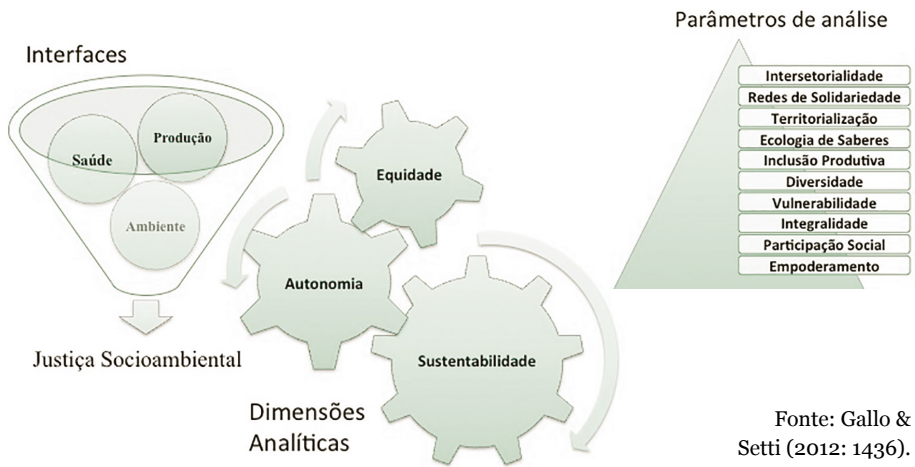
ABORDAGENS: ECOSSISTÊMICA, DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMUNICATIVO						
Abordagem	Camadas de atuação/Espaços de produção social/Níveis de forças motrizes					
DSS	Distais	Intermediários			Proximais	
PES	Regras	Acumulações			Fluxos	
Matriz de Forças Motrizes	Forças Motrizes	Pressões	Estado	Situação	Exposição	Efeitos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde

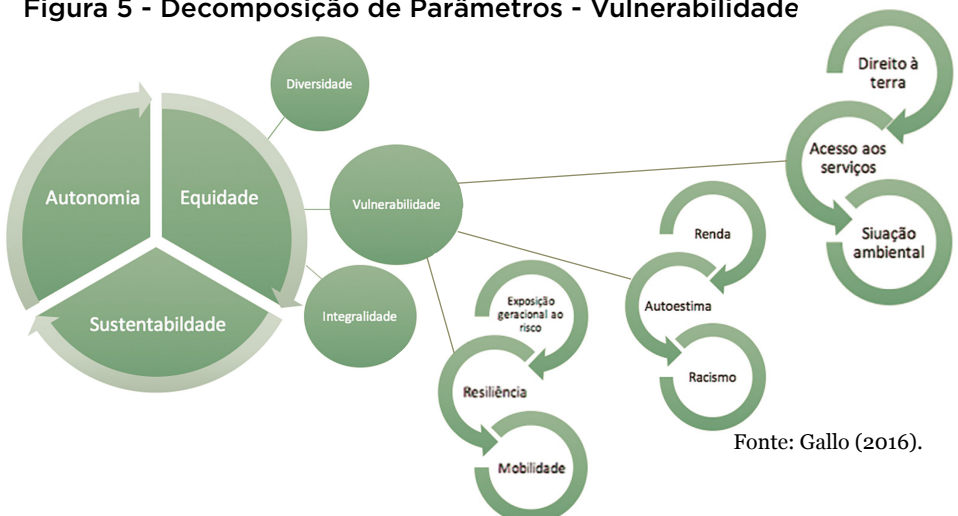
Ao se prosseguir no percurso cognitivo, do abstrato (essência) ao concreto (experiência), foram analisados e decompostos os princípios e categorias da abordagem adotada, até a definição de um conjunto de categorias analíticas que permitisse avaliar as evidências de efetividade da ação sobre a interseção entre desenvolvimento, saúde e ambiente em um território concreto. Inicialmente, decompôs-se o marco teórico inicial em elementos-chave, que constituem dimensões estruturantes do projeto: promover a equidade, a autonomia e a sustentabilidade visando à justiça socioambiental (Figura 4).

Figura 4 - Abordagem teórico-conceitual



Por sua vez, as dimensões foram decompostas em parâmetros de análise de consistência e coerência de estratégias em sua formulação e implantação e de produção de evidências de efetividade, consolidados na Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde. Esta ferramenta foi apresentada, debatida e aprimorada em duas oficinas de validação e em um seminário, tendo sido considerada teoricamente consistente e com potencial analítico.

Figura 5 - Decomposição de Parâmetros - Vulnerabilidade



Para realizar a análise, em um primeiro momento os achados atribuíveis em alguma medida ao OTSS, preliminarmente identificados na sistematização da observação participante como potenciais evidências de efetividade, foram distribuídos pelas três dimensões analíticas e relacionados a um ou mais parâmetros (primeira análise). Em um segundo momento, foram analisados considerando-se o seu grau de aderência à hierarquia de prioridades (necessidades priorizadas do território), aos focos de ação prioritários e ao modo de governança pactuados nas oficinas. Aqueles considerados aderentes foram objeto do terceiro momento, que avaliou a contribuição e o possível impacto das evidências de efetividade sobre a mudança situacional do território, analisando-os segundo seu gradiente de aderência e distribuição, mediante três filtros: as dimensões analíticas da Matriz de Avaliação de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde (segunda análise); as dimensões dos DSS, PES e MFM; os três pilares do desenvolvimento sustentável – social, econômico e ambiental. Os resultados são apresentados no Quadro 2, Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde aplicada ao OTSS, 2013.

Em outros momentos, buscou-se avaliar a efetividade do OTSS em mitigar, adaptar ou prevenir os efeitos das mudanças climáticas e analisar o processo de governança em desenvolvimento sustentável aplicado ao território (Setti *et al.*, 2016). Nesses momentos, outras variáveis foram identificadas na análise dos dados coletados pela observação participante, em entrevistas informais, grupo focal e oficinas de desenvolvimento metodológico e validação multicêntrica, e consolidadas na Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde (Quadro 3).

Quadro 2 – Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável aplicada ao Projeto Bocaina

Dimensões	Sustentabilidade				Equidade			Autonomia		
	Intersectorialidade	Redes de Solidariedade	Territorialização	Ecologia de saberes	Tecnologia Social	Diversidade	Vulnerabilidade	Integralidade	Empoderamento	Participação Social
Parâmetros - Categorias	Definição de focos de ação intersetoriais, integradores dos pilares do desenvolvimento sustentável e com impacto sobre todos os níveis de determinação social da saúde	Envolvimento de cinco redes: 1- Rede Iberoamericana de Territórios Sustentáveis, Desenvolvimento e Saúde;	Focos de ação e hierarquia de prioridades definidos a partir das necessidades coletivamente identificadas	Tomada coletiva de decisões estratégicas	Incorporação de práticas desenvolvidas no território (banheiro seco, zona de raízes)	Envolvimento de segmentos étnicos distintos - quilombolas, indígenas e caiçaras	Foco em populações excluídas com indicadores socio-econômicos críticos	Envolvimento de atores de distintas inserções (governamentais, sociais e acadêmicos)	Apoio à gestão estratégica do FCT por meio das oficinas de planejamento estratégico, avaliação e monitoramento	Participação do FCT na tomada de decisão estratégica do PB
Evidências	2- Diálogos e convergências em agroecologia, economia solidária, saúde e justiça socioambiental, segurança alimentar e nutricional e feminismos;	3- Iniciativas e Redes de Territórios Sustentáveis e Saudáveis; 4- Rede de Promoção da Saúde e Desenvolvimento Sustentável da ABRASCO;	Modo de governança estabelecida com o FCT e outros atores	Definição da Agenda de necessidades e dos focos de ação	Desenvolvimento de mecanismos de apoio aos projetos do FCT, como a Incubadora de Tecnologias Sociais	Protagonismo feminino	Território constituído por áreas de proteção ambiental, alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau (Hotspot)	Articulação de distintas escalas (internacional, federal, estadual, regional, municipal e comunitária)	Formação de lideranças (implantação da estratégia do Ver SUS)	Participação comunitária na definição das soluções (Utilização de tecnologias sociais na despoluição do Rio da Barra, Praia do Sono)
	5- Núcleo de Integração Regional para o Desenvolvimento Sustentável e Solidário	Integração à agenda do turismo sustentável de base comunitária	Flexibilidade cognitivo-operacional do projeto para o acolhimento das demandas	Valorização da cultura e conhecimentos tradicionais como base da análise e das soluções propostas	Articulação do Fórum Regional de Economia Solidária		Grandes empreendimentos (Usinas nucleares, extração de petróleo da camada pré-sal)	Aborda áreas diversas (meio ambiente, saúde, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, educação, cultura e saneamento)	Ampliação do conhecimento sobre seu território e sobre as políticas públicas, em especial o Sistema Único de Saúde	Participação das comunidades nos espaços colegiados de gestão do território (Conselho Consultivo do Mosaico Bocaina, Câmara Técnica de Comunidades Tradicionais)
		Centralidade da educação emancipatória					Especulação imobiliária, turismo intenso, pouco planejado e marcadamente predatório		Protagonismo dos representantes do FCT e das comunidades, alguns como pesquisadores sociais	Espaços colegiados de gestão do território: Fórum Regional de Economia Solidária, Agenda 21

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde

Dimensões Analíticas	Parâmetros Avaliativos	Índices/Variáveis
Equidade	Diversidade	Representatividade das Etnias
		Representatividade Geracional
		Equidade de Gênero
		Representatividade de Sexo
		Valorização da Cultura das diversas etnias
		Conservação da Biodiversidade
	Vulnerabilidade	Melhoria e distribuição de Renda
		Exposição Geracional ao Risco
		Direito à terra
		Preservação ambiental
		Mitigação e Adaptação ao risco ambiental
		Promoção e adesão aos programas sobre Doenças negligenciadas
		Mobilidade comunitária
		Acesso aos serviços
		Racismo
		Autoestima
	Integralidade	Integralidade geracional
		Garantia de acolhimento nos diversos serviços

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Dimensões Analíticas	Parâmetros Avaliativos	Índices/Variáveis
Equidade	Integralidade	Garantia dos direitos humanos
		Estabelecimento de vínculo com o território e entre atores/Pertencimento
Sustentabilidade	Ecologia de saberes	Espaços coletivos de gestão
		Bem-estar
		Mecanismos de produção do conhecimento
		Valorização do conhecimento popular/tradicional/nativo
	Territorialização	Necessidades do território
		Hierarquia de prioridades
		Gestão compartilhada, cogestão
	Intersetorialidade	Convergência de Agendas
		Integração interescalar
		Concepção/Perspectiva holística
	Integralidade	Força de trabalho local
		Implantação de políticas públicas
		Materiais locais
		Tecnologia Social
		Mapeamentos de recursos Marinhos
		Reservas Naturais da água ou outros recursos
Capital natural		
Biodiversidade		

continua na página seguinte

continuação da página anterior

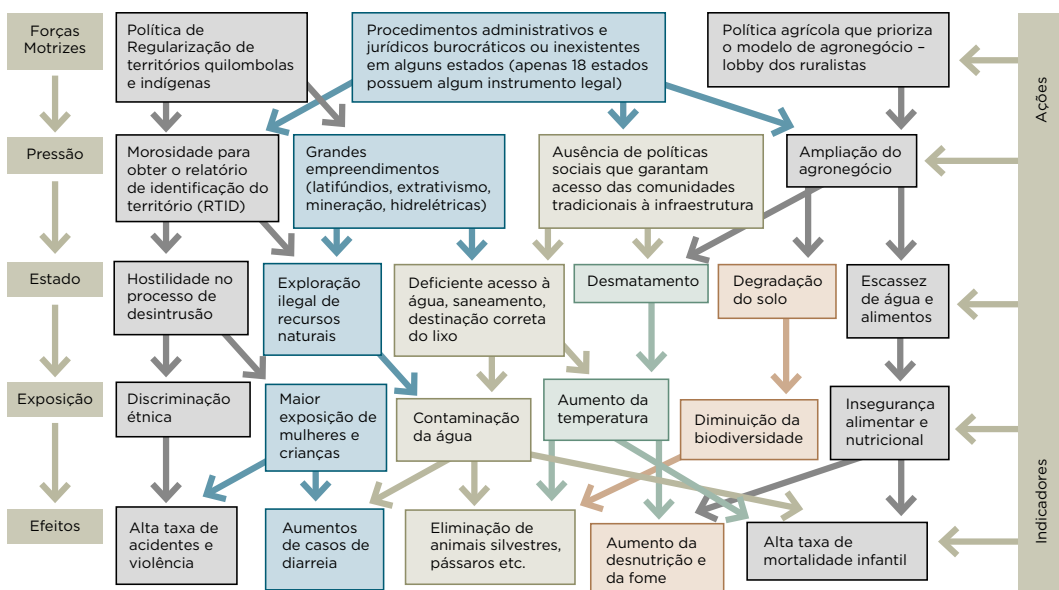
Dimensões Analíticas	Parâmetros Avaliativos	Índices/Variáveis
Equidade	Redes de Solidariedade	Cooperação tecnocientífica
		Gestão horizontal
		Articulação em Redes
		Capital Social e Redes
Autonomia	Participação Social	Capacidade de intervenção
		Poder de decisão
		Intensidade de representatividade/Adesão
		Intensidade de participação
	Empoderamento	Capacidade de formulação
		Coordenação de Redes
		Capacidade de articulação em rede
		Transparência, Ética, Comunicação
		Resiliência
		Capacidade de identificar e articular parceiros
		Capacidade de inovação
		Protagonismo do movimento social
		Fortalecimento das comunidades
		Suporte de capital social/Estruturas de participação
Educação emancipatória/problematizadora		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse procedimento analítico permitiu a identificação de evidências e a avaliação do grau de efetividade da implantação da agenda territorializada do OTSS. Também foi possível identificar os nós críticos relacionados ao território-objetivo e tecnoprocessá-los, realimentando a gestão do projeto.

Tais resultados associados demonstram a aplicabilidade e potência analítica da abordagem e das tecnologias desenvolvidas. Por sua vez, o resultado dessa análise, materializado nas evidências, foi tecnoprocessado pela Matriz de Forças Motrizes, permitindo ainda maior aproximação ao concreto, por meio da definição de índices e indicadores, que dão seguimento à decomposição de cada elemento-chave conceitual em elementos mais simples até um nível operativo que permita a avaliação ou classificação dos elementos decompostos. Estes, analisados associadamente, subsidiam a avaliação de efetividade e retroalimentam a gestão. Para exemplificar a aplicação desse tecnoprocessamento à Matriz de Forças Motrizes, foi desenvolvida uma análise dos fatores relacionados ao processo de regularização fundiária, por tratar-se de ação estratégica prioritária no território (Figura 6).

Figura 6 - Fatores relacionados ao processo de regularização fundiária



Fonte: Elaborado pelos autores.

A avaliação de estratégias de promoção de territórios sustentáveis e saudáveis é um mecanismo demonstrativo. As tecnologias empregadas conseguiram integrar distintas abordagens que têm em comum a historicização dos processos sociais, a utilização do território como categoria central e a articulação de distintas escalas, horizontalidades e verticalidades, a partir de redes de solidariedade e da ecologia de saberes.

A abordagem e as tecnologias aplicadas apontaram evidências de efetividade de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde no nível dos parâmetros e indicaram a possibilidade de aprofundamento de análises particulares de cada uma das dimensões e parâmetros, o que inclui o desenvolvimento de índices e indicadores, realimentando o processo de gestão das agendas territorializadas. Também permitiram a análise das evidências segundo seu gradiente de aderência e sua distribuição sob os filtros: as dimensões analíticas da Matriz de Avaliação de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde; as dimensões dos DSS, PES e MFM; os três pilares do desenvolvimento sustentável – social, econômico e ambiental.

A abordagem e as tecnologias apresentadas fornecem subsídios para a tomada de decisão e para formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos que promovam territórios sustentáveis e saudáveis, assim como podem vir a se constituir em ferramenta de apoio ao monitoramento e avaliação dos ODS.

As abordagens e tecnologias descritas neste capítulo orientaram todo o processo de produção deste livro. As análises a seguir são tecidas com base nas dimensões analíticas e nos parâmetros avaliativos apresentados na matriz citada. A multiplicidade e a diversidade de autores e de linguagens – nesse esforço de sistematizar a experiência do OTSS – também expressam ainda mais fortemente parâmetros como ecologia de saberes, empoderamento, diversidade e redes de solidariedade.

AGENDA 2030 NA BOCAINA: PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO OTSS E DO FCT

Mauro de Lima Gomes

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/ UERJ), Servidor da Fiocruz e Coordenador de Articulação Política e Institucional do OTSS

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador-Geral do OTSS

Guilherme Franco Netto

Médico, MPH, Ph.D. em Epidemiologia Ambiental, Pós Doutor em Saúde Coletiva, Especialista em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz

A Agenda 2030 é um plano de ações pactuado entre os diferentes países na Rio+20, renovando o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as atuais e futuras gerações.

A fim de orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foram estabelecidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que contemplam 169 metas, resultando em um conjunto de indicadores que serão monitorados até o ano de 2030. As metas e os indicadores devem estar relacionados a cada realidade trabalhada.

Os elementos centrais da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável permeiam o debate das comunidades tradicionais na luta pela defesa de seus territórios. A visão estratégica do Fórum de Comunidades Tradicionais da Bocaina é uma manifestação dessa relação. Tal visão estratégica aponta que o FCT é um espaço de fortalecimento e articulação

das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras para a defesa do seu território e da sua identidade cultural. Promove soluções tecnológicas e políticas voltadas à educação diferenciada, cultura, pesca, agricultura familiar, agroecologia, economia solidária e ao turismo de base comunitária, entre outros.

A inter-relação de saúde, ambiente e desenvolvimento constitui-se em importante eixo de atuação da Fundação Oswaldo Cruz na busca de soluções para atuar sobre os complexos desafios da saúde pública brasileira. As reflexões da Fiocruz em torno da Agenda 2030 têm possibilitado a indução de diversas iniciativas, sendo uma delas – por meio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis – a “Implementação da Agenda 2030 no Território das Comunidades Tradicionais da Bocaina”, em parceria com o FCT. Este trabalho busca retomar o envolvimento da Fiocruz e do FCT com essa temática, além de focar concretamente a proposta em construção de atuação nos territórios das comunidades tradicionais da Bocaina.

Entre as décadas de 70 e 80, com a formulação do campo da saúde coletiva e o protagonismo do movimento sanitário brasileiro, nos quais a Fiocruz teve papel central, inaugurou-se um novo paradigma da saúde pública em nosso país, o qual se expressa no Sistema Único de Saúde (SUS) ao reconhecer que a saúde é resultado das condições de vidas das pessoas e condicionado pelas políticas públicas que nelas incidem (Netto, 2016a). Na discussão da inter-relação de saúde, ambiente, condições de vida e políticas públicas, as conferências internacionais têm sido espaços de intensas discussões, formulações e tensionamento de diferentes atores da sociedade.

As contribuições da Fiocruz à Rio+20 foram relevantes. A ameaça sentida pela inexistência do tema saúde no documento draft zero elaborado pelo Secretariado da Organização das Nações Unidas (ONU) exigiu enormes esforços junto aos órgãos do governo federal (Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Relações Exterio-

res), à ONU (Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana da Saúde), aos governos de outros países e também à sociedade (Cúpula dos Povos), do que resultou a declaração aprovada por unanimidade pelos países-membros, reconhecendo que a saúde determina, é resultado e é indicador do desenvolvimento sustentável, resultando como enunciado do Objetivo 3 dos ODS assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (Netto, 2016a).

As iniciativas da Fiocruz em torno da Agenda 2030 cobrem um amplo espectro: no nível interno institucional, no âmbito do Programa “Fiocruz Saudável”; ao instituir um grupo de trabalho (GT) da instituição para implementação da Agenda 2030; e no plano internacional, com as contribuições do Centro Colaborador de Ambiente e Saúde Pública da OMS à Agenda 2030.

Outra iniciativa institucional da Fiocruz foi a criação de um programa institucional para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis, que se articula com a Agenda 2030. Mobilizam-se nesse espaço as iniciativas do Campus Fiocruz da Mata Atlântica (CFMA), o Projeto da Serra da Capivara (PI)] e o OTSS da Bocaina, entre outros projetos.

Na Bocaina, a discussão do desenvolvimento sustentável é uma das questões que há muito tempo mobiliza as populações tradicionais por meio do FCT – nesse aspecto, inclusive com foco em políticas públicas que incidem sobre as populações tradicionais. O Fórum de Comunidades Tradicionais, desde sua origem, contribuiu para a constituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída em 2007 pela Presidência da República. Essa política traz a compreensão de povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição em nível local. Traz ainda a definição

de “territórios tradicionais” entendidos como os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, utilizados de forma permanente ou temporária, observando-se, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 68 e 231 da Constituição Federal e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

A PNPCT define “desenvolvimento sustentável” como o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (decreto n. 6.040, de 7/2/2007). O desenvolvimento dessa política, por meio de diferentes dispositivos como a constituição de uma comissão nacional e a realização de encontros regionais reunindo lideranças das populações tradicionais, influenciou inclusive a constituição do FCT, a partir da mobilização dos diferentes atores de distintas etnias (caiçaras, indígenas e quilombolas) para a discussão do desenvolvimento sustentável de seus territórios.

As três definições existentes na política – populações tradicionais, territórios tradicionais e desenvolvimento sustentável – são questões centrais sobre a relação entre as unidades de conservação e as comunidades tradicionais. Essas definições são importantes no sentido de se focar o conflito e tensão existentes entre as unidades de conservação e as políticas ambientais para a sua proteção e os direitos ao uso dos territórios tradicionais, que em muitas vezes se superpõem às unidades de conservação.

Na discussão sobre as populações tradicionais e o direito de permanência nas áreas de reserva, existem duas posições opostas: a dos preservacionistas – que defendem áreas de reserva sem populações – e a dos antropocentristas – que acreditam que as populações tradicionais em áreas de reserva podem colaborar para a preservação delas por meio de suas formas de manejo (Carvalho, 2010).

Outra política pública que incide sobre as comunidades tradicionais e

influencia a forma de compreensão e atenção que são dadas a essas comunidades é a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo da Floresta (PNSICF). O FCT também tem uma participação efetiva em relação a essa política, pois foi um dos nove territórios escolhidos no nível nacional para fazer parte de uma avaliação nacional dessa política.

Tal política foi ampliada para Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas (PNSIPCFA), tendo estruturado um observatório denominado OBTEIA para acompanhar a sua implementação e contribuir para a avaliação por meio de uma Teia de Saberes e Práticas, que envolve intelectuais engajadas(os), pesquisadoras(es) populares dos movimentos sociais do campo, floresta e das águas, gestoras(es) e profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O OBTEIA ficou responsável por elaborar uma pesquisa de avaliação da implantação da PNSIPCFA em território nacional. Para tal, foram definidos nove territórios – incluindo o Quilombo do Campinho, integrante do FCT.

Como se trata de uma pesquisa de metodologia participativa, foi destacada a necessidade de formação de um grupo de pesquisa por território composto por: um(a) pesquisador(a) acadêmico(a), um(a) pesquisador(a) popular, um(a) representante da equipe de acompanhamento da Universidade de Brasília (UnB) e do Departamento de Gestão Participativa (DAGEP) do Ministério da Saúde.

A importância de sinalizar a participação do FCT nas duas políticas enfocadas é destacar que vários dos elementos trazidos na Agenda 2030 já faziam parte das preocupações das Comunidades Tradicionais da Bocaina, como exemplificam os enfoques que essas políticas possuem. Além disso, a colaboração do OTSS na elaboração do planejamento estratégico das ações do FCT também já apontava numerosas iniciativas similares às da Agenda 2030, o que veio somar à iniciativa específica de trabalhar juntamente com o FCT no âmbito do OTSS um exercício es-

pecífico de aproximação da Agenda 2030 na Bocaina. Portanto, foi com a intenção de projetar um trabalho específico da Agenda 2030 junto às comunidades tradicionais que foi realizada no OTSS uma oficina para a implementação da Agenda 2030 na Bocaina.

Antes de destacar os produtos dessa oficina, cabe salientar outra importante iniciativa em relação à cooperação sobre a discussão do desenvolvimento sustentável, que é a articulação com a Rede Ibero-Americana de Territórios Sustentáveis, Desenvolvimento e Saúde (RIA-TSDS), uma rede interinstitucional que envolve a Fiocruz, a Universidade de Coimbra e a Universidade do Chile, além de contar com a participação eventual de instituições colombianas, espanholas e do continente africano.

Em relação a essa parceria com a RIA-TSDS, realizou-se em Paraty, em outubro de 2014, um seminário com a participação de membros das diferentes instituições, no qual foram explicitados os seguintes objetivos dessa cooperação: ampliar a interconectividade dos parceiros na promoção de espaços de intercâmbio de experiências entre projetos que adotam os princípios e categorias do Desenvolvimento Sustentável e da Promoção da Saúde, apoiando o desenvolvimento da Rede de Territórios Sustentáveis e Saudáveis; avançar na construção de subsídios para a ação institucional no território e replicação das experiências em outros cenários; e fortalecer a capacidade do FCT para a sua participação nos processos de decisão em torno de assuntos referentes ao seu destino e ao futuro das comunidades, entre outros.

As iniciativas apontadas no seminário dialogam com a Oficina de Implementação da Agenda 2030 no Território das Comunidades Tradicionais da Bocaina. Tal oficina, realizada em julho de 2016, contou com a presença de 22 pessoas oriundas da equipe do OTSS, do FCT, integrantes do GT Agenda 2030/Fiocruz, da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz e uma convidada consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa oficina teve como objetivos específicos: discutir e definir a “imagem-objetivo”

para os próximos 15 anos, considerando a Agenda 2030 no território; identificar diretrizes para a elaboração de projetos estratégicos; identificar os atores-chave para a implementação de projetos estratégicos; e identificar diretrizes para a atuação do OTSS na gestão e implementação de projetos estratégicos.

A oficina foi trabalhada metodologicamente a partir da exposição dialogada, com trabalhos em grupo em torno das dimensões dos ODS – ambiental, social e econômica –, com base em um roteiro de perguntas e documentos afins e discussão em plenária.

Os trabalhos foram iniciados com uma apresentação sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que compõem o Plano de Ações da Agenda 2030. Em seguida, realizou-se um exercício de aproximação dos resultados alcançados pelo OTSS aos 17 ODS. Este trabalho propiciou a visualização mais nítida dos alcances obtidos pelas comunidades tradicionais em nível local e os objetivos de uma agenda de âmbito global.

Na sequência, foram formados três grupos com o objetivo de entender melhor como o OTSS está operando e sua relação com a Agenda 2030. Cada grupo trabalhou em uma dimensão da Agenda 2030 – social, ambiental e econômica –, com as seguintes perguntas orientadoras:

- Como queremos estar em 15 anos (nas dimensões social, ambiental, econômica)?
- Que projetos são estratégicos para esse alcance?
- Que atores são estratégicos para o desenvolvimento desses projetos?
- Como o OTSS se organiza para a realizar a gestão dos projetos?

Foram definidas as Estratégias para a Implementação da Agenda 2030 no Território da Bocaina que buscam atingir a seguinte “visão geral”: modos de vida e valores tradicionais valorizados, ou seja, valorizar os modos de vida e valores tradicionais como elementos importantes e

atuais na busca por um desenvolvimento sustentável e compatível com a vivência das comunidades tradicionais em seus territórios.

Elaborou-se uma “matriz” com os resultados dos trabalhos, organizada a partir da “visão de 15 anos” que as comunidades tradicionais desejam; quais “as estratégias” a serem utilizadas para atingir essa visão; como isso se relaciona com “ODS”, identificando inclusive os respectivos ODS envolvidos em determinada “visão de futuro”.

A seguir, reproduzem-se as principais visões de futuro projetadas com suas correspondentes estratégias e os respectivos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, fazendo um primeiro exercício de aproximação entre as atividades do OTSS e do FCT e a Agenda 2030 para as comunidades tradicionais da Bocaina (Quadro 1).

Quadro 1 – Visões de futuro, estratégias e ODS

VISÃO DE 15 ANOS	ESTRATÉGIA	ODS
Avanço na solução de conflitos territoriais com práticas e tradições reconhecidas pelas Unidades de Conservação e grande parte das Comunidades Tradicionais com instrumentos jurídicos de garantia fundiária	Defesa do Território: - Cartografia Social; - Enfrentamento da Violência; - Articulação institucional (MP/ Mesa Diálogo, Defensoria, CDDH, SPU, Conselhos Gestores UC); - Defesa do caráter público das UCs	16 – Promover Paz e Justiça; 13 – Combater mudança de clima; 14 – Vida água; 15 – Vida terra; 11 – Cidades e assentamentos inclusivos, seguros e resilientes
Assegurar trabalho e renda, com maior participação social, fortalecendo a educação diferenciada, e garantir a permanência das pessoas em suas comunidades	Fomentar os arranjos produtivos: - Incubadora projetos; - Agroecologia; - TBC; - Pesca artesanal – proteção dos estoques pesqueiros; - Prospecção dos usos da biodiversidade (saberes tradicionais e geração de renda)	1 – Fim da Pobreza; 2 – Fim da Fome; 12 – Produção e consumo sustentável; 7 – Energia; 8 – Crescimento Econômico sustentável (trabalho decente); 9 – Estrutura resiliente - infraestrutura

continua na próxima página

continuação

VISÃO DE 15 ANOS	ESTRATÉGIA	ODS
A união das 3 etnias fortalecidas	Reuniões por etnias; Reuniões ampliadas; Cuidado cotidiano no equilíbrio e participação das 3 etnias; Valorização histórica de luta (FCT + 10, FCT + 20)	16 – Promover Paz e Justiça; 10 – Reduzir as desigualdades
Jovens e mulheres como protagonistas e lideranças renovadas	Apoio Núcleo Jovem/Partilhas; Educação diferenciada; Educação inclusiva; Políticas Afirmativas	5 – Igualdade de gênero; 4 – Educação equitativa, inclusiva e de qualidade.
100% de saneamento nas comunidades do território	Saneamento Ecológico no Sono como modelo; Institucionalização do modelo Fiocruz/Funasa; Luta pela concretização do Plano Municipal de Saneamento.	13 – Combater mudança do clima; 14 – Vida água; 15 – Vida terra; 06 – Disponibilidade e manejo da água.
Rio Carapitanga recuperado e todos os rios do território com núcleos de gestão participativa.	Gestão participativa da Bacia do Carapitanga	06 – Disponibilidade e manejo da água; 13 – Combater mudança do clima; 14 – Vida água; 15 – Vida terra.
Definição da matriz energética das Comunidades Tradicionais – tecnologias e modelo de gestão	Projeto estratégico de avaliação das tecnologias existentes e das necessidades do território.	07 – Energia limpa; 13 – Combater mudança do clima; 14 – Vida água; 15 – Vida terra.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O desafio que se apresenta agora é compatibilizar essas visões de futuro com estratégias específicas, contribuindo para que efetivamente as ações ocorram de forma que possam impactar os objetivos de desenvolvimento sustentável respectivo nos territórios das comunidades tradicionais na Bocaina. Para tanto, foram identificados projetos estratégicos de algumas temáticas centrais como “Saúde”; “Governança” (gestão do OTSS – monitoramento e avaliação [marco zero], formação continuada, articulações em rede e outros atores); “Gestão Hídrica e

Saneamento” e “Inclusão Produtiva” (TBC/Agroecologia, prospecção dos usos da biodiversidade).

Para cada projeto estratégico, foram feitas as seguintes perguntas: qual o objetivo geral? Quais os objetivos específicos? Possíveis fontes de financiamento? O que já estamos fazendo nessas linhas de atuação? Como se relaciona com as seguintes dimensões: defesa do território – educação diferenciada –, protagonismo dos jovens e mulheres? Dessa forma, está se conformando um primeiro desenho de projetos específicos que envolvam as comunidades tradicionais por meio do FCT e do OTSS.

Esse primeiro exercício de aproximação evidenciou a complexidade de implementação e consequente avaliação da Agenda 2030 na realidade dos territórios do FCT. O sustento básico advindo das atividades eco-extrativistas locais e do turismo de base comunitária possibilitam que não haja miséria absoluta nem fome endêmica entre as comunidades tradicionais da Bocaina. As práticas tradicionais e a cultura de valorização da fraternidade incidem fortemente sobre todas as faixas etárias, mantendo baixas as taxas de mortalidade, em especial a infantil. A luta pela terra, com a sua utilização sustentada, é o elemento central que norteia a visão de longo prazo das populações do FCT. É essa complexa realidade singular que deve ser considerada na definição dos objetivos, metas e indicadores da Agenda 2030 do FCT – o que implica a necessidade de se eleger um método de acompanhamento e monitoramento que aponte na direção da constituição de indicadores locais para avaliar a implementação da Agenda 2030 nos territórios do FCT. Para tanto, será adotada a Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Saúde, explicitada no capítulo anterior deste livro.

Dessa forma, as dimensões analíticas de equidade, sustentabilidade e autonomia decompostas em parâmetros avaliativos que abrangem diversidade, vulnerabilidade, integralidade, ecologia de saberes, territo-

rialização, intersetorialidade, inclusão produtiva, redes de solidariedade, participação e empoderamento buscam chegar ao detalhamento de índices/variáveis.

Trabalho semelhante de avaliação utilizando a metodologia e matriz citadas pode potencializar a análise da efetividade das estratégias territorializadas da Agenda 2030 no território da Bocaina, neste caso conjugada à própria criação de indicadores locais que venham balizar a Agenda.





TRONCO



GOVERNANÇA COMUNICATIVA, GESTÃO ESTRATÉGICA E AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

Leonardo Esteves de Freitas

Biólogo, Doutor em Geografia, Pós Doutor em Gestão da Biodiversidade e em Gestão de Riscos de Desastres, Coordenador de Governança e Gestão do OTSS

Cristiano Lafetá

Graduado em Ciências Sociais pela USP, estudou Comunicação Social no Uni-BH. Assessor Técnico do OTSS, atua em gestão de programas e políticas públicas socioambientais e culturais

Pedro Gontijo

Escritor, Mestre em Educação (Unicamp), Especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Hospital Sírio Libanês), graduado em comunicação social (UFMG), ex-Coordenador de Comunicação do OTSS

Erica Mazzieri

Administradora de empresas com foco em gestão financeira e consultora em incubação de empreendimentos comunitários e projetos sociais territorializados

Marcela Cananéa

Integrante do FCT, da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e da Coordenação do OTSS

Vagner Nascimento

Coordenador do FCT e Coordenador Geral do OTSS

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS

O modo de produção capitalista reproduz sua legitimação principalmente pelas formas de organização social que produz e que, de modo geral, não permitem o desenvolvimento de autonomia individual e coletiva, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, agravando as iniquidades, as assimetrias sociais e os processos de exploração. Entre esses processos, o domínio sobre o território é fundamental para se garantir a reprodução ampliada do capital. A partir do domínio do território, entendido como o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais

e do exercício da vida, garante-se a dominação das relações sociais de produção (Dematteis, 2005).

O território é um fator de identidade, de fortalecimento de vínculos e de autoafirmação – essenciais para a reprodução social, especialmente para as comunidades tradicionais, para as quais o território é, por excelência, o local onde se reconhecem e onde podem reproduzir-se socialmente, garantindo a continuidade de seus saberes e suas histórias (Cappucci, 2016).

A forma como os indígenas guaranis, quilombolas e caiçaras das comunidades tradicionais da Bocaina utilizam os recursos naturais, envolvendo uma rede de relações sociais complexas e pressupondo a cooperação no processo produtivo e nas atividades cotidianas, define um processo de territorialização particular que é acompanhado pela construção de identidades específicas (Freitas *et al.*, 2017; Almeida, 2008).

A despeito da relevância desses territórios para a reprodução social das comunidades tradicionais e do fato de essas comunidades terem modos de vida mais sustentáveis que os modos de vida típicos da sociedade de consumo, os seus territórios “têm sido ameaçados por políticas ambientais excludentes, especulação imobiliária, turismo desordenado, grandes projetos de infraestrutura, urbanização, mudanças climáticas, entre outros vetores” (Freitas *et al.*, 2017: 316). Com o agravante de que essas comunidades geralmente são expulsas de seus territórios originais para áreas ambientalmente frágeis e com precárias condições de qualidade de vida, rompendo os laços territoriais que garantem sua reprodução social no sentido do bem viver.

Mecanismos Contra-Hegemônicos de Governança e Gestão: empoderamento e autonomia

Uma vez que a permanência dessas comunidades tradicionais depende da manutenção de seus territórios, é fundamental que elas desenvolvam

mecanismos de governança e gestão que lhes garantam autonomia e as empoderem para as disputas políticas que travam em busca da garantia desses territórios. Como bem resumem Freitas e colaboradores,

Essas comunidades construíram um modelo territorializado e sustentável de vida a partir do qual a produção e o cotidiano se entrelaçam como partes do mesmo processo social. Estimular e fortalecer este modo de vida é valorizar um modelo contra-hegemônico de desenvolvimento que possui em seu cerne a sustentabilidade.

(...)

Fortalecer a gestão dessas comunidades, estimular e divulgar seus modos de vida, portanto, são processos fundamentais para que as mesmas possam realizar as disputas políticas necessárias para garantir seus modos sustentáveis de desenvolvimento (Freitas *et al.*, 2017: 317).

O fortalecimento dessas comunidades, a garantia de seus territórios e da reprodução de seus modos de vida são objetivos centrais do FCT e do OTSS, cujas estratégias buscam promover a equidade, a sustentabilidade e a ampliação da autonomia individual e coletiva, especialmente de seus pesquisadores comunitários, para que as comunidades aumentem sua governabilidade e capacidade de governo sobre o seu território. Partiu-se do princípio de que o empoderamento e a autonomia dos pesquisadores comunitários no âmbito do OTSS representam uma qualificação para atuação destes em suas próprias comunidades e redes de solidariedade, o que amplia a efetividade na luta contra o poder hegemônico que ameaça seus modos de vida e a manutenção de seus territórios.

Para apoiar esse processo de qualificação, o OTSS implantou e vem desenvolvendo um modo de governança comunicativa, gestão estratégi-

ca e monitoramento e avaliação participativos, baseados na ecologia de saberes e na pedagogia da autonomia.

A análise de evidências – cuja abordagem é apresentada no capítulo “Avaliação em promoção da saúde e desenvolvimento sustentável” e utilizada como ferramenta de avaliação em vários capítulos deste livro e diversos artigos já publicados – demonstra que, além do impacto na democratização da governança e gestão do OTSS e na efetividade de suas ações, há evidências de que esse processo se refletiu na qualificação do projeto do FCT para o território da Bocaina e na ampliação de sua governabilidade e capacidade de gestão das instituições comunitárias, como o próprio FCT, a Coordenação Nacional Caiçara e outras associações dos três segmentos étnicos e das diversas comunidades tradicionais. Por outro lado, aponta os nós críticos e os desafios para projetos complexos de pesquisa-ação territorializada, compartilhados por movimentos sociais e instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação que tenham perspectivas contra-hegemônicas.

O OTSS como Espaço Contra-Hegemônico de Governança e Gestão

A compreensão do território como espaço conflitante e em permanente disputa pela produção e reprodução de modos de vida, pela centralidade do protagonismo das comunidades para essa disputa e em que ganha cada vez mais importância a construção de redes de solidariedade interescares é elemento estruturante do modo de governança e gestão do OTSS. Porém, construir modos de governança e gestão horizontalizados, estratégicos e participativos em organizações, especialmente públicas como a Fiocruz, em parceria com um movimento social como o FCT, e em um contexto de disputa territorializada, significa não ape-

nas alterar teorias e práticas organizacionais, mas também paradigmas vigentes em busca de renovadas formas de organização institucional, valorizando categorias como emancipação, cultura e autonomia, além das comumente utilizadas, como eficiência, eficácia e efetividade (Gallo, Freitas & Reis, 2006).

Tal postura demanda mudar as abordagens de governança e gestão e os processos gerenciais para desenvolver mecanismos capazes de materializar diretrizes contra-hegemônicas, qualificando e democratizando processos de planejamento, gestão, avaliação e gerência e criando sistemas de responsabilização e autonomia que ampliem sua capacidade de gestão e governabilidade (Gallo, Freitas & Reis, 2006; Gallo, 2009a).

Para tanto, é fundamental construir mecanismos que garantam a integração das estratégias (formulação, pactuação, execução, monitoramento e avaliação), de modo que os processos de autonomia dos sujeitos não se tornem “descolados” das diretrizes estratégicas, sob pena de gerar processos pouco eficientes e eficazes do ponto de vista dos objetivos estratégicos – o que implica construir mecanismos de responsabilização individual e coletiva que retroalimentem permanentemente a gestão (Gallo, Freitas & Reis, 2006; Gallo, 2009a).

A implementação desse modo de governança e gestão representou um desafio epistêmico e praxístico que exigiu teorias potentes, abordagens e metodologias disruptivas e práticas inovadoras. A determinação social da vida, a ecologia de saberes, a pedagogia da autonomia e as teorias da ação comunicativo-estratégicas conformam o cuore desse processo.

Com base nesses referenciais, estratégias teórico-práticas foram implementadas: alinhamento de marcos teóricos e categorias, desenvolvimento de mecanismos de planejamento e gestão (espaços colegiados, partilhas territorializadas de experiências), ferramentas de monitoramento e avaliação (matriz de análise de efetividade, ciclos de monitoramento e oficinas de planejamento) e desenvolvimento de tecnologias

gerenciais (manuais e execução de projetos, protocolos administrativos e financeiros e plataformas colaborativas). Todas essas estratégias também foram caracterizadas como processos formativos.

Esse modo de governança e gestão buscou impactar positivamente as três dimensões do Triângulo de Governo: o Projeto, a Governabilidade e a Capacidade de Governo (Matus, 1993).

O Projeto diz respeito à visão-de-mundo do ator social expressa em conteúdos propositivos; a Governabilidade refere-se à relação entre variáveis e recursos que o ator controla e aqueles que não controla; e a Capacidade de Governo é resultante da mobilização de métodos, técnicas, conhecimentos e experiências adequados à condução do processo social no sentido do Projeto, levando em conta a Governabilidade do sistema. Estas dimensões têm características distintas, mas se condicionam reciprocamente e são relativas a uma situação específica, não podendo ser inferidas em abstrato (Gallo, 2009a: 23).

A perspectiva desse modo de governança e gestão comunicativo-estratégico é a ampliação da governabilidade e da capacidade de gestão do OTSS e do FCT, garantindo a direcionalidade estratégica de seu projeto a partir da democratização de suas decisões e da integração de suas ações com base no protagonismo equivalente e no diálogo entre pesquisadores comunitários e acadêmicos, construindo novos saberes e práticas, mais potentes e capazes de conduzir às melhores decisões porque diretamente relacionados às necessidades do território das comunidades tradicionais e às limitações e potencialidades da Fiocruz e do FCT, caracterizando um processo de ecologia de saberes e uma pedagogia da autonomia.

A Evolução do Modo de Gestão do OTSS: em busca da autonomia

Em 2009, o FCT e a Fiocruz iniciaram a parceria que resultou, em 2013, na implantação do OTSS, concebido com um espaço gerador de conhecimento crítico e desenvolvimento de tecnologias inovadoras, especialmente sociais, voltadas à promoção da sustentabilidade e da saúde nos territórios das comunidades tradicionais da Bocaina.

Desde o início, esse processo buscou operar a perspectiva de governança e gestão apresentada no tópico anterior. No primeiro momento, buscou-se a construção de vínculo entre esses atores e a qualificação da agenda estratégica dessa parceria, mediante a pactuação do Projeto (visão de mundo, valores e visão de futuro), dos papéis (autonomia e responsabilização), dos focos de ação prioritários e dos mecanismos de governança e gestão. Pactuou-se como objetivo comum a constituição de territórios sustentáveis e saudáveis nas comunidades tradicionais de acordo com seus modos de vida, buscando a garantia do território em seu sentido pleno, assim como a compreensão das particularidades do FCT e da Fiocruz. Além disso, elegeu-se como foco de ação inicial o saneamento ecológico, projeto de abertura da parceria.

A partir dessa pactuação, diversas estratégias foram desenvolvidas para a qualificação do Projeto e a ampliação da Governabilidade e Capacidade de Governo, resultando, em 2013, na cooperação com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a implantação do OTSS. Esse momento representou uma ampliação da governabilidade e capacidade de governo para a implementação da agenda pactuada e complexificou o processo de governança e gestão, um processo dinâmico e em contínua transformação. As transformações que aqui apresentamos são justificadas pelos processos territorializados e pela inovação representada

pela parceria entre um movimento social organizado pela convergência estratégica e solidária entre três etnias e uma instituição pública de ensino, pesquisa, produção e inovação.

Identificou-se como melhor arranjo para a governança e gestão do OTSS a formação de núcleos ou coordenações temáticas, sempre com a participação de pesquisadores comunitários e pesquisadores acadêmicos. Buscou-se, assim, constituir um modo de gestão inovador, direcionado à promoção da autonomia e à efetividade das ações.

Essa forma de organização se contrapõe às estruturas convencionais de gestão, geralmente concebidas a partir de unidades estanques de trabalho. A teoria clássica da administração, calcada ora no positivismo, ora no utilitarismo, busca uma racionalidade positiva para os processos de gestão, desconsiderando o contexto estratégico do processo produtivo e, portanto, desconhecendo o território. Fortemente centralizado nos processos de decisão e altamente segmentadora na divisão do trabalho, a Escola Clássica enxerga o trabalhador como mera peça do processo produtivo. Nega (ou subestima) a existência de conflitos internos e externos inerentes ao processo e, por conseguinte, tende a perder oportunidades por não as enxergar no tecido ou estrutura que compõe as relações de trabalho (Gallo, 2009a).

A estrutura (estruturante) de governança do OTSS está voltada à autonomia e ao protagonismo dos sujeitos, com o objetivo do empoderamento comunitário destinado à promoção de territórios sustentáveis e saudáveis. Há um permanente debate acerca da melhor estruturação da governança de modo a estimular a autonomia e promover a responsabilização e a solidarização. O diálogo ocorre nos espaços coletivos representados pelas coordenações, núcleos e assessorias; e nos momentos de planejamento estratégico (semestrais), monitoramento (mensais), reuniões do colegiado de coordenação (mensais) e reuniões da Assessoria de Integração Estratégica (mensais).

Foram estruturadas, num primeiro momento, as seguintes coordenações que deveriam dar conta da complexidade do projeto, com o compartilhamento de visões e conhecimentos entre pesquisadores acadêmicos e pesquisadores comunitários, na variedade de temas que vão da defesa do território à educação diferenciada, passando pelo saneamento ecológico e a formação de arranjos produtivos locais:

- Coordenação Geral;
- Coordenação Executiva;
- Coordenação de Transição Tecnológica;
- Coordenação de Direcionalidade Estratégica.

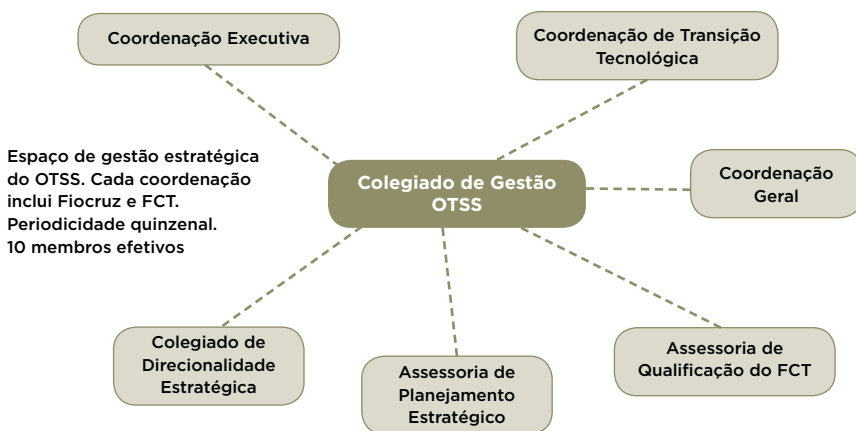
Além das coordenações, foram estruturadas duas assessorias:

- Assessoria de Planejamento Estratégico;
- Assessoria de Qualificação do FCT.

Coordenadores e assessores formavam o Colegiado de Gestão do OTSS (Figura 1).

À Coordenação de Transição Tecnológica couberam as tarefas das ações finalísticas, estruturais e estruturantes. Às demais coordenações e assessorias foram destinadas as ações-meio – atividades necessárias à governança do Projeto e ao fortalecimento do FCT. Dado o momento de desenvolvimento do Projeto, as atividades-meio ganharam importância no sentido da qualificação do FCT, da produção e gestão dos saberes, da articulação em redes, da assessoria de comunicação e informação e do planejamento estratégico. Além disso, coube a essas coordenações e assessorias-“meio” promover: o monitoramento estratégico-participativo, a integração entre as coordenações e as relações político-institucionais.

Figura 1 – Mapa mental do OTSS resumindo o modo de gestão em abril de 2014



Fonte: elaborado pelos autores.

O avanço do processo de implantação e monitoramento do OTSS demonstrou a complexificação do projeto, demandando transformações no modo de governança e gestão. Ainda chamados de “coordenações”, os grupos temáticos ganharam novo corpo e diversas assessorias foram incorporadas à estrutura de governança, com objetivos específicos de apoio às coordenações. Alguns exemplos são: a Assessoria Jurídica, que tinha a atribuição de apoiar as comunidades tradicionais nas disputas territoriais; a Assessoria de Relações Institucionais, cuja principal função era promover diálogos com instituições parceiras; a Assessoria de Planejamento Estratégico, que ficou responsável por conduzir os processos diretamente relacionados ao planejamento e monitoramento das ações (Figura 2).

Em julho de 2015, no planejamento estratégico semestral, foi adotada a terminologia “núcleo” em lugar de “coordenação”. Apenas a Coordenação Geral, composta por um pesquisador acadêmico pertencente ao quadro da Fiocruz e um pesquisador comunitário, coordenador do FCT, continuou com a terminologia original.

Figura 2 - Mapa mental do OTSS resumindo o modo de gestão em julho de 2014; além do nome das coordenações e assessorias, estão indicadas as tarefas principais de cada espaço de gestão na época



Fonte: elaborado pelos autores.

Além da alteração na terminologia, durante essa oficina e nos meses subsequentes foi definida uma nova configuração da estrutura de gestão. O Núcleo de Direcionalidade Estratégica se desdobrou em Assessoria de Integração Estratégica (AIE) e Núcleo de Gestão dos Saberes (NUGES). Este núcleo assumiu: a sistematização e organização dos saberes acumulados pelo próprio processo de implantação do OTSS; a cartografia social e o georreferenciamento das comunidades; os pro-

cessos de formação interna, como as oficinas do Mentas Abertas & Corações Pulsantes. A AIE assumiu: os processos de monitoramento estratégico, a condução das oficinas de planejamento estratégico situacionais, a comunicação interna, a comunicação com o público amplo, o planejamento financeiro e a captação de recursos.

As mudanças na estrutura, justificadas pelo ganho de corpo do projeto e pela construção constante de processos democráticos de tomada de decisões, levaram ainda à criação do Núcleo de Articulação Político-Institucional (NAPI), fortemente ligado à AIE. Este núcleo foi criado a partir da Assessoria de Relações Institucionais já existente. A Figura 3 apresenta a estrutura de gestão do OTSS em julho de 2015.

A oficina semestral de planejamento estratégico realizada em dezembro de 2015 confirma essa estrutura. Uma das atividades realizadas pedia aos participantes, de forma lúdica, que apontassem as atribuições de cada “espaço coletivo” e/ou de cada membro da equipe do OTSS. Este exercício demonstrou que o grupo de pesquisadores que compõem o OTSS tinha, naquele momento, quase que em sua totalidade, uma noção plena e consonante da estrutura, das funções desempenhadas e da importância de cada um na realização do projeto.

Entre julho de 2015 e dezembro de 2017, o OTSS passou a ser constituído então pelos seguintes núcleos com atividades finalísticas: Núcleo de Transição Tecnológica (NTT) e Núcleo de Qualificação do FCT (NQFCT). O primeiro era responsável pela implantação da Incubadora de Tecnologias Sociais, com o apoio a arranjos produtivos locais em agroecologia e turismo de base comunitária e, ainda, pelo desenvolvimento e implantação de tecnologias ecossanitárias. O segundo reunia: as ações de mobilização e articulação comunitárias, tanto no território da Bocaina quanto em outras escalas territoriais; as ações estratégicas de justiça socioambiental e assessoria jurídica para o fortalecimento das comunidades e suas associações; as ações pela promoção da educação diferenciada, voltada à valorização das culturas que se reúnem no FCT.

Figura 3 - Esquema representativo do modo de gestão do OTSS entre julho de 2015 e julho de 2016, formado por núcleos que alimentam a Coordenação Geral e pela AIE, que tem papel de integrar as ações e o processo de tomada de decisão



Fonte: elaborado pelos autores.

Havia ainda dois núcleos com atividades-meio: aos já citados Gestão dos Saberes e Articulação Política Institucional, somavam-se a Coordenação Geral e o Colegiado de Coordenação. Como apoio e peças fundamentais no funcionamento do Projeto, também temos: a Secretaria Executiva (SE), responsável pela gestão financeira e administrativa; e a Assessoria de Integração Estratégica (AIE), que dialoga com todos os espaços e funciona como condutor do fluxo de informação que busca garantir que todas as vozes sejam contempladas, dirimir conflitos internos e identificar oportunidades (Freitas *et al.*, 2017). O Colegiado de Coordenação incluía os coordenadores dos espaços de gestão e os coordenadores-gerais do OTSS, com o papel de dar direcionalidade estratégica para o Projeto do OTSS (Figura 3).

A partir de janeiro de 2017, essa estrutura iria sofrer nova alteração em razão da Capacidade de Governo existente naquele momento e da própria evolução do Projeto de Governo, porém ela não é anali-

sada no presente capítulo, pois ainda estava em processamento quando o texto foi finalizado.

Modo de Gestão do OTSS: flexibilidade em busca da autonomia

Esse processo constante de adaptação do modo de gestão não ocorreu sem conflitos. Foi um processo que exigiu intensa flexibilidade adaptativa da estrutura organizacional às restrições e oportunidades e da situação objetiva. Especialmente porque o modo de gestão do OTSS, baseado na ecologia de saberes e em núcleos de gestão compostos por pesquisadores comunitários e pesquisadores acadêmicos, resulta em um modo complexo de governança: comunicativa, por instituir espaços colegiados de gestão autônomos e articulados onde se tomam as decisões estratégicas baseadas na legitimidade; e estratégica, por implementar mecanismos de alinhamento estratégico, monitoramento do planejamento estratégico e avaliação de efetividade de sua ação, o que é pouco comum em projetos realizados por grandes instituições de pesquisa governamentais, como a Fiocruz (Gallo & Setti, 2012, 2014b).

Esse processo de evolução dependeu tanto da avaliação contínua da gestão do OTSS quanto da utilização consciente de uma abordagem de gestão, o que exigiu dos membros da equipe uma predisposição permanente para repactuar suas responsabilidades e atribuições.

A integração dos núcleos se mostrou fundamental, sobretudo porque a gestão do OTSS envolvia um processo cujas decisões estratégicas e operacionais eram tomadas em quatro núcleos diversos, demandando a integração e a garantia da sinergia entre as discussões e os processos decisórios realizados nos núcleos, não permitindo decisões contraditórias ou desperdício de recursos durante a execução das ações.

Por incluir pesquisadores acadêmicos e pesquisadores comunitários que possuem tempos, formações e visões dos processos de gestão muito diferentes, a gestão do OTSS sempre enfrenta conflitos decorrentes da utilização radical e prática da ecologia de saberes, da pedagogia da autonomia e da governança comunicativo-estratégica (Santos, 2006; Gallo, Freitas & Reis, 2006; Gallo & Setti, 2014a). A existência de uma instância de gestão que busque integrar as ações no âmbito do OTSS tem garantido a mediação dos conflitos, reduzindo a tensão dos processos decisórios (Freitas *et al.*, 2017).

Avalia-se que a reestruturação periódica do modo de gestão do OTSS, apesar de todas as dificuldades inerentes à sua implantação, vem garantindo a materialização das diretrizes democratizantes no OTSS, sem que isso implique a perda de direcionalidade estratégica ou a baixa eficácia e eficiência no processo de tomada de decisão. Ao contrário, amplia a consistência estratégica e a efetividade das ações.

Desse modo, construiu-se um modo de gestão no OTSS baseado na flexibilização organizacional, na autonomia e na responsabilização individual e coletiva como proposta inicialmente (Gallo, Freitas & Reis, 2006; Gallo, 2009b), a despeito das diferenças de contexto. A evolução do modo e dos processos de gestão do OTSS tem se refletido na qualificação das oficinas semestrais de planejamento estratégico e das reuniões do colegiado de coordenação, além de garantir uma participação mais efetiva dos pesquisadores comunitários nas tomadas de decisão do colegiado de coordenação. O detalhamento desse processo de evolução pode ser visto no capítulo “Planejamento estratégico para fortalecer o FCT”, logo a seguir.

Elementos essenciais ao processo de planejamento com vistas à construção de autonomia e responsabilização são as ferramentas de planejamento utilizadas durante as oficinas semestrais e as reuniões de coordenação, além de ferramentas voltadas para o monitoramento e avaliação da execução daquilo que foi pactuado durante os processos de planejamento.

A primeira ferramenta relevante construída para monitoramento e avaliação foi a plataforma do OTSS, *site* interno da equipe que armazena os resultados do planejamento e possibilita monitoramento *on-line* de sua execução, por núcleo.

Esse monitoramento é feito a partir de uma outra ferramenta de planejamento que fica acessível na plataforma. Mensalmente, a equipe da Assessoria de Integração Estratégica se reúne com coordenadores dos núcleos e avalia a execução do planejamento realizado semestralmente, discutindo as realizações alcançadas, os problemas e dificuldades surgidas e as necessidades de correção de rumo. Posteriormente, esse processo é discutido em reuniões de toda a equipe da Assessoria de Integração Estratégica e estabelecidas as questões que devem ser levadas às reuniões de coordenação, por necessitarem de uma discussão que inclua todos os coordenadores de núcleos e os coordenadores gerais do OTSS. Obviamente, questões que precisam de respostas rápidas não passam por todas essas etapas de gestão, sendo resolvidas diretamente com os coordenadores de núcleos, com os coordenadores-gerais ou em reuniões extraordinárias de coordenação. Portanto, há um processo de discussão em várias instâncias que possibilita maior integração das decisões e maior participação do conjunto da equipe, sem que isso reduza a agilidade das decisões, garantindo sua legitimidade e eficácia.

Esse é um ponto crucial do processo de gestão, pois uma experiência como a do OTSS, no qual a categoria território é central, necessita de decisões participativas e tem limitações de execução gerenciais derivadas dos prazos legais da execução de projetos de financiamento público, mas não pode depender de um processo burocrático para a tomada de decisões. Afinal, muitas vezes o território apresenta demandas urgentes que precisam de tomadas de decisão participativas e rápidas. Essa agilidade, garantindo a legalidade e sem perder a perspectiva participativa, é o que tem permitido ao OTSS realizar uma gestão capaz de gerar autonomia de sua equipe (incluindo os pesquisadores que fazem parte das comuni-

dades tradicionais) sem perda de eficiência, eficácia e efetividade, dando novo significado às categorias tradicionais dos processos de gestão e, portanto, gerando inovação organizacional (Gallo, Freitas & Reis, 2006.)

Radicalizando a Ecologia de Saberes

Ampliar o diálogo entre as comunidades e a gestão do OTSS era essencial. Os núcleos e coordenações que compõem o OTSS são integrados por pesquisadores acadêmicos e comunitários. Porém, o mesmo não ocorria com a Assessoria de Integração Estratégica, que era formada, até dezembro de 2015, apenas por pesquisadores acadêmicos. O Colegiado de Coordenação também não possuía uma composição equilibrada entre pesquisadores acadêmicos e comunitários. Apenas um comunitário fazia parte dessa instância fundamental para a gestão: o coordenador do FCT, que participa desse colegiado por ser um dos coordenadores gerais do OTSS.

A ausência de comunitários na Assessoria de Integração Estratégica e de mais comunitários no Colegiado de Coordenação gerava problemas de integração, dificultando o diálogo entre os processos de planejamento, monitoramento e avaliação e os representantes de comunidades tradicionais; e, mais grave ainda, entre as tomadas de decisão estratégicas e essas comunidades. Favorecia o estabelecimento de pautas tecnopolíticas com viés mais acadêmico e menos comunitário.

Além disso, a participação de comunitários nos processos de gestão, especialmente no núcleo no qual se tomam as principais decisões estratégicas do OTSS, possibilita que eles sejam capacitados, o que é fundamental para garantir maior empoderamento das comunidades e prepará-las melhor para as disputas políticas. Compreender e participar diretamente da gestão garante o entendimento de processos políti-

cos, administrativos, financeiros e estratégicos que, historicamente, são negados às populações desfavorecidas, enfraquecendo sua luta política. Portanto, para gerar sujeitos autônomos e críticos nas comunidades tradicionais, capazes de lutar pela manutenção e fortalecimento de seus modos de vida sustentáveis e gerar impactos reais nos processos, era necessário incluir comunitários no processo de gestão.

A inclusão de pesquisadores comunitários na Assessoria e no Colegiado de Coordenação mostrou-se essencial também por possibilitar uma aproximação das demandas e questões das comunidades, incorporando de forma mais direta os tempos e formas de gestão dos processos no território.

Uma vez que a Assessoria de Integração Estratégica era responsável pelo diálogo entre núcleos, incorporar comunitários nessa instância de gestão foi essencial para a efetiva realização de uma ecologia de saberes que promovesse diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários entre os núcleos e não apenas dentro deles – o que é ainda mais relevante em relação ao Colegiado de Coordenação. A incorporação de mais comunitários nesse espaço de decisão estratégica do OTSS possibilitou maior democratização dos processos decisórios e uma relação mais próxima entre as demandas das comunidades (e, portanto, do território) e a gestão central do OTSS.

Tal processo foi realizado no âmbito do OTSS com a entrada, em janeiro de 2016, de uma caiçara na Assessoria de Integração Estratégica e também no colegiado que coordena o projeto. E foi ampliada com a entrada de um indígena guarani nessas duas instâncias de gestão, ocorrida em setembro de 2016.

Essa composição possibilitou que as três etnias que compõem as comunidades tradicionais no território de atuação do OTSS estivessem presentes na coordenação, uma vez que o coordenador do FCT e coordenador-geral do OTSS é quilombola. Assim, há no colegiado de coordenação, além dos pesquisadores acadêmicos que coordenam núcleos e do pesquisador acadêmico que compõe a Coordenação Geral

do OTSS, um pesquisador comunitário quilombola, um indígena e uma caiçara. E dois desses pesquisadores também se inseriram na Assessoria de Integração Estratégica, ampliando o diálogo desse núcleo de gestão (que tem papel integrador no âmbito do OTSS) com as demandas das comunidades tradicionais.

Novos pesquisadores comunitários devem integrar essas instâncias de gestão. O desafio é fazer isso sem gerar impacto na produção de soluções territorializadas nas comunidades (uma vez que esses pesquisadores, ao se aproximarem dos processos de gestão, passam a ter menos tempo para os processos finalísticos, que ocorrem nas comunidades) e sem perder o tempo dos processos executivos.

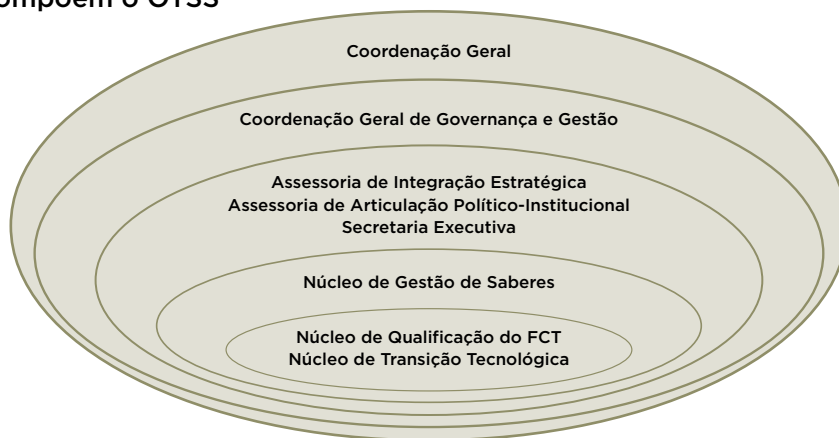
Essa entrada de comunitários foi essencial para que se atingissem os objetivos principais do OTSS. A partir da capacitação dos pesquisadores comunitários para a gestão, o OTSS ampliou sua capacidade de empoderar as comunidades e transformar as práticas sociais efetivas no território, fator essencial para se produzir autonomia individual e coletiva (Gallo, Freitas & Reis, 2006; Gallo, 2009a; Gallo *et al.*, 2012; Santos, 2003). Também possibilitou maior incorporação dos saberes tradicionais pelos pesquisadores acadêmicos, fortalecendo a relação da gestão com as demandas do território e gerando maior legitimidade desses saberes perante o conjunto da sociedade.

Porém, com o crescimento do número de profissionais inseridos na equipe, de parceiros institucionais e ações realizadas pelo OTSS, o modo de gestão apresentado na Figura 3 passou a apresentar problemas para garantir a direcionalidade estratégica do OTSS, e a Assessoria de Integração Estratégica passou a ter dificuldades operacionais para executar o conjunto de funções que tinha de exercer naquele modo de gestão (Freitas *et al.*, 2017).

A partir de julho de 2016, foi criada uma Coordenação Geral de Governança e Gestão (CGG), que assumiu parte das atribuições da AIE e man-

tém uma forte relação com esta assessoria. A CGG tem o papel de apoiar a Coordenação Geral na gestão do OTSS, coordenar a operacionalização da relação do OTSS com os parceiros do Projeto (deixando ao NAPI um papel político e estratégico) e apoiar a Secretaria Executiva na gestão das pessoas que trabalham na equipe. Assim, a Assessoria de Integração Estratégica passou a ter um papel de articulação mais interna entre os núcleos do projeto, garantindo um diálogo permanente entre eles. Essa estrutura de gestão é apresentada na Figura 4. Os reflexos desse novo formato de gestão para o alcance do Projeto do OTSS ainda carece de tempo para ser criticamente analisado, uma vez que ele foi estabelecido um pouco antes da finalização do presente capítulo. Reflexões futuras tentarão dar conta dessa questão.

Figura 4 - Fluxo de governança a partir de julho de 2016; os núcleos internos são aqueles que exercem as atividades finalísticas e são apoiados por todos os demais núcleos e assessorias que compõem o OTSS



Fonte: elaborado pelos autores.

Monitoramento e Avaliação da Gestão do OTSS

Além de reuniões periódicas e ferramentas de monitoramento, que permitem um processo contínuo de monitoramento e avaliação da

gestão do OTSS, foi definida uma metodologia de avaliação baseada em dimensões analíticas, parâmetros avaliativos, índices e indicadores. Tal ferramenta foi aplicada aos processos de gestão do OTSS, e os resultados dessa aplicação são discutidos neste tópico.

A utilização dessa ferramenta de avaliação possibilita compreender se os objetivos estabelecidos para o Projeto do OTSS estão sendo atingidos e como o alcance desses objetivos tem evoluído. Permite ainda o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), definidos na Agenda 2030, no território, uma vez que os indicadores definidos nessa metodologia têm forte relação com os indicadores estabelecidos na referida Agenda.

Nesse exercício voltado à gestão do OTSS, foram avaliadas duas das três dimensões analíticas propostas por Gallo e Setti (2014a): Sustentabilidade e Equidade. A categoria Autonomia ainda carece de avaliação.

Para compreender se os processos de gestão do OTSS possibilitam que essas duas dimensões sejam efetivamente alcançadas, cada uma delas foi decomposta em um ou dois parâmetros avaliativos, com base na proposta de parâmetros elaborada por Gallo e Setti (2012, 2014a, 2014b). Vale destacar que não foram utilizados todos os parâmetros avaliativos definidos por esses autores para cada uma das dimensões, apenas aqueles considerados aplicáveis para o nível da gestão. Cada parâmetro, por sua vez, foi decomposto em pelo menos dois índices, também conforme proposta de Gallo e Setti (2012, 2014a). Novamente, apenas os índices considerados de maior aplicabilidade para a gestão foram considerados. Cada índice foi avaliado a partir de, no mínimo, um indicador específico, definidos no presente estudo. O Quadro 1 apresenta esse conjunto de dimensões, parâmetros, índices e indicadores utilizados.

Quadro 1 – Dimensões, parâmetros avaliativos, índices e indicadores utilizados para avaliação do impacto dos processos de gestão sobre o alcance dos objetivos do OTSS

Dimensões Analíticas	Parâmetros Avaliativos	Índices	Indicadores
Sustentabilidade	Intersetorialidade	Convergência de Agendas	Participação de pesquisadores comunitários nas agendas territorializadas
		Integração de <i>Stakeholders</i>	Participação de <i>Stakeholders</i> nas agendas propostas pelo FCT e OTSS
	Ecologia de Saberes	Espaços coletivos de gestão	Presença de pesquisadores comunitários e acadêmicos nos espaços coletivos de gestão
		Mecanismos de produção de conhecimento	Existência de mecanismos de produção de conhecimento que atendam a diversidade de pesquisadores
Equidade	Diversidade	Raça	Participação de pesquisadores das diferentes etnias no OTSS e nos núcleos de gestão
		Gênero	Participação de pesquisadoras mulheres nos espaços de gestão

Fonte: elaborado pelos autores.

Essa avaliação possibilitou compreender se o modo de gestão implementado no OTSS e as mudanças realizadas neste modo estão impactando efetivamente os objetivos estabelecidos para o Projeto.

Sustentabilidade

No que diz respeito à dimensão de sustentabilidade, os parâmetros avaliados estão relacionados à intersectorialidade, à territorialização e à ecologia de saberes.

Quanto à intersectorialidade, foram utilizados dois índices. O primeiro foi “convergência de agenda”, para o qual definiu-se o indicador “par-

tipificação de pesquisadores comunitários nas agendas territorializadas”. E o segundo foi “integração de *stakeholders*”, analisado com base no indicador “participação de *stakeholders* nas agendas propostas pelo FCT e OTSS”. Ambos serão analisados conjuntamente a seguir, pois têm relação direta, uma vez que a participação de pesquisadores comunitários em agendas territorializadas é diretamente relacionada à participação dos atores locais e regionais nas agendas do OTSS e FCT.

Uma análise da participação dos pesquisadores comunitários do OTSS nas agendas territorializadas de maior relevância para as comunidades tradicionais, assim como de atores relevantes nas agendas do OTSS e FCT, indica que o modo de gestão do OTSS tem sido importante para a sustentabilidade dessas comunidades. As agendas territorializadas de maior relevância para o OTSS e o FCT foram estabelecidas pelo FCT ainda no início da parceria com a Fiocruz, quando se realizou o primeiro Planejamento Estratégico do FCT (Gallo & Setti, 2012). As agendas relacionadas ao saneamento ecológico, à educação diferenciada, à agroecologia e à disputa do território foram consideradas as de maior relevância.

Atualmente, o OTSS, com a participação ativa de pesquisadores comunitários, lidera o processo de saneamento ecológico na comunidade caiçara da Praia do Sono, participa da Comissão de Saneamento do município de Paraty, da discussão da gestão das águas da bacia do Rio Carapitanga (na qual se inserem duas aldeias indígenas, um quilombo e uma comunidade caiçara) e da discussão de saneamento no Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande.

Diversos *stakeholders* vêm aderindo a essa agenda. Um exemplo é a atuação da Prefeitura de Paraty, que aderiu ao processo de diversas formas. Em primeiro lugar, construindo um núcleo para discutir saneamento no município, no qual a discussão do saneamento ecológico é importante pauta. Em segundo, com a assinatura de um convênio for-

mal com a Fiocruz para a implantação de saneamento nas comunidades rurais desse município, entre as quais estão as comunidades tradicionais. E em terceiro, a partir da adesão direta ao processo que vem sendo realizado na Praia do Sono, disponibilizando recursos financeiros para a construção do módulo de saneamento implantado na escola municipal local, viabilizando a própria escola para essa implantação e financiando também parte da construção de novos módulos de saneamento ecológico em casas de moradores dessa mesma localidade.

Outros atores relevantes para o território também vêm aderindo à agenda do saneamento ecológico, como a Prefeitura de Ubatuba (SP), que está discutindo com o OTSS a implantação de módulos de saneamento ecológico em comunidades tradicionais desse município; a Fundação Nacional de Saúde, que, além de financiar o OTSS e as ações de saneamento na Praia do Sono (o que representa por si só uma adesão à agenda proposta), vem discutindo com os profissionais do OTSS formas de ampliar esse modelo de saneamento para outras comunidades em Paraty e para outros municípios Brasil afora; o Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, que tem colocado o saneamento ecológico como pauta de discussão e apontou a disponibilização de recursos para a implantação desse modelo de saneamento em uma comunidade quilombola em parceria com o OTSS (até o momento em que foi escrito este capítulo, tais recursos não haviam sido disponibilizados); e diversas comunidades tradicionais, que têm demandado do OTSS avançar nessa discussão em seus territórios.

Todas essas estratégias de ação relacionadas ao saneamento foram definidas nas discussões do Núcleo de Transição Tecnológica (NTT) do OTSS, no qual pesquisadores comunitários e acadêmicos têm estabelecido diálogo decisivo para a construção dessas estratégias.

Em relação à agenda de educação diferenciada, os pesquisadores comunitários do OTSS tiveram participação decisiva na inclusão da

educação diferenciada no Plano Municipal de Educação de Paraty. Esses pesquisadores, juntamente com os pesquisadores acadêmicos, são elementos-chave na construção do Coletivo de Educação de Paraty, o qual envolve diversas instituições que atuam na educação das comunidades tradicionais, como a Secretaria Municipal de Educação, o FCT, o OTSS, o Instituto de Educação de Angra dos Reis, vinculado à Universidade Federal Fluminense (IEAR-UFF), e o Colégio Pedro II (CPII). Tiveram papel preponderante na implementação do segundo segmento do Ensino Fundamental na área conhecida como Costeira, onde vivem comunidades caiçaras isoladas, cujas crianças (até 2016) tinham que sair de suas comunidades para estudar no centro de Paraty. Esse conjunto de ações e estratégias foi construído no Núcleo de Qualificação do Fórum, espaço de gestão que envolve comunitários e acadêmicos e no qual são discutidas e definidas as estratégias do OTSS para educação diferenciada.

Na análise da adesão de *stakeholders* à agenda do OTSS, a participação da Prefeitura de Paraty, do IEAR/UFF e do CPII nessa discussão indica o sucesso do OTSS nesse quesito. A participação de representantes de comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas diretamente nessa discussão é outro indício relevante. Obviamente, essa agenda não é apenas do OTSS e do FCT, e sua construção parte desses diversos atores. Ainda assim, o papel do OTSS foi fundamental para que diversos *stakeholders* aderissem a essa agenda e para que ela se tornasse uma agenda importante do território. O modo integrado de gestão do OTSS foi relevante nesse processo, promovendo o diálogo entre educadores comunitários e acadêmicos dentro do OTSS, os quais trabalham em conjunto, tornando a agenda da educação diferenciada uma pauta fundamental para a Bocaina.

Em relação à agroecologia, o OTSS vem desempenhando um papel de grande relevância na agenda do território. A partir da atuação

de pesquisadores acadêmicos junto à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), diversas pautas relevantes da agenda de agroecologia têm tido rebatimento no território, incluindo o fortalecimento de cadeias produtivas agroecológicas. Com base na metodologia das partilhas (desenvolvida pelo OTSS), estratégias de fortalecimento dessa agenda vêm ampliando o diálogo entre as comunidades tradicionais, com destaque para os indígenas e algumas instituições públicas como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Fundação Nacional do Índio (Funai). A passagem das Caravanas Agroecológicas em 2015 no território de atuação do OTSS, mediante uma articulação feita pelos pesquisadores acadêmicos e comunitários, é um exemplo da relevância do OTSS nessa agenda, assim como a decisão da realização do Encontro Estadual de Agroecologia no segundo semestre de 2017 nesse mesmo território.

A adesão da Embrapa, da Articulação Nacional de Agroecologia e das comunidades indígenas à agenda da agroecologia também mostra que importantes atores estão aderindo à pauta puxada diretamente pelo OTSS nesse território. O papel do NTT nesse processo de liderança do OTSS foi fundamental e está descrito no capítulo “Transição tecnológica e o bem viver”, deste livro.

No que concerne à disputa direta do território, o OTSS também tem tido papel de destaque especialmente por meio das discussões colegiadas realizadas no âmbito do NQFCT. O OTSS organizou, em 2015, em parceria com o Ministério Público Federal (MPF), o Seminário de Justiça Socioambiental, que reuniu representantes das comunidades tradicionais e gestores públicos de Unidades de Conservação (UCs). O MPF apresentou a discussão dos direitos territoriais das comunidades tradicionais no centro da agenda de desenvolvimento regional. Além disso,

pesquisadores acadêmicos e comunitários vêm apoiando as demandas de diversas comunidades no que tange às disputas territoriais, incluindo a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a discussão sobre retirada de moradores que vivem no interior de UCs e a mediação de outros conflitos diversos entre as UCs e as comunidades tradicionais. As decisões relativas a essas estratégias são tomadas no espaço colegiado do NQFCT, mas passam pelo colegiado de coordenação e são discutidas também no planejamento semestral.

Além disso, os pesquisadores acadêmicos e comunitários têm atuado na caracterização dos territórios das comunidades tradicionais de modo a demonstrar os usos tradicionais desses territórios e dos recursos naturais neles existentes, fortalecendo as comunidades tradicionais e suas práticas nas disputas territoriais (Cortines *et al*, 2017). A partir de uma discussão estruturada nos espaços de gestão do OTSS, foram estabelecidas quais comunidades seriam atendidas no processo de caracterização e a metodologia dessa caracterização. Nesses processos de discussão, construiu-se um projeto para caracterizar as demais comunidades caiçaras da região.

No que tange à adesão de *stakeholders* à agenda da disputa territorial, a parceria do OTSS e FCT com o MPF mostra a adesão de um importante ator. A própria disposição (ou imposição) para o diálogo demonstrada por algumas Unidades de Conservação mostra a adesão de outro importante stakeholder a essa agenda. Infelizmente, o capital imobiliário local, outro ator relevante para tal discussão, não aderiu a essa agenda de debate, pelo menos de forma explícita. Nesse caso, isso parece estar mais relacionado aos interesses diretos dos atores que representam esse vetor do capital em interditar a discussão.

Portanto, a gestão do OTSS, juntando nos diversos núcleos pesquisadores acadêmicos e comunitários, tem sido essencial para atender a essa agenda territorializada relacionada diretamente à disputa pelos territórios tradicionais.

Ainda em relação à sustentabilidade, foram avaliados também os parâmetros “ecologia de saberes”, a partir do índice “espaços coletivos de gestão”, cujo indicador definido foi “presença de pesquisadores comunitários e acadêmicos nos espaços coletivos de gestão”; e “mecanismos de produção de conhecimento”, a partir do indicador “existência de mecanismos de produção de conhecimento que atendam a diversidade de pesquisadores”.

Em relação aos espaços coletivos de gestão, a própria discussão realizada nos itens apresentados mostra que em todos os espaços de gestão do OTSS há a presença de pesquisadores acadêmicos e comunitários, incluindo os núcleos, as assessorias e o colegiado de coordenação. Portanto, nesse sentido, há um diálogo de saberes nesses núcleos suficiente para se afirmar que o modo de gestão do OTSS promove realmente uma ecologia de saberes, ampliando a dimensão da sustentabilidade para as comunidades tradicionais – o que se tornou ainda mais significativo com a incorporação de pesquisadores comunitários na AIE, de modo que todos os espaços de gestão do OTSS, atualmente, incorporam pesquisadores acadêmicos e comunitários.

Porém, uma questão a ser considerada também é a proporção entre pesquisadores acadêmicos e comunitários. Proporção semelhante em cada espaço de gestão é o ideal, pois garante um diálogo mais equânime. Nesse sentido, há necessidade de incorporar mais pesquisadores comunitários: à AIE, que possui apenas uma comunitária; ao NUGES, que não possui pesquisadores comunitários; e mais pesquisadores acadêmicos no NQFCT, que possui cinco comunitários e um acadêmico.

Em relação à “existência de mecanismos de produção de conhecimento que atendam a diversidade de pesquisadores”, este indicador mostra também que o modo de gestão do OTSS tem sido capaz de promover a ecologia de saberes. Afinal, vêm sendo produzidos artigos científicos sobre o OTSS (já foram produzidos, entre artigos e capítu-

los de livro, 12 textos) e o presente livro, ambos formatos que atendem, preferencialmente, os pesquisadores acadêmicos. Mas tem sido produzido conhecimento em diversos outros formatos, como vídeos, informes, produção oral. Formatos que atendem os pesquisadores comunitários e acadêmicos.

Além disso, pesquisadores acadêmicos e comunitários têm participado da produção de conhecimento em todos os formatos, o que também ajuda o diálogo entre saberes. Algumas vezes, inclusive, o pesquisador comunitário faz análises orais que são transformadas em textos científicos pelos pesquisadores acadêmicos, possibilitando a ampliação da discussão dos formatos que atendem a cada um dos tipos de pesquisadores.

Equidade

Para a dimensão de equidade, foi definido o parâmetro avaliativo “diversidade”, decomposto nos índices “raça” e “gênero”. Deve ser ressaltado que a análise dos pesquisadores realizada a seguir inclui aqueles que compunham a equipe do OTSS em dezembro de 2016. As alterações ocorridas em 2017 não foram consideradas. Uma análise conjunta desses dois índices para o OTSS e para cada um dos espaços de gestão mostra que ainda há muito o que avançar, a despeito de haver representatividade de mulheres e das três etnias (Tabela 1).

A primeira questão que chama a atenção é a maior parcela de homens na equipe de pesquisadores: 17 homens e 12 mulheres. Outra questão que demonstra que ainda há muito a se fazer quanto à equidade é a presença de 18 pesquisadores acadêmicos e apenas 11 comunitários. Chama a atenção também a falta de indígenas mulheres; não há nenhuma entre os 29 pesquisadores.

Tabela 1 – Distribuição dos pesquisadores do OTSS pelos espaços de gestão em função de etnia e gênero

EG	Homem				Mulher			
	NT	Q	C	I	NT	Q	C	I
Coord.	5	1	0	1	2	0	1	0
AIE	4	0	0	0	1	0	1	0
NAPI	1	0	0	0	0	0	0	0
NTT	4	0	1	0	2	0	1	0
NQFCT	0	1	1	1	1	1	1	0
NUGES	1	0	0	0	3	0	0	0
SE	1	0	0	1	2	1	0	0
Total por etnia e gênero	12	2	1	2	8	2	2	0
Total por NT e T	12	5			8	4		
Total Geral	17				12			

Os resultados totais não correspondem à soma dos resultados decompostos por espaço de gestão porque um mesmo pesquisador pode estar em mais de um espaço de gestão. EG (Espaços de Gestão); NT (Não pertencente à comunidades tradicionais); Q (quilombola); C (caiçara); I (Indígena); T (Pertencentes a comunidades tradicionais)

Fonte: elaborado pelos autores.

No caso do índice “raça”, o indicador utilizado foi “participação de pesquisadores das diferentes etnias no OTSS e nos núcleos de gestão”. Esse indicador demonstra uma proporção semelhante de pesquisadores das três etnias no OTSS, além de haver quilombolas, indígenas e caiçaras na coordenação, que passou a contar com pesquisadores das três etnias no início de 2016.

Porém, há espaços de gestão que não mostram uma equidade entre as diferentes raças. Merece atenção especial a AIE, que conta apenas com uma pesquisadora caiçara. Inserir pesquisadores indígenas e quilombolas é relevante, especialmente em um espaço que tem o papel de integrar os processos de gestão. O NAPI também merece atenção, pois não possui pesquisadores comunitários. Mas isso se explica porque esse núcleo é formado apenas por uma pessoa, e sua atuação está diretamente relacionada à Coordenação Geral e à AIE. A ausência de indígenas e quilombolas no NTT, de caiçaras no NUGES e de quilombolas na SE também demonstra que falta caminhar em busca da equidade. Obviamente, não há como ter representantes de todas as etnias em todos os espaços de gestão, pois isso representará mais pessoas que o necessário para fazer o trabalho exigido naquele espaço. Mas ainda assim, a busca por equidade em cada espaço deve ser um objetivo, mesmo que do ponto de vista prático seja impossível de ser alcançado.

Por fim, uma questão que merece atenção é a pouca presença de pesquisadores comunitários no NUGES. Isso deve ser rapidamente solucionado, pois atenta contra a equidade e contra a ecologia de saberes, uma vez que esse núcleo é responsável pela sistematização e difusão de conhecimentos, e a presença de comunitários é a única forma de garantir que os conhecimentos tradicionais sejam valorizados. Obviamente, esse núcleo interage com os pesquisadores comunitários de forma direta e ininterrupta, dando espaço ao conhecimento tradicional. Mas a presença direta de pesquisadores comunitários poderá ampliar esse processo.

Quanto ao índice “gênero”, o indicador definido foi “participação de pesquisadoras mulheres nos núcleos de gestão”. Sobre esse indicador, há alguns indícios de que o OTSS ainda não foi capaz de promover equidade no nível que se pretende, que seria a paridade entre os sexos nos diversos espaços de gestão. Olhando o colegiado de coordenação, por exemplo, há apenas três mulheres (uma pesquisadora comunitária e duas acadêmicas)

e sete pesquisadores homens (dois comunitários e cinco acadêmicos). Tendo em vista a relevância desse espaço de gestão, alcançar uma paridade maior entre os sexos deve ser um dos objetivos do OTSS.

A situação da AIE é semelhante, com quatro homens e duas mulheres. E é ainda pior se considerarmos que as reuniões desse espaço de gestão incluem o representante do NAPI, que é homem. O NTT possui cinco homens e três mulheres, não sendo um espaço no qual existe paridade de gênero. Já NUGES e SE têm mais mulheres que homens, o que favorece a ideia de equidade. Vale destacar que o NQFCT possui tanto paridade de gênero como representatividade de todas as raças, sendo o núcleo de maior equidade no âmbito do OTSS. Esses dados indicam que o OTSS está promovendo equidade, porém ainda não atingiu o nível de participação paritária entre pesquisadores acadêmicos e comunitários, homens e mulheres e participação das três etnias.

Qualificação da gestão

O OTSS busca empoderar as comunidades tradicionais para que seus modos de vida sejam fortalecidos, contribuindo para o alcance das metas expressadas pela Agenda 2030.

Qualificar a gestão do OTSS reflete-se, portanto, no fortalecimento das comunidades tradicionais e de seus modos de vida sustentáveis. Especialmente, quando a qualificação passa pela integração e democratização, com maior inserção de representantes dessas comunidades nos processos de gestão.

Essa inserção possibilita a capacitação dos representantes das comunidades nos processos dos quais, historicamente, estiveram alijados, como a gestão de projetos executados por instituições públicas de pesquisa. E que os pesquisadores acadêmicos compreendam melhor os tempos e formas de gestão do território, permitindo a realização na prá-

tica da ecologia de saberes (Santos, 2006).

A evolução do modo de gestão do OTSS buscou e continua buscando a integração entre os espaços de gestão que formam esse projeto e entre pesquisadores acadêmicos e comunitários, favorecendo também a ecologia de saberes. A busca pela equivalência entre pesquisadores comunitários e acadêmicos em todos os espaços de gestão que formam o OTSS é essencial, pois facilita o diálogo entre diferentes saberes e a construção de novos saberes em busca de autonomia individual e coletiva para os pesquisadores comunitários e as comunidades tradicionais. Esse processo avançou bastante desde a formação do OTSS, porém ainda há necessidade de maior avanço no conjunto do OTSS e em alguns espaços específicos de gestão.

Ainda assim, é possível afirmar que a evolução do modo de gestão está ampliando o diálogo entre os núcleos do OTSS e a coordenação do projeto, especialmente com a criação da AIE e o fortalecimento de sua atuação e a incorporação de mais pesquisadores comunitários nessa assessoria e no colegiado de coordenação. O fortalecimento da AIE, que tem um papel de integração entre os diversos espaços de gestão, favoreceu o empoderamento dos demais espaços de gestão e, consequentemente, de todos os pesquisadores – o que se refletiu em um diálogo mais efetivo entre o OTSS e as comunidades tradicionais. Garantiu, ainda, que o conjunto do OTSS mantivesse a direcionalidade estratégica do projeto de gestão, a partir do fluxo de informações estratégicas entre a coordenação e os núcleos finalísticos do projeto (Freitas *et al.*, 2017).

A incorporação de comunitários na AIE e especialmente no colegiado de coordenação promoveu maior diálogo entre os espaços de gestão finalísticos (NTT e NQFCT) e o conjunto da gestão do OTSS, possibilitando que o conjunto de pesquisadores acadêmicos e comunitários compreendesse melhor as necessidades do território, avançando na territorialização do OTSS e na compreensão da demanda das comunidades, fatores essenciais à sustentabilidade. Olhando para os parâmetros analíticos, percebe-se que

essa ação impacta especialmente a ecologia de saberes, pois permite maior espaço para que os saberes tradicionais se expressem e influam sobre os processos decisórios e sobre a territorialização, possibilitando compreender melhor as necessidades e demandas do território. Amplia ainda a equidade, aumentando o acesso dessas comunidades aos processos decisórios. E impacta a diversidade, na medida em que diferentes grupos (caiçaras, indígenas e quilombolas) ganham espaço para discutir a tomada de decisão.

Portanto, o modo de gestão implantado no OTSS tem sido relevante para materializar diretrizes democratizantes no âmbito do OTSS e ampliar a eficácia e eficiência no processo de tomada de decisão, questões centrais para a construção de modos de gestão inovadores e participativos (Gallo, Freitas & Reis, 2006).

A democratização e a maior integração da gestão do OTSS, empoderando os pesquisadores comunitários nos colegiados que formam o projeto, têm se refletido no fortalecimento do diálogo entre o OTSS e as comunidades tradicionais. Como consequência, os modos de vida das comunidades tradicionais estão ganhando protagonismo no território de atuação do OTSS, o que se reflete na ampliação do poder dessas comunidades nas disputas com o modelo hegemônico de produção e consumo, representado no território, principalmente, pelo capital imobiliário e pelos representantes do capital nos governos federal e estadual que controlam as Unidades de Conservação (Freitas *et al.*, 2016).

Portanto, indiretamente, o modo de gestão do OTSS está se refletindo na valorização de um conjunto de políticas que têm papel relevante para o alcance dos ODS. Desse modo, ampliar a participação de comunitários nos espaços de gestão onde eles não estão inseridos ou estão de forma ainda incipiente torna-se mais importante em busca de uma radicalização na democratização do OTSS. Esse processo caminha e seus avanços devem ser comemorados, mas sem perder a capacidade de crítica que garante que os avanços continuem ocorrendo.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA FORTALECER O FCT

Edmundo Gallo

*Pesquisador Titular da Fiocruz,
Pesquisador Sênior da Universidade de
Coimbra e Coordenador Geral do OTSS*

Vagner Nascimento

*Coordenador do FCT e Coordenador
Geral do OTSS*

Leonardo Esteves de Freitas

*Biólogo, Doutor em Geografia, Pós
Doutor em Gestão da Biodiversidade
e em Gestão de Riscos de Desastres,
Coordenador de Governança e Gestão
do OTSS*

As primeiras discussões coletivas que apontaram para um processo de planejamento envolvendo Fundação Oswaldo Cruz e Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba aconteceram em 2009. Nos três primeiros anos, membros do FCT, pesquisadores da Fiocruz e atores relacionados às lutas das comunidades tradicionais no território avançaram na constituição do vínculo de confiança e na estruturação de uma agenda estratégica comum para o território, a partir do modo de vida tradicional. Nesse período, foram definidos os cinco principais eixos para o desenvolvimento inicial da parceria, que persistem até hoje: agroecologia, educação diferenciada, turismo de base comunitária, fortalecimento do FCT e saneamento ecológico.

Os primeiros processos de planejamento mais estruturados foram realizados ainda antes da instituição oficial do OTSS. Inclusive a própria construção do Observatório foi definida nos processos de planejamento compartilhado pelo FCT e pela Fiocruz, quando se estabeleceu a necessidade de se construir um espaço de gestão compartilhada que favorecesse

a estruturação dos projetos do FCT em busca do alcance das estratégias desse movimento social.

Em dezembro de 2012, foi realizado o primeiro processo estruturado de planejamento estratégico incluindo o FCT e a Fiocruz. Nesse processo, fez-se uma análise de situação que indicou um contexto favorável à construção do OTSS, nomeado naquele momento como Projeto Bocaina (PB):

Considerou-se que o contexto atual é extremamente favorável à implementação da segunda etapa do PB, caracterizada pelo saneamento ecológico da Praia do Sono e da constituição da Rede de Territórios Sustentáveis e Saudáveis.

Foram apontados como vetores favoráveis:

- O financiamento conseguido pela Fiocruz junto à Funasa; A eleição de governos democrático-populares em Angra, Paraty e Ubatuba;
- O espaço destacado na futura gestão de Paraty de atores comprometidos com o PB;
- A composição favorável da futura Câmara Municipal (base do governo com oito entre nove vereadores) e a eleição de um médico de família da Bocaina, ator comprometido com o PB e provável futuro Presidente da Comissão de Saúde;
- O apoio ao PB, já expresso pelo Prefeito eleito e pelos futuros secretários de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, de Saúde e de Cultura;
- A perspectiva de fortalecimento institucional da Fiocruz na Bocaina, com a cessão de espaço físico pela Prefeitura e a intensificação das suas ações no território;

- O apoio institucional do Ministério da Saúde, manifesto pelo Diretor do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador;
- O fortalecimento do Fórum de Comunidades Tradicionais da Bocaina.

Avaliou-se que este contexto, longe de ser uma série de coincidências positivas, expressava uma convergência de resultados, produto da ação política dos atores, notadamente o Fórum, a Fiocruz e as forças políticas democrático-populares. Esta convergência deveria ser historicizada para que não se perdesse sua natureza de processo.

Considerou-se que essa situação era extremamente favorável à implementação e expansão desta etapa do PB, mas também colocava desafios de magnitude maior, tanto na ampliação da escala de ação territorial (toda a zona costeira e também as comunidades do interior), quanto na capacidade de gestão necessária (Reunião de Análise de Situação do Projeto Bocaina – Setti, 2012, p. 1-2).

Com base nessa análise de contexto, foram definidas as estratégias a serem adotadas naquele momento para a construção de um projeto de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, assim como as ações necessárias para a implantação das estratégias. Ao se olhar para as estratégias desenhadas naquele momento, é possível enxergar o embrião das principais estratégias adotadas pelo OTSS posteriormente: a busca por um projeto estruturante; a necessidade de permanente qualificação das comunidades tradicionais para o enfrentamento das forças hegemônicas que atuam no território; o foco no monitoramento e na avaliação constan-

te do trabalho desenvolvido; o papel do projeto no desenvolvimento de tecnologias sociais capazes de influenciar as políticas públicas; a relevância de avançar no planejamento estratégico situacional como uma metodologia capaz de apoiar o desenvolvimento das demais estratégias; e a importância de se articular com as redes existentes que têm objetivos semelhantes (Setti, 2012).

Além disso, é possível notar que as primeiras definições coletivas mais concretas da atuação são tomadas nesse momento, como a implantação do saneamento ecológico iniciando-se pela comunidade caiçara da Praia do Sono, a necessidade de se trabalharem projetos de educação diferenciada, de produzir inovações que valorizem o saber tradicional e a relevância de garantir o território das comunidades com ações efetivas.

Esses processos iniciais de planejamento foram a base para a construção posterior do OTSS como um projeto estruturante e de amplo alcance no território da Bocaina.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no planejamento de dezembro de 2012, iniciou-se em 2013 o processo de planejamento estratégico juntamente com as comunidades onde ocorreriam as primeiras ações efetivas. A comunidade da Praia do Sono foi a primeira, com a discussão do projeto de saneamento ecológico em uma oficina de planejamento estratégico realizada em janeiro de 2013, a qual contou com a presença de comunitários interessados no projeto e membros do FCT e da Fiocruz. Nessa oficina, as estratégias específicas para o saneamento ecológico no Sono foram debatidas e estabeleceu-se uma agenda de trabalho coletiva. A partir desse trabalho, foi possível um avanço importante que culminou, mais de dois anos depois, na implantação do tanque de evapotranspiração na escola municipal local e, em 2016 e 2017, de outros tanques para atender as casas dos moradores (Machado *et al.*, 2017).

Com base nessa experiência, em julho de 2013, com o apoio de dois pesquisadores da Fiocruz, realizou-se o primeiro planejamento estratégi-

co do FCT. O objetivo principal da oficina foi elaborar um plano estratégico capaz de orientar as ações do FCT até o final de 2013. Para isso, foram pactuadas sua visão de futuro e sua missão; realizada uma análise da situação atual e identificadas as forças favoráveis e as ameaças que poderiam incidir sobre o plano; e desenhadas as estratégias para agir nesse cenário, no sentido de alcançar os resultados que o FCT projetou para o futuro.

A análise realizada identificou três grandes componentes do futuro a serem construídos nesse período, relacionados à efetivação da regularização fundiária dos territórios; à ampliação, adequação à cultura dos povos e melhoria da qualidade das políticas e serviços públicos oferecidos; à ampliação da legitimidade do FCT nas comunidades e ao aumento de sua capacidade de gestão de projetos e assessoria às comunidades, reestruturando sua organização.

Os três focos de ação (FA) selecionados materializaram todo esse processo, apontando as prioridades de ação do FCT para esse período: FA01 – Efetivar a regularização fundiária; FA02 – Implementar políticas públicas sustentáveis; e FA03 – Fortalecer a identidade do FCT (Matrizes 9, 10 e 11 do Planejamento Estratégico Situacional do FCT).

Nesse momento, também foi definida pelo FCT a importância estratégica da parceria com a Fiocruz para a ampliação de sua autonomia e efetividade de suas ações, o que estabeleceu as bases da implantação do OTSS.

Na segunda oficina de planejamento do FCT, em março de 2014, definiu-se a realização de uma importante campanha em defesa dos territórios tradicionais, que posteriormente foi batizada de “Preservar é resistir” e gerou a formalização de muitos apoios estratégicos ao FCT, possibilitando grande visibilidade às suas lutas.

Era o momento de efetiva construção do OTSS, com a incorporação de diversos novos integrantes à equipe, muitos dos quais pertencentes ao FCT, por isso um momento de grandes desafios para esse movimento social. A realização de um processo de planejamento foi essencial naque-

le momento, pois garantiu que o FCT mantivesse uma agenda estratégica relacionada, mas independente do OTSS.

Ainda nesse planejamento, em razão da identificação da necessidade de fomento a novas lideranças comunitárias e com base na experiência de participação dos jovens vinculados ao FCT no Programa Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS), Núcleo jovem do FCT: experiências de formação e organização”), projeto realizado pelo OTSS, foi criado o Núcleo Jovem do Fórum de Comunidades Tradicionais, que vem desempenhando papel importante na luta das comunidades e na formação de novas lideranças, articulando-se com o OTSS e fortalecendo as estratégias de atuação deste Observatório e do FCT. Este exemplo ilustra bem o papel que a governança coletiva e democrática, baseada em ferramentas de planejamento estratégico, pode ter no fortalecimento das comunidades tradicionais.

Ainda nessa oficina, foram definidas as participações dos comunitários na agenda do OTSS, garantindo uma direcionalidade estratégica para o Observatório de acordo com as necessidades e estratégias estabelecidas pelo FCT.

Desde a implementação do OTSS como ator coletivo, no início de 2014, até o fim de 2016, foram realizadas 18 reuniões de coordenação e cinco oficinas de planejamento estratégico semestrais reunindo toda a equipe do OTSS. Em todas as cinco oficinas, a estrutura geral foi a mesma: houve um momento que os núcleos (ou coordenações) se reuniram para definir as ações e um momento de validação dessas ações em plenárias, com todos os integrantes da equipe. Esses momentos foram entremeados por atividades que visavam gerar maior integração entre os membros da equipe ou discutir temas específicos.

O primeiro planejamento estratégico semestral do OTSS ocorreu em julho de 2014, incluindo toda a equipe recém-incorporada. Em dezembro daquele ano, ocorreu a segunda oficina de planejamento estratégico

do OTSS. Nelas, as estratégias definidas no planejamento do FCT foram diretrizes importantes, servindo de base para os planos elaborados. Nessas duas primeiras oficinas, definiram-se estratégias e ações em diferentes níveis de complexidade (denominadas operações, ações e atividades), além de prazos e responsáveis por essas ações, para o período de 12 meses seguintes à data do planejamento. O modelo da ferramenta utilizada, que consolida esse processo, é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Ferramenta de planejamento utilizada nas duas primeiras oficinas de planejamento do OTSS, com exemplos de ações definidas em julho de 2014

Estratégias	Operações	Ações	Prazo	Responsável
Implantar Estrutura Física	Imóvel - Fazer levantamento dos espaços	Contratação do local	Até final de setembro	Flávia e Marcela
	Mobiliário - Mobiliário com características locais	Levantamento das necessidades locais	Até final de outubro	
Apoiar a qualificação do FCT	Apoiar o desenvolvimento institucional do FCT: comunicação -	Criar identidade visual do OTSS	Até 23/08	Thereza, Edu
	Dar visibilidade e comunicar as ações do OTSS e do FCT	Lançamento, Manutenção e Ocupação de espaços da Campanha Preservar é Resistir	Ago/14	Edu, Thereza

Fonte: elaborado pelos autores.

Nessas primeiras oficinas, as ações definidas apresentavam dois perfis: ou eram ações estritamente operacionais, como aquelas apresentadas nas duas linhas superiores do Quadro 1; ou eram ações de caráter

mais estratégico, porém pouco objetivos, como aquela apresentada na linha 3. Poucas ações tinham um caráter estratégico e uma definição objetiva, o que refletia o nível de maturidade do projeto do FCT e do OTSS.

Entre as duas oficinas, o FCT realizou mais um planejamento estratégico, em setembro de 2014. Mais uma vez, esse planejamento definiu as principais estratégias de atuação do FCT, que se tornaram diretrizes relevantes para o planejamento do OTSS realizado em dezembro.

O processo de governança em implantação garantiu a autonomia do planejamento do FCT, mas também uma relação estreita com o planejamento do OTSS, e permitiu, naquele momento, que o OTSS definisse diretrizes estratégicas alinhadas às diretrizes do FCT, processo fundamental para a garantia da direcionalidade estratégica de seu desenvolvimento organizacional, em um momento de amadurecimento de suas diretrizes políticas. Todo esse processo levou à ampliação da capacidade de gestão do OTSS e à maior efetividade das ações do FCT. E possibilitou, a partir do terceiro encontro, ocorrido em julho de 2015, que o planejamento do OTSS processasse as questões estratégicas até o planejamento objetivo das ações, o que foi fundamental para garantir a efetividade de seu projeto e ampliar sua governabilidade no território (Freitas *et al.*, 2017). O Quadro 2 apresenta a ferramenta utilizada nessa oficina, com um exemplo da discussão estratégica formulada de forma objetiva. Nesse quadro, é apresentada uma estratégia fundamental para a disputa territorial que as comunidades tradicionais enfrentam, que é a caracterização dessas comunidades (Freitas *et al.*, 2016). As ações definidas para a execução dessa estratégia são muito objetivas, possibilitando a ela um avanço importante desde julho de 2015.

Fica nítida a passagem de um planejamento com características mais normativas, que manifestava um desejo coletivo do OTSS, para um planejamento mais estratégico e tático-operacional, que parte do real e constrói uma proposta de ações com base na realidade do território, revelando seu amadurecimento organizacional.

Tabela 2 – Ferramenta de planejamento utilizada nas três últimas oficinas de Planejamento do OTSS

Estratégias	Operações / Ações	Equipe	2015/2						Recursos Necessários			
			J	A	S	O	N	D	Nº. de pessoas	Diárias	Valor Total	
Caracterização dos Territórios Tradicionais	Caracterização Trindade	Anna, João e Natália	x	x	x	x				3	250,00	750,00
	Caracterização de outras duas comunidades							x	x			

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir do momento em que se definiram ações mais objetivas, tornou-se possível que essas ações fossem acompanhadas de um planejamento orçamentário. Desse modo, a ferramenta apresentada no Quadro 2, além de trazer um conteúdo estratégico mais objetivo, é uma ferramenta mais complexa de planejamento, pois traz também a orçamentação.

Esse processo ocorreu sem a necessidade de se pautar em um planejamento do FCT (não foi realizado planejamento do Fórum no início de 2015), uma vez que as diretrizes principais estabelecidas para o OTSS já estavam calcadas nas necessidades do FCT. Além disso, nesse momento o Núcleo de Qualificação do FCT já era uma parte integrante e madura do OTSS, de forma que as principais diretrizes do Fórum já norteavam as ações estratégicas do OTSS e também parte das ações do seu dia a dia.

Foi possível construir, coletivamente, os planejamentos físicos e financeiros de cada núcleo para o período de 12 meses entre julho de 2015 e julho de 2016 (nesse quadro de exemplo estão apresentados

apenas seis meses, para melhorar a visualização), incluindo estratégias e ações objetivas em diferentes níveis, meses de realização, recursos necessários e valores desses recursos, além de valor total. Tudo isso em relação direta com as necessidades do território, expressadas claramente no planejamento do NQFCT e também nos demais núcleos, que possuíam, quase todos, integrantes do FCT, além de pesquisadores acadêmicos (Freitas *et al.*, 2017).

Nesse momento, as ações definidas já apresentavam um grau de detalhamento significativo. Porém, o correspondente orçamentário dessas ações ainda foi pouco eficiente. No final de 2015 e em meados de 2016, o total executado correspondeu a apenas 48% do total orçado para o OTSS no primeiro período e 51% no segundo período (Freitas *et al.*, 2017). Esse resultado refletiu um planejamento orçamentário superestimado, pois grande parte das ações previstas não foi realizada, redundando em uma orçamentação também superestimada.

Entretanto, a aprendizagem organizacional de construir ações objetivas baseadas nas necessidades do território para dar conta de estratégias relacionadas ao projeto do OTSS, de vincular as estratégias e ações ao orçamento e monitorar sua execução, resultou em um aumento da capacidade de gestão, da efetividade, da eficiência, da responsabilização e da solidariedade de todos os núcleos, promovendo a autonomia individual e coletiva.

Em julho de 2016, o processo de planejamento incorporou duas evoluções metodológicas: a definição de um teto orçamentário para cada núcleo, baseado no montante gasto nos períodos anteriores e no total disponível para ser gasto pelo OTSS; e a realização de planejamento conjunto do NTT e do NQFCT, que são os núcleos finalísticos do projeto e, portanto, aqueles que realizam mais ações e definem as ações dos demais núcleos, os quais são meios para o alcance dos resultados planejados.

A definição de um teto orçamentário foi essencial para o processo de avanço de um planejamento normativo para um planejamento estratégico, pois com um valor máximo a ser gasto, os núcleos deixaram de planejar segundo o desejo dos pesquisadores acadêmicos e comunitários, que compõem cada núcleo, e passaram a planejar considerando dados de disponibilidade financeira, estabelecendo as ações prioritárias que receberiam recursos. Também garantiu um avanço no processo de aprendizado dos integrantes do FCT (e dos demais integrantes do OTSS), pois gerou a necessidade de uma discussão efetiva de prioridades baseadas nas necessidades do território e na disponibilidade de recursos. Esse foi um processo que gerou empoderamento e autonomia para todos os membros da equipe do OTSS, incluindo pesquisadores comunitários, pois exigiu que todos discutissem os recursos disponíveis e necessários e entendessem como deveriam ser aplicados.

Além disso, ao realizar um planejamento conjunto das áreas finalísticas, foi possível ampliar a sinergia entre as ações do NTT e do NQFCT, reduzindo as repetições e otimizando esforços, garantindo ainda maior direcionalidade estratégica ao OTSS em relação às necessidades do território e das comunidades tradicionais.

A evolução no planejamento representou uma inovação teórico-prática nos processos de gestão do OTSS e do FCT, que vem fortalecendo a descentralização político-administrativo-financeira e os processos de responsabilização e autonomia, o que é essencial para ampliar a capacidade de gestão de forma democrática e participativa (Gallo, 2009a).

Houve uma evolução consistente também nos processos de monitoramento e avaliação daquilo que foi planejado, principal fator responsável por induzir as mudanças no processo de planejamento, pois possibilitou o entendimento das dificuldades dos pesquisadores no momento de planejar e executar o planejamento. Portanto, houve um

processo de discussão em várias instâncias que permitiu maior integração das decisões e maior participação do conjunto da equipe, sem que isso reduzisse a agilidade das decisões, garantindo sua legitimidade e a eficácia (Freitas *et al.*, 2017).

Esse é um ponto crucial do processo de gestão, pois um projeto como o OTSS, no qual a categoria território é central, necessita de decisões participativas e tem limitações de execução gerenciais derivadas dos prazos legais da execução de projetos de financiamento público, mas não pode depender de um processo burocrático para a tomada de decisões. Afinal, muitas vezes, o território apresenta demandas urgentes que precisam de tomadas de decisão participativas e rápidas. Essa agilidade, garantindo a legalidade e sem perder a perspectiva participativa, é o que tem permitido ao OTSS realizar uma gestão capaz de gerar autonomia de sua equipe (incluindo os pesquisadores que fazem parte das comunidades tradicionais) e fortalecer o processo de gestão do FCT.

GESTÃO DE SABERES: RESPEITO, TROCA E AMPLIAÇÃO ENTRE DIFERENTES TIPOS DE CONHECIMENTO

Indira Alves França

Doutora em Educação, Analista da Fiocruz, Coordenadora de Gestão de Saberes do OTSS

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS

A ecologia de saberes é um conceito que visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas inter-vêm. É uma proposta nova e, como tal, exige alguns cuidados. Como é nova, o caminho faz-se ao caminhar. Não há receitas de nenhuma espécie (Santos, 2014: 332).

A gestão de saberes para a produção de soluções territorializadas é um desafio epistêmico e praxístico permanente para o OTSS, especialmente pela sua característica de envolver conhecimentos e práticas comunitários e acadêmicos, trabalhar intersetorialmente e buscar inovações baseadas em tecnologias sociais para os determinantes sociais da vida e da saúde, especialmente os distais.

Para tanto, como referido anteriormente, a pedagogia da autonomia (Freire, 1996) e a ecologia de saberes (Santos, 2007) são dois princípios centrais do OTSS, na medida em que propõem desenvolver novas car-

tografias epistêmicas que visibilizem e valorizem saberes e práticas contra-hegemônicas, demonstrando sua efetividade na produção de formas mais solidárias de apropriação do território.

Santos (2007) argumenta que as linhas abissais que separavam o Novo e o Velho Mundos no período colonial permanecem até hoje de forma estruturante nas relações políticas e culturais injustas do sistema atual. E que, portanto, para a superação da injustiça social e cognitiva global, é preciso construir um pensamento “pós-abissal”, rompendo com a racionalidade e os padrões de ação hegemônicos da modernidade ocidental.

O pensamento pós-abissal se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, entre os quais a ciência moderna, pois se baseia na ideia de que conhecimento é interconhecimento. Na ecologia de saberes, conhecimentos heterogêneos relacionam-se por meio de interações sustentáveis e dinâmicas entre si, sem comprometer sua autonomia.

Assim, esse pensamento rompe com a racionalidade dominante na ciência moderna, que assume seu discurso como epistemologicamente superior, aprofundando o abismo. Um pensamento pós-abissal requer copresença radical.

A co-presença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários. [...] Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo (Santos, 2007: 85-86).

A ecologia de saberes, portanto, é uma abordagem da realidade construída a partir da pluralidade de conhecimentos e do diálogo entre esses conhecimentos, que permanecem autônomos, mas, mediante essa relação, produzem novos saberes.

Freire (2003) aponta a importância de uma pedagogia voltada para

a autonomia dos sujeitos e construída a partir do território, entendido como conjunto de valores e práticas referidos a determinado espaço e em determinado tempo e que caracterizam a sua produção social. Isso se dá a partir de e sobre uma realidade particular, em que os vetores da racionalidade dominante entram em embate com a emergência de outras formas de vida, o que exige projetos e ações que sejam capazes de compreender e – consequentemente – transformar as práticas sociais referidas ao território, produzindo autonomia individual e coletiva.

Ao reconhecer a pluralidade de conhecimentos do território e a necessidade de que tenham efetividade prática, para que não sejam apenas representações do real, mas vetores de transformação do território e das práticas que o constituem e transformam permanentemente, a equipe do OTSS tem o objetivo constante de desconstrução da posição hierárquica opressora da ciência moderna como epistemologia mais verdadeira, para recolocá-la em uma posição de diálogo horizontal e fértil com os saberes tradicionais quilombolas, indígenas e caiçaras, na busca pela produção de conhecimentos críticos, soluções e tecnologias que promovam a saúde e o desenvolvimento sustentável na Bocaina (Setti *et al.*, 2016; Freitas *et al.*, 2016; Gallo *et al.*, 2016).

Nesse sentido, entende-se que é preciso evidenciar como os profissionais, gestores e movimentos sociais atuantes na promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável necessitam vivenciar processos formativos diferenciados, vinculados ao território e mais potentes do que os usuais para promover autonomia individual e coletiva, desenvolvendo as competências necessárias para produzir soluções para os desafios estruturantes de seus territórios.

No contexto do modo de governança do OTTS¹, o Núcleo de Gestão de

¹ Ver capítulo “Governança comunicativa, gestão estratégica e avaliação participativa”.

Saberes (NUGES) tem por objetivo propiciar condições para que a equipe do OTSS, comunitários e outros atores atuantes no território da Bocaina possam vivenciar experiências de ensino e aprendizagem baseadas na ecologia de saberes e na pedagogia da autonomia, proporcionando o desenvolvimento dos conhecimentos críticos almejados.

Assim, o NUGES desenvolve ações em que o diálogo entre os diferentes saberes são vivenciados na prática no projeto OTSS como um todo. Além disso, é responsável, diretamente, por diferentes ações em que esses preceitos são os pilares da construção de novos conhecimentos. Entre essas ações, estão o “CASA Livre – Comunidades Autônomas e Saberes Livres: Programa de Formação para Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina”, um esforço do NUGES de sistematizar tanto as atividades de formação existentes quanto as pretendidas pelo OTSS; a oficina “Águas do Carapitanga”, que trabalhou com a gestão hídrica da bacia do Rio Carapitanga; o programa “Mentes Abertas & Corações Pulsantes”, que trabalha a formação da equipe do OTSS; os programas de estágios e residências multidisciplinares em saúde, que são arranjos institucionais para formação e aprimoramento nos serviços de saúde do território; e a cartografia social, que consiste em uma espacialização das práticas tradicionais visando à defesa e preservação dos espaços e recursos associados ao seu modo de vida. O detalhamento desses projetos e ações estão em diferentes tópicos ao longo deste livro².

² Ver capítulo “Casa Livre: Comunidades Autônomas e saberes livres” (seção “Tronco”) e todos os capítulos da seção “Flores e frutos”.

CASA LIVRE: COMUNIDADES AUTÔNOMAS E SABERES LIVRES

Indira Alves França

*Doutora em Educação, Analista da
Fiocruz, Coordenadora de Gestão de
Saberes do OTSS*

Edmundo Gallo

*Pesquisador Titular da Fiocruz,
Pesquisador Sênior da Universidade de
Coimbra e Coordenador Geral do OTSS*

Em 2016, o OTSS deu o primeiro passo para a construção do “Casa Livre – Comunidades Autônomas e Saberes Livres: Programa de Formação para Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina”. O programa é um esforço do NUGES de sistematizar tanto as atividades de formação já existentes no OTSS quanto as atividades de formação pretendidas nos próximos anos para o território, visando à constituição futura da Universidade Livre da Bocaina.

Desde seu início, o OTSS trabalha com processo formativo. Entretanto, essas atividades de formação não vêm sendo registradas de maneira formal como atividades de ensino, nem se constituem como um programa. Além disso, há demandas reprimidas por atividades de formação em diversos temas, para distintos públicos e de diferentes características, desde cursos de curta duração específicos até cursos de pós-graduação.

O processo coletivo de implantação e desenvolvimento do Casa Livre, portanto, abrange diferentes ações: mapeamento, reconhecimento e certificação das atividades já realizadas; mapeamento de necessidades de formação do FCT; mapeamento de necessidades de formação na região; definição de diferentes atividades de formação a serem desenvolvidas (formação da equipe, cursos de extensão, especialização, mestrado,

oficinas etc.); e estabelecimento de prioridades de ação.

Em um primeiro momento (segundo semestre de 2016), identificaram-se as atividades de formação já existentes, assim como fez-se a prospecção das atividades que deveriam ser implantadas (Quadro 1):

Quadro 1 – Casa Livre: atividades de formação / 2016

Tipo de Formação	Tema	Público	Data
Ensino Fundamental (Apoio)	Educação Diferenciada	Crianças e adolescentes das comunidades	Em andamento
Extensão/ Atualização/ Formação Continuada	Formação Docente Educação Diferenciada (apoio)	Professores que atuam nas comunidades tradicionais	Em andamento
	Formação FCT Sociopolítica	Fórum das Comunidades Tradicionais	A ser implantado
	Formação FCT Justiça Socioambiental	Fórum das Comunidades Tradicionais	A ser implantado
	Partilhas – Diferentes Temas	Comunitários / Técnicos e outros	Em Andamento
	Oficinas – Diferentes temas		Em Andamento
	Mentes Abertas & Corações Pulsantes	Equipe OTSS	Em Andamento
	Residências e Estágios	Profissionais da Saúde e de outras áreas, em formação	Em andamento
Cursos Técnicos	Diferentes temas	Comunitários e Técnicos	A ser implantado
Especialização	Gestão de Territórios Sustentáveis	Técnicos e Gestores que atuam na Bocaina	A ser implantado
Mestrado Profissional	Gestão de Territórios Sustentáveis	Técnicos e Gestores que atuam na Bocaina	A ser implantado
Graduação (cursos tecnológicos)	A definir	Comunitários e moradores da região	A ser implantado

Fonte: elaborado pelos autores.



Para debater os desafios relativos às necessidades formativas da região da Bocaina, visando ao planejamento de ações de formação e ao fortalecimento da possibilidade da oferta de ensino, realizou-se a primeira Oficina do Casa Livre, “Estabelecendo redes e parcerias”, nos dias 3 e 4 de novembro de 2016, no Quilombo do Campinho, em Paraty. Objetivou-se construir coletivamente as bases curriculares de uma pós-graduação em Gestão de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, dos cursos de formação política do FCT, assim como pensar a gestão estratégica do programa de formação, complexa em razão da temática, da abordagem e da multiplicidade das instituições envolvidas.

O evento contou com a participação da equipe do OTSS, de comunitários de todas as etnias e representantes de diferentes entidades de ensino e pesquisa parceiras – diversos institutos da Fiocruz, Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Pará (UFPA), Colégio Pedro II (CPII),

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Instituto Polis e Coletivo de Educadores de Paraty.

O debate realizado mostrou que o Casa Livre emerge num contexto de lutas das comunidades, num cenário político e econômico adverso, no qual sua formação política se torna ainda mais relevante. Também evidenciou que a educação diferenciada, desenvolvida a partir do contexto do território, dos valores, saberes e práticas que conformam o modo de vida tradicional, ainda é um conceito em construção, de uma educação também em construção. O consenso é que ela deve ser o alicerce da formação das comunidades tradicionais no Casa Livre.

Nesse contexto, os principais desafios identificados foram: formação em prol da melhoria da qualidade de vida do coletivo; ecologia de saberes como princípio; reconhecimento dos saberes tradicionais; o fato de o programa estar ao mesmo tempo em construção e em andamento; e a tensão entre educação formal (escolar) e não formal (familiar, comunitária), o que gera uma tensão entre normatização (certificação, regras) e autonomia.

Por fim, elencaram-se as perspectivas favoráveis ao programa, como: potencial humano (comunitários, técnicos e acadêmicos envolvidos); potencial institucional (grandes instituições de ensino e pesquisa); diferentes possibilidades de certificação (extensão, pós-graduação, formação inicial e continuada para o trabalho, cursos livres); experiências já em andamento em sinergia com a proposta, Projeto Encontro de Saberes, Universidade de Brasília/UnB; curso de extensão da UFF com mestres locais, mestrado em educação IEAR-UFF; Formação de Agentes Públicos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Universidade Anísio Teixeira (Bahia); possibilidades de educação à distância e a Rede de Educação Casa Livre. Em relação à recém-criada Rede de Educação Casa Livre, identificou-se como potência essa

perspectiva de superar os isolamentos entre as atividades educacionais das diferentes organizações no mesmo território, passando a gerar sinergias mediante redes solidárias de cooperação e diálogos.

Algumas das estratégias discutidas são experiências concretas de formação já realizadas e compreendidas no Casa Livre, como: o Programa Mentes Abertas & Corações Pulsantes; a experiência com residentes e estagiários no território; as experiências de formação direcionadas ao FCT (Planejamento Estratégico, Cartografia Social e Núcleo Jovem); e a experiência com educação diferenciada no território. Essas experiências concretas já realizadas serão apresentadas em capítulos específicos na seção “Flores e frutos”.





~ FLORES E FRUTOS



PITSS – PROGRAMA INSTITUCIONAL DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA FIOCRUZ

Mauro de Lima Gomes

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/ UERJ), Servidor da Fiocruz e Coordenador de Articulação Política e Institucional do OTSS

Leonardo Esteves de Freitas

Biólogo, Doutor em Geografia, Pós Doutor em Gestão da Biodiversidade e em Gestão de Riscos de Desastres, Coordenador de Governança e Gestão do OTSS

Pedro Gontijo

Escritor, Mestre em Educação (Unicamp), Especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Hospital Sírio Libanês), graduado em comunicação social (UFMG), ex-Coordenador de Comunicação do OTSS

Guilherme Franco Netto

Médico, MPH, Ph.D. em Epidemiologia Ambiental, Pós Doutor em Saúde Coletiva, Especialista em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz

Erica Mazzieri

Administradora de empresas com foco em gestão financeira e consultora em incubação de empreendimentos comunitários e projetos sociais territorializados

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS

A missão e os acúmulos históricos da Fundação Oswaldo Cruz, quando voltados para os desafios propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), criou uma série de processos institucionais convergentes, os quais se consolidaram na criação do Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Fiocruz (PITSS/ Fiocruz). A Fiocruz, como instituição pública estratégica de Estado voltada a elevar a qualidade de vida e de saúde da população brasileira, em seu Mapa Estratégico para o período de 2014 a 2022, relaciona “saúde, ambiente e sustentabilidade” como um dos cinco eixos estru-

turantes da instituição.

A participação da saúde nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresenta desafios no que se refere a compreender, formular e articular processos interdisciplinares, multissetoriais e multiescalares de amplo espectro, envolvendo as múltiplas manifestações dos seus pilares econômico, ambiental e social. Assim, no contexto da implementação da Agenda 2030 da Fiocruz, apresenta-se um conjunto de possibilidades. Primeiramente, contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas nacionais e regionais que dialoguem com os ODS, levando em consideração as dimensões de ensino, desenvolvimento científico, inovação tecnológica, cooperação técnica e oferta de serviços. As plataformas de promoção da saúde, determinação social da saúde e articulação da saúde com todas as políticas encontram nos ODS uma excelente oportunidade de potencializar e realizar seus objetivos.

Em segundo lugar, atendendo ao convite das Nações Unidas, a Fiocruz integra o Grupo de Trabalho de dez especialistas identificados pela ONU para apoiar o Mecanismo de Facilitação Tecnológica (TFM), com a finalidade de reforçar o papel da ciência, tecnologia e inovação (CTI) nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As três maiores prioridades do TFM são: ações e políticas que fortaleçam a CTI em cada país; plataformas para partilhar informação e aconselhamento entre os países e as sociedades sobre políticas, ações, parcerias e tecnologias; e mecanismos para o desenvolvimento de planos e roteiros para a realização dos ODS nacionais e internacionais de ação. No contexto dessa iniciativa, a Fiocruz tem apontado a necessidade do desenvolvimento de tecnologias sociais (Dagnino, 2016) como “produtos, técnicas e/ou metodologias re-aplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”, capazes de induzir processos sustentáveis de governança nos quais as sociedades e os ecossistemas são os beneficiários das soluções propostas.

Em terceiro lugar no conjunto de possibilidades, tendo como elemento-base as iniciativas de sustentabilidade dos processos internos da instituição, pretende-se disseminar o conceito da sustentabilidade em todo o espectro de processos e práticas dos campi Fiocruz. Nesse sentido, destaca-se a Agenda de Sustentabilidade Ambiental na Administração Pública (A3P): adoção dos selos de sustentabilidade verde e laranja e o Programa Institucional Fiocruz Saudável – o qual tem por pressuposto a interdisciplinaridade como forma de intervenção, com focos disciplinares de biossegurança, ecologia, saneamento e saúde do trabalhador.

Em quarto lugar, uma vez que os desafios do desenvolvimento sustentável se manifestam mais nitidamente na escala local, de acordo com as dinâmicas socioambientais e econômicas singulares dos territórios, emerge o interesse de desenvolver uma estratégia institucional de sistematização das iniciativas existentes e indução de territórios saudáveis e sustentáveis.

Nesse sentido, foi instalado um Grupo Executivo na Fiocruz com o objetivo de subsidiar a Presidência na formulação da proposta de um Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS). No processo de discussão para a constituição deste programa, realizou-se uma série de reuniões dos membros do Grupo Executivo e oficinas ampliadas com diversos colaboradores da Fiocruz envolvidos em ações institucionais relevantes para os desafios do PITSS.

Primeiros apontamentos

Como resultados desses primeiros esforços para formular um programa consistente, chegou-se aos seguintes primeiros apontamentos:

- É necessário incluir diversidade no modelo, pois os projetos aconte-

cem em locais diferentes, com práticas e objetos diferenciados.

- É necessário propor a adoção de um referencial teórico como “ecologia de saberes”, entre outras iniciativas capazes de promover autonomia e geração de soluções para todos os envolvidos no processo (beneficiários e pesquisadores/mediadores da instituição), de forma a contemplar: o dilema do pesquisador/mediador como promotor de solução na perspectiva de facilitador; propostas de solução viáveis e capazes de serem implementadas, considerando a autonomia e a sustentabilidade do grupo beneficiário.

- É necessário considerar a mediação direta com os beneficiários dos projetos, importante papel a ser assumido pela Fiocruz para melhoria da qualidade de vida. Propõe-se fortalecer estratégias intersetoriais com diversas instâncias e órgãos do governo. Sugere-se a inclusão de políticas públicas e intersetorialidade nos modelos propostos.

- É necessário considerar a viabilidade de replicação da tecnologia social desenvolvida e da expansão das ações para além do âmbito institucional.

- Deve-se ressaltar, no modelo, as dimensões “Saúde e meio ambiente”, reafirmando que a saúde é o principal foco institucional e que a complexidade do ambiente é determinante da qualidade de vida das comunidades contempladas nos projetos sociais.

- Apesar da importância estratégica da Agenda 2030, as comunidades beneficiárias ainda não conseguem participar em alguns espaços estratégicos do processo de discussão de importantes debates que envolvem sua autonomia e sustentabilidade. Uma das hipóteses de causa para essas situações observadas com significativa frequência

é que fatores externos, como a especulação imobiliária, fazem tanta pressão que dificultam o processo de diálogo e discussão, impedindo que a comunidade acesse esses espaços estratégicos e neles tenha voz. Para superar esse desafio, reconhece-se a importância de replicar tecnologias sociais e da interação instituição-comunidades, com foco na promoção da melhoria na qualidade de vida.

- É importante contemplar a dimensão das políticas públicas e o papel institucional da abertura de espaço de reflexão, debate e contribuição na adequação de políticas públicas voltadas para facilitar o acesso e a inclusão de grupos específicos não contemplados na legislação atual.
- É fundamental considerar a diversidade dos territórios. Para isso, uma das propostas é incluir, no modelo, a categoria “classe social”, uma vez que constitui a principal forma de organização da sociedade.
- Deve-se considerar as diferentes estratégias institucionais para tratamento dos conflitos presentes nos territórios. Há necessidade de contemplar, no modelo proposto, os conflitos e a gestão participativa, inclusive como elemento facilitador da replicabilidade das tecnologias.

O Modelo do Marco Lógico-Institucional do Programa

O documento preliminar submetido ao GE apresenta os desafios para as agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável, destacando a magnitude do impacto da crise ambiental global e a estruturação da Agenda 2030, apoiando a promoção da inclusão social e do desenvolvimento humano sustentável. Em comum, estão os objetivos de promover o acesso à cidadania, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimen-

to econômico e a qualidade de vida; a governança intersetorial e participativa como modo de gestão e o território como elemento contextualizador de sua implantação.

O autor indica que as propostas de políticas, programas e projetos destacam o território como categoria central. Com efeito, toda investigação ou formulação parte de um território vivo, de uma territorialidade, entendida como o conjunto de valores e de práticas referidos a determinado espaço e em determinado tempo e que caracterizam a sua produção social, que se dá a partir de e sobre uma realidade particular em que os vetores da racionalidade dominante entram em embate com a emergência de outras formas de vida, o que exige projetos e ações capazes de compreender e, conseqüentemente, transformar as práticas sociais referidas a territórios, produzindo autonomia individual e coletiva⁶.

As respostas aos desafios produzidos pela convergência de agendas de saúde, meio ambiente e desenvolvimento vêm sendo buscadas por experiências que procuram adotar abordagens promotoras de justiça socioambiental, equidade, autonomia e sustentabilidade a partir da governança local comunicativo-estratégica.

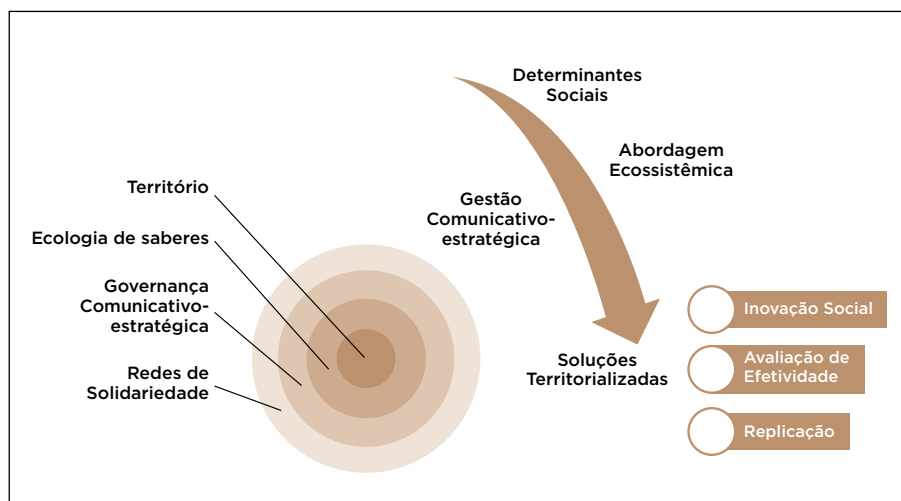
Para permitirem tais possibilidades emancipatórias, as Agendas devem construir um pacto territorial em torno de três dimensões: instituição de mecanismos de governança participativa e estratégica do território; garantia dos direitos à cidadania que assegurem um padrão mínimo de equidade e qualidade de vida, definido pelas condições e serviços habitacionais, urbanos e ambientais; e inserção da economia local em um modo de desenvolvimento sustentável.

A Agenda Territórios Sustentáveis e Saudáveis tem necessariamente

⁶ Elemento integrante do documento de desenvolvimento institucional da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz (VPAAPS).

que problematizar as distintas dimensões da determinação social da saúde e intervir sobre elas, articulando diferentes escalas e integrando-se às agendas de economia solidária, gestão e uso do território, agroecologia, segurança alimentar, resgate e atualização cultural, entre outras, tornando-se assim potencialmente promotora de equidade e sustentabilidade. O documento apresenta ainda um conjunto de diagramas teórico-metodológicos para abordagem de territórios sustentáveis e saudáveis tendo como base o marco lógico que se segue.

Figura 1 – Territórios Sustentáveis e Saudáveis (Marco Lógico)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Interloquções Institucionais para o Desenvolvimento do Programa

Ao considerar esse marco lógico e os primeiros apontamentos sistematizados nas reuniões do Grupo Executivo e oficinas temáticas, os colaboradores da Fiocruz envolvidos dividiram-se em quatro grupos de traba-

lho, com focos específicos para desenvolver diretrizes necessárias para a constituição do PITSS:

- 1) Governança;
- 2) Formação;
- 3) Comunicação;
- 4) Mapeamento de iniciativas existentes.

Ao se levar em conta que há “entradas-fluxos” de iniciativas relacionadas ao tema em diversos espaços da Presidência da Fiocruz, onde o Programa pretende ser ancorado, é necessário estabelecer um mecanismo de coordenação adequado a essa realidade, identificar diretrizes de governança, coordenação e mecanismos de gestão coletiva em que o conjunto das unidades da Fundação Oswaldo Cruz estejam representadas institucionalmente no PITSS.

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO

Diretrizes de formação

A educação é estratégia importante para a promoção do desenvolvimento local sustentável. A relação educação/território deve permitir a experimentação de novos modos pedagógicos que propiciem o desenvolvimento dos territórios, tanto social quanto cultural, político e econômico, assim como a proteção dos recursos ambientais.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa. Precisa assegurar uma visão de totalidade do processo educativo como espaço da democratização do saber e da formação plena do cidadão engajado na sua his-

tória e na sociedade na qual está inserido. Deve ser fruto da interação entre os objetivos e as prioridades fixados pela coletividade.

O caráter político e pedagógico leva à definição da função social da educação, já que é na sua ação que se torna possível a efetivação de práticas sociais emancipatórias ou não, da formação de um sujeito social crítico, solidário, compromissado, criativo, participativo.

Nesse sentido, são destacados para o eixo Formação o conceito de território como espaço de aprendizagem, de educação e de emancipação, e os referenciais teóricos e as práticas de experiências em curso na Fiocruz, a exemplo do projeto da Bocaina, o do Piauí, de Manguinhos, da Mata Atlântica etc.

Cabe destacar a indução do Projeto Territórios Saudáveis e Sustentáveis do Semiárido⁷, que visa ao diálogo dessa abordagem para soluções de problemas das populações nos territórios cronicamente afetados pela escassez de água. Ao recuperar o que está no plano de trabalho no qual se baseia o contrato da Fiocruz com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a gestão da iniciativa Teias Escola Manguinhos, destacam-se princípios norteadores que devem ser reafirmados no PITSS:

Compreensão do Sistema Único de Saúde (SUS) como instância formadora e espaço de experimentação de tecnologias em saúde.

Promoção das potencialidades educativas no território: educação para cidadania promovendo a reflexão de ações sobre a realidade na lógica de educar para transformação; formação e educação permanente em saúde para os trabalhadores do território, considerando o papel educativo e articulador do agente comunitário de saúde; produção de tecnologias de educação e saúde potencializadoras da comunidade.

⁷ Cooperação entre Fiocruz e Funasa, cuja gestão de termo de execução descentralizada é realizada pela Gerência Regional de Brasília da Fiocruz (GEREB).

Produção de inovações tecnológicas que potencializem as práticas educativas e a gestão do cuidado (exemplos: material educativo, educação e comunicação e saúde, telessaúde, ferramentas de educação à distância).

Produção e gestão de conhecimentos científicos e tecnológicos envolvendo alunos pesquisadores e moradores formando uma comunidade de aprendizagem e pesquisa; realização de pesquisas estratégicas e aplicáveis a gestão, atenção e promoção de saúde no território.

Fortalecimento de redes de cooperação interna entre as unidades de ensino, pesquisa e atenção; construção de parcerias envolvendo escolas, famílias, poder público, universidades, organizações sociais, associações de bairro e indivíduos, capazes de administrar as potencialidades educativas da comunidade; articulação e gestão de ações intersetoriais e fortalecimento da comunicação local.

Desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação de indicadores locais, assim como avaliação de políticas sociais e de saúde na ótica da intersetorialidade e da participação social.

Promoção de uma educação em base territorial que respeite a realidade de cada local e impulsione o seu desenvolvimento sustentável; deve utilizar, valorizar e respeitar os conhecimentos disponíveis em cada território.

Diretrizes de Comunicação

Estão sendo elaboradas com base em três dimensões:

Dimensão interna – comunicação entre os atores do PITSS; foi criada plataforma de interação via plataforma Ágora para servir de repositório de diálogos, documentos e informações ordenadoras do PITSS.

Dimensão Fiocruz – comunicação do PITSS para a Fiocruz; pretende-se produzir notas informativas mensais e extraordinárias com base no mapeamento e pelos canais da Coordenadoria de Comunicação So-

cial (CCS) da Fiocruz. Após a concepção do PITSS, seus limites e formas amadurecidas, haverá o desenvolvimento de estratégia de comunicação mais completa.

Dimensão Mundo – divulgação do PITSS para o público geral; as estratégias de comunicação relacionadas a essa dimensão serão desenvolvidas, futuramente, após o programa já estar mais solidamente constituído.

Mapeamento de Iniciativas Existentes na Fiocruz

Dentre as atribuições do Grupo Executivo, está a realização de mapeamento de iniciativas existentes na Fiocruz de forma a estabelecer interlocuções institucionais para o desenvolvimento do programa. Essa atividade consistiu em estruturar um banco de dados que integre o conjunto das iniciativas institucionais que tenham identidade com o conceito de territórios sustentáveis e saudáveis.



A oportuna iniciativa desencadeada pela Coordenadoria de Cooperação Social da Fiocruz em realizar levantamento de iniciativas afins ao tema⁸ possibilitou que os instrumentos ali desenvolvidos pudessem ser aplicados para o propósito do PITSS.

Espera-se que os resultados do mapeamento da Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência também deem suporte para a estruturação do PITSS, que prevê estratégias de indução e estímulo à construção de ações de diferentes naturezas técnicas e metodológicas que tenham como objetivo contribuir para a promoção de territórios sustentáveis e saudáveis onde a instituição atua, otimizando esforços e trabalhando de forma integrada.

A saúde como produção social

Os marcos teórico-metodológicos do PITSS partem da premissa de que a saúde é uma produção social e colocam como referência as abordagens promotoras de justiça socioambiental, equidade, autonomia e sustentabilidade a partir da Governança local comunicativo-estratégica, como possibilidades de construção de práticas emancipatórias – sendo a instituição de mecanismos participativos para a gestão nos territórios locais uma de suas dimensões estratégicas.

O alcance dos compromissos do setor saúde em âmbito mundial, referenciados nos princípios da participação, da intersetorialidade e da equidade, só será possível na medida em que os sujeitos sociais, indivi-

⁸ A Coordenadoria de Cooperação Social da Presidência convidou os parceiros a participarem do primeiro mapeamento institucional dos projetos e iniciativas das unidades Fiocruz em interface com grupos sociais, comunidades, territórios e regiões. Esse convite se deu pelo reconhecimento na comunidade científica da Fiocruz de numerosos trabalhos nos quais a ciência amplia seus limites tradicionais para ir ao encontro de práticas participativas.

duais e coletivos, constituam-se como sujeitos autônomos, reconhecendo-se e sendo reconhecidos como portadores de saberes e direitos.

O território-lugar, como contexto de vida das pessoas, expressa as condições de vida e é determinante no acesso delas aos direitos de cidadania. É no território que estão as condições para a promoção da participação social – princípio fundante do SUS. Participação que se fundamenta em processos que tenham como princípio a promoção da autonomia e da emancipação dos sujeitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, o PITSS tem enorme potencial de se tornar um programa estratégico para ampliar a capacidade de gestão da Fiocruz em projetos de desenvolvimento territorializado, fortalecendo seus eixos estratégicos e sua atuação na Agenda 2030.

TRANSIÇÃO TECNOLÓGICA E BEM VIVER: CONSTRUINDO TECNOLOGIAS SOCIAIS

Edmundo Gallo

*Pesquisador Titular da Fiocruz,
Pesquisador Sênior da Universidade de
Coimbra e Coordenador Geral do OTSS*

Fábio José dos Reis Oliveira

*Engenheiro Florestal, Coordenador de
Transição Tecnológica do OTSS*

Gustavo C. X. M. P. Machado

*Engenheiro químico, mestre em
engenharia ambiental e doutor em
Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social (UFRJ). Atua como
pesquisador e assessor técnico de
saneamento ecológico e na equipe de
Gestão de Saberes do OTSS*

Nosso ponto de partida é a ótica do bem viver, a qual embasa o modo de vida das comunidades tradicionais. Nessa ótica, a promoção do desenvolvimento sustentável e da saúde no território da Bocaina implica a criação de soluções capazes de reorganizar os processos de trabalho para promover modos de produção e consumo cooperativos e solidários. Nesta seção, “Flores e Frutos”, apresentamos algumas soluções que se destacaram na experiência do OTSS.

Construir territórios sustentáveis e saudáveis exige uma apropriação crítica pelos sujeitos a partir da ecologia de saberes e por meio de uma pedagogia da autonomia, resultando em governança local solidária, produção sustentável e políticas efetivas de cidadania (Gallo *et al.*, 2012). Portanto, nosso processo de criação de soluções precisou ser pautado pelo empoderamento e produção de autonomia, equidade e sustentabilidade, buscando construir cartografias epistemológicas contra-hegemônicas derivadas do cotidiano reinventado criticamente (Gallo *et al.*, 2012).

A Bocaina é um território em disputa. Os distintos projetos de desenvolvimento para esse território expressam-se em diferentes arranjos tecnopolíticos que disputam sua organização. De um lado: tecnologias convencionais; políticas e empreendimentos excludentes, muitas vezes predatórios e violentos; e estratégias de qualificação subalternas da força de trabalho. Deste outro lado: tecnologias sociais inovadoras que fomentam políticas e arranjos produtivos territorializados e inclusivos, que promovem o protagonismo comunitário.

O primeiro projeto ainda hoje é hegemônico na Bocaina, e sua racionalidade colonizou em diversos graus a organização da produção e do consumo nas comunidades tradicionais, levando à diminuição da utilização de seus conhecimentos e práticas tradicionais. O segundo, contra-hegemônico, resistiu e avançou na recuperação desses saberes e práticas, buscando parcerias tecnopolíticas que ampliassem sua efetividade na (re)organização de seu modo de vida. Nesse contexto, o FCT fez a opção pelo enfrentamento da racionalidade hegemônica e pela implantação de estratégias de preservação e recuperação dos saberes e tecnologias tradicionais, além de sua associação ao conhecimento e tecnologias científicos, promovendo a transição tecnológica no território.

O OTSS associou-se ao FCT nesse desafio: gerar conhecimento crítico e tecnologias inovadoras para a implantação de ações estruturais e estruturantes, articuladas e apoiadas por uma incubadora de tecnologias sociais. Tal incubadora promove territórios sustentáveis e saudáveis a partir da identificação, articulação e avaliação das agendas sociais territorializadas; do desenvolvimento de tecnologias baseadas em uma ecologia de saberes efetiva; e do uso de metodologias participativas, de parâmetros e indicadores de caracterização, análise, monitoramento e avaliação de experiências de territórios saudáveis, os quais são validados multicentricamente.

Essa incubadora de tecnologias sociais atua como uma pesquisa-a-

ção, buscando incluir os diversos atores do território, partindo da ecologia de saberes e da reflexão crítica. Partir da ecologia de saberes significa propiciar um diálogo horizontal entre todos os conhecimentos; partir da reflexão crítica significa propiciar uma “práxis”, uma ação consciente de si mesmo e de seu território (Santos 2007; Freire, 1983). São utilizadas metodologias de atuação interdisciplinar que propiciam o diálogo entre os atores internos do projeto com os atores externos, estabelecendo pontes de conhecimento mediante um conjunto de experiências dos sujeitos em interação. Com base nessas trocas e nas sistematizações de saberes, pode-se repensar a produção de informações, diagnósticos e tecnologias capazes de captar, disseminar e associar conhecimentos e práticas para suporte do bem viver das comunidades tradicionais.

Promover mudanças no campo da construção do conhecimento para implementação de tecnologias sociais requer desconstruir a noção de “transferência” de conhecimento, substituindo-a por uma noção de construção coletiva dele, de forma adaptada a cada território. Como apontado por Guattari (1990), há uma distância profunda entre as tecnologias desenvolvidas para resolver as questões ambientais e a transferência delas para a população. A noção de “transferência” de conhecimento alimenta uma baixa capacidade de organização social nas comunidades, o que reduz a capacidade de formações subjetivas necessárias para que elas se apropriem desses meios em seus territórios com conscientização.

Nesse caminho, todos os projetos do Núcleo de Transição Tecnológica do OTSS (NTT/OTSS) contemplam uma articulação ético-política, denominada por Guattari (1990) de ecosofia. Estabelecemos ações que contemplem o cuidado com a natureza, mas também a conscientização dos atores sociais por meio de uma abordagem integral, percebendo-os não apenas como receptores, mas como coautores, como parte integrante da tecnologia social em construção. Envolver os indivíduos em todos



os campos da ação propicia um desenvolvimento coletivo, instiga reflexões que geram uma apropriação real da tecnologia como proposto por Paulo Freire – por meio da “práxis”, de uma ação consciente que reflete sobre o processo, os indivíduos de um território que é vivo, onde podem assumir seu papel de protagonistas (Freire, 2016).

Para concretizar essa visão, o ponto de partida dos projetos do NTT/OTSS foi a identificação da hierarquia de prioridades com base nas necessidades expressas pelas Comunidades Tradicionais. Essas prioridades foram materializadas por uma Agenda permanentemente avaliada em um processo de planejamento estratégico-comunicativo, desenvolvido entre o FCT e a Fiocruz desde 2009 (ver os capítulos “Governança comunicativa, gestão estratégica e avaliação participativa” e “Planejamento estratégico para fortalecer o FCT”).

Dessa Agenda, três focos de ação foram coordenados pelo NTT/OTSS:

- agroecologia;
- turismo de base comunitária;
- saneamento ecológico.

A construção dos projetos para esses focos e as localidades de sua implementação foram pactuadas pela equipe multidisciplinar, composta por pesquisadores-técnicos e pesquisadores-comunitários. Essa equipe multidisciplinar e com saberes diversos promoveu trocas e desenvolveu possibilidades de atuação que se adaptam aos diversos territórios comunitários e suas culturas, servindo como estímulo ao trabalho intersectorial e à promoção de políticas públicas na região, gerando autonomia individual e coletiva (Santos, 2003; Gallo & Setti, 2012).

A partir dessa visão sistêmica – que contempla o olhar de todos os atores, considerando as múltiplas construções mentais individuais –, pesquisadores e o objeto de pesquisa se misturaram e as soluções emergiram mediante consensos coletivos (Morin, 2004), desde sua concepção e implementação até o discurso oral e escrito.

Os processos e os resultados apresentados a seguir para os três focos de ação do NTT foram avaliados em reuniões periódicas das equipes multidisciplinares, utilizando a abordagem de avaliação de efetividade desenvolvida pelo OTSS com base em três dimensões (autonomia, sustentabilidade e equidade), analisando evidências da eficácia das estratégias para promover territórios sustentáveis e saudáveis (Gallo & Setti, 2012).

A INCUBADORA DE TECNOLOGIAS SOCIAIS (ITS)

Fábio José dos Reis Oliveira

Engenheiro Florestal, Coordenador de Transição Tecnológica do OTSS

Erika Braz Moço

Licenciada em Ciências Agrícolas, Educadora do Campo, Assessora Técnica do OTSS

Augusto Santiago

Engenheiro, Agrônomo, Consultor Técnico da Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS

Promover a transição tecnológica é a missão da Incubadora de Tecnologias Sociais (ITS) do Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. A ITS atua para articular, qualificar e consolidar os empreendimentos comunitários, assim como as iniciativas coletivas e familiares, desenvolvendo ações que dinamizam a organização comunitária nos focos de ação do Núcleo de Transição Tecnológica do OTSS (NTT/OTSS): agroecologia, turismo de base comunitária e saneamento ecológico.

Essa missão tem um desafio central, o de integrar saberes e produzir conhecimentos capazes de nortear a construção de tecnologias sociais, as quais devem: integrar-se aos modos de vida dos distintos grupos étnicos; gerar melhoria na qualidade de suas vidas e autonomia sobre as estratégias de manutenção das suas identidades culturais e produtivas; apontar horizontes para os territórios, baseando-se nos princípios da sustentabilidade e da promoção da saúde.

Tal desafio está presente também na Agenda 2030 das Nações Unidas e em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2016), os quais permitem uma tematização estrutural ao assumirem a

insustentabilidade do atual modo de produção e consumo globalmente hegemônico. Essa constatação da Agenda 2030 delimita um contexto que abre possibilidades para a definição de uma agenda de implantação de um novo modo de produção e organização social, mais cooperativo e solidário, capaz de promover a justiça socioambiental, ainda que isso dependa dos processos históricos de disputa de hegemonia (Gallo & Setti, 2014a).

Sua efetividade, entretanto, dependerá de seu rebatimento sobre o território, de sua expressão em agendas territorializadas, cuja governança e gestão estratégica, em especial a avaliação de efetividade, são os desafios mais relevantes, demandando objetivos, metas e estratégias matriciais capazes de articular os pilares do desenvolvimento sustentável (Gallo & Setti, 2014: 39).

A busca dessas soluções efetivas desencadeou um conjunto de iniciativas para apoio ao seu desenvolvimento, como o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS (STI Forum), que ocorreu em 2016 na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, onde foram examinadas as estratégias de utilização e disseminação de tecnologias para a promoção do desenvolvimento sustentável para todos. Como parte do Mecanismo de Facilitação Tecnológica instituído pela Agenda 2030, a reunião anual do STI Forum destacou a importância de

facilitar a interação, a formação de parcerias e o estabelecimento de redes entre partes interessadas relevantes e parcerias com múltiplos atores, a fim de identificar e examinar as necessidades e lacunas de tecnologia, inclusive no que diz respeito à cooperação científica, inovação e capacitação, e também para ajudar a facilitar o desen-

volvimento, transferência e disseminação de tecnologias relevantes para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2016).

A Fiocruz participa ativamente do STI Forum e, nele, apresentou a experiência da Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS, destacando o arranjo tecnopolítico desenvolvido para promover a transição tecnológica e contribuir para a implementação de condições para organização dos processos coletivos de trabalho e geração de renda das comunidades tradicionais a partir da agenda estratégica do FCT.

Focos de Ação: agroecologia, turismo de base comunitária e saneamento ecológico

No documento “Agroecologia e o direito à alimentação” (ONU, 2010), é afirmado o potencial da agricultura sustentável ou agroecologia, para alimentar as populações mais pobres e vulneráveis, reparar os danos causados pela produção industrial e, a longo prazo, se tornar um padrão que orientará a agricultura para modos de produção que sejam mais ambientalmente sustentáveis e socialmente mais justos. No Brasil, essa perspectiva levou ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), ou Brasil Agroecológico, que é o instrumento integrador das ações públicas de caráter nacional para o segmento, assim como orientador das políticas territorializadas (Planapo II).

As ações desenvolvidas pela ITS em agroecologia partem do entendimento de que sua promoção aprofunda os laços entre as dimensões agrícolas, ecológicas, sociais e econômicas, em consonância com o Planapo II. Sua implementação é alimentada: pelos saberes e práticas tradicionais e científicas, gerando processos de organização social e política que

contribuem para a resolução das necessidades das comunidades tradicionais, ampliando as iniciativas para promoção da soberania e segurança alimentar e do direito humano à alimentação adequada e saudável; pelo uso sustentável dos recursos naturais e pela conservação dos ecossistemas naturais com a recomposição dos ecossistemas modificados; pela formulação de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos com a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade; pela participação da juventude; e pelo cuidado em estabelecer relações de gênero com mais equidade.

As ações da ITS contribuem com os processos em curso nos territórios tradicionais da Bocaina por meio das partilhas agroecológicas; das assessorias técnicas para o fortalecimento do associativismo, para o manejo da palmeira-juçara visando à produção de polpa alimentar e para o manejo agroecológico voltado à reabilitação da fertilidade dos solos das áreas de cultivo; e da atuação em rede junto à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), que por sua vez integra a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Além da agroecologia, outro foco de ação da ITS é o Turismo de Base Comunitária (TBC). O TBC advoga o protagonismo comunitário nos processos de organização, gestão e execução dos seus roteiros turísticos nos respectivos territórios tradicionais. Configura-se como elo entre as diversas atividades culturais, produtivas e tradicionais, respeitando as particularidades das identidades quilombolas, guaranis e caiçaras, mas também promovendo a integração entre essas identidades.

O território de ação imediata do OTSS e do FCT na Serra da Bocaina compreende o extremo do litoral norte paulista, no município de Ubatuba, e a Costa Verde no extremo sul do estado do Rio de Janeiro, entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty. Com atrativos naturais e culturais exuberantes, é uma região com vocação para arranjos produtivos com foco na atividade turística. Hegemonicamente, esses arranjos têm sido imple-

mentados sob a racionalidade da maximização do lucro, das tecnologias empresariais convencionais e, muitas vezes, de forma predatória. Impactam negativamente as comunidades por meio da especulação imobiliária, da violência e do uso desordenado do território. Concretizam um processo excludente que retira as comunidades tradicionais de seus territórios e coloniza suas culturas, seus modos de produção e reprodução da vida.

Ao entender esse modo de vida como o alicerce ético, político e cultural de modos de produção solidários, o FCT assumiu o Turismo de Base Comunitária como o arranjo produtivo capaz de promover o desenvolvimento sustentável, saudável e solidário, pautado na diversidade étnico-cultural. Nessa perspectiva, o FCT vem desenvolvendo estratégias para implementação do TBC. Essas estratégias valorizam a identidade cultural das comunidades tradicionais articulando seus roteiros, produtos e serviços; e organizando os desejos do visitante de ter uma experiência diferenciada de encontro com as comunidades tradicionais.

A associação com a Fiocruz, por meio da ITS, deu continuidade aos processos de TBC na região e qualificou esses arranjos produtivos por meio das seguintes ações: mapeamento dos roteiros turísticos de base comunitária existentes, mobilização e articulação entre esses roteiros por meio das parilhas em Turismo de Base Comunitária e organização de uma central de comercialização dos roteiros de TBC.

Além da agroecologia e do TBC, o outro foco de ação da ITS é o saneamento ecológico. Esse foco está em consonância tanto com as necessidades expressas pelas comunidades quanto com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). O Plansab visa atender a população rural, as comunidades tradicionais e as reservas extrativistas, partindo da constatação do significativo passivo que o país acumula no saneamento para esses segmentos da sociedade e das especificidades desses territórios, que requerem abordagem própria e distinta da convencionalmente adotada nas áreas urbanas, tanto na dimensão tecnológica quanto na da

gestão e da relação com as comunidades

No processo de execução do saneamento ecológico na comunidade caiçara da Praia do Sono, a ITS atuou na qualificação da força de trabalho em duas dimensões: na execução dos procedimentos técnicos operacionais das tecnologias sociais para o saneamento ecológico, a partir da prática e da teoria compartilhadas durante o processo de construção dos tanques de evapotranspiração e círculos de bananeiras; e na formalização das atividades de construção civil dos comunitários, como o enquadramento dos construtores e fornecedores locais na modalidade de microempreendedor individual (MEI), possibilitando sua legalização como trabalhadores e, em consequência, acesso aos direitos trabalhistas e a uma contratação direta e formal por uma entidade pública.

Saberes, Encontros e Partilhas

As especificidades das comunidades tradicionais, suas relações diferenciadas com a natureza e especialmente com seu território, seu legado ancestral, cultural e a organização social que caracterizam seu modo de vida constituíram-se na linha de base que norteou a construção da abordagem da ITS, capaz de respeitar e valorizar os conhecimentos dos comunitários e de estabelecer um fluxo de comunicação com o conhecimento científico em uma relação simétrica e produtiva.

O exercício da ecologia de saberes e da pedagogia da autonomia no território demandou a necessidade da promoção de encontros em que o modo de vida tradicional se expressasse em territorialidades afetivas, criativas e praxísticas; onde os sujeitos vivessem uma experiência de transformação crítica e empoderamento (Freire, 1983).

Esses encontros permitiram à equipe apreender grande número de lições e, mediante uma relação de confiança bem nutrida, propor no-

vas práticas e/ou o aprimoramento de práticas correntes. A discussão horizontalizada entre técnicos e comunitários sobre essas inovações, ao mesmo tempo que levou em conta os conhecimentos tradicionais e as experiências locais, não pressupunha que a tradicionalidade, por si só, embutiria automaticamente o respeito às tradições ou à natureza, necessitando serem tematizadas.

A metodologia da partilha, elaborada pela ITS, é inspirada na metodologia “Campesino a campesino”, bastante desenvolvida em países da América Latina, cuja base é estabelecer o compartilhamento de conhecimentos com o protagonismo dos comunitários nos temas abordados, favorecendo a apropriação crítica de seu território (Holt-Giménez, 2008).

As partilhas são esses encontros em que se busca articular, qualificar e replicar as experiências existentes e impulsionar a definição das estratégias dos focos de ação no território, por meio da criação de condições para que esses encontros se deem e ocorra a vivência por outros comunitários das experiências ofertadas em cada comunidade e, ao final de cada partilha, seja pactuada uma agenda comum e sua implementação.

O Desenvolvimento da ITS

A Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS foi estruturada a partir dos focos de atuação do planejamento estratégico do FCT (necessidades prioritárias expressas pelas comunidades) para lidar com os desafios característicos do seu território de atuação.

Para conhecer experiências em curso de incubadoras e seus processos de gestão e incubação, foram realizados levantamentos de incubadoras e redes de incubadoras que atuam na região e no estado do Rio de Janeiro, além de oficinas diversas para o aprofundamento dos conhecimentos sobre os conceitos, princípios e funcionamento de uma incubadora de tecnologias sociais.

As linhas gerais conceituais sobre o funcionamento da ITS foram dialogadas e detalhadas na oficina “Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS, fortalecendo a produção comunitária”, com a presença de representantes de 12 comunidades tradicionais articuladas pelo FCT. A oficina permitiu às comunidades conhecerem a proposta, discutirem dúvidas e apresentarem sugestões para funcionamento da incubadora.

A estratégia de priorização de iniciativas a serem incubadas foi finalizada juntamente com o coletivo do OTSS, durante o planejamento realizado em julho de 2016, atendendo às demandas gerais do projeto. Assim, foi estabelecido o apoio às seguintes atividades:

- Planejamento e realização de partilhas em Turismo de Base Comunitária e Agroecologia;
- Incubação de processos para promoção da agroecologia;
- Incubação dos processos de formalização dos construtores do saneamento ecológico;
- Incubação de empreendimentos comunitários e qualificação do Roteiro do Quilombo do Campinho da Independência;
- Organização da Central de TBC – incubação de uma iniciativa de comercialização conjunta de roteiros de TBC no âmbito do FCT.

O desenvolvimento das ações da incubadora articulou-se com a execução geral do OTSS, utilizando seus recursos organizacionais (estruturas física e administrativa), cognitivos (equipe multidisciplinar com atuação nas áreas de gestão, comunicação, mobilização social, ecologia, ciências agrárias e saúde coletiva), políticos (FCT e Fiocruz) e financeiros.

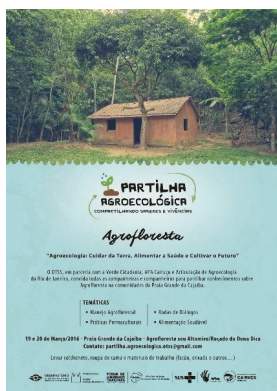
O aprendizado gerado ao longo da vivência das experiências incubadas possibilitou a formulação de metodologias adequadas ao contexto socioambiental dos povos e comunidades tradicionais, conectando as contribuições das intervenções em incubação com a dinâmica dos coti-

dianos dos territórios e suas externalidades.

Nas próximas seções deste capítulo, descrevemos em detalhes algumas experiências desenvolvidas pela ITS ao longo de 2016: experiências em agroecologia e experiências em TBC. A experiência da atuação da ITS no projeto de saneamento ecológico na comunidade caiçara da Praia do Sono será descrita em capítulo à parte, a seguir, pois demanda um nível maior de detalhamento agrárias e saúde coletiva) políticos (FCT e Fiocruz) e financeiros.

O aprendizado gerado ao longo da vivência das experiências incubadas possibilitou a formulação de metodologias adequadas ao contexto socioambiental dos povos e comunidades tradicionais, conectando as contribuições das intervenções em incubação com a dinâmica dos cotidianos dos territórios e suas externalidades.

Nas próximas seções deste capítulo, descrevemos com mais detalhes algumas experiências desenvolvidas pela ITS ao longo do último ano (2016): experiências em agroecologia e experiências em TBC. A experiência da atuação da ITS no projeto de saneamento ecológico na comunidade caiçara da Praia do Sono será descrita em um capítulo à parte, a seguir, pois demanda um nível maior de detalhamento.





Experiências em Agroecologia

Os processos de transição tecnológica em agroecologia propostos pela ITS partem das experiências acumuladas pelos agricultores e agricultoras em busca das integrações socioambientais possíveis que atendam a suas dimensões sociais, ambientais, econômicas e políticas. A ITS desenvolveu processos de incubação em distintas comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras articuladas ao FCT. Buscou-se a integração das ações incubadas com a defesa e o fortalecimento dos territórios e a articulação entre eles.

As aldeias guaranis, ao refletirem sobre sua conjuntura no momento histórico da região, apontaram a necessidade de uma intervenção nas áreas de cultivo que possibilitasse a reabilitação da fertilidade dos solos, fator fundamental para garantia da segurança e soberania alimentar e nutricional desses povos. A partir dessa necessidade, a ITS se articulou com instituições que pudessem integrar uma rede de solidariedade. Esse esforço resultou em um arranjo institucional, articulado pelo OTSS, com a participação de representantes da Embrapa Agrobiologia, Fundação Nacional do Índio (Funai), Área de Proteção Ambiental (APA) Caiçuçu e Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), o que possibili-

tou o planejamento e a implantação de agroecossistemas nas três aldeias guaranis do município de Paraty (RJ).

Foram realizadas reuniões nas aldeias para apresentação das propostas de trabalho, visitas às áreas definidas pelos agricultores para intervenção e planejamento dos agroecossistemas, resultando nas partilhas agroecológicas nas áreas selecionadas em regime de mutirão.

A utilização de espécies leguminosas adubadoras, amplamente conhecidas como adubação verde, foi a base para a discussão sobre os processos e estratégias para reabilitação da fertilidade dos solos, as características das espécies espontâneas e suas ocorrências em cada área e seus indicadores de fertilidade, assim como sobre os resultados obtidos com base nas análises químicas dos solos (Figura 1).

As aldeias guaranis, ao refletirem sobre sua conjuntura no momento histórico da região, apontaram a necessidade de uma intervenção nas áreas de cultivo que possibilitasse a reabilitação da fertilidade dos solos, um fator fundamental para garantia da segurança e soberania alimentar e nutricional desses povos. A partir desse apontamento, a ITS se articulou com instituições que pudessem integrar uma rede de solidariedade. Esse esforço resultou em um arranjo institucional, articulado pelo OTSS, com a participação de representantes da EMBRAPA Agrobiologia, FUNAI, APA Cairuçu e Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), o que possibilitou o planejamento e a implantação de agroecossistemas nas três aldeias guaranis do município de Paraty – RJ.

Foram realizadas reuniões nas aldeias para apresentação das propostas de trabalho, visitas às áreas definidas pelos agricultores para a intervenção e planejamento dos agroecossistemas, resultando nas partilhas agroecológicas nas áreas selecionadas em regime de mutirão

A utilização de espécies leguminosas adubadoras, amplamente conhecidas como adubação verde, foram a base para a discussão sobre o processos e estratégias para reabilitação da fertilidade dos solos. Refle-

tindo sobre as características das espécies espontâneas e suas ocorrências em cada área e seus indicadores da fertilidade, assim como sobre os resultados obtidos a partir das análises químicas dos solos.

Figura 1 - Agroecossistema com produção de feijão e milho



Dentre as aldeias, destacam-se os resultados obtidos na Aldeia Itaxim Paraty Mirim, localizada na bacia hidrográfica do Rio Carapitanga, onde a ampla participação da juventude nos processos de implantação e manejo da área coletiva de plantio possibilitou o encontro de gerações e o diálogo entre o conhecimento tradicional guarani e os princípios agroecológicos. O resultado foi uma produção satisfatória de feijão e milho, os primeiros alimentos colhidos naquela área; e a possibilidade de continuidade e aprofundamento da formação da juventude em agroecologia, o que permite a implantação de sistemas agroflorestais ainda mais diversificados e complexos, ampliando as estratégias de manejo para a manutenção e a garantia da sua segurança e soberania alimentar e nutricional.

Outras duas frentes de ação da agroecologia referem-se ao apoio ao associativismo juntamente com a Associação de Bananicultores do Sertão do Ubatumirim (ABU) e ao incentivo ao manejo da palmeira-juçara para produção de polpa alimentar na comunidade quilombola do

Campinho da Independência.

A contribuição da incubadora ao processo em curso de gestão da ABU se deu mediante a assessoria da equipe técnica para a identificação das possibilidades para sua sustentabilidade financeira, por meio do diálogo e construção de uma proposta que possibilitasse a ampliação da comercialização da sua produção, além da elaboração de um projeto em busca de fundos não retornáveis a partir do contrato entre a Fiocruz e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o aprofundamento das reflexões dos bananicultores do Ubatumirim sobre as dinâmicas de gestão e governança da organização – indicando a ampliação da comercialização da produção e a qualificação de sua gestão e governança como pontos fundamentais de intervenção.

O apoio à Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) para a continuidade das ações de manejo da palmeira-juçara visando à produção de polpa alimentar dialoga com as demais ações para a promoção da agroecologia em curso na comunidade, integrando-se às atividades do viveiro comunitário de mudas de espécies florestais e frutíferas e aos sistemas agroflorestais que são referência na localidade

Figura 2 - Coleta de frutos da palmeira-juçara



A incubadora assessorou os comunitários para a coleta dos frutos e o seu processamento no preparo da polpa alimentar, além de contribuir como exercício da cultura de redes, por meio da articulação com outras experiências em curso na região e com a Rede Juçara.

O manejo sustentável da palmeira-juçara para a produção de polpa alimentar é uma prática que vem sendo desenvolvida pelas comunidades tradicionais e pela agricultura familiar na Mata Atlântica, demonstrando as possibilidades de acesso aos produtos florestais não madeireiros e a conservação ambiental com protagonismo social. Essa atividade, respaldada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) por meio do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, apresenta grande potencial na geração de trabalho e renda nas comunidades, assim como para segurança e soberania alimentar e nutricional. É um produto comparado ao açaí pelas suas propriedades nutricionais e possibilidade de comercialização, sendo chamado em algumas localidades como o “Açaí da Mata Atlântica” (PNCP Sociobio).

Tal manejo contribui para diminuição da exploração predatória da palmeira-juçara para obtenção do palmito, o que levou a palmeira para a lista de espécies em risco de extinção. Com a produção da polpa a partir dos frutos da palmeira, também é gerado um grande número de sementes viáveis destinadas ao repovoamento da espécie nos mais distintos ambientes, seja nos territórios das comunidades tradicionais e propriedades da agricultura familiar, seja nas áreas das unidades de conservação empenhadas na conservação da palmeira.

Incubação de Empreendimentos Comunitários e Qualificação do Roteiro Turístico do Quilombo do Campinho da Independência

Para esse trabalho da ITS, consideramos como ponto de partida o inte-

resse expresso da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC) em qualificar os empreendimentos da comunidade e ampliar sua articulação com o roteiro turístico atual, bem como discutir os impactos positivos e negativos do turismo na comunidade e construir consensos que permitam desenvolver o TBC com participação e equidade.

O trabalho iniciou-se com o diagnóstico socioeconômico de dois empreendimentos: o Restaurante do Quilombo (concluído) e o roteiro de TBC do Campinho. A metodologia utilizada se mostrou suficiente para a qualificação dos empreendimentos singulares, mas identificou-se a necessidade de criar espaços para a interação entre os diversos empreendimentos, incluindo a conceituação e a construção de um novo espaço de governança.

Recorreu-se a metodologias de planejamento participativas voltadas à criatividade, inovação e ao desenho de negócios, que permitiu definir o desafio do grupo e os passos para atingi-lo. Em duas oficinas de seis horas – com a participação de 27 pessoas na primeira e trinta na segunda – foram estabelecidos acordos sobre temáticas importantes, criados grupos de interesse, uma agenda de trabalho, um prazo para avançar na elaboração dos princípios, um prazo para formular os acordos de funcionamento do TBC da comunidade e um prazo para definição de um ou mais novos roteiros de TBC a serem oferecidos pela comunidade na próxima temporada.

Atualmente, o roteiro de TBC do Campinho é composto pelos seguintes atrativos: restaurante, Casa de Artesanato, Viveiro de Mudanças, Agroflorestas, contação de histórias com os grãos, oficinas de cestaria com os integrantes da casa de artesanato, vivências agroflorestais com os agricultores e agricultoras e apresentação cultural com a dança do jongo e atividades coletivas ligadas à AMOQC. Além destes, há outros empreendimentos familiares como pousadas, campings e bares. A população do Quilombo do Campinho é formada por cerca de 650 pessoas, divididas em 14 núcleos familiares.

Oficinas de inovação no TBC do Quilombo do Campinho da Independência

Objetivos:

- Qualificar o roteiro de TBC da comunidade.
- Ampliar o número de empreendimentos participantes.
- Estabelecer os acordos de participação no roteiro.
- Identificar problemas, oportunidades que o turismo pode trazer (estacionamento, conectividade entre empreendimentos, material de comunicação).
- Identificar áreas temáticas de interesse para dar continuidade ao apoio da incubadora.
- Empoderar e encorajar as pessoas envolvidas para que promovam a mudança de contexto que desejam.

Uma vez decidida a parceria entre a AMOQC e a incubadora, a preparação da oficina demandou duas reuniões com a diretoria da associação, diversas reuniões com a equipe gestora do roteiro turístico, visitas aos empreendimentos e visitas a outras pessoas envolvidas ou interessadas no arranjo de TBC do Quilombo do Campinho.

A partir do diagnóstico e dos debates produzidos por essas reuniões e visitas, foi formulada uma proposta inicial de desafio: “Desenvolver, por meio do Turismo de Base Comunitária (TBC), a comunidade e seus empreendimentos, fortalecendo a cultura e a luta pelos direitos”. Essa proposta inicial de desafio foi apresentada e validada nas duas oficinas, nas quais foram também criados grupos de trabalho sobre as respectivas questões temáticas:

GT Questões para envolver toda a comunidade

Com foco nas questões relacionadas aos impactos do TBC sobre todas as pessoas da comunidade, estejam ou não envolvidas com o turismo. Entre

as questões debatidas por esse grupo de trabalho, destacam-se: impactos do turismo, lixo e saneamento, mobilização e envolvimento.

GT Hospedagem: camping & pousadas

Esse grupo debateu a qualificação, a formação de preços e a estruturação de empreendimentos de hospedagem.

GT Roteiros

Esse grupo debateu a qualificação do roteiro atual, a identificação e a criação de novos atrativos. Aprofundou diálogos específicos sobre a gestão das trilhas, a atualização do roteiro turístico e os atrativos culturais.

GT Coordenação

Esse grupo de trabalho focou a mobilização e animação dos grupos, as ações de comunicação e as de formação relacionadas ao TBC.

Resultados:

Formou-se um Conselho Gestor do TBC do Quilombo do Campinho, composto por cerca de 25 pessoas de vários núcleos da comunidade. Esse grupo definiu uma agenda comum a partir do desafio e dos temas prioritários trabalhados nas oficinas e criou seis grupos para a realização das tarefas. O trabalho com os empreendimentos foi organizado em dois focos: os empreendimentos coletivos, organizados a partir da AMOQC, e os empreendimentos familiares.

Foi definida a realização de uma oficina mensal para a discussão dos encaminhamentos e o replanejamento de cada um dos grupos, bem como para a pactuação de estratégias. A criação desse espaço de diálogo implantou uma primeira esfera de governança e gestão do TBC no Campinho, com o objetivo de refletir de forma ampliada e com a participação da comunidade sobre os pontos positivos e

negativos do turismo, tendo como princípios de governança: transparência, democracia interna, comunicação, gestão compartilhada, colaboração e solidariedade.

Fomento à Criação de uma Central de TBC

O diagnóstico dos roteiros e iniciativas de TBC na região e os resultados da mobilização das comunidades articuladas ao FCT para participarem da construção junto à ITS criaram um espaço de interlocução entre 12 comunidades, impulsionando ainda mais os anseios pela estruturação de um mecanismo de gestão coletiva – a Central de TBC – como estratégia de conectividade e fortalecimento das experiências em curso em cada comunidade.

As iniciativas de TBC têm como um de seus maiores gargalos a baixa articulação entre seus atores, empreendimentos e iniciativas singulares em andamento no território da Bocaina. A exceção é o Quilombo do Campinho da Independência, que tem um roteiro que articula alguns empreendimentos de forma organizada e orgânica.

As comunidades que já têm roteiros não promovem nenhuma conexão entre seus produtos, embora essas mesmas comunidades recebam grupos para roteiros complementares organizados por agências locais ou por escolas do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Da mesma forma, a comercialização de roteiros e outros passeios agendados é restrita.

A metodologia definida para apoiar as discussões acerca dos pressupostos e princípios que devem orientar esse processo de concepção da Central de TBC foi a de “Desenho para a Inovação” (*Design Thinking*), aliada à prática das “Partilhas”. Inicialmente, reuniu-se um grupo de oito pessoas, entre lideranças do FCT, coordenadores

de roteiros de TBC e técnicos, para definição do “plano” e “desafio”. O segundo encontro incluiu 15 pessoas. No terceiro encontro, participaram trinta pessoas das seguintes comunidades (além de cinco técnicos do OTSS):

- De Paraty: comunidade caiçara de Trindade, Quilombo do Campinho, comunidade caiçara de São Gonçalo, comunidade caiçara da Praia do Sono, Aldeia Guarani Itaxim (Paraty-Mirim).
- De Ubatuba: comunidade caiçara do Ubatumirim, Aldeia Guarani da Boa Vista (Prumirim), comunidade caiçara da Barra Seca.
- De Angra dos Reis: Quilombo de Santa Rita do Bracuí, Aldeia Sapukay.

Desafio comum estabelecido pelo grupo:

“Criar uma central de comercialização de produtos e serviços articulada ao FCT.”

Pressupostos estabelecidos pelo grupo:

A Central é uma das estratégias de ação do FCT para diminuir a vulnerabilidade das comunidades na sua relação com o mundo dos negócios e para a garantia de avanços e direitos desses povos.

Existe interesse de 12 comunidades (presentes na oficina da ITS).

O produto principal a ser comercializado é o TBC.

Atenção para o contexto: PPP Ilha Grande.

A construção da Central deve ser com as comunidades que têm roteiros turísticos.

É necessário ampliar o conhecimento sobre potencial do TBC para economia das comunidades, trazendo luzes sobre a relação dos roteiros comunitários com o empresariado.

Identificar formato jurídico compatível com a comercialização e o acesso a outras fontes.

Objetivos da Central:

- A Central deve vender:
 - Serviços turísticos.
 - Produtos.
 - Ativos culturais.
- Valorizar a cultura e identidade de cada comunidade.
- Fortalecer a imagem das comunidades tradicionais na sociedade.
- Melhorar a renda e a sustentabilidade das comunidades com o TBC.
- Promover conexão entre roteiros singulares e produtos das várias comunidades.
- Disputar o mercado.
- Ampliar o TBC realizado entre comunidades.
- Garantir estratégia (de comercialização) adequada para “situar” turistas (formação de interlocutores).
- Identificar espaços para mercados institucionais.

Figura 4 - Comunidades tradicionais da Bocaina se reúnem para discutir Turismo de Base Comunitária (TBC)



Nas comunidades, a Central deve:

- Estruturar ações que possam servir de exemplo (sobre identidade).
- Contribuir com a formação política dos parceiros.
- Levantar dados socioeconômicos do TBC e fazer análises comparativas com o turismo da região.
- Ampliar entendimento sobre conceito de TBC nas comunidades.

Resultados da Central:

O último encontro de discussão da Central foi realizado no formato metodológico de partilha: “Das práticas aos princípios de TBC”, e teve como objetivo promover o diálogo entre diferentes experiências em Turismo de Base Comunitária no território e no Brasil, discutir aproximações e distanciamentos entre os conceitos e as práticas em busca de estabelecer acordos sobre os princípios do TBC praticado pelos povos e comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Além das comunidades já previamente mais envolvidas (caiçaras de Trindade e de São Gonçalo, quilombolas do Campinho e Bracuí, aldeias guarani de Paraty Mirim, Sapukay e Boa Vista), contou-se com a apresentação de experiências de outras comunidades também articuladas pelo FCT. Os trabalhos começaram com um diálogo sobre o histórico e a contextualização das iniciativas de TBC que permitiram a criação de conceitos relativos a essa prática de turismo. Cada uma das experiências presentes apresentou suas práticas com base em um roteiro prévio, e os participantes debateram a partir da seguinte provocação: “Por que considero minha experiência de turismo como TBC?”

Os relatos que se seguiram trouxeram informações e reflexões bastante ricas para a continuidade do processo de consolidação da Central. Expressaram grande potencial de contribuições para a qualificação dos roteiros comunitários e de conectividade entre eles. Esses relatos repercutiram na ampliação e no aprofundamento das redes de diálogos

e articulação dos povos e comunidades tradicionais para construção de soluções adequadas aos contextos de cada território e às suas buscas por garantia dos direitos e qualidade de vida.

Uma imagem para compreender melhor a ITS

A Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS pode ser comparada a uma árvore com potencial de vida longa, como muitas da Mata Atlântica, na sua fase jovem de desenvolvimento, sob as influências dos processos naturais da sucessão ecológica que determinam o comportamento dos indivíduos, assim como as dinâmicas das comunidades que compõem o ecossistema, passando pelas mudanças ordenadas e graduais.

Nesse sentido, visualizam-se suas raízes adentrando o solo fértil das diversas dimensões culturais dos povos e comunidades tradicionais, o que possibilita as ações territorializadas e a valorização do protagonismo social nos seus processos de incubação. Essas raízes envolvem-se em outras raízes que disputam o território, orientadas pela lógica do modo de desenvolvimento hegemônico e excludente.

Seu tronco e seus galhos, firmes e flexíveis, expressam a força e a vitalidade do encontro entre a Fiocruz e o FCT, na busca e construção de soluções tecnopolíticas que apoiem a reprodução do seu modo de vida e resultem na manutenção da tradicionalidade e em capacidade da inovação para a garantia de seus direitos, norteadas pela ecologia de saberes, que alimenta o encontro do conhecimento prático ancestral vivo nos territórios com o conhecimento científico e político gerados ao longo do século pela Fiocruz – e como compromisso desta instituição em promover o desenvolvimento e a cidadania dos brasileiros.

O comprometimento com os processos de incubação em curso e o potencial para avançar ainda mais adiante são expressos pelas suas fo-

lhas, com sua atribuição de realizar a fotossíntese, capaz de transformar a energia luminosa em energia química. Elas traduzem a capacidade de criação, recriação e animação das suas metodologias, apropriadas ao contexto apresentado, assim como sua capacidade de articulação com outras esferas e redes que venham somar conhecimento e recursos para cumprir seus propósitos.

Por fim, suas flores, frutos e sementes projetam soluções concretas para as mudanças nos padrões de organização, produção e reprodução da vida no território, com base nas experiências em agroecologia e TBC (relatadas neste capítulo) e saneamento ecológico (relatadas no capítulo seguinte). Essas experiências, associadas aos outros focos de ação do OTSS, apontam para a realização e a articulação, em distintas escalas, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a construção de um mundo mais justo, harmônico, solidário e saudável para as futuras gerações. A ITS é essa árvore, com potencial de vida longa.

SANEAMENTO ECOLÓGICO: CONSTRUINDO SUSTENTABILIDADE COM A COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA DO SONO

Gustavo C. X. M. P. Machado

Engenheiro químico, mestre em engenharia ambiental e doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ). Atua como pesquisador e assessor técnico de saneamento ecológico e na equipe de Gestão de Saberes do OTSS

Tania Maria de Freitas Barros Maciel

Pós-doutorada pelo L'Institut d'Etudes Politiques de Paris Sciences Po, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Pesquisadora e consultora da UNESCO

Tiago Ruprecht

Arquiteto e urbanista. Especialista em Permacultura, saneamento ecológico e Bioconstrução. Atuou como responsável técnico e projetista de saneamento ecológico no OTSS/Fiocruz. Atualmente é responsável técnico e professor no Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC) e designer de saneamento ecológico

Francisco Xavier Sobrinho

Caiçara da comunidade tradicional do Pouso da Cajaíba, permacultor, fundador do Instituto de Permacultura em Educação Caiçara (IPECA), pesquisador nas temáticas de saneamento ecológico e educação diferenciada

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS

O direito ao saneamento é um dos determinantes sociais da saúde. Tanto o acesso à água potável quanto o acesso ao saneamento básico já são considerados direitos universais pela Organização das Nações Unidas (ONU), e diversos estudos corroboram o fato de que a atenção a esses direitos promove impactos positivos diretos na garantia da saúde da população e reduz a morbimortalidade infantil (Heller *et al.*, 1997).

A Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apontam o saneamento como dimensão crítica para a promoção da saúde, em especial o ODS 6, o qual estabelece a universalização da disponibilidade hídrica com qualidade e do saneamento para todos, ressaltando a relação saúde-saneamento. Esse objetivo retoma a discussão da água em um contexto mais amplo, como parte de uma estratégia para estabelecer uma equidade global.

No entanto, historicamente as condições de infraestrutura de saneamento no Brasil são mínimas nas áreas urbanas e críticas nas áreas rurais. Nacionalmente, mesmo sem considerar as gritantes variações regionais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, apenas 33,2% dos domicílios nas áreas rurais estão ligados a redes de abastecimento de água, e no restante (66,8%) dos domicílios a população capta água de cursos sem nenhum tratamento ou de fontes alternativas geralmente inadequadas para consumo humano, o que interfere diretamente na saúde dessas populações. Com relação à disposição final do esgoto, o cenário é mais crítico: apenas 5,2% dos domicílios estão ligados à rede de coleta de esgotos e 28,3% utilizam a fossa séptica como solução para o tratamento dos dejetos. A maioria dos domicílios (66,5%) deposita os dejetos em “fossas rudimentares” (sumidouros), lança em cursos d’água sem tratamento ou diretamente no solo a céu aberto. Esse cenário contribui diretamente para a veiculação de doenças de transmissão hídrica nas áreas rurais (Salati *et al.*, 2015).

Nas comunidades tradicionais, a situação se agrava, por se tratar de territórios que normalmente se encontram em áreas de proteção ambiental (APAs), reservas ecológicas ou zonas rurais, caracterizadas por restrições construtivas, dificuldade de acesso e especificidades culturais, associadas à carência de políticas públicas. A maioria das habitações em comunidades tradicionais e assentamentos rurais, quando atendidas por sistemas de esgotamento sanitário, possui apenas fossas rudimenta-

res, “sumidouros”, disposição a céu aberto ou descarte diretamente nos corpos hídricos.

Além disso, são diversas as dificuldades encontradas por técnicos em saneamento e saúde, em zonas rurais ou bairros periféricos, para conseguir a adesão dos moradores nas diversas ações incluindo instalações sanitárias (Philippi Jr., Romério & Bruna, 2005). Tal situação se justifica pela postura convencional e excludente, que ignora as peculiaridades culturais e os saberes das comunidades tradicionais, resultando no distanciamento dos técnicos das realidades e dos saberes de cada comunidade e em soluções convencionais não sustentáveis, porque não são apropriadas pelas comunidades. Nesse sentido, é perceptível que ações de saneamento dissociadas de intervenções educativas e inclusivas não se sustentam (Funasa, 2014).

Para avançar na universalização do saneamento, na promoção da saúde e no fortalecimento desses povos e territórios, é crucial instituir modos de governança participativos e baseados na ecologia de saberes que promovam o protagonismo das comunidades em todo o processo de produção de soluções adequadas aos territórios e às suas especificidades culturais. Uma atuação territorializada que tenha foco na ação conjunta para promover sustentabilidade, equidade e autonomia das comunidades tradicionais para a garantia do seu bem viver e do seu direito à permanência em seus territórios.

O Plano Nacional de Saneamento Básico para Ações Territorializadas na Área Rural

A importância dessa abordagem é apontada na Lei Nacional de Saneamento Básico (n. 11.445/2007) e no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) de 2013, que ressaltam a necessidade de adequação das tecnologias às especificidades de cada território, para atendimento à população

rural e às comunidades tradicionais, como as indígenas, quilombolas e as reservas extrativistas, por elas requererem abordagem própria e distinta da convencionalmente adotada nas áreas urbanas, tanto na dimensão tecnológica quanto na gestão e na relação com as comunidades:

No Programa, intervenções no sentido de cobrir o déficit de infraestrutura física necessariamente deverão vir acompanhadas de medidas estruturantes, no campo da participação da comunidade, da educação ambiental para o saneamento (Brasil, 2013a: 155).

A relevância dada à participação indica a importância do empoderamento e da autonomia das populações-alvo para a efetividade da implantação de ações de saneamento de forma inclusiva. No entanto, o próprio Plansab aponta a necessidade de avanços conceituais e tecnológicos para a concepção de intervenções em saneamento, considerando as reflexões desenvolvidas por autores que têm tratado do tema e as características do território e da comunidade abrangidos.

O Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) busca implementar agendas territorializadas, desenvolvidas coletivamente pelos atores do território da Bocaina, com base nas necessidades identificadas pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) e pelas próprias comunidades.

Este capítulo apresenta o processo de implementação de uma dessas agendas, que foi o projeto de abertura do OTSS: o saneamento ecológico na comunidade tradicional caiçara da Praia do Sono, em Paraty, Rio de Janeiro. Tal projeto buscou trabalhar o desenvolvimento sustentável e a promoção da saúde em suas diversas dimensões (econômica, social e ambiental), visando ao empoderamento e à autonomia individual e coletiva para o fortalecimento do modo de vida e da permanência das

comunidades tradicionais em seus territórios.

São apresentados aqui resultados parciais do projeto de pesquisa conjunta da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e resultados parciais da tese de saneamento ecológico desenvolvida em parceria da Fiocruz com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, no Instituto de Psicologia. Além das demais licenças para pesquisa, todos os projetos de construção obtiveram autorização perante os órgãos ambientais vigentes e a Prefeitura Municipal de Paraty (PMP).

Aqui são apresentadas as etapas de definição da tecnologia, construção do primeiro protótipo na Escola Martim de Sá, implementação do plano de educomunicação ambiental, alteração do projeto e construção de módulos unidomiliares na comunidade.

A partir da integração de ações estruturais e estruturantes como forma de mobilização e inclusão social, pretende-se demonstrar, na prática, como o saneamento ecológico pode contribuir para o fortalecimento do modo de vida e a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios.

O Desenvolvimento da Pesquisa-Ação no Território

A agenda estratégica para o território, pactuada pelo FCT e pela Fiocruz (ver capítulo “Governança comunicativa, gestão estratégica e avaliação participativa”), definiu o saneamento ecológico como foco de ação e as comunidades caiçaras da Praia do Sono e Pouso da Cajaíba como alvo das ações. A partir daí foram implantadas estratégias para a viabilização de sua execução: recursos cognitivos para a elaboração dos projetos e recursos organizacionais, políticos e financeiros para sua viabilidade e factibilidade. Em função dos recursos obtidos, optou-se por concentrar as ações na Praia do Sono, nesse primeiro momento.

Realizou-se mapeamento da região a partir da triangulação de fontes secundárias (Inea, 2011) e visitas de campo junto com os moradores, não apenas para categorizar o território, mas também para conhecer sua identidade social e cultural.

O Território

A Comunidade da Praia do Sono está em reserva de proteção ambiental composta pela Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, do Instituto Estadual do Meio Ambiente (REEJ/INEA), e pela Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu, sendo caracterizada como uma comunidade caiçara. Segundo estudo do Inea, havia na comunidade 314 moradores nativos (177 homens e 137 mulheres) que representavam 22% de toda a população da REEJ. A principal atividade econômica dos moradores é o trabalho com turismo, em restaurantes e bares, campings, pousadas e aluguel de casas de veraneio, seguido do transporte em botes e pesca artesanal (Inea, 2011).

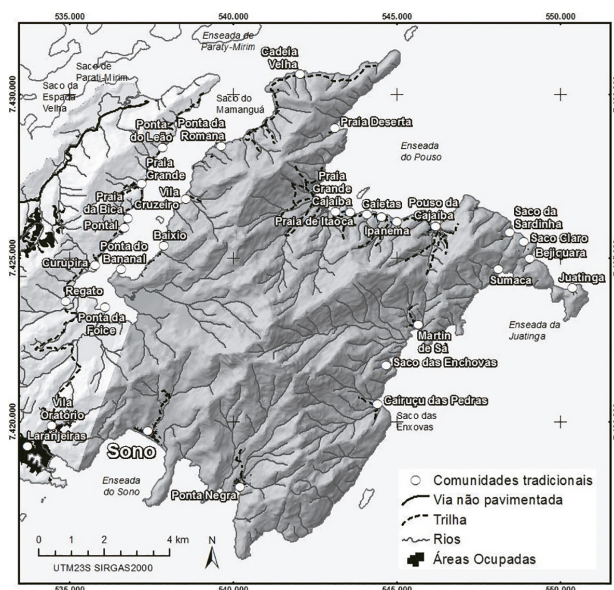


Figura 1 – Mapa dos Núcleos e Comunidades da Reserva Ecológica da Juatinga. Em destaque, a localização da Comunidade Caiçara da Praia do Sono, dentro da REJ (OTSS, 2015).

A maioria das habitações na Praia do Sono tem o esgotamento doméstico separado por tubulações distintas: uma em esgotos provenientes das cozinhas e de limpeza (águas cinza) e outra para a parcela proveniente do banheiro, com material fecal (águas imundas). As águas imundas, em sua maioria, são conduzidas para sumidouros e infiltradas no solo. Já as águas cinza são preferencialmente conduzidas para as coleções hídricas diretamente, sem tratamento. O esgoto proveniente das cozinhas, em sua maioria, não apresenta caixa de gordura e, quando há, a manutenção não é realizada periodicamente.

Na Praia do Sono não existe sistema de esgoto; 80,5% das casas têm sumidouro para as águas imundas e 19,5% despejam o esgoto bruto a céu aberto. Não há sistemas de tanque séptico seguido de filtro anaeróbico ou similar para tratamento do esgoto gerado na comunidade. As águas cinza, em sua totalidade, são descartadas nos rios e córregos, causando poluição das águas e contaminação do Rio da Barra, principal córrego da região (Inea, 2011).

Para aumentar a complexidade da situação, os sumidouros são denominados de fossa pelos atores locais da região. Essa forma de lidar com o esgoto gerado é um reflexo de toda a região de Paraty e também de muitas zonas rurais no Brasil. Para mudar a percepção e a cultura dos moradores sobre a visão de saneamento, definiu-se por iniciar todo o processo de mobilização a partir da Escola da Comunidade.

Paralelamente, para elaborar o projeto inicial, buscou-se conhecer as experiências já existentes, seus limites e potenciais por meio de pesquisa bibliográfica nas bases de dados Scielo, BVS-PSI, Lilacs e *Annual Review*, com as palavras-chave “Saneamento ecológico”, “Saneamento rural”, “Pesquisa-ação saneamento”, “Permacultura”, “Pesquisa-ação Educomunicação”, “Educação ambiental”, “Comunidades costeiras”. Também foi realizada análise documental dos registros e das atividades de saneamento no município de Paraty, visitas técnicas de *benchmark* em outras iniciativas já em andamento no Brasil, discussão com os cole-

tivos rurais e tradicionais de Paraty sobre o assunto, visitas técnicas nas comunidades para diagnóstico das condições atuais do território.

O projeto inicial foi concebido baseado na ecologia de saberes, por equipe composta de técnicos da Fiocruz, da Funasa e do FCT (caiçaras, educadores, especialistas em permacultura, acadêmicos e técnicos), com base na avaliação das diversas alternativas tecnológicas possíveis, identificadas nos passos anteriores. A equipe foi composta por um pesquisador acadêmico, dois técnicos na área de saneamento e três comunitários, em razão proporcional, com tomada de decisão por meio de consenso.

O projeto foi desenvolvido mediante a interação entre a engenharia de saneamento e a permacultura, possibilitando uma associação positiva entre teorias e práticas científicas e tradicionais, de forma a contemplar as percepções dos comunitários envolvidos no processo e a visão dos técnicos. As decisões tiveram como foco a autonomia da população local, a partir da capacitação e do envolvimento de todos os atores locais para disseminar uma tecnologia que pudesse ser replicável (Gallo *et al.*, 2016).

Propôs-se uma linha de ação para o projeto de saneamento ecológico, validada em reunião de planejamento participativo com representantes e lideranças da comunidade. Cabe salientar que, durante o início do processo, a Comunidade Caiçara da Praia do Sono contou com a participação apenas das suas lideranças, mesmo com o convite sendo estendido para toda a comunidade (314 moradores). Faz parte da cultura dessa comunidade que as lideranças repassem as informações aos demais.

Todo o projeto foi elaborado e pactuado em diálogo por meio de reuniões de discussão com os diversos atores locais: a comunidade caiçara da Praia do Sono, a Prefeitura Municipal de Paraty, o Comitê de Bacias Hidrográficas da Ilha Grande (CBHBIG) e as instituições ambientais da região – Reserva Ecológica Estadual da Juatinga, do Instituto Estadual do Meio Ambiente (REEJ/INEA), e Área de Proteção Ambiental Cairuçu (APA Cairuçu) (Gallo *et al.*, 2016).

O Processo de Saneamento Ecológico

Em vez de um sistema linear, pactuou-se um sistema de ciclo fechado da água e dos nutrientes com base no saneamento ecológico. O saneamento ecológico tem como princípios: autonomia e autogestão, descentralização dos serviços, reciclagem de nutrientes e economia de recursos.

A tecnologia definida coletivamente foi o Tanque de Evapotranspiração (Tevap): uma caixa selada, que trata o esgoto e o utiliza como matéria-prima, irrigando ao longo do sistema bananeiras com nutrientes e água para o solo. Tal sistema de tratamento de ciclo fechado gera produtos (bananas) e retorna água para a atmosfera via evapotranspiração. Essa técnica desenvolvida e difundida por permacultores de diversas nacionalidades, com potencial para aplicação no tratamento domiciliar de águas residuais em zonas urbanas e periurbanas, apresenta diversas nomenclaturas, como fossa verde, fossa biosséptica, fossa ecológica, canteiro biosséptico, tanque de evapotranspiração, bacia de evapotranspiração, dentre outras (Pamplona & Venturi, 2004).

O Tevap pode ser utilizado para tratamento da totalidade do esgoto produzido ou somente para as águas de privadas, o que reduz o custo de material e área necessária. No caso da escola Martim de Sá, na Comunidade Caiçara da Praia do Sono, todas as águas foram direcionadas para o sistema, com adição de caixa de gordura prévia para as águas da cozinha.

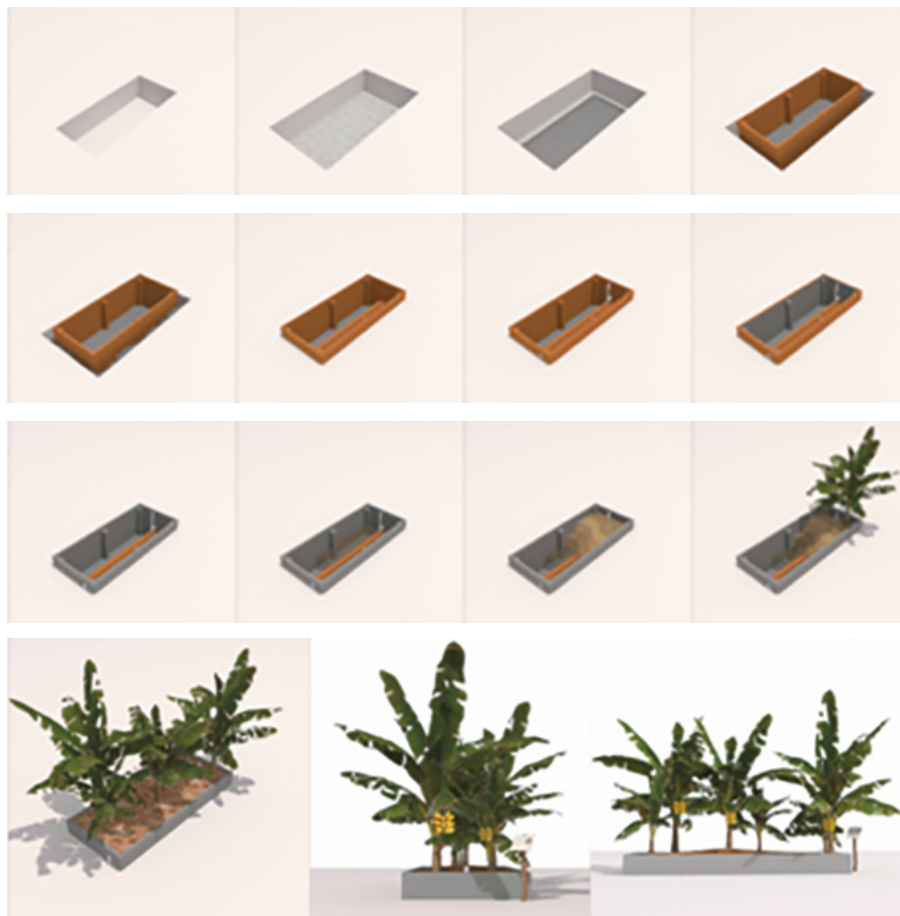
O tanque (Figura 2) é uma câmara prismática de alvenaria com paredes impermeáveis. O interior inclui: um tanque séptico em forma de pirâmide feita com tijolos perfurados em série, onde a digestão anaeróbia acontece; os espaços vazios são preenchidos por materiais porosos multicamadas com a diminuição da granulometria – entulho, cascalho e areia, respectivamente – para filtração. Finalmente, ele é coberto com uma camada de solo fértil, zona de raiz, onde os nutrientes e a água são absorvidos pelas plantas, que geram frutas e evapotranspiram o efluente (Gallo *et al.*, 2016).

Figura 2 - Tanque de evapotranspiração (Tevap) (OTSS, 2015)



Podem ser utilizados, no processo, bananeiras, mamoeiros, tomateiros e taboa, por exemplo, por serem comuns na região, bem adaptados aos solos muito úmidos e com raiz de curta profundidade. Os alimentos podem ser um impacto positivo para consumo; no entanto, é importante monitoramento para garantir a não contaminação dos frutos gerados a partir do sistema (Galbiati, 2009).

Figura 3 - Desenho esquemático das etapas de construção do tanque de evapotranspiração na escola (OTSS, 2016)



Normalmente, adota-se área superficial (largura x comprimento) de 2m^2 /pessoa em caso de utilização para tratamento de todo o esgoto produzido, incluindo as águas cinza. Podem ser consideradas as seguintes dimensões construtivas: profundidade de 1,5m e largura de 2m, sendo o comprimento igual ao número de contribuintes atendidos pelo sistema. Caso utilizado somente para águas de privadas, dependendo das condições pluviométricas do território, pode ser considerado de 0,5 a

1m²/pessoa. Em casos onde houver muitos contribuintes, para facilitar a construção, o sistema pode ser dividido em mais de um tanque funcionando em paralelo.

Em termos construtivos, como indicado na Figura 3, em série, deve-se: i) escavar a área definida; ii) fazer a laje; iii) construir as paredes do sistema, que podem ser de alvenaria, ferro-cimento ou lona; iv) impermeabilizar; v) construir a câmara interna de digestão com uma pirâmide de tijolos ou pneus em série; vi) preencher com entulho de obra ou outro meio filtrante, vii) seguido de camada de brita, viii) de areia, ix) solo fértil com plantio de bananeiras. Devem ser bem dimensionados o caimento e a tubulação com entrada do esgoto, tubulação para saída de gás do sistema e manutenção, caso haja necessidade. Também pode ser incorporada tubulação, como ladrão, no outro lado do tanque, em altura específica após o leito filtrante da areia, para escoamento do excedente de efluente. O ladrão pode ser direcionado para vala de infiltração, sumidouro ou círculo de bananeiras, pois o efluente residual já terá passado pela etapa de decomposição anaeróbia e filtragem.

A implementação da tecnologia em campo utilizou coleta de dados qualitativos por meio de diversas técnicas: observação participante no campo durante todo o período da pesquisa-ação; seminários e cartilhas educativas de apresentação do tema para os diversos atores locais; oficinas de planejamento participativo com a comunidade semestralmente; reuniões de acompanhamento mensais entre os pesquisadores acadêmicos e locais, com os diversos atores envolvidos ao longo de todo o processo, especialmente a comunidade onde a ação foi implementada; e reunião semanal da equipe multidisciplinar para construção coletiva e tomada de decisão por meio de consenso, com coleta de informações e avaliação constante. Essas etapas ainda continuam enquanto a pesquisa-ação está em andamento.

Verificou-se, por meio do contato com a comunidade e com os diver-

tos atores, a necessidade de focar em ações estruturantes que permitissem o desenvolvimento de uma nova percepção sobre o esgoto e os resíduos, trazendo uma visão deles como produtos em um ciclo fechado, que podem ser reutilizados e reintegrados à natureza.

Outro ponto percebido foi a falta de troca de conhecimento entre os atores locais para fundamentar projetos locais adequados e alternativos de saneamento para as comunidades tradicionais. Além da implementação de uma obra de saneamento, mudar a cultura de uma região e de uma comunidade exige foco nas trocas subjetivas, no diálogo adaptado a cada indivíduo e na persistência para conduzir as ações.

Desse ponto de vista, uma ecologia de saberes efetiva, que realmente valorizou as trocas com os diversos atores ao longo do processo, trouxe inúmeros ganhos para implementação das ações estruturais e estruturantes.

A Aplicação Inicial na Escola

A Escola Municipal Martim de Sá, da Comunidade Caiçara na Praia do Sono, foi escolhida na primeira fase por seu poder simbólico na comunidade, estando apta para a difusão por meio da educação ambiental e do envolvimento das crianças no processo, mediante a conjugação de ações estruturais e estruturantes (Gallo *et al.*, 2016). As ações para implantar o primeiro módulo de saneamento ecológico se deram de forma a instigar uma nova atuação com a inclusão dos atores interessados em cada ação para o desenvolvimento de uma nova consciência coletiva.

Durante a construção dos módulos de saneamento, os construtores locais foram contratados para transferirem a tecnologia social por meio de uma ecologia de saberes efetiva e para serem treinados como agentes multiplicadores. A equipe multidisciplinar permaneceu no território, participando da obra, “colocando a mão na massa”, discutindo o projeto e

fazendo alterações ao longo de todo o processo. Além da explicação para os construtores, grande parte da mobilização social foi realizada enquanto a comunidade passava pela obra por meio de conversas individuais.

Outro diferencial do projeto é que, por meio de discussões com os atores locais, foi iniciado trabalho intersetorial, com apoio logístico e de materiais da Prefeitura de Paraty para execução do primeiro módulo. Os guarda-parques do Inea também atuaram “colocando a mão na massa” ao longo do processo, em oficinas de aprendizado a partir da prática, propiciando uma “práxis” ao longo de todo o processo, como proposto por Freire (1983).

Paralelamente à implementação do primeiro módulo, como ação estruturante consolidou-se a educação ambiental de forma diferenciada na escola, sobretudo na relação do saneamento ecológico com a saúde e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. As atividades foram construídas em etapas, de forma não linear e participativa, como apontado no caderno de *Orientações metodológicas para programa de educação ambiental em saneamento para pequenos municípios (PE-ASM)*, contemplando diagnóstico, planejamento, execução com problematização e avaliação (Funasa, 2014).

O plano de aulas foi elaborado pelas equipes de saneamento ecológico e educação diferenciada do OTSS, conjuntamente com os representantes da Comunidade Caiçara da Praia do Sono, de forma participativa, com discussão e validação com as equipes de educação e meio ambiente da PMP e com a equipe de educação da escola, composta da professora e da merendeira, por meio de reuniões no campo de atuação. Como estratégia, foram estruturadas atividades semanais integradas às atividades diárias conduzidas pela referida professora.

Trabalhou-se a temática do saneamento ambiental e suas inter-relações com o território por intermédio de atividades práticas e teóricas integradas, fomentando a “práxis” (Freire, 1983) com visitas dos alunos à comunidade e reflexão sobre as formas de poluição; uso de vídeos edu-

cativos alinhados com uma reflexão crítica, por meio de discussão em sala de aula e atividades lúdicas; mapa falante; elaboração de cartazes e textos com base nas reflexões; mutirão de limpeza e oficinas de confecção de sabão com óleo de cozinha e confecção de brinquedos reciclados; participação das crianças na rádio local comunitária; e articulação das redes de atores existentes para apoio durante a execução das aulas, as quais foram realizadas em um período de cinco meses.

Mobilização Social e Avaliação

Para promover a mobilização, a interlocução e a educação ambiental, foram promovidas diversas ações paralelas e simultâneas. Em termos de trabalho intersetorial, realizaram-se reuniões mensais e semestrais de monitoramento para interlocução com os diversos atores envolvidos: comunidade, Funasa, PMP, REEJ/Inea, para gerar uma sabedoria coletiva baseada na partilha da simbologia subjetiva construída por todos os envolvidos.

Além das ações de mobilização para dentro da comunidade, a equipe multidisciplinar participou dos diversos espaços públicos de discussão da temática na região e teve inserção de representante do projeto no Comitê de Bacias Hidrográficas da Bacia da Ilha Grande (CBHBIG), órgão regulador daquela específica bacia hidrográfica, veiculando o projeto, comunicando-o aos diversos atores e líderes comunitários, para expandir essa reflexão e provocar a difusão do saneamento ecológico em outras localidades.

Outras ações relevantes foram a elaboração de material didático como artigos, vídeos, tese de doutorado, cartilha construtiva, camisetas, notícias em revistas e na internet, palestras, congressos e seminários, para comunicar o projeto nas diversas linguagens e diversificar o alcance e a abrangência da tecnologia social, fomentando um novo olhar sobre o saneamento e o esgoto como um produto.

Após a construção do primeiro módulo (Figura 4), realizou-se avaliação coletiva para rever todo o processo coletivamente e repensar a tecnologia a partir dos *feedbacks* de forma mais adaptada à natureza e à comunidade, atendendo às necessidades inerentes da tecnologia social selecionada e dos indivíduos. Essa avaliação foi feita internamente e com todos os atores envolvidos, por meio de reuniões e oficinas em um novo ciclo para planejar a segunda etapa do saneamento ecológico nas casas da comunidade.

Figura 4 - Módulo da escola construído e em operação (OTSS, 2015)



Na oficina de discussão com a comunidade, foram apresentados e discutidos os dados financeiros da construção do primeiro módulo para se ter uma transparência com relação aos custos. Os pesquisadores tiveram o retorno da comunidade e discutiram coletivamente as mudan-

ças a serem realizadas, validando conjuntamente alterações no projeto e dando início à utilização de outras tecnologias e métodos construtivos.

Como aprendizado coletivo, foram discutidas as principais dificuldades encontradas durante a execução da obra, sendo as maiores: a dificuldade de transporte marítimo devido à logística; a grande quantidade de material necessária utilizando alvenaria convencional; o tempo necessário para construção da câmara interna biodigestora em alvenaria convencional; e a necessidade de contratar mão de obra local diretamente, sem uma empresa, para reduzir custos e garantir que a verba utilizada fosse direcionada diretamente para os comunitários.

Na segunda oficina de discussão, determinou-se conjuntamente quais seriam os critérios de escolha das primeiras casas. De comum acordo entre pesquisadores e comunidade, definiu-se pela extensão do projeto nas casas a montante do Rio da Barra, para monitoramento e verificação das alterações de qualidade, após implementação dos dez módulos nas moradias. Dessa forma, pactuou-se pela construção de um novo projeto com visita às casas e pela definição de critérios pela própria comunidade para a escolha delas.

Desdobramento nas Casas: um novo ciclo

Um ponto fundamental discutido coletivamente foi a necessidade de alteração da contratação de forma a empoderar a comunidade por meio de contratação direta, sem intermediação. Para a etapa das casas, realizou-se processo de incubação social para contratar diretamente responsáveis por serviços de transporte marítimo, alimentação e construtores locais da comunidade como microempreendedores, fomentando a geração de conhecimento, renda e a autorresponsabilização deles por seus papéis de protagonistas ao longo do processo.

O processo administrativo de logística foi pautado no envolvimento e formação dos comunitários interessados ao longo das atividades, de forma participativa, com encontros mensais para discussões administrativas, sobre a política do projeto, questões da formalização e as técnicas construtivas em si. O processo educativo e de incubação social iniciou-se cerca de dois meses prévios ao início das obras e continuou ao longo dos seis meses de obra. Após a finalização parcial da obra, houve avaliação do processo em reunião coletiva com a comunidade e com os diversos atores.

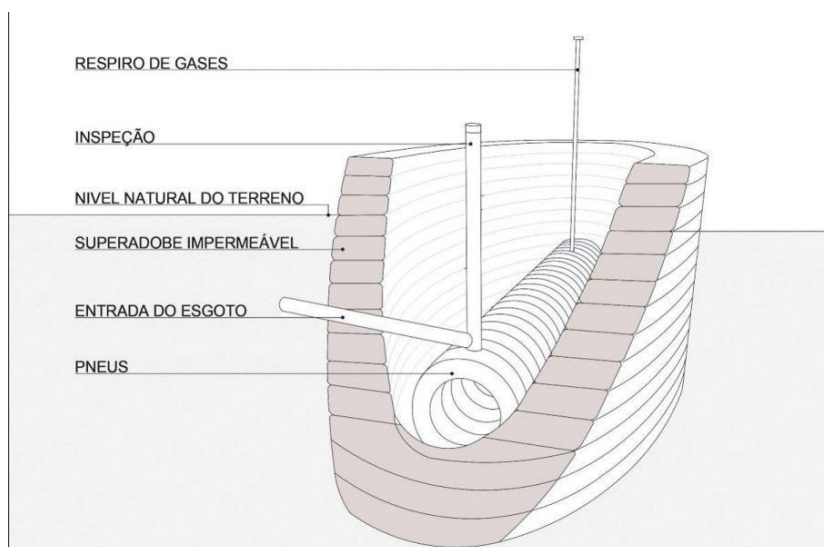
Em relação ao Tevap, decidiu-se pela substituição de tijolos na câmara interna biodigestora por pneus em série, minimizando custos e reutilizando resíduos como material construtivo, mantendo a qualidade do sistema. Também se decidiu por elaborar um projeto de Tevap com sua estrutura de paredes constituída por prática construtiva de superadobe, advinda da permacultura. O principal conceito da bioconstrução é utilizar os materiais do próprio local, adaptando a tecnologia ao território. Na Figura 5, pode ser visualizado o método construtivo de superadobe no croqui.

Figura 5 – Croquis do método construtivo do superadobe (OTSS, 2015)



Seguindo esse conceito, a terra argilosa ou arenosa escavada do local do sistema de tratamento a se instalar passou a ser utilizada para construção de paredes e substituição da alvenaria. Tendo por base uma mistura com cimento, para estabilização do material, foram construídas as fossas, que posteriormente foram impermeabilizadas com chapisco interno de cimento e impermeabilizante, como pode ser visualizado na Figura 6.

Figura 6 - Corte perspectivado do esquema construtivo da Tepak elíptica (OTSS, 2015)



Outro ponto solicitado por comunitários na reunião foi pensar uma solução simples e barata para tratar as águas cinza separadamente. Discutiu-se sobre a inclusão de duas possibilidades: círculo de bananeira ou filtro de águas cinza.

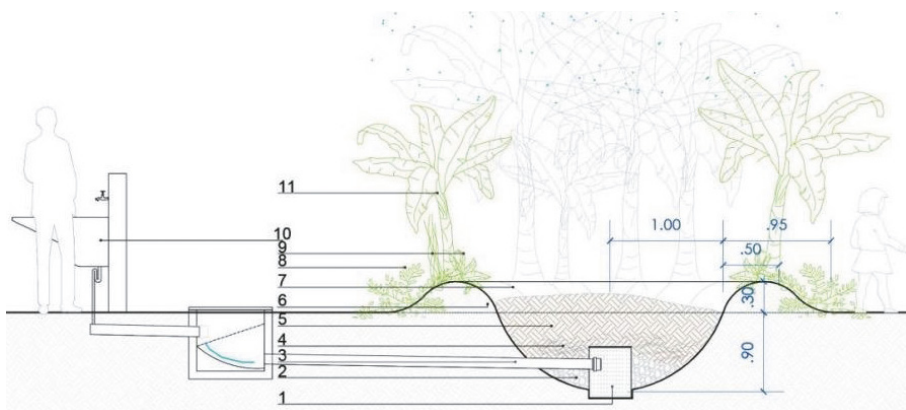
A partir das validações realizadas de forma participativa e integrada em reunião coletiva, definiu-se por visitar as casas a montante do Rio da Barra, o principal rio, onde foram entrevistados os moradores e relacionadas as condições sanitárias de cada local. A listagem das casas a serem

atendidas também foi pactuada em reunião coletiva.

A segunda versão do projeto consistiu então em sistema para tratamento das águas imundas e cinza paralelamente com: caixa de gordura, para o esgoto proveniente do ramal da cozinha; Tenvap de superadobe, que recebe o esgoto da cozinha, após a caixa de gordura, e o esgoto proveniente dos banheiros (vasos sanitários e pias); e círculo de bananeiras com filtro de brita, que receberá o esgoto de duchas e tanques de lavar roupas.

O círculo de bananeiras é uma técnica de disposição e tratamento oriunda da permacultura para aproveitamento das águas cinza e dos nutrientes por meio do plantio de bananeiras. O sistema consiste em uma vala de infiltração côncava de formato cilíndrico preenchida com camada de brita, seguida de diversas camadas de galhos, folhas e detritos naturais, onde atuam microorganismos facultativos e anaeróbios, responsáveis pela estabilização da matéria orgânica, seguindo-se o canteiro artificial de solo, destinado ao tratamento e à disposição final de esgoto, onde se permitem a infiltração, a evapotranspiração da parte líquida do esgoto, o reaproveitamento da matéria orgânica residual e a recarga do lençol freático (esquema construtivo na Figura 7).

Figura 7 - Projeto executivo do círculo de bananeiras (OTSS, 2015)



Em 2016, a etapa construtiva dos módulos das casas estava em andamento com a finalização do processo construtivo de cinco sistemas sanitários, consistindo na conjugação das tecnologias para cada moradia de forma adaptada ao local. Um dos sistemas entregues para a primeira família, a qual não tinha instalação sanitária (banheiro), consistiu na construção dessa instalação e Tevap com tecnologia de bioconstrução, como apresentado na Figura 8.

Figura 8 - Projeto executivo da primeira casa com banheiro e Tevap construído com bioconstrução (OTSS, 2015)



A partir de uma adaptação grande, com a inclusão de uma instalação sanitária ainda não existente, o processo de construção nesse primeiro módulo propiciou maior interação com a família e colaboração ao longo de todo o processo. Todo o material de telhado do banheiro foi fornecido pela própria família, que acompanhou o processo construtivo.

A segunda fase de implementação dos módulos durou aproximadamente seis meses. O intuito foi dar autonomia à equipe técnica na interação com os construtores e os moradores para adequarem o projeto à realidade local. Nesse sentido, a bioconstrução e a construção com superadobe

foram incorporadas às demais formas construtivas, sendo utilizadas como adaptação para a construção de toda uma instalação sanitária, para assentamento de tubos no território e a construção de banco de bar, trazendo a incorporação da técnica com base na “práxis” de uma prática pautada na reflexão e na troca de saberes.

Em 2016, os cinco sistemas em operação estavam sendo acompanhados para verificação da necessidade de alterações, com a organização de novas ações de discussão e reflexão para um terceiro ciclo e a finalização de 11 módulos na comunidade.

Com a capacitação de construtores multiplicadores de tecnologia social e a troca constante de saberes com a comunidade e os diversos atores envolvidos, pode-se perceber uma mudança na inteligência ecológica de todos. Os próprios construtores indicaram já saber construir o sistema sozinho e trazem internamente a visão da não contaminação do rio, como pode ser demonstrado em algumas vozes coletadas em reuniões e diálogos no campo de atuação.

Figura 9 - Construtores da comunidade em ação com a equipe técnica do projeto (OTSS, 2016)



Os depoimentos aqui relatados referem-se a informações obtidas a partir de observação participante. Por questões éticas, nossos informantes são identificados por pseudônimos. As vozes dos construtores demonstram a mudança de cultura e do olhar psicossocial nas reuniões de avaliação.

“Foi bom porque foi um serviço dentro da comunidade e em benefício da comunidade, porque ali não tinha fossa, não tinha banheiro, e fazem a fossa de qualquer jeito...” (Ramon, 33 anos, construtor e morador da comunidade). Essa fala demonstra como os próprios construtores percebem a relevância de um serviço para benefício da comunidade ser realizado por ela mesma e de que o saneamento deve ser abordado de outras formas.

“E outra coisa, né, cara? Está despoluindo o rio, né, cara? Que é, pô! Quantas vezes já não comemos robalo e pescamos da barra mesmo, hoje ninguém pega mais porque já estragaram a cachoeira...” (Jorge, 36 anos, construtor e morador da comunidade). Essa fala mostra a consciência da degradação do rio e de que o sistema utilizado pode recuperar o entorno.

“O legal também foi que a gente aprendeu esse negócio aí, né?” (Carlos, 30 anos, construtor e morador da comunidade). Essa fala explicita como já se percebem detentores do conhecimento para construção da tecnologia.

“Da porcaria nasce o alimento, né?” “Agora que você falou, é isso mesmo... Do lixão nasce uma flor” (Guilherme, 28 anos, construtor e morador da comunidade). Essas falas mostram a percepção do ciclo fechado proporcionado pelo saneamento ecológico, que promove a utilização dos resíduos como produtos.

“E, agora, a gente pode fazer outras fossas, né...” (Roberto, 32 anos, construtor e morador da comunidade). Demonstra a motivação dos construtores em continuar no projeto e nas ações de saneamento.

“O turista quando vier aqui também vai ficar maluco, né?” (Jorge, 36 anos, construtor e morador da comunidade). Essa fala retrata não só a visão dos construtores mas também a dos atores locais em relação ao turismo.

A instalação dos módulos de evapotranspiração impactou o turismo na Praia do Sono, pois os módulos entraram no roteiro do turismo de base comunitária da comunidade, tornando-se um dos pontos importantes de visitação, com explicação dos próprios comunitários do processo em si e do histórico de luta e resistência da comunidade.

Outro ponto a ser ressaltado são os ganhos indiretos como a replicação da tecnologia do Tevap em outras localidades, por iniciativa pública ou privada: em quiosque e em uma pousada da praia da Jabaquara, em Paraty; projeto sendo elaborado em restaurante em Trindade; e principalmente na construção de sistema por parte de uma família proprietária de camping, já consciente, na própria Praia do Sono, com a contratação de construtor capacitado. Espera-se que os construtores atuem efetivamente como multiplicadores locais e possam construir sistemas ecológicos de saneamento na região, onde há uma elevação da percepção ecológica e verificação da necessidade de novas formas de cuidado no território.

O foco nas ações estruturantes apresenta-se como fundamental, pois mediante um diálogo constante e adaptado à simbologia subjetiva dos indivíduos, os diversos atores locais estão mudando sua forma de enxergar as possibilidades de geração e tratamento de resíduos, como apontado na voz de um dos participantes: “Agora eu tenho vergonha de jogar meu esgoto no buraco, porque sei que posso fazer diferente” (Aloísio, 31 anos, morador da comunidade).

Cabe ressaltar que uma construção coletiva gera empoderamento em cada indivíduo envolvido no processo e uma sensação de pertencimento de todos. Contudo, foram numerosos os desafios encontrados, desde as dificuldades técnicas até as questões sociais, principalmente ao se conjugar um processo com os múltiplos atores envolvidos e os diversos tempos institucionais.

Nesse sentido, além dos diversos ganhos diretos e indiretos, é im-

portante considerar todos os desafios, especialmente nas diferenças de comunicação e vivências, de visão de mundo de cada ator envolvido no processo. Foi um desafio constante manter todos os atores mobilizados simultaneamente, pois é fundamental a adequação às linguagens e simbologias diversas e suas subjetividades para que o conhecimento seja construído com base em uma ecologia de saberes efetiva.

Para fomentar esse princípio, é importante a atuação de facilitadores conscientes que possam atuar como mediadores e construtores de interfaces, realmente abertos para ouvir e adaptar suas formas de relacionamento e aprender conjuntamente, com um olhar horizontal.

No caso do saneamento ecológico, o trabalho intersetorial possibilitou maior convergência das ações com o município, responsável legalmente por esse serviço, que se materializou em um Acordo de Cooperação Técnica entre a Fiocruz e a PMP, para propor tecnologias e possibilidades de universalização do saneamento em Paraty, contemplando as zonas rurais e construindo formas de apoio da PMP na condução das obras na Praia do Sono e nos demais territórios, ampliando a cooperação e o apoio para condução da terceira fase de implementação de saneamento nas moradias.

A forma de atuação do OTSS no âmbito do saneamento ecológico, por meio de uma abordagem integral que inclui contemplações estruturais e estruturantes, tem propiciado a reflexão e a apropriação da tecnologia por parte da comunidade e dos atores locais e a sua expansão para diversos setores, promovendo a atuação individual e coletiva para a resolução das questões ambientais.

Contudo, ressalta-se a importância de um olhar integral do território com todas as suas subjetividades humanas, sociais, políticas, econômicas e ambientais para o estabelecimento de projetos que realmente incluam os indivíduos. É de extrema importância atuar intersetorialmente, envolvendo os diversos órgãos públicos, para estabelecer parcerias,

diretrizes e políticas públicas voltadas para o saneamento rural, as quais construam ações inclusivas que sejam efetivamente incorporadas pelos comunitários. Com uma real sensibilização e inclusão dos diversos atores por meio de uma comunicação essencial, pode-se construir pontes de sinergia e uma atuação coletiva que gere ganhos para todos.

Na atual conjuntura, o desenvolvimento sustentável demanda uma nova perspectiva, a construção de uma cultura regenerativa que possa efetivamente utilizar tecnologias, duras e leves, para cuidar das relações homem-natureza e do ser humano consigo mesmo. Logo, é fundamental pensar em diretrizes globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, pautadas em ações locais, por meio de tecnologias adaptadas a cada território, com o envolvimento dos indivíduos e dos coletivos.

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES DA BOCAINA EM SEUS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Thatiana Lourival

Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes. Integra a equipe do OTSS desenvolvendo atividades de pesquisa, construção e implementação de estratégias de defesa dos direitos das comunidades tradicionais

Anna Cecília Cortines

Agrônoma, MsC em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ, Pesquisadora do OTSS no Núcleo de Gestão de Saberes e na Coordenação de Justiça Socioambiental de 2009 a 2018. Assessora do FCT desde sua criação

Natália Cristina Fidelis Bahia

Consultora em Desenvolvimento Comunitário, formada em Ciências Biológicas pela UNESP (Campus Botucatu) e mestre em Ecologia pela Unicamp. Atualmente atua na Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores da Trindade (ABAT)

Vagner do Nascimento

Coordenador do FCT e Coordenador Geral do OTSS

Os históricos conflitos territoriais existentes na região da Bocaina, em especial aqueles oriundos da abertura da rodovia Rio-Santos (BR-101) na década de 1970, ameaçam a permanência das comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e caiçaras que ali vivem. A manutenção desses povos em seus territórios é fundamental para proteção e promoção de suas práticas, saberes e tradições, contribuindo para a diversidade cultural da região e do país, como expressa a poesia de Luís Perequê:

*O povo que planta e pesca,
Canta, dança, faz festa, no seu pedaço de chão,
Abastece a sua mesa, agradece a Natureza,
em qualquer religião.
Seu lugar, seu oratório,
Tirar o seu Território,
É calar a tradição!*

Os conflitos territoriais estão diretamente relacionados aos avanços da especulação imobiliária e à privatização dos territórios tradicionais, ao turismo desordenado, à implementação de grandes empreendimentos, à sobreposição dos territórios tradicionais pelas unidades de conservação, bem como à precariedade de serviços essenciais de educação, saúde, saneamento, transporte, energia elétrica e lazer (FCT, 2014) Tais conflitos são complexos, não só em razão dos objetivos distintos e dos interesses em disputa, mas também devido à morosidade para a sua resolução e ao não reconhecimento dos direitos territoriais dessas populações nas diferentes escalas e competências legais do Estado.

Embora os povos e comunidades tradicionais tenham direitos preconizados, dentro e fora do texto constitucional, em diversas leis e instrumentos de ordenamento territorial, o poder público não tem sido suficientemente ágil para propor procedimentos e ações para garantir a permanência em seus territórios e sua reprodução física, social, econômica e cultural, gerando ainda graves divergências dentro das próprias instituições do Estado.

Fatores como a dificuldade em compreender a legislação vigente, as investidas da especulação imobiliária e a adoção de posturas que privilegiam aspectos ambientais em detrimento dos sociais na gestão das unidades de conservação fragilizam a participação dos comunitários nos espaços de disputa e defesa dos territórios tradicionais, exigindo a capacitação dos envolvidos. A parceria entre o FCT e o OTSS fomentou e fortaleceu a atuação de lideranças

comunitárias e técnicos especializados, gerando resultados positivos e oportunidades relevantes, que serão apresentados ao longo deste capítulo.

A Justiça Socioambiental no Cotidiano das Comunidades

Para o FCT e o OTSS, a permanência e o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais em seus espaços de origem são fatores determinantes para um território saudável. E como preceitua a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, a garantia de acesso a informações e participação nos processos de decisão sobre o uso dos recursos naturais é fundamental na defesa de uma proteção equânime contra potenciais danos ambientais e sociais que a implementação de projetos propostos para seus territórios possam causar às populações atuais e futuras (Malerba, 2010).

A mobilização e o fortalecimento das organizações sociais são imprescindíveis para enfrentar as diversas situações de conflitos da região, especialmente as relacionadas à sobreposição de territórios tradicionais e unidades de conservação. Mesmo com a existência de princípios jurídicos e marcos regulatórios que protegem as comunidades tradicionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (decreto n. 6.040/2007), ainda há grande resistência na aplicação dessas normas por gestores de áreas protegidas, que não reconhecem a presença dessas populações como aliadas na conservação e utilização sustentável da biodiversidade brasileira (MPF, 2014). São numerosas as restrições impostas às práticas tradicionais de subsistência e sustento das famílias, bem como à sua reprodução social, especialmente a manutenção de suas moradias.

Com o intuito de conciliar tais questões, a 4ª e a 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão, de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal,

respectivamente, pactuaram a carta de convergência entre a garantia dos direitos fundamentais e conservação em 2015. O documento estabelece a necessidade de se compatibilizar a permanência das populações tradicionais e da proteção ambiental em áreas de sobreposição de territórios tradicionais e unidades de conservação, adotando medidas que garantam segurança jurídica para tal permanência. Além disso, ressalta que as atividades indispensáveis à subsistência e reprodução do modo de vida tradicional são *a priori* lícitas, devendo ser garantida a respectiva compatibilidade com a proteção ambiental e os objetivos da unidade de conservação (MPF, 2015).

Nesse contexto, o FCT e o OTSS, em seu escopo de trabalho, priorizaram o enfrentamento dos conflitos socioambientais, especialmente aqueles que ameaçam a coletividade, por meio de ações que contemplem a promoção e o fortalecimento do protagonismo comunitário, a participação em espaços públicos de controle social e a articulação com instituições governamentais e não governamentais que têm como atribuição a defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais na busca por justiça socioambiental. Podemos citar como exemplos das ações realizadas: campanhas em defesa do território; promoção de encontros para ampliação de conhecimentos; debate sobre os conflitos e produção de soluções; apoio e articulação para defesa e acompanhamento de processos judiciais e administrativos coletivos e individuais; participação em conselhos gestores, fóruns regionais e processos de ordenamento territorial e licenciamento ambiental de grandes empreendimentos.

Campanha Preservar é Resistir: em defesa dos territórios tradicionais

Em 2014, foi lançada a campanha “Preservar é resistir: em defesa dos territórios tradicionais”, buscando dar maior visibilidade ao modo de vida e às práticas tradicionais, bem como aos conflitos vivenciados pe-

las comunidades integrantes do FCT. A campanha associou a discussão política às manifestações culturais das diferentes etnias e comunidades da região (entre elas, poesia, teatro, fandango, xondaro, jongo e artesanato), gerando grande mobilização comunitária, maior visibilidade e credibilidade para a ação do FCT (Figura 1).

Para tanto, foram produzidos um vídeo retratando o modo de vida dessas comunidades, um sítio na internet e uma página no Facebook, alimentadas permanentemente pelos integrantes do FCT, além de folhetos e exposição de fotos retratando as práticas tradicionais.

Essa campanha foi idealizada pelo FCT e por organizações não governamentais locais⁹, agregando novos apoiadores e parceiros a cada evento promovido na região de abrangência do Fórum nos meses de maio a agosto do mesmo ano. O ato de lançamento da campanha em Ubatuba ocorreu durante a 91ª Festa de São Pedro Pescador, e em Angra dos Reis, no evento “Agosto cultural – tradição e resistência”. Com a adesão do OTSS, houve a veiculação da campanha para outros públicos.

Figura 1 - Lançamento da campanha “Preservar e resistir” em Ubatuba, em 2014



⁹ A campanha é resultado da parceria do FCT com as organizações não governamentais Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (Ipema), Instituto Silo Cultural, Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sapê) e Verde Cidadania. Contou inicialmente com apoio financeiro do Fundo Socioambiental Casa.

Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina

Em 2015, o Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina “Territórios Tradicionais: diálogos e caminhos no Quilombo do Campinho (Paraty, RJ)” foi realizado por OTSS, FCT, Ministério Público Federal (MPF) e Mosaico Bocaina, com o objetivo de identificar soluções que promovessem a justiça socioambiental nos territórios das comunidades tradicionais¹⁰.

A metodologia adotada para a realização do encontro foi baseada na construção coletiva, considerando as distintas lógicas dos atores envolvidos – comunitários, representantes dos órgãos ambientais, representantes do MPF e pesquisadores acadêmicos e comunitários. As exposições e os debates partiram da análise de casos concretos, buscando maior entendimento entre conhecimentos técnicos e tradicionais e possibilitando equilíbrio nas soluções propostas (Figura 2).

Figura 2 - Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina



¹⁰ Em 2007, a Câmara de Populações Tradicionais do Mosaico Bocaina, da qual o Fórum de Comunidades Tradicionais é protagonista, realizou o Encontro de Populações Tradicionais e Unidades de Conservação do Mosaico Bocaina. Foi um momento importante para buscar o diálogo direto entre comunidades tradicionais e unidades de conservação da região, dando visibilidade para os conflitos existentes e a necessidade de se estabelecerem diálogos entre as partes.

O debate e a apresentação da legislação e dos instrumentos jurídicos contribuíram para o fortalecimento e o empoderamento das comunidades tradicionais e para a pactuação de estratégias para a solução dos conflitos socioambientais existentes no território. Pode-se citar como exemplo a criação de um espaço de diálogo permanente (Mesa de Diálogo), conduzido pelo MPF, com participação das comunidades e autoridades. A Mesa de Diálogo tem como objetivo garantir os direitos territoriais, reduzir a situação de vulnerabilidade e estimular a governabilidade dos espaços por essas populações. A sustentação desse espaço de discussão, entretanto, é ainda um grande desafio e requer amadurecimento nas ações de conciliação entre as políticas ambientais e sociais aplicadas nessa região.

Além do estreitamento da relação entre as comunidades tradicionais e o Ministério Público Federal, o encontro possibilitou maior visibilidade dos conflitos socioambientais existentes para todos os participantes (comunitários, universidades, autoridades, servidores públicos, mídia local) e a abertura de canais de diálogo entre o Fórum de Comunidades Tradicionais e outras instituições relacionadas ao tema (Defensoria Pública dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Comissões de Defesa dos Direitos Humanos do Legislativo Federal e do Estado do Rio de Janeiro).

Ordenamento Territorial e Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos

A participação das lideranças do FCT e de técnicos do OTSS em fóruns e conselhos onde o ordenamento territorial vem sendo debatido é de grande importância por incentivar a participação, expor dificuldades e demandas das comunidades tradicionais, contribuindo significativamente para a qualificação do debate, bem como em razão de contestar

o não cumprimento dos direitos dessas populações, especialmente a ausência de um processo qualificado de consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Pode-se citar como importantes frentes de atuação:

1) Revisão do Plano de Manejo da APA Caiuruçu, discutido no âmbito do Conselho Consultivo dessa unidade de conservação, que envolve diversos territórios tradicionais do município de Paraty.

2) Revisão do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (ZEE-LN), conduzido pelo Governo do Estado de São Paulo, que apresentou graves ameaças oriundas da especulação imobiliária e expropriação das populações de seus territórios.

3) O processo de licenciamento ambiental do empreendimento do Pré-Sal/Petrobras também vem sendo acompanhado desde 2013, sendo identificada a necessidade de entender os possíveis impactos (diretos e indiretos) desse empreendimento na vida dos povos e comunidades tradicionais da Bocaina e garantir a inclusão e implementação de medidas mitigatórias e condicionantes.

4) O envolvimento na Mesa de Diálogo de Grandes Empreendimentos do Litoral Norte, além de possibilitar maior compreensão do tema, fortaleceu a parceria com o Instituto Pólis e a aproximação com o MPF/Caraguatatuba. Essas atuações conjuntas foram fundamentais para assegurar o cumprimento de condicionantes estabelecidas para as comunidades tradicionais, em especial as caiçaras. Para os quilombolas e indígenas, no entanto, é necessário ainda promover o reconhecimento da autonomia e representatividade de suas organizações sociais pelas instituições governamentais responsáveis pelo licenciamento ambiental.

Grupo de Trabalho de Justiça Socioambiental

Ao longo da trajetória de defesa dos territórios tradicionais, identificaram-se potencialidades para desenvolver e oferecer um trabalho de suporte jurídico e técnico, contribuindo de maneira mais estruturada e eficaz para o enfrentamento dos conflitos socioambientais da região da Bocaina. Dessa forma, em julho de 2016 foi criado o Grupo de Trabalho de Justiça Socioambiental, com integrantes do Núcleo de Qualificação do Fórum de Comunidades Tradicionais e Núcleo de Gestão de Saberes do OTSS. Esse grupo de trabalho é constituído por uma equipe multidisciplinar, incluindo pesquisadores acadêmicos e comunitários.

O Mapa dos Conflitos Socioambientais da Bocaina (Tabela 1) envolvendo as comunidades tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba está sendo construído com base em informações existentes em documentos produzidos na região, memória dos integrantes do grupo de trabalho e reuniões com as comunidades. Esse documento tem o intuito de apoiar o debate do tema com lideranças comunitárias e parceiros, definir as estratégias de enfrentamento dos conflitos e desenvolver um plano de ação. Para tanto, foram definidas quatro categorias de conflitos: 1) disputa pelo território; 2) sobreposição de territórios tradicionais e unidades de conservação; 3) ordenamento territorial; e 4) restrição de políticas públicas.

Tabela 1 – Resumo dos conflitos socioambientais identificados e acompanhados pelo FCT nas Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL	COMUNIDADES TRADICIONAIS		
	QUILOMBOLAS	INDÍGENAS	CAIÇARAS
1 - DISPUTA PELO TERRITÓRIO			
1.1 - Comunidades em processo de Titulação /Demarcação, envolvendo disputa com Estado e/ ou com terceiros	Bracuí (Angra), Cabral (Paraty), Camburi, Fazenda Itamambuca, Caçandoca (Ubatuba)	Rio Pequeno, Pataxós (Paraty)	

continua na página seguinte

continuação da página anterior

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL	COMUNIDADES TRADICIONAIS		
1.2 - Comunidades em processo de ampliação do território conquistado, envolvendo disputa com o Estado e/ou terceiros		TI Araponga, TI Paraty Mirim (Paraty), TI Boa Vista (Ubatuba)	
1.3 - Disputa do território com terceiros/especulação imobiliária e/ou Unidade de Conservação	TQ Campinho (Paraty)	TI Araponga, Rio Pequeno (Paraty)	Sono, Praia Grande da Cajaiba, Martins de Sá e demais Comunidades REJ, São Gonçalo (Paraty), Ubatumirim (Ubatuba)
2 - SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	QUILOMBOLAS	INDÍGENAS	CAIÇARAS
2.1 - Uso Direto dos Recursos Naturais: restrições e criminalização		TI Araponga (Paraty)	Trindade, São Gonçalo (Paraty)
2.2 - Uso Indireto dos Recursos Naturais			
3 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	QUILOMBOLAS	INDÍGENAS	CAIÇARAS
3.1 - Gerco Litoral Norte SP	Camburi, Caçandoca (Ubatuba)		Ubatumirim, Picinguaba (Ubatuba)
3.2 - Revisão Plano de manejo da APA Cairuçu			Trindade, Comunidades da REJ (Paraty)
3.3 - Recategorização da REEJ e AELPM	Campinho (Paraty)	TI Araponga, TI Paraty-Mirim (Paraty)	Trindade, Sono, PG Cajaiba, Pouso, Martins de Sá e demais comunidades da REEJ (Paraty)
3.4 - Restrição de Acesso à Comunidade			Sono, Ponta Negra (Paraty)
4 - RESTRIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	QUILOMBOLAS	INDÍGENAS	CAIÇARAS
4.1 - Ensino Fundamental II, Médio, Currículo Diferenciado	Bracuí (Angra) Campinho (Paraty)	TI Araponga, TI Paraty-Mirim, Rio Pequeno (Paraty)	Comunidades da REEJ (Paraty)
4.2 - Ausência de Saneamento	Todas	Todas	Todas

Fonte: elaborado pelos autores.

Foram produzidos ainda dois relatórios técnicos sobre o histórico da ocupação tradicional caiçara na Ilha do Pelado e na Praia do Caixa d’Aço, para subsidiar a defesa de alguns casos específicos junto ao MPF e Justiça Federal.

Participação e Autonomia

A realização de ações integradas e contínuas pelo FCT e pelo OTSS em prol da permanência das comunidades tradicionais em seus territórios tem resultado em avanços importantes. A participação e a autonomia das lideranças comunitárias nos espaços de controle social vêm sendo fundamental nos debates sobre os assuntos que os afetam e na garantia de seus direitos junto aos gestores públicos e demais atores envolvidos.

A assessoria técnico-jurídica tem proporcionado respaldo para as lideranças comunitárias nos debates, apoio na elaboração de documentos, denúncias e representações relacionadas aos direitos difusos e coletivos violados. Além disso, a ampliação e a consolidação de diferentes parcerias, formando redes de solidariedade, vêm contribuindo para a sustentabilidade das ações do FCT e do OTSS.

Como afirma o MPF, “a presença de populações tradicionais em espaços protegidos representa hoje o desafio de transformar conflitos em oportunidades” (MPF, 2014: 16). Assim, a consolidação de parcerias com as unidades de conservação de uso sustentável e a construção de um diálogo horizontal e equilibrado com as unidades de conservação de proteção integral, embora ainda seja um desafio na região, é essencial para a redução dos processos de criminalização das comunidades.

As intervenções do FCT e do OTSS vêm sendo construídas em uma perspectiva abrangente, analisando e gerando soluções para casos comuns a um conjunto de comunidades e com potencial de replicação, coordenadas com as diferentes instâncias do poder público, incluindo a garantia do território, a manutenção de seus modos de vida e a proteção em casos de violação da integridade física e moral de comunitários em situação de maior vulnerabilidade.

ÁGUAS DO CARAPITANGA: CULTURA E GESTÃO HÍDRICA

João Oswaldo Cruz

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ e pesquisador do OTSS, onde desenvolve trabalhos envolvendo cartografias sociais de comunidades tradicionais

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS

Carlos Felipe de Andrade Abirached

Mestre em Política e Gestão Ambiental pela UnB, Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), lotado na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu desde 2015

O Rio, a Cultura e a Água

O Rio Carapitanga é a principal referência hídrica de 14 comunidades caiçaras, periurbanas, rurais, indígenas (duas) e quilombolas (uma), que totalizam cerca de três mil habitantes. Seu papel na reprodução do modo de vida tradicional é central, na medida em que fornece água para consumo humano e doméstico e para a fauna e flora desse recorte da Bocaina. Além disso, é nele que se desenvolvem alguns dos processos pedagógicos mais importantes das comunidades tradicionais, como o aprendizado para nadar, pescar, conhecer espécies animais e vegetais, sempre permeados por ludicidade, harmonia com o ambiente e resgate da história, saberes e práticas de manejo tradicionais, fundamentais para territórios sustentáveis e saudáveis.

Entretanto, por desconsiderar seus valores de uso materiais e imateriais e pautar o processo de apropriação do território pelos interesses do capital, o modo hegemônico de desenvolvimento levou à ocupação

especulativa e desordenada da bacia do Carapitanga, resultando em numerosos problemas, tais como: assoreamento do canal, perda de matas ciliares, poluição e contaminação por esgotos domésticos e lixo e edificações em áreas de risco. Esses problemas, por sua vez, resultaram na diminuição da quantidade e da qualidade da água e impactaram negativamente o papel desse rio na reprodução do ecossistema e na reprodução social do modo de vida dessas comunidades.

A abundância hídrica da região mascarou esses problemas durante bastante tempo, na medida em que a disponibilidade hídrica, apesar de menor se comparada a períodos anteriores, ainda não havia produzido situações de escassez. A criticidade desses problemas somente ganhou visibilidade em meio ao evento de seca ocorrido na Região Sudeste do Brasil entre os anos de 2013 e 2015 (CPRM, 2015). Essa seca, apesar de ter causado impacto mais intenso nas grandes regiões metropolitanas e em áreas urbanas dos municípios, também teve efeitos drásticos em áreas agrícolas e periurbanas e, conseqüentemente, nas comunidades tradicionais situadas na área de ação do OTSS.

No período mais crítico da seca, moradores do Quilombo do Campinho e de outras comunidades situadas na bacia do Rio Carapitanga viveram, pela primeira vez, sob estresse hídrico, com diminuição da vazão das nascentes e falta de água intermitente nas residências, uma situação nunca antes vista, segundo relatos dos moradores cujas comunidades estão na região há mais de três séculos.

Porém, mesmo durante o período mais agudo de déficit hídrico, observava-se que ainda havia um fluxo de base considerável no canal principal, apesar de o volume de água ser perceptivelmente menor do que aquele que a população empiricamente conhecia por “normal”. Ou seja, apesar de haver falta de água para uso doméstico e para a agricultura, havia água disponível na bacia de drenagem.

Esse contexto levou pesquisadores do OTSS, da Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) e as associações e moradores das comunidades tradicionais e periurbanas a começarem a questionar e investigar os motivos dessa situação.

As captações para uso doméstico na bacia do Carapitanga estão situadas em sua grande maioria em nascentes e pequenos córregos afluentes do rio. Portanto, a primeira hipótese que surgiu para a relativa falta de água (já que o volume do canal principal indicava que havia água no sistema da bacia de drenagem) era de que as captações das diferentes comunidades estariam concentradas em poucos pontos de extração, o que, em conjunto com o esperado rebaixamento do lençol freático durante um período longo de estiagem, explicaria a escassez do recurso. Ou seja, o principal problema seria a má gestão e a disputa sem mediação pelos recursos hídricos, e não a falta de água em si. Na perspectiva do OTSS (de governança participativa, ecologia de saberes e gestão estratégica), apenas um processo de diagnóstico, pactuação e planejamento com foco na gestão participativa dos recursos hídricos, envolvendo as associações e moradores, o poder público (em suas diversas instâncias), a concessionária de águas e esgoto e os pesquisadores, poderia aprofundar a análise sobre a situação do Carapitanga e apontar soluções para o uso racional da água, a recuperação da mata ciliar, a prevenção ou mitigação de desastres, impactando positivamente a bacia e seus valores de uso. Para tanto, foram utilizadas tecnologias de planejamento estratégico, mapeamento participativo, georreferenciamento, divulgação da geoinformação (mapa *on-line* de acesso público) e monitoramento das ações definidas e seus resultados.

Segundo Herlihy e Knapp (2003), os mapas participativos são aqueles que reconhecem o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os inserem em modelos convencionais de conhecimento e registro de informações. Assim, os projetos ditos de mapeamento comunitário envolvem diretamente os membros da comunidade no levantamento dos usos da terra e dos recursos naturais e das fronteiras de seus domínios (Achselrad & Coli, 2008).

A primeira ação no sentido de se criar esse ambiente de diálogo para desenvolver soluções articuladas e pactuadas com todos os atores envolvidos foi a oficina de trabalho “As águas do Carapitanga”, organizada pela Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu, Laboratório de Geo-Hidroecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Geoheco/UFRJ), Grupo de Pesquisa em Desastres Socionaturais da Universidade Federal Fluminense (GDEN/UFF) e Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). A oficina ocorreu nos dias 28 e 29 de março de 2016, no Quilombo do Campinho, e contou com representantes das comunidades Terra Indígena Araponga, Forquilha, Patrimônio, Quilombo do Campinho, Pedras Azuis, Novo Horizonte, Paraty-Mirim (caiçara) e Terra Indígena Itaxi. Além das instituições organizadoras e das comunidades ribeirinhas, participaram membros das seguintes organizações: Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (CBH-BIG), Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai/MS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paraty, Câmara Municipal de Paraty, Comissão Municipal de Saneamento Básico, Conselho das Associações da População e Povos Tradicionais de Paraty (Conap), Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR/UFF) e Fundo Mundial para a Natureza (WWF). No total, mais de cinquenta participantes estiveram presentes nos dois dias de trabalho. Os objetivos principais da oficina foram:

- Mapear a localização de diversos elementos relacionados à situação ambiental da bacia desde sua nascente até a foz, em especial os relacionados à poluição e aos recursos hídricos, por meio de técnicas de mapeamento participativo.

- Elaborar um plano de ação para enfrentar as questões apontadas pelo mapa participativo.

- Definir um fórum de discussão e acompanhamento permanente para as ações planejadas.

A Bacia do Rio Carapitanga

O Rio Carapitanga está situado na porção sudoeste do município de Paraty (RJ). Drena uma linha de cumeeada da Serra do Mar de orientação nordeste-sudoeste, que delimita os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, em direção à Baía da Ilha Grande, desaguardo na localidade caiçara de Parati-Mirim (Figura 1).

A elevação varia de 1.250m no ponto mais alto, próximo à nascente do rio, até o nível do mar, em um gradiente bastante acentuado. Isto, em conjunto com as características do material de fundo do canal (variando de matações e blocos nas partes altas até uma areia bem grosseira presente ao longo do percurso até a parte baixa) e com a declividade das encostas laterais, caracteriza a bacia como um ambiente montanhoso. A precipitação média anual na estação Patrimônio, situada na porção central da bacia, é de 2.130mm anuais, valor bem superior às outras estações do litoral sul fluminense, como a estação Angra dos Reis (1.800mm) e a estação Itaorna (localizada em Angra: 1.820mm¹¹), o que corrobora a hipótese de que não há déficit hídrico na região.

Quanto ao uso da terra e cobertura vegetal, observa-se que o vetor de expansão histórico na bacia avançou acompanhando o fundo do vale, onde existem mais áreas planas adequadas para ocupação humana. Além disso, a rodovia BR-101 (Rio-Santos) acompanha boa parte desse eixo junto ao rio, desde a parte média até os divisores de drenagem, o que causou uma rápida aceleração da ocupação na bacia e na região como um todo desde sua implantação na década de 1970 (Davidovich, 2010).

Nos dias atuais, observa-se expansão de caráter urbano acentuado na bacia, especialmente nos bairros Novo Horizonte e Pedras Azuis. Mesmo

¹¹ Estações e valores de precipitação média anual consultados em: <<http://hidroweb.ana.gov.br>>.

assim, a maior parte das ocupações continua concentrada ao longo do rio. Por um lado isso é bom, pois a área disponível para ocupação é restrita; por outro, agrava muito os problemas de poluição do Rio Carapitanga, pela falta de saneamento básico. Nos vales laterais e nas baixas encostas encontram-se sítios, áreas de pecuária e agricultura e capoeiras, enquanto na média encosta são encontradas algumas roças em meio à vegetação florestal, que aqui já é predominante. Nas altas encostas e cabeceiras, a Mata Atlântica apresenta bom estado de conservação e, de modo geral, pode-se afirmar que os ecossistemas da bacia estão ainda bem preservados, em estágio médio ou avançado de sucessão ecológica, com as áreas de degradação concentradas nos fundos de vale. Do ponto de vista hidrológico, a floresta tropical é vista eminentemente como um ambiente de infiltração e recarga dos aquíferos subterrâneos. Como a bacia do Carapitanga ainda tem boa parte de sua superfície recoberta por matas e os índices pluviométricos são elevados, o esperado é que não ocorresse falta de água.

Figura 1 - Localização da bacia do Rio Carapitanga



Fontes dos Dados: Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000 (IBGE); Imagem: Landsat 8 disponibilizada por U.S. Geological Survey.

Identificação das Comunidades e Divisão da Bacia

Inicialmente, realizou-se o inventário dos bairros ou localidades a partir de sua posição geográfica e das características físicas da paisagem. Dividiu-se a bacia em três trechos: Alto, Médio e Baixo Carapitanga (Figura 2). As comunidades foram divididas na oficina de mapeamento conforme sua localização em cada um dos três trechos previamente definidos. Dessa forma, comunidades próximas umas às outras fizeram o mapeamento em conjunto.

Figura 2 - Trechos da bacia do Rio Carapitanga e localidades



Definição das Classes de Mapeamento e da Simbologia e Criação de Arquivo Geoespacial para Uso na Oficina



















Outro passo para a preparação da atividade de mapeamento foi a definição dos elementos que seriam pesquisados e da simbologia

a ser utilizada – importante para delimitar a temática de mapeamento da oficina e evitar que temas não diretamente vinculados à questão da gestão hídrica fossem abordados, já que haveria uma heterogeneidade muito grande entre os grupos participantes: indígenas guarani, quilombolas, caiçaras, produtores rurais, moradores de comunidades urbanas, cada um com suas questões e demandas particulares.

A Figura 3 relaciona as classes definidas pela equipe do OTSS em pactuação com lideranças comunitárias e agentes públicos. Esses elementos foram definidos como os principais para conhecimento do sistema de abastecimento e uso dos recursos hídricos, as fontes de poluição e outros problemas existentes, assim como oportunidades para solução de conflitos.

Feita essa definição das classes, elaborou-se um arquivo espacial para uso no *software* Google Earth, que seria utilizado para a indicação da localização dos elementos apontados pelos participantes.

Figura 3 – Classes de mapeamento e simbologia adotados no mapeamento participativo

 Captação de água	 Vetores de crescimento ou área de expansão
 Nascentes	 Área de realização de projeto ou ação
 Falta de água	 Equipamentos de projeto
 Conflito de uso da água	 Outros
 Descarte de lixo	 Área turística
 Lançamento de esgoto	 Queimadas
 Área degradada	 Área de regeneração/reflorestamento/agrofloresta
 Área de inundação	 Agricultura
 Erosão (margens ou encostas)	 Escola

Oficina de Mapeamento Participativo

A partir das etapas anteriores, realizou-se a oficina. A mobilização das comunidades feita mediante a articulação do FCT com associações de moradores e lideranças comunitárias garantiu ampla representatividade popular durante a atividade. Todas as localidades identificadas previamente estavam representadas.

Os participantes comunitários foram divididos em três grupos em função da posição de sua comunidade em cada um dos trechos da bacia (Alto, Médio e Baixo), e os restantes distribuíram-se equanimemente entre os grupos, que trabalharam separadamente no mapeamento, cada um em seu trecho.

Foram apresentados e debatidos cada um dos elementos propostos para a legenda, e começaram a surgir as ocorrências a serem pontuadas no mapa. Os elementos foram localizados no território utilizando-se a imagem de satélite do Google Earth, com um ponto adicionado para cada ocorrência registrada. Além da informação espacial, relacionaram-se questões sobre as características de cada um dos pontos da legenda, recolhendo-se uma série de dados e informações. Por exemplo: para cada local de captação de água apontado, foram levantados dados sobre a situação da captação, quem é o responsável, se havia disputa pelo local, quais comunidades e quantas pessoas eram abastecidas. A Figura 4 mostra o grupo do Médio Carapitanga durante a dinâmica de mapeamento.

Para cada trecho, indicaram-se em mapas os pontos de captação de água para o abastecimento residencial e comercial, os conflitos pelo uso da água, os trechos onde o rio recebe cargas de esgoto, as áreas com ocupação e expansão desordenada, os pontos de inundação e deslizamentos, as comunidades com baixo acesso ao abastecimento de água, assim como foram apontadas as ações, iniciativas e projetos existentes que contribuem para a saúde do rio e de sua população ribeirinha.

No final desse momento, os dados geoespaciais produzidos pelos três grupos foram reunidos em um arquivo único e apresentados, debatidos, aprimorados, pactuados e validados em plenária.

Figura 4 – Foto da oficina de mapeamento participativo com o grupo do Médio Carapitanga



No segundo dia, discutiu-se quais seriam as estratégias necessárias para implantar uma agenda de soluções e enfrentamento dos problemas mapeados.

Para a construção de um plano estratégico – chamado de Plano de Ações Integradas para a Gestão da Bacia do Carapitanga – e para desenhar mecanismos de gestão desse plano, trabalhou-se em quatro grupos, com os seguintes focos: 1) mobilização e gestão; 2) abastecimento de água; 3) esgoto; 4) monitoramento do rio e prevenção de desastres. Na plenária final, as estratégias e ações foram apresentadas, aprimoradas e pactuadas entre os representantes das comunidades, do poder público – Prefeitura, unidades de conservação, Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Ministério Público Federal – e das instituições parceiras, resultando no plano de ação e na identificação de uma agenda emergen-

cial, a qual definiu o enfrentamento da situação crítica de abastecimento de água e do saneamento da Terra Indígena Parati-Mirim como a principal prioridade.

Outro resultado importante foi a definição do espaço de governança e gestão estratégica do plano, para monitoramento e avaliação permanente, objetivando a efetividade das estratégias. Pactuou-se que essa instância de governança e gestão estratégica do plano seria a Câmara Temática de Gestão das Águas do Conselho Gestor da APA Cairuçu, uma instância com temática similar às questões a serem enfrentadas, relacionadas à gestão do Carapitanga. A escolha por uma CT da unidade de conservação na qual a bacia está inserida permitiu várias sinergias, já que o Conselho da UC é uma entidade já estabelecida, com cadeiras fixas para representantes do poder público, setor privado e da sociedade civil organizada, com reuniões públicas periódicas e onde as comunidades já possuíam representantes, o que evitou a necessidade da criação de uma nova entidade apenas para o acompanhamento do plano de ação.

Resultados e Disponibilização da Informação

Foram mapeados 173 pontos ao longo da bacia em nove legendas: áreas de agricultura (14 pontos); áreas de inundação (11); áreas de realização de projeto ou ação (13); áreas de regeneração/reflorestamento/agrofloresta (10); áreas degradadas (5); áreas turísticas (6); captações de água (38); conflitos pelo uso da água (8); pontos de descarte de lixo (7); equipamentos de projetos afins (2); erosão de margens e encostas (3); escolas (2); locais com falta d'água (3); pontos de lançamento de esgoto (12); nascentes (11); outros (22); áreas de queimadas (2); vetores de crescimento ou área de expansão (4). Como mencionado, as características de cada um desses pontos foram descritas em detalhes

na oficina, e os dados também foram tabulados e consolidados, como mostra a Figura 5.

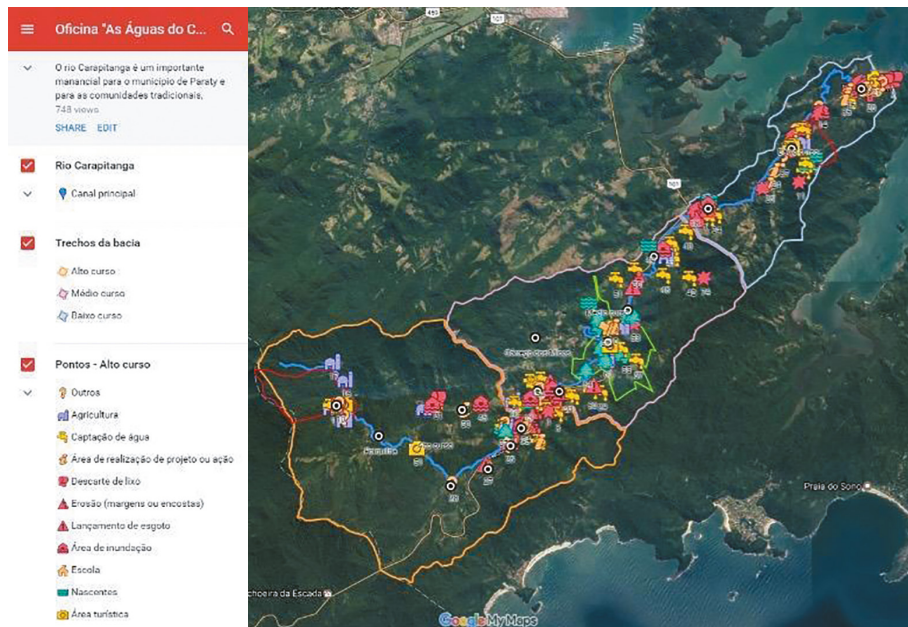
Figura 5 - Trecho da tabela com os dados consolidados da oficina de mapeamento

ID DO PONTO	Nº DO PONTO NA OFICINA	TRECHO DO PONTO	TIPO	DESCRIÇÃO	LOCALIDADE
117	1	Alto curso	Nascentes	Nascente	TI Araponga
118	2	Alto curso	Captação da água	Captação principal Araponga	TI Araponga
119	3	Alto curso	Captação da água	Captação para uma família Araponga	TI Araponga
120	4	Alto curso	Outros	Sumidouro Araponga	TI Araponga
121	5	Alto curso	Outros	Banheiro Araponga	TI Araponga
122	6	Alto curso	Outros	Sumidouro Araponga	TI Araponga
123	7	Alto curso	Outros	Banheiro Araponga	TI Araponga
124	8	Alto curso	Descarte de lixo	Lixo queimado	TI Araponga
125	9	Alto curso	Outros	Banheiro Araponga	TI Araponga
126	10	Alto curso	Outros	Banheiro em construção com sumidouro	TI Araponga
127	11	Alto curso	Agricultura	Área de agricultura	TI Araponga
128	12	Alto curso	Agricultura	Área de agricultura	TI Araponga
129	13	Alto curso	Área turística	Cachoeira ponto turístico	TI Araponga
130	14	Alto curso	Escola	Escola Araponga	TI Araponga
131	15	Alto curso	Outros	Posto de saúde Araponga	TI Araponga
132	16	Alto curso	Agricultura	Agricultura Sítio do Mineiro	TI Araponga
133	17	Alto curso	Agricultura	Sítio do Silvío	TI Araponga
134	18	Alto curso	Agricultura	Agricultura	TI Araponga
135	19	Alto curso	Outros	Ponto de manobra de carro	TI Araponga
136	21	Alto curso	Captação da água	Sumidouro	Forquilha
137	22	Alto curso	Descarte de lixo	Lixo queimado	Forquilha
138	23	Alto curso	Agricultura	Agropecuária sítio	Forquilha
139	24	Alto curso	Agricultura	Aquicultura (com criação de peixes)	Forquilha
140	25	Alto curso	Outros	Vila das Marias	Forquilha
141	27	Alto curso	Outros	Laje das cabritas	Forquilha
142	28	Alto curso	Outros	Sítio Celavi	Forquilha
143	29	Alto curso	Lançamento de esgoto	Despejo de Esgotos (Laje das Cabritas)	Forquilha
144	30	Alto curso	Lançamento de esgoto	Despejo de esgoto (Vila das Marias)	Forquilha
145	31	Alto curso	Descarte de lixo	Despejo de sucatas, óleo, descarte de lixo	Forquilha
146	32	Alto curso	Escola	Escola	Patrimônio
147	33	Alto curso	Outros	Posto de saúde	Patrimônio

Os dados também foram publicados em mapas em formato digital (formato .pdf) para distribuição, sendo três com os pontos separados por trechos da bacia e um de síntese com o conjunto dos pontos e a área total. Também foi construído um arquivo digital em formato .kmz (para o *soft-*

ware Google Earth) que possibilita uma experiência interativa, em que o usuário pode navegar pelos pontos e acessar suas respectivas informações tabulares. Por fim, foi publicado na internet um mapa interativo *on-line*¹², que permite a consulta aos dados de diversas formas (Figura 6).

Figura 6 – Mapa interativo e participativo da bacia do rio Carapitanga



O resultado do trabalho foi reunido em um plano de ações elaborado para colocar em prática medidas concretas para melhorar as águas do Carapitanga. Essas ações envolvem a mobilização das comunidades e dos órgãos públicos competentes, a implantação de tecnologias de saneamento residencial, o mapeamento das nascentes e dos pontos de captação de água, o monitoramento da qualidade das águas em diferentes pontos do

¹² *Link* para acesso: <<https://goo.gl/U9wXUA>>.

rio, a instalação de estações capazes de medir o volume da chuva e das vazões dos rios e córregos, a ampliação das áreas de sistemas agroflorestais que produzam alimentos saudáveis, recuperem as matas ciliares e as funções hidrológicas das florestas, dentre outras ações e compromissos assumidos pelos participantes e suas instituições representativas.

No final, os participantes da oficina assinaram um manifesto público intitulado “Carta do Carapitanga”¹³, que conclama todas as esferas dos governos e da sociedade para colocar em prática as ações que têm como meta fazer o Rio Carapitanga voltar a ser uma referência em oferta de água de qualidade e espaço de aprendizagem de cultura, saberes e práticas tradicionais para as presentes e futuras gerações, demonstrando a sustentabilidade do modo de vida tradicional e contribuindo para a equidade e a autonomia de suas comunidades.

¹³ Disponível em: <<https://goo.gl/9YF85D>>.

MENTES ABERTAS & CORAÇÕES PULSANTES: DIÁLOGOS PARA AUTONOMIA

Indira Alves França

*Doutora em Educação, Analista da Fiocruz,
Coordenadora de Gestão de Saberes do
OTSS*

Edmundo Gallo

*Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador
Sênior da Universidade de Coimbra e
Coordenador Geral do OTSS*

Anna Cecília Cortines

*Agrônoma, MsC em Desenvolvimento,
Sociedade e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ,
Pesquisadora do OTSS no Núcleo de Gestão
de Saberes e na Coordenação de Justiça
Socioambiental de 2009 a 2018. Assessora
do FCT desde sua criação*

Uma das atribuições do Núcleo de Gestão de Saberes do OTSS (NUGES) é coordenar a construção e a execução de um programa de formação continuada para os colaboradores do OTSS, que é composto por uma equipe multidisciplinar com técnicos e comunitários de três etnias, de diferentes áreas de conhecimento, que lidam ao mesmo tempo com diferentes temáticas. O “Mentes Abertas & Corações Pulsantes: diálogos para autonomia” (MA&CP) é um espaço de formação no qual a equipe explora temas relacionados ao território e aos projetos desenvolvidos pelo OTSS, para se qualificar para a ação e efetivar, na prática, a promoção da autonomia e a construção de conhecimento por meio da ecologia de saberes.

O objetivo do programa é aprimorar a compreensão crítica e contribuir para a autonomia dos envolvidos nas atividades, bem como melhorar a interação da equipe. A execução do MA&CP foi iniciada em 2015, quando se discutiram, internamente, os objetivos, princípios, metodologia e demandas de temas a serem trabalhados.

Ao construir a proposta, a equipe do MA&CP definiu princípios norteadores para planejamento, metodologia e realização das atividades. O primeiro deles é que o processo deve ser dialógico, considerando a ecologia de saberes, reconhecendo a pluralidade de conhecimentos e culturas existentes no grupo, nas comunidades e nos parceiros envolvidos no OTSS. Outra premissa é de que o conhecimento deve ser construído com base na observação de uma situação concreta, relacionada com demandas e vivências do OTSS e do território, e na reflexão sobre tal situação. Por fim, a formação deve ser entendida como um processo contínuo de educação emancipatória e produção de autonomia. Esses princípios estão em consonância com a ecologia de saberes na medida em que:

A ecologia de saberes não concebe os conhecimentos em abstrato, mas como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real. Um pragmatismo epistemológico é justificado acima de tudo pelo fato de que as experiências de vida dos oprimidos lhes são inteligíveis por via de uma epistemologia das consequências. No mundo em que vivem, as consequências vêm sempre primeiro que as causas (Santos, 2014: 89-90).

Para atingir os objetivos pretendidos, respeitando os princípios estabelecidos, foram traçadas, também coletivamente, algumas estratégias. A primeira delas foi a inserção dos elementos práticos e conceituais da pedagogia social nas atividades propostas, considerando-se a diversidade cultural e de conhecimentos existentes entre os integrantes da equipe, em diálogo com outras metodologias. Pinel elucidou o entendimento sobre a pedagogia social ao indicar que o educador social precisa desenvolver atitudes centradas nas pessoas, que as auxiliem a crescer e aprender significativamente, e com isso tenham como objetivo “modi-

ficar a realidade imediata e a mais ampla, tornando-se cotidianamente cidadãos que exigem o modo democrático como o melhor de se viver e lutar” (Pinel, Colodete & Paiva, 2012:24). Machado (2009) complementa dizendo que a pedagogia social é assumida a partir do princípio de educação como direito, na sua totalidade, cujas necessidades e demandas se expressam no ambiente escolar e no não escolar.

Assim como as demais iniciativas do OTSS, o MA&CP é um programa que parte da realidade para produzir novos conhecimentos com o objetivo de transformar essa realidade. Desse modo, a segunda estratégia estabelecida foi a de que os temas trabalhados devem partir de uma visão mais ampla e serem conduzidos para aplicação prática no contexto do OTSS.

Além disso, a agenda da formação deveria prever momentos para toda a equipe e outros facultativos àqueles que têm maior afinidade e interesse com determinado tema. O programa também buscou interagir com outros processos de formação previstos nas estratégias dos núcleos temáticos do Observatório, de modo a não sobrepor ou duplicar esforços.

Outro ponto é que as agendas e atividades deveriam partir de um levantamento entre os membros da equipe sobre demandas e ofertas de formação e os temas de interesse do OTSS, buscando envolver a própria equipe, além de eventuais parceiros, como instrutores e facilitadores.

Por fim, também houve o cuidado com a agenda e a participação efetiva dos integrantes da equipe. Para isso, foi pactuado com os coordenadores gerais e de núcleos que priorizassem a agenda de formação com sua equipe. Para otimizar o tempo e a participação, buscou-se integrar as atividades do programa com outras fomentadas pelas próprias comunidades, como oficinas e intercâmbios.

O primeiro passo para colocar em prática o programa foi a realização de um levantamento entre os membros da equipe sobre demandas e ofertas de formação, feito por um grupo de trabalho mediante consulta direta com as seguintes perguntas:

1) O que você pode oferecer para a formação da equipe? Como você pode e quer contribuir? (A partir da experiência pessoal, o que sabe e gosta de fazer.)

2) O que você busca dessa formação? O que você quer levar/conhecer a partir dessa formação? O que você precisa para fortalecer seu trabalho na comunidade e com nossa equipe? (Que temas lhe interessam? O que quer melhorar na sua vida pessoal – nas relações com os grupos com que lida – e profissional?)

Com base nesse levantamento, foi possível uma orientação inicial do programa, traçando objetivos e conteúdos a serem trabalhados. A primeira demanda foi “melhorar a interação da equipe”, que se desdobrava em objetivos relacionados à formação humana integral (política e ética), compreensão de potencialidades, capacidades, habilidades, papéis dos membros do OTSS e ao trabalho com as relações humanas.

O segundo ponto apontado foi a necessidade de “nivelar e melhorar a compreensão” sobre temas relacionados ao OTSS, entre os quais destacam-se: o território e a cultura das comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas envolvidas, o Fórum de Comunidades Tradicionais, o OTSS/Fiocruz, a conjuntura política, o Sistema Único de Saúde (SUS), o saneamento ecológico, o Turismo de Base Comunitária, a agroecologia, a incubadora de tecnologias/negócios sociais/economia solidária, a legislação e a gestão socioambiental, a pesquisa-ação, as metodologias de facilitação de processos, o planejamento e a gestão estratégicos, a mediação de conflitos, as técnicas de fala em público, a produção de conhecimento/artigos científicos, a elaboração de documentos técnicos e a formação digital.

Dos momentos de discussão sobre a formação, envolvendo um grupo de coordenadores e outros integrantes da equipe com maior afinidade com o tema, foram estabelecidos alguns pactos sobre a forma de condução e a metodologia desejadas. Definiu-se que o conteúdo teóri-

co deveria ser associado a atividades que gerassem reflexão individual e coletiva, com exemplos conectados à ação do OTSS e ao território. O fio condutor deveria estar focado na integração da equipe e formação do indivíduo em grupo (atividades lúdicas, artísticas...). Cada encontro deveria ser planejado em conjunto pelo “especialista” sobre o tema e pelo “facilitador”.

Figura 1 - Imagem definida para o programa



MENTES ABERTAS & corações pulsantes
DIÁLOGOS PARA **AUTONOMIA**

Designer: Eduardo Di Napoli

Nos dois primeiros anos de existência do programa (2015 e 2016), foram realizados 12 encontros, a maioria durando o dia inteiro e alguns em meio período. Participaram os integrantes da equipe do OTSS, lideranças comunitárias, parceiros de outras instituições e movimentos, especialmente de unidades da Fiocruz.

Os temas trabalhados foram “Cartografia institucional: nivelamento conceitual e validação do mapa de atores”; “Território, saúde e sustentabilidade: articulando resistências, alternativas e modos de produção de conhecimento”; “Saúde Coletiva, ecologia política, justiça ambiental e promoção emancipatória da saúde”; “Conjuntura política e comunicação interna – plataforma de interação”; “Gestão estratégica”; “Conversas e trocas na inauguração da exposição Passados e Presente e Circuito Cultural Quilombola”; “Iniciação em reiki”; “Celebração dos 30 anos da chegada do Cacique Verá e 20 anos da Titulação da TI Sapukai”; “Impactos do Pré-Sal nas Comunidades Tradicionais”; “Formação política (ditadura)”; “Formação política (discussão da conjuntura) – Caminhando contra o vento!”; “Construindo narrativas e produzindo sentidos” (três encontros).

Figura 2 – Oficina MA&CP sobre “Impactos do Pré-Sal nas Comunidades Tradicionais”



Aprendizados

A avaliação do MA&CP pela equipe foi positiva: as atividades formativas contribuíram para o nivelamento e a ampliação do conhecimento coletivo sobre os temas trabalhados pelo OTSS. Trabalhar com uma diversidade de ferramentas metodológicas vem favorecendo a apropriação pela equipe das distintas abordagens, experiências e tecnologias desenvolvidas nos diversos projetos do OTSS e sua replicação em outras situações, em especial nos trabalhos de campo e nas atividades teórico-conceituais. Além disso, valoriza as diferentes habilidades e capacidades existentes na equipe, desde os momentos de preparação até a atividade em si. O Programa é permanentemente aberto a adequações em função da conjuntura, da demanda apresentada pela equipe e das oportunidades.

Algumas falas de colaboradores sobre o programa são relevantes, pois revelam que o objetivo de fazer algo dinâmico e conectado com a realidade está sendo alcançado:

Foi muito bom justamente porque em nenhum momento me senti em uma escola (Pedro Chaltein, Comunicação).

Já eu me senti na escola que queremos, é um exemplo de educação diferenciada que queremos nas nossas comunidades (Marcela Cananea, NQFCT).

O Programa tem conseguido bastante protagonismo dos integrantes da equipe. Dos 12 temas trabalhados, seis foram conduzidos por colaboradores do OTSS, incluindo e valorizando as diferentes habilidades e capacidades existentes na equipe, tendo parceiros como facilitadores, debatedores e expositores. Os núcleos vêm articulando suas demandas de ampliação e construção de conhecimentos com o Programa, o que tem gerado uma participação bastante qualificada nos eventos.

Analisando por meio da Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde (Gallo & Setti, 2017), pode-se associar ao programa MA&CP variáveis relacionadas às três dimensões analíticas: equidade, sustentabilidade e autonomia.

Em relação à equidade, o Programa colabora com dois parâmetros: “fortalecimento da diversidade”, por meio de valorização da cultura das diversas etnias, e “redução da vulnerabilidade”, na medida em que favorece a autoestima dos participantes, ajudando-os a desenvolver conhecimentos estratégicos para intervirem nas situações reais.

Em relação à sustentabilidade, dois parâmetros se destacam: 1) “ecologia de saberes”, pois todos os índices previstos na matriz para esse parâmetro são contemplados pelas ações do MA&CP (“espaços coletivos de gestão”, “bem-estar”, “mecanismos de produção do conhecimento”, “valorização do conhecimento popular/tradicional/nativo”); e 2) “articulação em redes de solidariedade”, em que também estão contemplados todos os índices previstos para esse parâmetro (“cooperação tecnocientífica”, “gestão horizontal”, “articulação em redes”, “capital social e redes”).

Por fim, em relação à dimensão analítica da autonomia, os dois parâmetros são positivamente impactados. Há “participação social” (principalmente quando analisamos os índices “capacidade de intervenção” e “intensidade de participação”). O segundo parâmetro, empoderamento, destaca-se ainda mais, pois podemos identificar as atividades do MA&CP contemplando vários índices: “capacidade de formulação”, “capacidade de articulação em rede”, “transparência”, “ética”, “comunicação”, “resiliência”, “capacidade de identificar e articular parceiros”, “capacidade de inovação”, “suporte de capital social”, “estruturas de participação”, “educação emancipatória/ problematizadora”.

ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA FORMAÇÃO E APRIMORAMENTO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO

Mauro de Lima Gomes

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/ UERJ), Servidor da Fiocruz e Coordenador de Articulação Política e Institucional do OTSS

Luiz Antonio Nolasco de Freitas

Enfermeiro de Saúde Pública, com Especialização em Programação em Serviços de Saúde pela ENSP/Fiocruz. Pesquisador do OTSS/Fiocruz em 2015. Gestor federal e municipal do SUS. Especialista em Regulação de Saúde Suplementar

Bianca da Silva Leandro

Sanitarista, Mestre em Vigilância em Saúde pela ENSP/Fiocruz, Bacharel em Saúde Coletiva pela UFRJ, Técnica de nível médio em Gestão em Serviços de Saúde pela EPSJV/Fiocruz

Carolina Reis

Nutricionista, Mestre em Educação Profissional em Saúde pela EPSJV/Fiocruz, Especialista em Saúde da Família pela ENSP/Fiocruz

Isabel dos Santos

Psicóloga. Mestre em Saúde Pública e Especialista em Saúde da Família pela ENSP/Fiocruz. Especialista em Psicologia do Trabalho pela UFMG. Atualmente atua como Residente em Gestão da Atenção Básica na ENSP/Fiocruz

Maíra Netto

Estudante de Ciências Ambientais na Universidade de Brasília (UnB)

Mariana Furtado

Estudante de Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UnB)

Mariana De Bem

Formada em Ciências Sociais com habilitação em antropologia, estuda licenciatura em Ciências Sociais

A constituição do OTSS, ao mesmo tempo que responde a necessidades palpáveis de pesquisa e análise sobre o território das comunidades tradicionais, responde também a uma visão científica comprometida e pareada com o processo de organização e empoderamento da representação dessas comunidades. O OTSS processa e repercute tecnologias e iniciativas que visam ao fortalecimento do modo de vida, costumes e arranjos produtivos

que contribuem para a permanência das populações tradicionais em seu território com qualidade de vida e preservação do ambiente que o constitui. O aspecto relacionado à saúde é uma importante frente a ser fortalecida com base tanto nos saberes e tradições culturais quanto no acesso a serviços e tecnologias disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Desse modo, apresentamos neste capítulo uma abordagem, incipiente, mas de potencial elevado, do fortalecimento do papel indutivo do OTSS na aglutinação de atores e instituições para a assunção solidária e cooperativa de papéis/responsabilidades indissociáveis no processo de formação e qualificação de trabalhadores para o SUS.

A aproximação com os gestores e trabalhadores locais de saúde nesses territórios responde a oportuna sensibilização, conhecimento e comprometimento com as intervenções necessárias em suas várias nuances, desde a estruturação de aspectos físicos da rede de atenção à saúde (unidades, equipamentos, insumos, transporte de equipe e de emergências etc.) até os aspectos conceituais e informacionais das estratégias nacionais de ação do Ministério da Saúde.

Além de apontar responsabilidades formais, feitas com vigor, propriedade e legitimidade pelas lideranças comunitárias, cabe, nessa estratégia, constituir processos dialógicos que possam instrumentalizar os gestores, profissionais de saúde e instituições para o referido reconhecimento de responsabilidades. Nesse sentido, compreende-se que o OTSS, como espaço gerador de conhecimento crítico, também tem potencial de atuar como um espaço formador, em especial de qualificação dos trabalhadores do setor saúde, mas também de outras áreas e setores das distintas esferas de governo e dos movimentos sociais da Bocaina.

O incremento à dimensão da formação/qualificação de profissionais para o SUS tem o potencial de refletir o compromisso do OTSS tanto em sua representação acadêmica quanto em sua representação no Fórum de Comunidades Tradicionais. Relevar a já reconhecida excelência da Fio-

cruz na formação de profissionais é pertinente para expressar, entre os gestores locais, uma oferta aglutinadora e que representa apoio a uma das maiores lacunas enfrentadas por gestores do SUS em municípios de pequeno porte e fora do eixo urbano. Também representa a possibilidade de estudantes conhecerem realidades pulsantes na relação entre comunidades tradicionais, gestores e profissionais.

Em 2011, foi publicada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo e da Floresta, que em 2015 passou a incluir as populações das águas. O objetivo dessa política é garantir o direito e o acesso à saúde das populações tradicionais por meio do SUS, considerando os princípios fundamentais de equidade, universalidade e integralidade. Além disso, ela abre caminhos para incluir as peculiaridades, especificidades e necessidades em saúde das(os) trabalhadoras(es) rurais, dos povos da floresta, das águas e comunidades tradicionais. Dentre os princípios e diretrizes dessa política, há a relevância de se investir e incentivar a formação e a educação permanente dos trabalhadores de saúde, incluindo as temáticas e os conteúdos relacionados às necessidades, demandas e especificidades das populações do campo, da floresta e das águas no processo de formação dos profissionais de saúde (Brasil, 2013b).

Nessa perspectiva, este capítulo apresenta uma síntese de duas experiências de qualificação de profissionais organizadas pelo OTSS, em parceria com instituições de ensino. O princípio orientador dessas duas experiências foi o desenvolvimento de processos formativos no contexto das comunidades tradicionais dos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Ubatuba.

Ao acolher as alunas da graduação, assim como as da residência, o OTSS estende um caminho como instituição formadora e também para aproximação, diálogo e potencialização com os atores que atuam no território. A primeira experiência foi desenvolvida em articulação com as faculdades de Ciências Ambientais, Ciências Sociais e Engenharia Florestal da Universidade de Brasília, e a segunda com a Residência Multiprofis-

sional em Saúde da Família da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) da Fiocruz.

Síntese da Experiência com a Graduação da Universidade de Brasília

Por meio do contato da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz com o OTSS, foi solicitada a recepção para estágio de três graduandas da Universidade de Brasília dos cursos de Ciências Sociais, Ciências Ambientais e Engenharia Florestal. O OTSS, então, elaborou uma proposta para o estágio, que veio a transcorrer entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016. As estagiárias foram divididas por áreas de atuação: saneamento ecológico, agroecologia e cartografia social. Dessa forma, além das atividades comuns do OTSS, as estagiárias puderam desenvolver ações específicas nas respectivas áreas de atuação nas quais foram inseridas.

Na área de saneamento ecológico, desenvolveram-se as seguintes ações: participação na elaboração do “Projeto Filtro de Águas Cinza e colaboração na EduComunicação” – aulas de educação ambiental na Escola Municipal Martim de Sá. Esse estágio proporcionou aprendizagem sobre a mudança de paradigma/saneamento ecológico, desenvolvimento de metodologias/articulação política e planejamento estratégico e experimentação de serviços para a promoção da qualidade de vida de comunidades tradicionais.

Na área de agroecologia, as ações foram: aplicação da metodologia desenvolvida pela organização não governamental (ONG) Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), de sistematização de experiências com alguns produtores locais e participação nos mutirões agroecológicos, gerando interação e vivência com agricultores tradicionais e seus conhecimentos agrários, além da organização da Caravana Agroecológica do

Sudeste. Tais ações proporcionaram a compreensão do contexto agroecológico regional, do envolvimento com agricultores locais (mutirões), das articulações acadêmicas e institucionais, do papel social da agroecologia, além de maior compreensão sobre a estrutura e o funcionamento de um sistema agroflorestal e a sistematização de experiências agroecológicas.

Na área da cartografia social, as principais ações foram: imersão no contexto sociopolítico, aprendizagem de metodologias de campo, convívio com as comunidades tradicionais e compreensão dos papéis institucionais.

Síntese da Experiência com a Residência Multiprofissional

O Programa de Formação da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Ensp/Fiocruz integra-se ao processo de implementação do SUS, mais especificamente voltando-se à concretização das diretrizes políticas de atenção básica (AB) e educação permanente em saúde, ao fomento à formação de trabalhadores para o SUS e, em especial, para a atuação na Estratégia Saúde da Família (ESF).

Com o propósito de estimular experiências significativas no processo formativo, um momento importante previsto no Projeto Político-Pedagógico do Programa da Residência é a realização de um estágio optativo, que consiste em uma vivência externa com duração prevista de até trinta dias, facultada aos residentes que cursam o segundo ano do programa. Essa proposta viabiliza a participação ativa dos residentes na constituição do currículo, uma vez que eles podem optar por áreas no âmbito da ESF em que identifiquem interesses e necessidades de aprofundamento teórico-prático.

O contato com o OTSS ocorreu no intuito de desenvolver uma proposta de estágio que visasse à realização de um diagnóstico situacional que permitisse identificar as necessidades e os problemas de saúde das comunidades tradicionais, os recursos de que dispõem e suas potencialidades no território.

A vivência prática do estágio optativo foi precedida pela elaboração de um projeto de intervenção a partir da revisão bibliográfica sobre os temas: atenção básica à Saúde, ESF, comunidades tradicionais, Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas e, por fim, a taxonomia de necessidades de saúde. Desse modo, puderam ser mais bem definidas as categorias de análise a serem utilizadas no estágio, tais como: Boas Condições de Vida, Trabalho e Ambiente, Acesso às Tecnologias/Linhas de Cuidado, Vínculo/Acolhimento, Autonomia e Território (Cecílio & Matsumoto, 2000).

O projeto teve como objetivos gerais:

- Conhecer a rede de atenção à saúde com ênfase na AB e na ESF do município de Paraty.

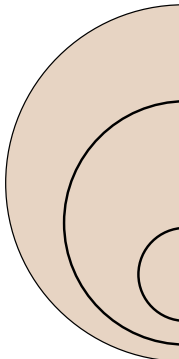
- Discutir a necessária articulação entre as ações produzidas no âmbito dessas políticas de saúde e as necessidades e os problemas de saúde das populações de comunidades tradicionais que vivem nesse território.

Para isso, o trabalho realizado em setembro de 2015 contemplou diferentes dimensões, envolvendo a complexa relação gestores/trabalhadores de saúde/populações das comunidades. Na sua execução, combinaram-se diferentes metodologias: entrevistas com informantes-chave por meio do método de estimativa rápida; entrevista participante, com roteiro semiestruturado previamente elaborado; observação participante; caminhada transversal (com a realização de fotografias e demarcações pelo GPS); e análise documental do Plano Municipal de Saúde vigente.

Como informantes-chave foram selecionados gestores da Secretaria Municipal de Saúde de Paraty, trabalhadores da rede de atenção básica e equipes de Saúde da Família, comunitários das comunidades tradicionais visitadas e membros das associações de moradores e do Fórum de Comunidades Tradicionais.

Na Figura 1, elaboramos uma síntese das ações realizadas pelas residentes durante o período do estágio.

Figura 1 – Síntese das principais atividades desenvolvidas pelas residentes



Ambientação no município de Paraty	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com as Coordenações dos Núcleos de Saberes e de Articulação Intersetorial • Conversa inicial com atores no campo • Adequação dos instrumentos
Visitas a Secretaria Municipal de Saúde, Atenção Básica, Centro de Atenção Psicossocial, Vigilância Ambiental, Vigilância Epidemiológica, Promoção Social, Programa Saúde na Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação • Pesquisa Bibliográfica • Entrevistas com informantes chaves
Vivência no Campo	<ul style="list-style-type: none"> • Quilombo do Campinho • Paraty-Mirim • Praia do Sono • Entrevistas com informantes chaves
Análise dos dados, Sistematização e Apresentação para o OTSS	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A combinação dos métodos, aliada à revisão teórica, possibilitou a compilação das informações coletadas, relacionando-as às seguintes dimensões analíticas: atenção básica, psicossocial, nutricional e leishmaniose. A dimensão analítica da leishmaniose foi incluída posteriormente à construção do projeto, em função de uma demanda produzida no território. Essas dimensões analíticas foram subdivididas em distintas categorias: aspectos organizacionais, operacionais, estruturais, território (com maior enfoque na localidade de Paraty Mirim), condições de vida, trabalho e ambiente, acesso a tecnologias de atenção à saúde e linhas de cuidado, vínculo e acolhimento, autonomia e intersetorialidade.

Com base nessas dimensões de análise, identificaram-se problemas e necessidades de saúde, alguns deles apresentados a seguir:

– Atenção básica: necessidade de qualificação dos profissionais da rede de atenção à saúde, matriciamento incipiente, fragilidade no vínculo entre as equipes de saúde e a população local.

– Comunidades tradicionais: fragilidades na articulação entre as comunidades tradicionais, os serviços de saúde, outros setores, políticas e iniciativas locais.

– Vigilância alimentar e nutricional: baixo peso em crianças, baixa qualidade da água e prevalência de transtornos alimentares como anemia, hipertensão arterial e obesidade.

– Atenção psicossocial: ausência de oficinas no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), ausência de mecanismos de monitoramento da prescrição de psicofármacos nos serviços de saúde, inexistência de serviço especializado para álcool e drogas no município, como CAPS AD.

Assim, foi possível perceber dificuldades e potencialidades da rede de atenção à saúde do município de Paraty, como também identificar problemas e necessidades de saúde das comunidades tradicionais. Destaca-se a importância de serem consideradas as singularidades que envolvem tais populações em virtude dos seus saberes, valores e condições de vida no território, tanto no planejamento quanto na execução de ações de saúde.

Compreender a estrutura organizacional dos serviços de saúde do município, os processos de trabalho inerentes a esses serviços e as condições de saúde no território na perspectiva dos distintos atores permitiu contribuições à formação das residentes, assim como possibilitou uma análise estruturada dos principais problemas de saúde e um desenho de possíveis intervenções a serem conduzidas por diferentes atores institucionais, tendo destaque o papel do OTSS na promoção da articulação entre esses atores e na busca por sua viabilização.

A partir dessa experiência, o OTSS, em suas várias potencialidades, está desafiado a ressignificar a agenda da saúde no contexto de sua atuação e fortalecimento no território. Essa agenda tem o potencial de fortalecer seu papel de indutor, aglutinador e mediador de soluções pactuadas para o alcance de resultados objetivos no território. Agenda da saúde atrai a atenção de gestores, profissionais e lideranças comunitárias, ao ofertar o espaço físico, o ambiente motivacional de reconhecimentos de problemas,

soluções e caminhos, sem deixar de afirmar suas lentes comprometidas com os princípios de defesa e valorização das populações tradicionais e a sua permanência no território.

Contribuição do OTSS para a Formação Profissional dos Participantes

As vivências no contexto das comunidades tradicionais oportunizaram a produção de múltiplos significados no âmbito da formação profissional dos envolvidos. O convívio com formas de vida, hábitos, valores e aspectos culturais tradicionais possibilitou a aproximação e a problematização dessas profissionais/estudantes em relação à realidade vivida. Esse movimento permitiu a percepção de dificuldades enfrentadas por essas populações em seu cotidiano de vida e trabalho (como as tensões constantes pela posse e uso da terra). As análises e reflexões críticas constituídas ampliaram os olhares, trazendo novas percepções para a compreensão do território vivo como elemento essencial ao processo de desenvolvimento de projetos socioambientais – na perspectiva das graduandas – e à produção das ações de saúde – na perspectiva das residentes.

Por fim, com o envolvimento do OTSS no processo de formação de trabalhadores do SUS no território, foi fortalecido seu compromisso ético e político com as comunidades tradicionais. Esse compromisso se materializou nas proposições inseridas nos relatórios finais produzidos e na ampliação de seu escopo de atribuições, voltando-se ao aperfeiçoamento dos serviços de saúde local e das articulações intersetoriais para seu alinhamento aos problemas e necessidades (de saúde) das populações tradicionais.

A CARTOGRAFIA SOCIAL NO FORTALECIMENTO E NA QUALIFICAÇÃO DO FCT

Anna Cecília Cortines

Agrônoma, MSc em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ, Pesquisadora do OTSS no Núcleo de Gestão de Saberes e na Coordenação de Justiça Socioambiental de 2009 a 2018. Assessora do FCT desde sua criação

Natália Cristina Fidelis Bahia

Consultora em Desenvolvimento Comunitário, formada em Ciências Biológicas pela UNESP (Campus Botucatu) e mestre em Ecologia pela Unicamp. Atualmente atua na Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores da Trindade (ABAT)

Robson Dias Possidônio

Pescador artesanal, Presidente da Associação de Moradores de Trindade, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) no Rio de Janeiro

João Oswaldo Cruz

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ e pesquisador do OTSS, onde desenvolve trabalhos envolvendo cartografias sociais de comunidades tradicionais

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador-Geral do OTSS

A luta pelo respeito e pelo reconhecimento dos territórios e das práticas tradicionais, realidade observada em diferentes regiões do Brasil, também está presente no cotidiano das comunidades tradicionais da Bocaina. O fortalecimento e a qualificação das organizações comunitárias são fatores fundamentais para ampliar e garantir o protagonismo e a autonomia dessas comunidades nos processos de afirmação e defesa de seus territórios, como prevenção e mitigação dos conflitos socioambientais.

O território é um fator de identidade individual e coletiva, fortalecimento de vínculos e autoafirmação de um povo ou comunidade tradicional. Segundo Cappucci, o território.

é o espaço em que determinada comunidade se reconhece e encontra condições para vivenciar e recriar modos próprios de ser e de reproduzir sua história, seus saberes e, principalmente, seus valores. É, em última instância, o espaço físico-cultural onde a Vida digna daquela comunidade encontra espaço para se desenvolver (Cappucci, 2016: 107).

Entretanto, por se tratar de um território vivo, onde incidem tanto os vetores do capital quanto racionalidades contra-hegemônicas, o modelo de desenvolvimento está em permanente disputa, e a assimetria de poder ameaça o território e o modo de vida das comunidades tradicionais, projetando um cenário de insustentabilidade, caso se concretize. Essa disputa pela hegemonia passa pelo reforço do modo de vida tradicional e pelo reconhecimento da importância de suas práticas para a sustentabilidade do território, dando-lhes visibilidade política e apoiando o protagonismo das comunidades tradicionais na produção social do território (Cortines *et al.*, 2017).

Nesse contexto, os processos protagonizados pelas comunidades tradicionais que estimulem a reflexão coletiva e a troca de conhecimentos sobre o uso e a gestão dos territórios são de grande importância. Tais momentos possibilitam ainda a partilha de informações sobre legislações ambientais e populações tradicionais e a definição de caminhos na busca pela garantia de seus direitos fundamentais.

Um dos focos de ação do OTSS é a promoção da justiça socioambiental, especialmente pela qualificação do FCT, ampliando sua governabilidade e capacidade de gestão do território, materializadas em estratégias de análise situacional e planejamento do futuro de-

envolvidas com os comunitários.

A espacialização das práticas tradicionais por meio da cartografia social vem sendo adotada como uma alternativa de representação territorial por povos e comunidades tradicionais, apoiando processos de defesa e preservação dos espaços e recursos associados ao seu modo de vida. Considerando os dinâmicos e complexos processos dentro de um território, os conflitos socioambientais não podem ser tratados como uma questão sem sujeito. A identificação dos sujeitos remete às identidades coletivas das comunidades tradicionais (NCSA, 2014).

Essa metodologia compreende o mapeamento realizado pelas próprias comunidades, com suporte técnico de pesquisadores. Permite identificar as práticas tradicionais que constituem a identidade coletiva e os conflitos que ameaçam tais comunidades. Afinal, os territórios são caracterizados e delimitados a partir do olhar de quem vivencia e compreende tal realidade (Almeida, 2006).

Dessa forma, as comunidades elegem as informações sobre as práticas sociais e culturais para as quais desejam ampla divulgação. A construção da cartografia social constitui ainda uma oportunidade para as comunidades envolvidas refletirem sobre a utilização e ocupação histórica de seu território e planejarem estratégias para alcançar o futuro que almejam (Cortines *et al.*, 2017).

Trata-se de uma iniciativa inovadora e crítica que reconfigura e ressignifica a prática cartográfica por estimular o exercício de auto-localização e autoafirmação dos movimentos sociais, em vez de servir e disseminar os interesses elitistas, além de obter visibilidade social perante sociedade e Estado (Oliveira *et al.*, 2010). A produção de mapas passa, portanto, a ter um sentido público, amplo e difuso, deixando de ser um instrumento reservado aos especialistas e aparatos do Estado, ou de âmbito privado (Almeida, 2015).

A Experiência de Trindade

O OTSS e o FCT apoiaram a Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade, a Caxadaço Bocaina Mar¹⁴ e a Associação dos Moradores da Trindade na caracterização do território da pesca artesanal, instrumentalizando-os para participar dos processos de tomada de decisão sobre seus modos de vida, especialmente a gestão dos conflitos com o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB). O PNSB abrange uma parcela relevante do território da comunidade caiçara de Trindade, sobrepondo-se a áreas importantes para práticas tradicionais, especialmente a Enseada do Caixa d’Aço, principal área de pesca artesanal dessa comunidade e área de moradia de alguns núcleos familiares anteriores à criação da unidade de conservação.

A cartografia social compreendeu as seguintes fases: planejamento, mobilização, quatro oficinas de construção de mapas, capacitação em georreferenciamento e marcação dos pontos em campo, entrevistas e validação dos conhecimentos sistematizados a partir do olhar dos participantes (Figura 1). As lideranças comunitárias mobilizadas inicialmente planejaram e definiram as etapas a serem realizadas. Outros comunitários foram agregando-se nesse processo, à medida que as atividades se desenvolviam. O conteúdo dos mapas produzidos pelos comunitários foi transposto para uma base de dados georreferenciada, incluindo outros limites territoriais oficiais. As versões elaboradas foram apresentadas e discutidas com os participantes, sendo inseridas ou adequadas informações sobre áreas de pesca, agricultura, moradia e artesanato, entre outras. Os ícones de representação

¹⁴ Organização não governamental criada em 2000 por moradores da Praia do Caixa d’Aço, com o objetivo de promover a conservação ambiental e a valorização da cultura caiçara.

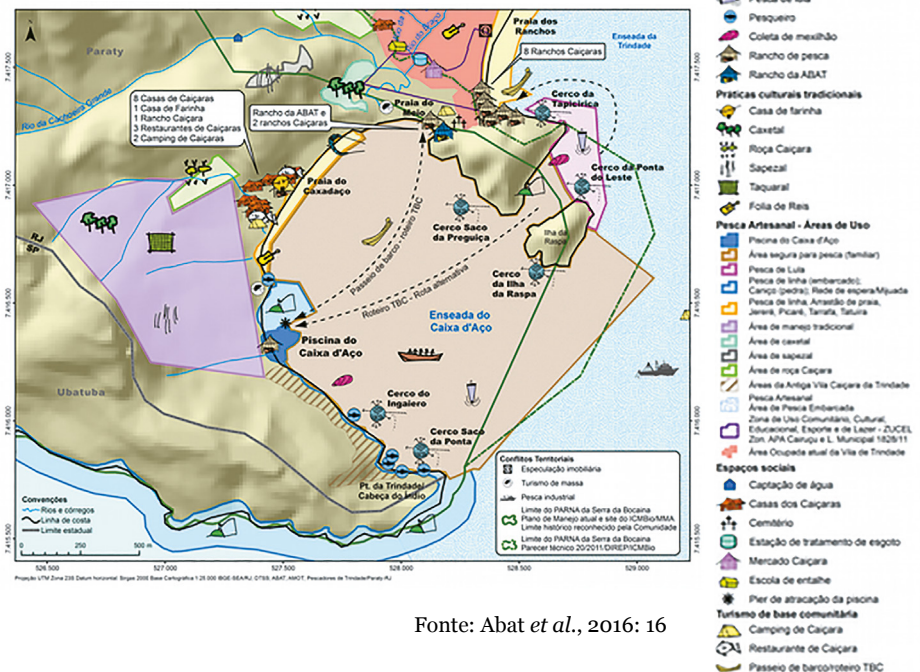
dos diferentes usos e áreas que compõem o mapa foram desenhados pelos próprios pescadores.

Figura 1 - Oficina de Cartografia Social da Pesca Artesanal da Comunidade Caiçara de Trindade



As atividades realizadas promoveram importantes momentos de partilha e troca de conhecimentos entre gerações, ressaltando o senso de pertencimento e intimidade que os comunitários têm com seu território. Cada pedra, laje, área de pesca utilizada pelos trindadeiros têm um nome e um significado. Havia muitas informações consideradas relevantes para retratar o território tradicional. Foi árduo o trabalho de validação e finalização do mapa a ser divulgado. Vale destacar que o mapa produzido reflete a situação atual de Trindade, abrindo a possibilidade de construção de novos mapas quando este for revisitado em outros momentos e por outros olhares (Figura 2).

Figura 2 - Mapa da Pesca Artesanal de Trindade na Enseada do Caixa d'Aço



Fonte: Abat *et al.*, 2016: 16

A divulgação dos resultados foi feita por meio de um boletim informativo, em parceria com o projeto Nova Cartografia Social¹⁵, retratando a realidade com base nos depoimentos dos participantes e nos mapas construídos – o que possibilitou a apreensão de novas formas de leitura e apropriação do território, bem como a documentação e o registro do conhecimento tradicional feita pelos comunitários.

¹⁵ O Boletim Informativo foi publicado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas e pela Universidade Estadual do Amazonas, compondo a Série Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências, e contou com apoio financeiro da Fundação Ford e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mais informações sobre o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia estão disponíveis no link: <<http://novacartografiasocial.com.br>>.

Outro aspecto de extrema relevância foi a articulação com novos parceiros ao longo do processo, os quais apoiaram a definição de estratégias futuras para enfrentamento dos conflitos. Um exemplo a ser destacado foi a aproximação e intercâmbio de experiências com lideranças da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (Confrem).

Cartografia Social

A iniciativa de construção da cartografia social da pesca artesanal de Trindade contribuiu para o fortalecimento e a qualificação das ações do FCT na disputa territorial e afirmação da identidade tradicional, sendo adotada pelo FCT e OTSS para os processos futuros de caracterização dos territórios tradicionais da região de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis.

Essa metodologia demonstrou seu potencial de contribuição para a promoção da sustentabilidade, equidade e autonomia dessas comunidades, possibilitando a construção da hierarquia de prioridades a partir da territorialização de demandas e da representação de seus territórios, e apoiando a redução da vulnerabilidade delas, estimulando a autoestima, reforçando sua identidade e fortalecendo a luta pela garantia e preservação da integralidade de seus territórios. Além disso, contribuiu para a participação social e o empoderamento das comunidades por gerar processos e produtos que ampliam sua capacidade de reivindicação, intensidade de participação, formulação de estratégias e gestão do seu território (Freitas *et al.*, 2016)

NÚCLEO JOVEM DO FCT: EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Marcela Cananéa

Integrante do FCT, da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e da Coordenação do OTSS

Vagner do Nascimento

Coordenador do FCT e Coordenador Geral do OTSS

A juventude das comunidades tradicionais não encontra perspectivas de futuro e formação escolar no território da Bocaina. Em sua maioria, as escolas ofertam apenas o Ensino Fundamental I, limitando a formação desses jovens, os quais se deparam com a ociosidade e casamentos precoces, o que se repete há gerações, gerando também a necessidade de entrar mais cedo no mercado de trabalho.

Formação em Agroecologia na UFRRJ

A ação do Fórum de Comunidades Tradicionais, associado à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), possibilitou, em 2009, uma primeira formação da juventude das comunidades tradicionais que compõem o FCT nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Foram indicados jovens indígenas, quilombolas e caiçaras para uma formação com foco em agroecologia, baseada na pedagogia da alternância, que compreende o processo educativo em tempo escola e tempo comunidade. A metodologia utilizada na formação implica perceber saberes e conhecimentos transversais com base nos processos sociais, econômi-

cos, produtivos e culturais. Segundo a revista *Alternância* (2006), esse modelo pedagógico considera o sujeito inserido numa realidade concreta, sendo o jovem e sua realidade elementos centrais para o projeto educativo, rompendo assim com o ensino baseado na transmissão vertical dos conhecimentos.

A formação se deu nos anos de 2008 a 2010 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e consistiu em uma intervivência com a participação de aproximadamente setenta jovens rurais, urbanos e das comunidades tradicionais do estado do Rio de Janeiro, divididos em uma turma por ano.

O processo de formação, chamado de “Intervivência Campo e Campus – jovens rurais/quilombolas protagonizando o fortalecimento da agricultura familiar e a construção do conhecimento agroecológico no estado do Rio de Janeiro”, foi organizado em três momentos distintos, mas que se complementavam, sendo dois “tempos escola” (TE) e um “tempo comunidade” (TC). Cada TE durava 14 dias, quando os jovens ficavam na UFRRJ com um programa de estudos teórico-práticos, abordando eixos temáticos como meio ambiente, agricultura, ecologia, saúde, cultura e tecnologia. O TC acontecia durante o espaço entre cada TE, durando em torno de cinco meses, quando os alunos aplicavam os conhecimentos adquiridos, finalizando a formação com um último TE.

O projeto foi desenvolvido em parceria com as instituições CNPq, UFRRJ e formadores de movimentos sociais ligados à AARJ. O edital estabelecia a participação de jovens que estivessem cursando o ensino fundamental ou médio, no entanto, houve a participação de jovens que já haviam terminado o ensino médio que não estavam estudando e que não frequentavam a escola.

A realidade do campo e das comunidades tradicionais em relação ao ensino é muito precária, não há oferta adequada, tampouco atividades sociais que envolvam a juventude, deixando-a ociosa. O intuito do curso foi

integrar esses jovens por meio dessa formação, incentivando-os a dar continuidade aos estudos, despertando-os para práticas educativas, trabalhos coletivos e participação social nos espaços de luta por seus direitos.

Silva (2010) destaca que um fator muito relevante trazido pela intervivência foi a diferença de realidades que se apresentava no curso: participaram jovens assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, caiçaras, agricultores urbanos e agricultores familiares. A integração entre a diversidade cultural e étnica foi trabalhada em diversas atividades e mostrou-se uma importante troca de experiências entre as diferentes organizações e formas de vida, dando luz às diferentes realidades que se expressam no Rio de Janeiro.

Após a formação, ficou nítido que os jovens saíram mais confiantes e atuantes. Tiveram maior envolvimento nas organizações sociais e comunitárias, atuando como agentes protagonistas, debatendo cultura, educação popular e diferenciada, turismo de base comunitária e desenvolvimento sustentável.

Segundo a revista *Agriculturas*, que publicou em 2011 uma matéria sobre o projeto “Campo e Campus”, dos setenta jovens formados cerca de 80% estão envolvidos diretamente com as atividades da AARJ e outros 10% participam de forma indireta. Apenas 10% não concluíram a formação.

Com a Intervivência, o despertar para as questões da educação, como o ingresso em cursos de graduação, também foi fortalecido. Muitos dos jovens foram formandos do curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo, que também tem base na pedagogia da alternância e cuja presença da coordenação institucional do Campo-Campus contribuiu para que os jovens passassem a se interessar pelo ensino superior. O curso é oferecido pela UFRRJ, a primeira turma iniciou em 2010 por meio de um convênio

com Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (Pronera). (Revista Agricultura, v. 8, 2011:23).

Experiência com o VER-SUS

Em 2014 surge uma nova oportunidade de formação, fruto de articulação feita pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) a partir de uma vivência oferecida pelo Programa Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS).

O VER-SUS é um projeto desenvolvido pelo Ministério da Saúde em parceria com a Rede Unida, com a Rede Governo Colaborativo em Saúde/UFRGS e com o CONASEMS (Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde). O objetivo do VER-SUS é proporcionar a estudantes universitários a oportunidade de vivenciar a realidade do SUS, estimulando a formação de trabalhadores para o SUS, comprometidos eticamente com os princípios e diretrizes do sistema e que se entendam como atores sociais, agentes políticos, capazes de promover transformações (Relatório VER-SUS, 2014: 38).

Em 2013, houve uma primeira conversa entre a Secretaria Executiva da Coordenação Nacional do Projeto VER-SUS, integrantes do FCT e membros do OTSS. Em 2014, formalizou-se a realização da vivência. Durante essa vivência, os jovens ocuparam diversos espaços politicamente simbólicos no território, desde suas comunidades (que receberam o encontro) até os espaços institucionais e públicos: a sede do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) em Ubatuba, o Hospital Municipal

São Pedro de Alcântara, em Paraty, os postos de saúde comunitários e a Conferência Municipal de Saúde de Paraty. Nessa conferência, as comunidades dos viventes ocupavam cadeiras titulares, e os jovens do VER-SUS participaram ativamente.

A formação do VER-SUS no território trabalhou com aspectos transdisciplinares da saúde, trazendo uma visão ampliada de que a qualidade de vida e saúde de um povo se define com base na realidade em que ele vive, considerando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, abordando questões históricas em relação à equidade das comunidades tradicionais. Tal vivência foi entendida como piloto de um projeto VER-SUS direcionado a movimentos sociais e comunidades tradicionais:

Essa vivência foi articulada no sentido de aproximar as comunidades do Fórum de Comunidades Tradicionais, fortalecendo o mesmo, além de promover a formação de novas lideranças para o Fórum e a aproximação com o Sistema Único de Saúde. Neste processo, as comunidades foram condutoras da construção da vivência, sendo protagonistas nas visitas aos serviços de saúde e territórios, bem como nos debates gerados a partir da experiência vivida. A inovação desta vivência foi a discussão territorializada de questões concernentes à agenda do Fórum, sendo realizadas visitas a algumas comunidades, além das tradicionais vivências em serviços de saúde dos municípios de Paraty e Ubatuba (Relatório VER-SUS, 2014: 46).

Várias problemáticas relacionadas à saúde pública no território foram debatidas durante a vivência. Os jovens relataram a pouca estrutura nos postos de saúde comunitários, bem como a presença de ratos, esgotos despejados diretamente no rio, deficiência de saneamento, poluição e mau

cheiro em um dos principais rios da cidade, o Perequê-Açu. Também registraram a ausência de postos de saúde nas comunidades.

Os jovens problematizaram alguns desafios no território, sendo um deles a falta de perspectiva ao terminar o ensino fundamental e falta do ensino médio. A partir da fala dos viventes, ficou evidente o processo de empoderamento destes jovens durante a vivência, encerrando sua participação com relatos comprometidos e um olhar ampliado sobre o território a partir do olhar sobre a rede de saúde (Relatório VER-SUS, 2014: 48).

As formações por meio de vivências mostraram bastante eficiência no que diz respeito ao desenvolvimento do pensamento crítico desses jovens. A saúde e o território foram estudadas na prática, dando luz aos desafios que a juventude rural e das comunidades tradicionais enfrenta diariamente. As vivências trabalharam com a construção do conhecimento, troca de experiências, formação integrada e transversal entre a juventude do campo e a da cidade, a autoafirmação da identidades desses sujeitos, o que fortalece a juventude como protagonista no desenvolvimento sustentável do território, incentivando o pensamento crítico diante das diversidades sociais em que está inserida. As formações atuaram como uma porta de entrada para o protagonismo juvenil e para uma organização mais sólida da juventude das comunidades tradicionais.

Criação do Núcleo Jovem do FCT

A partir dessas formações, a participação nos encontros do FCT foi aumentando e, em setembro de 2015, durante a reunião ampliada do FCT

na comunidade caiçara de São Gonçalo, Paraty (RJ), a juventude se mobilizou criando o Núcleo Jovem do FCT. Desse primeiro encontro participaram vinte jovens indígenas, quilombolas e caiçaras. Nos encontros seguintes, participaram aproximadamente trinta jovens das três etnias e dos três municípios de atuação do FCT.

Com base nessa organização, os jovens definiram trabalhar com uma metodologia de educação diferenciada e emancipatória, por meio da autoformação e autogestão do grupo e de suas atividades, considerando a sabedoria e o conhecimento das comunidades tradicionais e da diversidade cultural desses povos e incentivando a troca de conhecimentos e experiências. Também definiram que todo encontro seria dividido entre rodas de diálogo e uma atividade prática ou cultural.

Valorizando, sobretudo, a luta dos mais velhos, os anseios e desejos da juventude convergiram para o fortalecimento das suas identidades culturais e para dar continuidade na luta por direitos que os mais velhos começaram.

Foi nesse primeiro encontro que se retomou a pauta da juventude nas comunidades tradicionais, mantendo a organização coletiva, trabalhando com reuniões preparatórias para planejar os encontros maiores, organizando-se em grupos de trabalho, nos quais os jovens contribuem com registros fotográficos, relatoria, facilitação, gestão financeira, logística, preparação da programação, bem como o acordo de convivência, que é discutido e firmado pelo coletivo durante os encontros. A juventude expôs também a necessidade do “fazer para aprender”. Empoderados por todo o processo de formação, os jovens passaram a se sentir capazes e confiantes em construir seus encontros e metodologias com autonomia.

Na metodologia, a juventude buscou valorizar e resgatar a cultura e histórias de suas comunidades como parte da formação. Cada encontro acontece em uma comunidade diferente. A recepção dos participantes é feita por lideranças, juventude e griô da localidade, que passam a contar

seu histórico de luta por meio da história oral. As reuniões dividem espaço com as atividades práticas, com o objetivo de trazer o conhecimento tradicional e a prática cultural de gerações para que os jovens possam dar continuidade ou, no mínimo, conhecerem aquilo.

As temáticas dos encontros buscaram sempre trazer uma reflexão sobre o histórico e o modo de desenvolvimento da região, incluindo a violação dos direitos humanos. Dialogaram sobre a abertura da Rio-Santos na década de 1970, a implantação das unidades de conservação, os grandes empreendimentos e a especulação imobiliária que marginalizam as comunidades, matam a cultura tradicional e desarticulam a juventude, obrigando-a a sair de sua comunidade em busca de estudo, trabalho e fragilizando sua identidade. “A falta de identidade é uma arma para a especulação imobiliária”, disse Maria Guadalupe, caiçara de Trindade, durante o III Encontro do Núcleo Jovem do FCT.

Conforme resgatavam o histórico conflituoso da região, os jovens foram entendendo a realidade em que estão inseridos, e novas necessidades de formação e informação foram surgindo. Assim, foram buscar parceiros do FCT que pudessem oferecer essas formações. O Pré-Sal, por exemplo, foi um assunto bastante debatido, gerou muitas dúvidas e curiosidades, o que estimulou a busca por formação, já que o tema também estava sendo debatido nos espaços de articulações do FCT e dentro do próprio movimento.

A juventude do FCT começou a participar também de Conferências Nacionais para PCTs (Povos e Comunidades Tradicionais), nas quais 20% da participação é destinada à juventude, e a partir daí passou a se articular com outros movimentos como a Articulação Nacional da Juventude (ANJ). Em um dos encontros, os jovens fizeram um levantamento de demandas da juventude do território da Bocaina para levar para a Conferência Nacional da Juventude em Brasília, na qual havia a representação de um jovem caiçara do território. Essas demandas foram:

- Garantia e direito ao território.
- Incentivo ao turismo de base comunitária, divulgação e capacitação.
- Educação diferenciada para todos os segmentos de ensino, incluindo níveis médio, técnico e superior.
- Ensino sobre a história e cultura das comunidades tradicionais nas escolas do campo e da cidade.
- Incentivo à prática do esporte dentro do território tradicional, priorizando práticas e brincadeiras tradicionais da comunidade.
- Incentivo ao intercâmbio sociocultural entre comunidades locais, nacionais e internacionais.

Aprendizados

Os processos de participação nas formações em agroecologia (UFRRJ) e no VER-SUS colaboraram para a criação do Núcleo Jovem do FCT e despertaram a juventude das comunidades tradicionais para uma luta que está intrinsecamente ligada à sua realidade, seu modo de vida.

Apropriando-se das dimensões analíticas propostas pela Matriz de Avaliação da Efetividade proposta pelo OTSS¹⁶, pode-se concluir que esse movimento contribuiu com o aumento da equidade em relação à diversidade, pois incidiu diretamente na representatividade geracional do movimento. Além disso, contribuiu do ponto de vista da integralidade, pois houve aumento do vínculo com o território e entre atores, assim como crescimento do sentimento de pertencimento da juventude em relação ao território da Bocaina.

¹⁶ Ver capítulo “Avaliação em promoção da saúde e desenvolvimento sustentável”.

EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Indira Alves França

Doutora em Educação, Analista da Fiocruz, Coordenadora de Gestão de Saberes do OTSS

Laura Maria dos Santos

Educadora, pedagoga e ativista política, desenvolveu trabalho social nas áreas da infância e juventude em favelas do Rio de Janeiro. Quilombola residente e atuante no Quilombo do Campinho da Independência em Paraty e integrante do FCT

Ronaldo dos Santos

Integrante do FCT e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), é presidente da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC)

O Programa de Formação para Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – Comunidades Autônomas e Saberes Livres (Casa Livre), detalhado no terceiro capítulo da seção “Tronco”, tem como pilar a educação das comunidades tradicionais, área onde duas grandes exclusões ameaçam a sobrevivência dos modos de vida das comunidades tradicionais. A primeira delas, mais urgente, é a simples impossibilidade de acesso à educação escolar. A segunda exclusão, mais profunda, é a negação dos saberes e valores tradicionais pelo modelo político-pedagógico das escolas existentes nesses territórios.

O modelo convencional de educação implantado não apenas impede o acesso, mas também desvaloriza, a cada dia, os saberes e os modos de vida tradicionais e reproduz os valores hegemônicos de uma educação voltada para um mercado de trabalho limitado e subalterno.

Reconhecendo esse contexto e a partir do acúmulo do Fórum de Comunidades Tradicionais sobre essa pauta, desde o início do OTSS, a educação diferenciada foi considerada um elemento vital para a autonomia e sustentabilidade do modo de vida tradicional. Para tanto, a

equipe de Educação Diferenciada do OTSS vem apoiando a formulação e implementação, juntamente com as comunidades do FCT e instituições parceiras estratégicas, de uma política de educação diferenciada que considere as circunstâncias específicas desse território e se baseie em princípios político-pedagógicos que valorizem os saberes e fazeres tradicionais. A importância dada à pauta é decorrente de um histórico de construção em torno do tema, que retomaremos a seguir.

Concomitantemente a esse movimento, as lideranças locais conseguiram participar de editais que possibilitaram desenvolver o debate em torno da educação diferenciada. Em 2007, por meio de um edital privado, o Quilombo do Campinho foi apoiado com o projeto “Educando com Arte”, cujo objetivo era entrar na escola local com a proposta de desenvolver atividades do Ponto de Cultura. Em 2008, com apoio da Unesco, foi possível fazer o registro dessa experiência e apresentá-la às comunidades e às escolas da rede pública.

Percebendo a importância de registrar e compartilhar toda essa experiência local proporcionada pelo projeto, a comunidade do Campinho publicou no ano de 2008, com o apoio da Unesco, o livro *Vivência de Saberes: Quilombo Campinho da Independência*, com o objetivo de sugerir práticas pedagógicas para outras escolas em áreas remanescentes de quilombo. Este apresenta entre suas características a ideia de “Mundo Circular”, onde os saberes da vida, dos mais velhos, mestres, artistas e artesãos são reconhecidos, valorizados e transmitidos por intermédio da tradição oral (Carvalho & Arruti, 2012: 10).

Todo esse processo resultou no aprofundamento da discussão sobre educação diferenciada no FCT. O Fórum também buscou outras ex-

periências que pudessem servir como referência, como por exemplo a Escola da Ponte, estabelecendo diálogo com o professor José Pacheco, seu idealizador.

Em 2009, iniciou-se o projeto “Educação Diferenciada para Quilombolas, Indígenas e Caiçaras”, apoiado pelo Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, por meio do Prêmio Tuxaua 2010, cuja proposta era mobilizar e articular ações que reunissem representantes de diversos “pontos de cultura”, redes sociais e iniciativas de atividades com o objetivo de promover o fortalecimento de laços e colaborações entre si. O edital premiou oitenta projetos de mobilização e articulação que atuavam em “redes de pontos de cultura” do Programa Cultura Viva (Santos, 2011).

O prêmio Tuxaua foi o pontapé inicial mais concreto relacionado às ações de educação diferenciada no território. A proposta apresentada visava contribuir na luta “por uma escola diferenciada”, respeitando o tempo, as diferenças, os modos de vida e as tradições de cada grupo étnico/tradicional.

Foram realizados três encontros, entre setembro de 2011 e junho de 2012: o primeiro, em uma comunidade quilombola, Quilombo do Campinho; o segundo, em uma comunidade caiçara, Praia do Pousado da Cajaíba; e o terceiro, na aldeia indígena guarani Itaxy, de Paraty-Mirim. Em todos os encontros foram convidados representantes das três etnias, e a metodologia usada foi a “roda de saberes e fazeres”, que consiste na realização de conversas ou atividades práticas com o grupo, o qual, disposto em círculo, troca experiências e conhecimentos de forma não hierárquica.

O intuito foi redescobrir e elencar os valores das comunidades tradicionais que são a base para os princípios norteadores nos quais a educação diferenciada deve se pautar. A ideia era que, posteriormente, esses princípios fossem usados para subsidiar futuros planos de trabalho e um novo currículo, que levasse em conta as necessidades sociais, políticas e culturais de cada comunidade/praias e aldeias.

Como resultado dos encontros, foi possível estabelecer alguns pontos consensuais em busca de uma educação diferenciada para as comunidades tradicionais. Entre eles, está o entendimento de que: 1) a escola convencional não atende às necessidades educacionais das comunidades tradicionais; 2) as crianças quilombolas, indígenas e caiçaras aprendem de forma prática na coletividade e em contato com a natureza; 3) almeja-se uma escola que valorize o modo de vida da criança e de sua comunidade; 4) aprende-se de muitas formas (olhando, escutando, lendo, fazendo, observando, experimentando, perguntando, investigando, subvertendo, brincando); 5) é preciso ter respeito pela criança, para que a criança aprenda a respeitar; 6) é preciso respeitar os tempos dos aprendizados; 7) é preciso saber cuidar de nossa saúde; 8) a escola atual existe para servir ao sistema; 9) uma escola que ofereça a educação diferenciada deve conciliar a cultura tradicional com o mundo atual, preparando a criança para o século XXI; e, por fim, 10) a educação escolar diferenciada que almejamos não existe, ela precisa ser construída (Santos, 2011).

Laura Maria dos Santos, quilombola do Campinho, que foi a proponente do Prêmio Tuxaua, destaca nesse processo algumas questões importantes: a principal delas é que, a partir de então, a luta pela educação foi unificada, principalmente no município de Paraty: “(...) isso é muito visível aqui em Paraty: indígenas, quilombolas e caiçaras começam a entender que essa luta é uma só”. Outro ponto é que a luta passou a ser formal, pois os comunitários decidiram participar dos espaços de decisão colegiada (conselhos, processos de conferência etc.) e registrar todas as solicitações feitas ao poder público por meio de ofício:

Primeiro a gente tem que ir para os conselhos, [outro passo] é a gente formalizar qualquer documento, porque antes não era reivindicação, era reclamação, mas não tinha nenhuma formalidade nisso. Isso foi um combinado depois do Prêmio Tuxaua (Laura Maria dos Santos).

A partir desse marco, o FCT estruturou a educação diferenciada como uma de suas bandeiras de luta de forma mais concreta: sabendo de onde se está partindo e a construção que precisa ser feita. Segundo Laura, algumas lideranças começaram a se dedicar mais à “causa” da educação diferenciada, e algumas instituições se aproximaram das comunidades, especialmente as caiçaras, como objeto de pesquisa na área da educação. Entre essas instituições, estão a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a ONG Raízes e Frutos, a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), entre outras. Foi um movimento espontâneo que deu início ao que hoje chama-se Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada.

O Coletivo ganhou forma mais concreta a partir de 2009, no momento em que a Fiocruz se aproximou do FCT para organizar o projeto que gerou o OTSS, com o desafio de atuar sobre os determinantes sociais da saúde, implantando ações estruturais e estruturantes voltadas à promoção da saúde e da sustentabilidade socioambiental.

Quando nasceu formalmente o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), em 2013, visando atender a uma das principais demandas do FCT, foram feitos alguns encontros na tentativa de se criar uma proposta de pesquisa para a educação diferenciada. Havia muito conflito devido ao número de atores e perspectivas. O debate era grande. Foi um ano de discussão, de 2013 a 2014, quando começaram a ser definidas as primeiras metas para a educação diferenciada pelo FCT.

Eu sei dizer para você que de 2013 a 2014 a gente teve um ano de tentativas [...] até conseguir formalizar o Coletivo. A gente deu nome para o Coletivo em 2015 (Laura Maria dos Santos).

Em 2015, o Coletivo, apoiado pelo OTSS, conseguiu alguns avanços, entre os quais destaca-se a própria “oficialização” do grupo, a participa-

ção na elaboração do Plano Municipal de Educação e a participação na implantação de II Segmento de Educação Diferenciada na Costeira, programa coordenado pelo IEAR/UFF (Instituto de Educação de Angra dos Reis/Universidade Federal Fluminense) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Paraty.

A sistemática das reuniões do Coletivo não é regular e sempre se deu em torno de situações específicas. No início de 2015, após uma discussão com a SME de Paraty sobre a situação da educação na Praia do Sono, o grupo que vinha se reunindo deliberou que se formaria um “Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada” e se criariam GTs nas comunidades para apoiar essa causa, organizando, discutindo e escrevendo suas propostas para educação diferenciada a serem reivindicadas aos órgãos competentes. Foram propostos grupos de trabalho para pensar ações em diferentes frentes: Pousa da Cajaíba, Quilombo do Bracuí, Aldeia de Itaxi – Paraty-Mirim, Praia do Sono, Martim de Sá e Quilombo do Campinho. O Coletivo então foi formado por parceiros de diferentes instituições que se interessavam pela educação diferenciada nas comunidades tradicionais.

Em reunião realizada no dia 30 de maio de 2015 na sede do OTSS, o Coletivo se consolidou e os membros definiram que o principal ponto a se enfrentar seria o novo Plano Municipal de Educação, cujo prazo para envio de propostas era até 2 de junho. As propostas enviadas poderiam se tornar eventuais componentes do documento base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025, a ser deliberado na Conferência Municipal de Educação 2015, nos dias 16, 17 e 18 de junho.

A discussão sobre o plano base havia sido iniciada em 2010 pela equipe técnica da SME e reuniu as contribuições de alguns encontros ampliados com a sociedade civil e uma pré-conferência ocorrida em novembro de 2014.

A equipe do OTSS e membros do Coletivo estiveram presentes na Conferência Municipal e participaram dos grupos de trabalho dos eixos “Edu-

cação para as comunidades tradicionais” e “Educação para a diversidade”, discutindo e apresentando estratégias para a implementação de uma educação que respeitasse a diversidade cultural do município. O resultado dessa participação foi a previsão, em lei, de uma meta importante para a educação das comunidades tradicionais.

Meta 7 – Garantir a oferta de Educação Básica, em especial dos anos iniciais do Ensino Fundamental, para as comunidades tradicionais e populações do campo nas próprias comunidades; articulando seu currículo com o contexto rural, étnico, e com as tradições locais, atendendo às determinações legais vigentes e respeitando as articulações entre os ambientes escolares e comunitários (Plano Municipal de Educação de Paraty, Decênio 2016-2025: 21).

A meta transcrita se desdobra em 31 estratégias, que preconizam, entre outras coisas, o respeito à cultura local, a formação das crianças nas escolas de sua comunidade, as parcerias institucionais para oferta de formação específica de professores, a utilização da pedagogia da alternância, a expansão gradual dos anos finais do ensino fundamental nas escolas do campo etc. Além dessa conquista, o Coletivo participou ativamente das reuniões realizadas com a SME para a implantação do II Segmento de Educação Diferenciada na Costeira, iniciando pelas praias do Sono e Pousso da Cajaíba. Essa era uma demanda antiga dessas comunidades: ofertar os anos finais da educação básica para as comunidades mais afastadas (na Costeira). A meta de implantação do II Segmento de Educação Diferenciada na Costeira foi assumida pela Prefeitura no evento de lançamento do primeiro módulo de saneamento ecológico, realizado pelo OTSS na escola do Sono em 2015. Ao longo das discussões com a Prefeitura, o grupo assumiu a responsabilidade de elaborar uma proposta pedagógica com as co-

munidades e os professores para a nova etapa de ensino a ser implantada.

Em 2016, portanto, as ações do Coletivo tiveram foco na implantação do 6º ano da Educação Básica nas Praias do Sono e Pousos, especificamente no apoio à formação inicial e continuada dos professores e à elaboração de sua proposta pedagógica. Esse processo vem sendo coordenado e implantado pelo IEAR/UFF, por meio de projetos de pesquisa, extensão e ensino dos professores Domingos Nobre, Lício Monteiro e Mara Edilara.

OTSS e as Experiências em Educação Diferenciada

Em um processo participativo, o Núcleo de Qualificação e Fortalecimento do Fórum decidiu, no início de 2015, que o OTSS apoiaria três experiências de educação diferenciada: uma indígena, uma quilombola e uma caiçara. Esse apoio tinha o objetivo de proporcionar experiências e desenvolver estratégias para a superação das complexas e acumuladas vulnerabilidades que oprimem os povos tradicionais da Bocaina em relação ao direito fundamental à educação. A ideia central era de que essas experiências pudessem servir como referência para a implantação de novas propostas de educação diferenciada no território e também fora dele. Ao colocar-se em ação o planejado, entretanto, a realidade do território determinou algumas alterações na proposta inicial, como será visto a seguir.

Experiência Indígena

Inicialmente, a experiência em educação diferenciada a se aprofundar seria em uma comunidade da etnia indígena guarani, a Terra Indígena de Itaxi. Essa aldeia foi escolhida pela forte presença de suas lideranças nas atividades do Fórum de Comunidades Tradicionais e

pela identificação de várias situações críticas em relação ao direito à educação na aldeia.

Ao longo do trabalho, entretanto, observou-se que o escopo de atuação inicialmente pensado para o projeto não era o desenho mais adequado à realidade do território. Em primeiro lugar, porque a escola da Aldeia Itaxi é considerada uma sala de extensão do Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda, localizado na aldeia Sapukay (em Angra dos Reis), que também possui uma sala de extensão na Aldeia Araponga e na Aldeia Rio Pequeno, o que implicaria uma ação extensiva ao colégio como um todo.

Outro ponto é que a educação indígena em toda a região estava com uma qualidade ainda muito baixa em termos de infraestrutura (escolas sem salas de aula suficientes, com problemas graves de condições de higiene, sem condições mínimas de trabalho, falta de contratação de professores) e de formação dos docentes (havia grave carência de formação para os indígenas e “juruás”¹⁷ que atuam nas escolas). A única ação regular nessa área vinha sendo desenvolvida pelo IEAR/UFF, por meio do Programa de Formação Continuada de Professores Indígenas Guarani e Não Indígenas que atuam nas aldeias, numa parceria entre IEAR/UFF e Seeduc-RJ desde 2015.

Diante desse quadro, em 2015 e 2016 o OTSS apoiou ações (e participou delas) que contribuíram para o desenvolvimento da educação indígena na região de forma geral, no que diz respeito tanto à melhoria da formação dos professores e suas condições de trabalho quanto à melhoria da infraestrutura das escolas. Promoveu reuniões com lideranças das aldeias de Paraty Mirim, Bracuí, Rio Pequeno e Araponga para debater a situação de total abandono do Estado em relação à educação indígena: falta de professores, falta de apoio técnico, falta de registro das atividades de forma oficial, formulando encaminhamentos.

¹⁷ Nome utilizado pelos indígenas guarani para designar os não indígenas.

Apoiou a mobilização dos Guarani na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) em 18/05/2016, quando foi aprovado o projeto de lei 1.757/16, o qual autoriza o Executivo a adotar um prazo inferior ao estabelecido pela lei estadual 6.901/14, que regula a contratação de professores temporários no caso da contratação de docentes indígenas no Estado. A proposta, de autoria dos deputados Edson Albertassi (PMDB), Flávio Serafini (PSol) e Waldeck Carneiro (PT), prevê que o interstício entre as contratações deverá ser de até trinta dias. Anteriormente, a lei determinava que o professor que terminasse o contrato só poderia ser recontratado depois de 12 meses, o que causava grandes problemas, pois não há número de professores disponíveis suficientes para dar aulas nas aldeias. Sem poder renovar os contratos, muitas vezes as escolas ficavam sem professores. Com representação de sete aldeias no Estado, os indígenas acompanharam a aprovação da proposta presencialmente, no plenário da Assembleia.

Figura 1 – Indígenas na Alerj para acompanhar a votação do projeto de lei 1.757/16



Na luta pela melhoria da educação guarani, buscou-se encontrar formas de apoiar o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo IE-AR-UFF, atuando na formação de professores indígenas e “juruás” de primeiro e segundo segmentos da região. A principal demanda desse trabalho, atualmente, é a implantação do ensino médio integrado guarani com habilitação em magistério indígena, que está se arrastando por anos em um processo judicial.

Também acompanhou-se a visita de inspeção feita pelo juiz federal Ian Vermelho às escolas das aldeias indígenas de Itaxi (Paraty-Mirim) e Sapukai, cujo objetivo foi conhecer melhor a realidade das escolas indígenas para dar sua sentença no processo de implantação do ensino médio indígena e em outro, relativo às condições de infraestrutura das aldeias. Ainda estiveram presentes nessa visita representantes do Ministério Público Federal, da UFF, da Secretaria Estadual de Educação, da imprensa local e das comunidades indígenas. A visita foi importante, pois possibilitou ao juiz verificar as reais condições das escolas e ouvir a comunidade guarani.

Embora tenham ocorrido alguns avanços legislativos, a situação da educação escolar indígena hoje continua gravíssima. Em 2017, o ano letivo nas aldeias escolas da região demorou a se iniciar, por falta de professor contratado. Em junho, quando as aulas começaram, no segundo segmento, na aldeia de Itaxi, havia apenas professor de ciências e história. Os alunos tinham aulas apenas em dois dias na semana. Uma situação inadmissível e que coloca o estado do Rio de Janeiro como um dos mais atrasados em relação a esse segmento de ensino.

A perspectiva atual do OTSS em relação à educação indígena é apoiar a implantação do magistério indígena pelo IEAR/UFF e continuar as lutas por melhores condições de infraestrutura para as escolas da região. Nesse sentido, em junho de 2017 foi realizado do II Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina, que teve como tema

os direitos indígenas, promovido pelo FCT e pelo OTSS, com apoio de edital do Fundo Casa. O objetivo foi criar um espaço de troca de informações e discussão sobre os direitos indígenas, buscando soluções para conflitos existentes e em sintonia com a legislação específica, destacadamente a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Durante o evento foram expostas as principais demandas dos indígenas, para as quais foram determinados os seguintes encaminhamentos:

- Recomendação, pelo MPF à Seeduc, para a elaboração de projeto de lei complementar (PLC) que crie o cargo de professor indígena, conforme indicação aprovada por audiência pública realizada pela Alerj.

- Compromisso da Seeduc em cumprir a lei do interstício para contratação dos professores indígenas.

- Instalação de reuniões bimestrais para acompanhar o andamento das ações acordadas, com representantes das comunidades, da Seeduc, da Funai e do MPF.

- Recomendação, pelo MPF ao secretário de estado da Educação, para a convocação imediata da primeira reunião do Conselho Estadual de Educação Indígena.

- Compromisso firmado pela Funai de apoiar a entrega de merenda por tempo determinado, mediante calendário prévio a ser apresentado pela diretoria do Colégio Estadual Indígena.

- Diretor da Regional, Vitor Ricardo, se comprometeu a visitar todas as aldeias em um prazo máximo de 15 dias.

- Diretor Regional e diretora do colégio se comprometeram a estabelecer nova rotina de visitas às salas de extensão do Colégio, com periodicidade inferior a 15 dias entre uma visita e outra.

- Os representantes da Seeduc concordam que há necessidade de contratação de coordenador indígena para apoio à direção, conforme reivindicado pelos indígenas.

Educação Quilombola: Quilombo do Bracuí

A experiência em educação escolar quilombola escolhida pelo FCT para ser aprofundada foi a do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, na Escola Municipal Áurea Pires da Gama. O quilombo e a escola foram escolhidos levando-se em consideração alguns elementos: a demanda da comunidade, que já estava em um processo de luta para reconhecimento da escola como “escola quilombola”; a presença do apoio institucional da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em um trabalho de apoio pedagógico à escola; a presença de suas lideranças nas atividades do Fórum de Comunidades Tradicionais; a importância da escola no território, por seu tamanho e representatividade. A Escola Áurea Pires da Gama possui cerca de novecentos alunos, oferece ensino fundamental do 5º ao 9º anos, em três turnos.

Ao longo de 2015, passos importantes foram dados na construção de uma proposta de educação diferenciada na escola. Em março de 2015, houve a contratação da bolsista Angélica Pinheiro, pelo OTSS, para atuar como agente comunitária fazendo a ponte entre a escola e o Observatório. O Núcleo de Educação Diferenciada do OTSS esteve presente e atuante em reuniões importantes para a definição dos caminhos para institucionalização da Escola Municipal Áurea Pires da Gama como Escola Quilombola.

No dia 12 de agosto de 2015, houve a consulta pública para reconhecimento formal da escola como “Escola Quilombola”. Essa consulta contou com a presença da secretária de Educação, outros agentes da SME e as instituições parceiras, em um evento que fez um breve resgate da história da escola e contou com algumas apresentações culturais. Após a institucionalização da escola como quilombola, no mês de setembro houve a apresentação do projeto geral “Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil”, no qual os professores da escola tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos. Segundo a comunitária quilombola Angélica, a

apresentação dos trabalhos dos professores deu novo ânimo para a escola.

Em 2016, as atividades continuaram e houve algumas reuniões entre professores e equipe pedagógica. Uma dessas reuniões, realizada em março, tratou da proposta de criação de uma Cartilha sobre Educação Quilombola, com o propósito de elucidar a comunidade sobre o tema. Entretanto, o planejamento de 2016 não ocorreu como esperado, em virtude de acontecimentos que estiveram fora da governabilidade do projeto.

O primeiro deles foi a greve deflagrada pelos servidores do município de Angra dos Reis, que perdurou entre os meses de abril e dezembro. Com isso, a escola ficou muitos meses sem funcionar. O segundo, e mais difícil deles, foi o adoecimento e falecimento da agente comunitária Angélica Pinheiro, cuja saúde se agravou ao longo do ano e a impossibilitou de continuar atuando no quilombo. Seu estado de saúde piorou e seu falecimento ocorreu no mês de setembro.

Esses dois acontecimentos prejudicaram a aproximação e a atuação do OTSS na Escola Áurea Pires. No fim de 2016, entretanto, foi restabelecido o contato entre a coordenação da equipe de educação diferenciada e as equipes da UFF e da UFRRJ, para alinhamento estratégico da parceria com o OTSS. Realizou-se uma reunião no Quilombo do Bracuí, onde também estiveram presentes lideranças locais, tendo como pauta a contratação do novo bolsista para educação diferenciada, os próximos passos na construção do projeto político-pedagógico da escola quilombola Áurea Pires da Gama e o Programa de Formação Casa Livre.

Educação Quilombola: Quilombo do Campinho

No Quilombo do Campinho, situado no município de Paraty, a Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho (AMOCQ) já desenvolve há algum tempo um trabalho de fortalecimento da cultura quilombola e tem

recebido o apoio do OTSS desde 2013. O objetivo é contribuir para a compreensão da importância da cultura afrobrasileira na educação quilombola, com a participação da comunidade em grupos de jongo, capoeira, samba, dança afro e hip hop. Em 2016, com o lançamento da campanha dos dez anos do Fórum de Comunidades Tradicionais e o convite para os alunos das oficinas se apresentarem, esses grupos ganharam “novo fôlego”.

A partir daí, nasceu o Bloco Afro. Todos os profissionais envolvidos na nova proposta foram fundamentais, pois souberam lidar com as resistências, respeitaram e acreditaram no resultado. Foi um processo democrático e o resultado, muito rico. Na apresentação realizada durante o lançamento da campanha do FCT+10, os presentes no evento se integraram ao bloco, onde os estandartes com as áreas trabalhadas pelo FCT eram mostrados, e as bandeiras carregadas pelas etnias/tradicionalidades guarani, quilombola e caçara, ao som dos tambores, formavam um só corpo.

Além das atividades culturais, a comunidade do Campinho atuou politicamente para a melhoria da educação escolar quilombola. Em 2015, fez uma série de reuniões com a Secretaria Municipal de Educação reivindicando, entre outras coisas, a implantação das diretrizes da educação quilombola na escola da comunidade. Após muitas negociações e com o apoio fundamental do IEAR/UFF, conseguiu o compromisso da Prefeitura de avançar nessa pauta.

Como resultado de uma luta que tem mais de uma década, em 2017 começou a ser implementado o Programa de Formação Continuada com os professores das turmas do 10 ao 50 anos da Escola Municipal Campinho da Independência, localizada no Quilombo do Campinho, e da Escola Municipal José de Melo, localizada no Quilombo do Cabral, coordenado pelo IEAR/UFF. O objetivo do programa é subsidiar pedagogicamente o processo de construção de um currículo diferenciado nessas escolas, num movimento de reorientação curricular na rede municipal de Paraty, que contemplará toda a educação escolar quilombola do município.

Segundo o IEAR/UFF, o projeto deve ser realizado em três etapas: 1) sensibilização; 2) estudo das diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola e produção de um diagnóstico sociocultural das escolas; 3) reorganização curricular.

A primeira etapa ocorreu no primeiro semestre de 2017. Foram quatro oficinas pedagógicas de sensibilização para a temática das relações etnoraciais na escola. No segundo semestre de 2017, ocorreu o estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que já foi concluído, e o início do processo de elaboração de um Diagnóstico Sociocultural das comunidades. Por fim, a etapa da reorientação curricular está prevista para acontecer de 2018 até 2021 e será constituída de encontros mensais voltados para a revisão do PPP da escola e elaboração de um currículo diferenciado que atenda às diretrizes e à comunidade. Assim, também na experiência quilombola, a realidade do território mostrou sua força e redefiniu os rumos do que havia sido planejado inicialmente. A experiência do OTSS na educação escolar quilombola hoje, portanto, abarca não só os avanços conseguidos na escola quilombola Áurea Pires da Gama, em Angra dos Reis, mas também a experiência em educação escolar quilombola nas escolas dos quilombos do Campinho e Cabral, em Paraty.

Educação Caiçara

A escola caiçara escolhida para o aprofundamento da experiência foi a do Pouso da Cajaíba, por demanda da comunidade e pela identificação de algumas situações críticas em relação ao direito à educação, especialmente a não oferta de educação fundamental de segundo segmento (6º ao 9º anos). O objetivo inicial do OTSS foi apoiar a experiência em educação escolar caiçara no primeiro segmento e a luta pela implantação do segundo segmento. Como já mencionado, ainda em 2015 a Prefeitura se

comprometeu a implantar o ensino de segundo segmento no Pouso e o fez no início de 2016. Assim, o trabalho na escola ficou dividido em duas “frentes”: trabalho de apoio ao primeiro segmento, no qual a instituição parceira foi o Colégio Pedro II (CPII); e implantação do currículo diferenciado no segundo segmento, coordenada pelo IEAR/UFF.

Para acompanhar as atividades na escola do Pouso e fazer a interlocução delas com a comunidade, foi contratada uma bolsista, que atuou em 2016 participando das atividades relativas à educação diferenciada promovidas pelo OTSS e CPII e também à formação dos professores da Costeira.

Primeiro segmento do ensino fundamental na escola do Pouso

O OTSS não encontrou uma instituição que explorasse a temática específica da educação caiçara. Portanto, procurou-se um parceiro institucional que pudesse pesquisá-la e desenvolvê-la. O Colégio Pedro II se mostrou interessado, pois atua na educação básica e, recentemente, transformou-se em instituto, trabalhando agora com o tripé ensino, pesquisa e extensão. Um grupo de professoras da instituição se identificou com a proposta e criou o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Diferenciada (Nepedif), grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A parceria entre OTSS e CPII iniciou-se com o I Colóquio sobre Educação Diferenciada, que aconteceu no CPII no dia 27 de junho de 2015, no Rio de Janeiro, com a presença de mais de cinquenta participantes, entre membros das comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas da Bocaina, professores do CPII, professores e pesquisadores de outras instituições de ensino do Rio de Janeiro e colaboradores do OTSS. Nesse evento, as instituições firmaram o compromisso de re-

alizer um trabalho comum voltado ao desenvolvimento da educação diferenciada nas comunidades que integram o FCT.

Em agosto do mesmo ano, foi realizada a Oficina de Planejamento CPII e OTSS, no Campus Humaitá I, que contou com a presença de 17 pessoas e teve o objetivo de discutir as ofertas e demandas do OTSS e do CPII e iniciar a construção de um plano de ações para a parceria.

Em fevereiro de 2016, foi realizada a Oficina de Educação Diferenciada no Pouso da Cajaíba, organizada pelo OTSS e que contou com a participação das professoras do Nepedif/CPII, a professora Neuza (6º ano), a professora Jô (1º ao 5º anos), Reggianne (inspetora da Escola do Pouso), Cris (arte educadora), Dila (doutoranda da PUC-Rio, que trabalha com a temática) e algumas mães da comunidade do Pouso. O objetivo da oficina foi discutir o conceito de educação diferenciada e formas de inclusão/apoio do OTSS e do Nepedif/CPII nesse processo. A discussão sobre o conceito foi bastante rica e se chegou a uma formulação provisória: “Educação que respeita e valoriza a cultura e os saberes do território. Educação crítica, conectada com a realidade local e global, buscando qualidade de vida de forma sustentável”.

O Nepedif/CPII avaliou que poderia apoiar o processo nos seguintes aspectos: estratégias de ações pedagógicas; elaboração de material pedagógico; e formação continuada dos professores. Ao longo do ano, o grupo realizou algumas atividades de aproximação da comunidade, tanto no território quanto no Rio de Janeiro.

Ao longo de 2016, o Nepedif/CPII participou do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada e das atividades de formação dos professores do II segmento da Costeira (que serão detalhadas no próximo tópico), no Arraial Caiçara e na Oficina de Narrativas. Também houve o movimento inverso, e os educadores do Pouso tiveram a oportunidade de participar do III Seminário Saberes Docentes do Colégio Pedro II. A pedagoga do OTSS também participou de reuniões do Nepedif. Ambas as atividades aconteceram no Rio de Janeiro, o que proporcionou maior integração e

alinhamento entre os atores que estão apoiando o processo de educação diferenciada no Pouso da Cajaíba e na Praia do Sono, assim como foi importante para o acompanhamento e a articulação das ações no território.

O seminário Saberes Docentes, promovido pelo CPII, teve como objetivos: valorizar o saber docente, divulgar práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do colégio e promover trocas de experiências e discussões teórico-metodológicas entre professores do Campus Humaitá I e de outras instituições. A professora Joseli Sampaio, do I segmento da Escola do Pouso, e a agente comunitária do OTSS, Jacqueline do Nascimento de Araújo, tiveram a oportunidade de participar e conhecer as experiências apresentadas no seminário.

Conforme pactuado na Oficina de Educação Diferenciada, o Nepedif/CPII participou da organização do Arraial Caiçara, festa tradicional do local que vem sendo resgatada, após algum tempo sem acontecer. Com os objetivos de aproximar as professoras do Nepedif/CPII das professoras da comunidade do Pouso da Cajaíba e proporcionar a discussão de alguns aspectos da cultura caiçara, a atividade pensada foi uma oficina de culinária, com atividades compartilhadas entre as professoras de ambas as instituições. Trabalharam no planejamento e realização do arraial e promoveram a Oficina de Culinária com duas receitas: uma escolhida pelos alunos, a partir das pesquisas feitas com os familiares; e a outra, comum nas festas juninas do Colégio Pedro II.

Outra atividade realizada foi uma oficina de narrativas, em outubro de 2016. O objetivo da oficina foi promover a troca de saberes, memórias e histórias pessoais e coletivas dos participantes, a partir da exibição de um filme. Inicialmente, esperava-se exibir o filme Narradores de Javé, de Eliane Caffé. Porém, na hora marcada, apenas as crianças estavam presentes, e a equipe optou por uma atividade específica para a faixa etária. A escolha recaiu sobre os curtas-metragens A maior flor do mundo e Os fantásticos livros voadores do Sr. Morris – ambas animações sem narração, que tratam, de forma sutil, das questões de memória, sus-

tentabilidade e coletividade. No final dessas duas projeções, as crianças foram convidadas a refletir sobre as apresentações e a participar de uma pequena oficina de artes, na qual puderam registrar, por meio de escrita, desenhos e colagens, suas impressões sobre as histórias.

A sessão foi realizada no espaço coletivo Casa de Cultura (ponto de cultura), ainda pouco utilizado pela comunidade do Pouso da Cajaíba, e contou com a participação de moradores da comunidade, crianças, adolescentes e adultos, além dos membros do Nepedif e do OTSS (Figura 2).

Figura 2 - Crianças caiçaras participando de atividade na Oficina de Narrativas

Crédito: Cecília Marafelli



A despeito dessas atividades ao longo de 2016, avaliamos que houve uma dificuldade de aproximação e reconhecimento da Secretaria Municipal de Educação em relação ao trabalho iniciado pelo CPII – o que, por sua vez, prejudicou também a relação com a comunidade escolar. Além disso, não havia alinhamento entre o que estava acontecendo no primeiro e no segundo segmentos da escola, o que gerou conflitos. Assim, conversando com a UFF, fomos chegando ao entendimento de que seria um melhor caminho alinhar o processo de formação dos professores do primeiro segmento com o processo que está acontecendo no segundo segmento. Além disso, multiplicando a experiência de formação dos professores, se-

ria possível ampliar a oferta a todas as escolas da Costeira, que formariam uma turma de 25 professores.

Assim, em 2017, o esforço do CPII ficou nas articulações institucionais para oferecer a formação do primeiro segmento da Costeira como um todo. Nesse sentido, houve:

- Reunião entre OTSS e CPII para tratar dessa questão.
- Reuniões de alinhamento entre OTSS, CPII e UFF.
- Participação das professoras do CPII no grupo de pesquisa “Espaços Educativos e Diversidade Cultural”, coordenado pelo professor Domingos Nobre, do IEAR/UFF.
- Reunião entre OTSS, CPII, UFF e SME para apresentação da proposta.

Educação Caiçara: segundo segmento do ensino fundamental

Como já mencionado, nossa proposta inicial de apoio à educação caiçara seria referente à Escola da Praia do Pouso da Cajaíba. Em relação à oferta de educação do segundo segmento, já havia uma “pressão” no território para que a demanda de ensino de 6º ao 9º anos fosse ofertada na escola do Pouso da Cajaíba e também na escola da Praia do Sono. Essa pressão era exercida pelas comunidades, pelo Fórum de Comunidades Tradicionais, pelas lideranças locais.

A articulação do OTSS com a Prefeitura em relação à construção do saneamento ecológico na Praia do Sono fortaleceu esse pleito e, no dia da inauguração do primeiro módulo do saneamento, em junho de 2015, o prefeito se comprometeu a cumpri-lo. A partir desse compromisso manifesto, a equipe de educação diferenciada do OTSS e o Coletivo de Educação Diferenciada da região passaram a acompanhar o processo para sua efetivação em 2016.

A implantação do segundo segmento do ensino fundamental nas praias do Sono e do Pousou da Cajaíba está sendo realizada por meio de um acordo de cooperação técnica entre a Secretaria Municipal de Educação de Paraty (SME) e o Instituto de Educação de Angra dos Reis/Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF). O IEAR acompanha o processo por meio de seus: 1) Projeto de Pesquisa - PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica): “A Construção de Currículos Diferenciados Indígenas, Caiçaras e Quilombolas na Costa Verde”; 2) Projeto de Ensino - PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência): “Magistério Indígena e Escolarização Guarani Mbya”; 3) Programa de Extensão – PROEXT: “Escolarização e Cultura Guarani Mbya Rumo à Universidade”; e 4) Projeto de Extensão – PROEX: “Educação do Campo nas Comunidades Caiçara de Paraty: implantação do segundo segmento do ensino fundamental na Zona Costeira – Ano II”.

A implantação de um currículo diferenciado, por meio de metodologia de rede temática e projetos, está sendo um desafio para os professores, os quais recebem formação mensal em seu período de trabalho. Nessas formações mensais, são feitos o acompanhamento das atividades realizadas e o planejamento das próximas atividades. A equipe é composta por três professores, cada um responsável por uma grande área de conhecimento, os quais se revezam entre as duas escolas. A equipe de educação diferenciada do OTSS, o CPII e outros representantes do Coletivo de Educação Diferenciada têm acompanhado essa formação e participado ativamente de todas as formações mensais.

Reuniões de Formação dos Professores da Costeira de Paraty (RJ)

O trabalho pedagógico foi dividido em duas etapas: estudo de uma nova visão das áreas (etapa I) e elaboração de projetos pedagógicos baseados em

rede temática com temas geradores extraídos do diagnóstico (etapa II).

Na primeira etapa, o estudo de currículo foi seguido de um roteiro de reorientação curricular para construir uma nova visão das áreas do conhecimento, com base em quatro pontos: 1) a epistemologia de cada disciplina/área; 2) as tendências pedagógicas da área; 3) os conceitos integradores/unificadores de cada área; e 4) princípios da educação diferenciada. Foram realizados seminários de estudo das áreas/disciplinas, com o objetivo de fortalecer o conhecimento dos professores em relação aos três primeiros pontos. Nobre (2015) resume a importância desse fortalecimento:

Conhecer a epistemologia da área/disciplina permite ao professor reconhecer o processo histórico social de construção da formação discursiva (Foucault, 1970) que estrutura o campo de conhecimento da disciplina contemporaneamente. Conhecer as tendências pedagógicas que envolvem a área/disciplina permite ao professor reconhecer elementos de sua prática pedagógica que se enquadrem ou não nas Pedagogias Liberais ou Progressistas que permeiam o ensino, e fazer opções numa perspectiva curricular autônoma e crítica. Estudar os conceitos integradores de cada área/disciplina possibilita ao professor distinguir o rol de conhecimentos essenciais daquilo que são apenas conteúdos programáticos de uma grade curricular, portanto acessórios (Nobre, 2015: 17-18).

Ter essa visão é importante para o professor poder articular os principais conhecimentos das áreas dentro dos projetos a serem desenvolvidos. Ainda nessa etapa, os seminários abordaram os princípios da educação diferenciada, trazendo as experiências já ocorridas em Paraty e alguns princípios gerais para a construção de escola diferenciada.

Na segunda etapa, houve a elaboração de projetos pedagógicos baseados em temas geradores articulados numa rede temática, metodologia que une a pedagogia de projetos (Dewey, Frenet) à pedagogia dos temas geradores (Paulo Freire). Nessa etapa, o primeiro passo foi a elaboração de um instrumento de diagnóstico sociocultural para a rede temática: um questionário sociocultural. Ele foi elaborado pela equipe (professores das escolas e professores da UFF), com base em levantamento feito juntamente com a comunidade sobre “Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças” (metodologia FOFA). Também houve visitas nas comunidades para matrícula dos alunos e, num segundo momento, acolhimento das turmas (do Sono e Pousa). Durante a visita de acolhimento se realizou o preenchimento do questionário com as famílias, com a participação de membros da SME, professores e universidade.

O segundo passo dessa etapa foi o exercício de elaboração da rede temática a ser usada nos projetos ao longo do ano. A rede é extraída dos termos recorrentes nos questionários e na matriz FOFA. É feito um levantamento de palavras-conceito com forte sentido para o mapa simbólico sociocultural da turma. Assim, são escolhidos temas geradores. Por fim, há um recorte de tema da rede (bloco temático) para planejamento de um projeto pedagógico bimestral ou semestral.

Por fim, o terceiro passo é o planejamento de um projeto pedagógico de forma coletiva e preparação de uma “aula guia”. Esse processo tem sido repetido ao longo dos semestres, a cada novo planejamento de bloco temático. A seguir, aborda-se a rede temática produzida na atividade de formação e acompanhamento pedagógico realizada entre os dias 23 e 25 de março de 2016, pelos professores Iaci Sagnori, Nelza Galosse e Marlon Adriano, sob orientação dos professores Domingos Nobre, Mara Edilara Oliveira e Lício Monteiro (IEAR/UFF). Seus eixos centrais foram: organização social/família, cultura caiçara, praia e território.

Assim, a implantação do segundo segmento do ensino fundamental nas

praias do Sono e do Pouso está sendo realizada por meio desse programa de formação continuada, visando à implantação de um currículo diferenciado, utilizando as metodologias de temas geradores em rede temática e da pedagogia de projetos. Nas reuniões mensais de formação continuada, são monitorados o desenvolvimento dos currículos nas escolas, assim como diferentes dificuldades encontradas pelos professores na realização do trabalho e também na relação com a SME e com a comunidade.

No desenvolvimento da proposta, a equipe envolvida tem buscado trabalhar o desenvolvimento do currículo por meio de atividades concretas e significativas para os alunos. Para ilustrar, pode-se citar o trabalho realizado no eixo “cultura caiçara”. Além de os alunos fazerem um mergulho nas tradições locais, foram apresentadas às crianças outras culturas tradicionais da região: indígenas e quilombolas. O objetivo era que os alunos pudessem reconhecer suas especificidades por meio das similaridades e diferenças culturais dos grupos, assim como desenvolver o respeito à diversidade cultural. Isso foi feito, entre outras estratégias, por meio de visitas de grupos dessas etnias às escolas, momento no qual apresentaram um pouco de sua cultura de forma prática aos alunos.

Figura 3 – Visita de quilombolas à Escola do Pouso



Figura 4 - Visita de indígenas à Escola do Pouso



Para ampliar as possibilidades de formação, o Coletivo de Educação Diferenciada construiu uma proposta substitutiva ao edital do Instituto OjuMoran, cujo objetivo era capacitar professores, jovens e comunidade local a desenvolverem um projeto de educação diferenciada caiçara. Partiu-se do pressuposto de que qualquer projeto de educação diferenciada deve ser construído por meio do envolvimento da comunidade, da troca de saberes e do vínculo dos conteúdos programáticos com a realidade local. Assim, foram propostas ações que buscavam: complementar o processo de formação dos professores do ensino fundamental II; incorporar os professores do ensino fundamental I; envolver os mestres locais na inclusão dos saberes tradicionais na escola; e estimular jovens das comunidades, mães e pais de alunos a tomarem para si a escola como fortalecimento da cultura, do território e da sustentabilidade do modo de vida caiçara.

Em ambas as comunidades, foram propostas e realizadas oficinas de formação para o uso da cartografia e da fotografia nas atividades de ensino realizadas nas escolas. Também foram realizadas oficinas por mestres locais sobre saberes tradicionais a serem apropriados pela comunidade escolar (bordado, cestaria, agroecologia e permacultura). Além disso, proporcionaram-se recursos pedagógicos, equipamentos e capacitação técnica para a produção de materiais didáticos específicos.

A culminância desse projeto ocorreu com o Seminário de Educação

Diferenciada em Paraty, no dia 11 de agosto de 2017. Na parte da manhã, houve lançamento dos guias turísticos locais produzidos pelos alunos e alunas da Praia do Sono e do Pouso da Cajaíba e do Caderno Pedagógico para Projetos de Educação Diferenciada e Intercultural, no auditório da Escola Municipal Pequena Calixto. Na parte da tarde aconteceu uma roda de conversa sobre as experiências, pesquisas e realizações do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada em Paraty, no OTSS.

O seminário foi muito positivo, pois possibilitou ver os avanços que os alunos estão conseguindo com a experiência, já que os professores que atuam no Pouso e no Sono puderam falar sobre os desafios e avanços da proposta em seu dia a dia. Também foi muito relevante ver as experiências em educação diferenciada que estão ocorrendo no território, apresentada pelos parceiros do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada, entre as quais estão: a experiência do OTSS com o FCT (por Indira Alves França/OTSS), tese de doutorado contextualizando a situação educacional na península da Joatinga (por Vanessa Marcondes), luta pela educação diferenciada no Quilombo do Campinho (por Laura Maria dos Santos), educação escolar quilombola em Paraty (por Diogo Marçal Siqueira/UFF), a concepção de infância dos Guaraní (por Domingos Nobre/UFF), Projeto Encontro de Saberes da UFF (por Lúcia Cavalieri/UFF), tese sobre a interface entre a educação escolar diferenciada e o turismo de base comunitária nas comunidades do Sono e Pouso (André Ribeiro/UFRRJ), projeto arquitetônico para a escola do Pouso (Manuela Giácomo/ONG Raízes e Frutos).

Por fim, não pode deixar de ser mencionado nesse rol de experiências em educação diferenciada caíçara o trabalho de educomunicação que a equipe de saneamento do OTSS desenvolveu em 2015 e 2016 na Praia do Sono, onde foi implantado um módulo de saneamento ecológico. Como parte das atividades, coube a essa equipe trabalhar o “ciclo do nutriente” com as crianças da escola. Assim, houve uma aproximação do trabalho

dessa equipe de educomunicação com o da equipe de educação diferenciada, ambas do OTSS, e replicou-se o trabalho de educomunicação do Sono no Pouso. Esse processo ocorreu com a participação e colaboração de um comunitário do saneamento, da agente da educação diferenciada do OTSS no Pouso e dos próprios professores do segundo segmento.

Aprendizados

O OTSS procura apoiar ações de educação diferenciada na região de atuação do Fórum das Comunidades Tradicionais. O objetivo é que essas experiências possam servir como referência para outras ações de educação diferenciada, não apenas na região mas em qualquer parte do território nacional.

Na experiência com os indígenas, no contexto em que sua educação se encontrava, a prioridade foi colaborar com ações em curso para o desenvolvimento da educação indígena na região de forma geral, no que diz respeito tanto à melhoria da formação dos professores e suas condições de trabalho quanto à melhoria da infraestrutura das escolas.

Em relação à educação quilombola, a experiência inicial era o apoio à experiência da escola do Bracuí, que já estava em um movimento que culminou com o reconhecimento da escola como “Escola Quilombola” e o impacto desse reconhecimento formal em seu projeto político-pedagógico. A escola também passou por dificuldades específicas em 2016. Paralelamente a isso, a comunidade do Campinho foi construindo um diálogo com a Secretaria Municipal de Educação de Paraty, assim como afinando a parceria com o IEAR/UFF. Em 2017, a comunidade do Quilombo do Campinho conseguiu iniciar sua proposta de implantação de currículo diferenciado, por meio da formação de seus professores, agregando ainda os professores do quilombo do Cabral, também situado em Paraty.

A educação diferenciada nas praias do Sono e do Pouso da Cajaíba, por sua vez, está sendo beneficiada desde 2016 por uma proposta pedagógica para o segundo segmento do ensino fundamental, capitaneada pelo IEAR/UFF em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Paraty, e que conta com o apoio do OTSS, do CPII e do Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada, entre outros. Dentro do contexto do município de Paraty (número de escolas, abertura com a SME, interesse de diferentes atores em contribuir), em 2018 o trabalho foi ampliado para a totalidade das escolas caiçaras que oferecem o primeiro segmento do ensino fundamental.

O Colégio Pedro II está trabalhando em um projeto juntamente com o IEAR/UFF para que seja possível a construção de uma proposta pedagógica para o primeiro segmento do ensino fundamental (1º ao 5º anos) das escolas da Costeira (são oito no total) que dialogue com a proposta desenvolvida para o segundo segmento (6º ao 9º anos), já em andamento, e, em paralelo, dialogue também com a proposta juntamente com as escolas quilombolas, as quais também são de primeiro segmento.

Por fim, ao resgatar o histórico e apontar as principais ações realizadas em relação à educação diferenciada na região de atuação do FCT, pode-se considerar alguns pontos de fortalecimento à luz da Matriz de Análise de Efetividade de Estratégias Territorializadas de Desenvolvimento Sustentável e Saúde (Gallo & Setti, 2015). Considera-se que, desde o início da proposta, a dimensão da “equidade” foi fortalecida, na medida em que houve atenção à diversidade, o que pode ser percebido especialmente pela efetiva representação das três etnias nas ações, assim como pela valorização da cultura delas. Também houve fortalecimento da dimensão da “sustentabilidade”, por meio da ecologia de saberes, com a valorização do conhecimento popular/tradicional/nativo que ocorreu desde o início da discussão so-

bre educação diferenciada. Ainda na dimensão da “sustentabilidade”, houve ampliação das redes de solidariedade, por meio de cooperação técnico-científica e articulação em redes.

Em todas essas experiências de educação diferenciada em curso, a dimensão da “autonomia” foi a mais fortalecida, tanto pelo parâmetro da participação social (observado pelas variáveis: capacidade de intervenção, poder de decisão, intensidade de representatividade/adesão e intensidade de participação) quanto pelo parâmetro do empoderamento (constatado por meio das variáveis: capacidade de articulação em rede; transparência, ética, comunicação; capacidade de identificar e articular parceiros; protagonismo do movimento social; e, especialmente, educação emancipatória/problematizadora).





NOVAS SEMENTES



APRENDIZADOS

Edmundo Gallo

Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS

Escrever sobre processos vivos é desafiador para a produção de conhecimento, especialmente o científico. Sua característica sistemática, sua necessidade analítica e sua delimitação temporal acabam por produzir um *delay* entre o que é vivido no hoje e o que foi vivido na temporalidade dos processos registrados.

É semelhante ao que acontece quando você vê um jogo em uma televisão de alta definição (HD) e seu vizinho em digital, só que ao contrário. No caso do jogo, você sabe que houve um gol antes de ver na sua TV – porque escuta o grito do vizinho; na escrita científica, você sabe o que houve “depois” do que você está narrando. E assim como você continua vendo o jogo não pelo resultado, que você já sabe, mas pela narrativa do gol, você escreve. Porque os principais aprendizados epistemológicos estão nos processos e seus sujeitos. E em como eles produzem acumulações que ampliam o campo dos possíveis.

Portanto, o que você está vivendo quando escreve sobre o que viveu já é o campo dos possíveis que foi produzido e, simultaneamente, a produção de um futuro campo de possibilidades. Porque é parte de um Projeto, no sentido matusiano, de uma intencionalidade consciente de transformação do mundo. Ou como diz Sartre em *Questão de método*: é parte da “superação subjetiva da objetividade em direção à objetividade, tenso entre as condições objetivas do meio e as estruturas objetivas do campo dos possíveis”.

Porque a ciência não é, a não ser ideologicamente, desarticulada de outras esferas do mundo, como a política e a estética, assim como de outros saberes, como o conhecimento tradicional. O cientista não é neutro, dissociado daquilo que procura conhecer, observador externo da realidade. E se, como aponta a teoria crítica, tem compromisso com a emancipação da humanidade das formas de dominação social e das restrições naturais, precisa apontá-las, desconstruí-las e produzir novas cartografias, territorialidades insurgentes e epistemologias pós-coloniais.

Neste livro, contamos uma dessas histórias de produção coletiva da vida: a história da temporalmente curta e intensamente longa vida que o Observatório tem vivido. Quais as histórias e as estórias do território da Bocaina, sua construção a partir das disputas materiais e imateriais que o levaram a ser o que é hoje, os acúmulos conquistados, as ameaças do capital e a visão de futuro a partir das estruturas objetivas do campo dos possíveis. As soluções, os erros, os aprendizados da nossa construção coletiva.

E no centro, a tensão axial entre o modo urbanocapitalista e o modo de vida tradicional. As tensões entre preservação ambiental e especulação imobiliária e extrativista, o turismo predatório ou de alto luxo e o turismo de base comunitária, a educação convencional e a educação diferenciada, a agroecologia e o agronegócio, o saneamento ecológico e o saneamento convencional, a cultura tradicional e a cultura de massas, a economia solidária e a economia da mais-valia, o protagonismo e a cooptação das comunidades tradicionais. Entre o modo hegemônico de produção e consumo e o Bem Viver.

A tensão entre a dor e a alegria. Entre a solidariedade e o individualismo. Entre o território coletivo e a propriedade individual. Entre a cultura tradicional e a cultura de massas. Entre as festas comunitárias e as ameaças de prisão e condenação.

Entre as promessas de vida e as ameaças de morte.

O reconhecimento e o viver concreto dessas tensões no território,

sempre de distintos lugares, foi o que nos juntou, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT). Uma instituição pública federal de ciência, tecnologia e inovação em saúde e um movimento social representativo de três etnias: indígenas, quilombolas e caiçaras. Um Projeto em comum: defender a vida, aprofundar a democracia, ampliar a cidadania.

Era 2009 e a Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz abriu um edital interno para apoio a projetos de desenvolvimento territorializado. Eu já pretendia viver aqui em algum momento da minha vida e já havia começado a me dedicar profissionalmente ao desenvolvimento sustentável e à promoção da saúde. Associar uma vida simples e mais próxima da natureza, em uma cidade pequena, fora da velocidade urbana e com relações mais solidárias, a uma atuação teórica e prática sobre o território que promovesse o Bem Viver nas comunidades tradicionais... Foi a oportunidade para construir um projeto de pesquisa para a Bocaina.

O FCT havia se organizado há dois anos e procurava construir parcerias que ampliassem sua capacidade de resistir e principalmente avançar na defesa de seu modo de vida e na garantia de seus direitos como cidadãos e comunitários tradicionais.

Pela Fiocruz, buscávamos afirmar o papel de instituição estratégica do Estado brasileiro e a cultura institucional de pensar e construir soluções para o desenvolvimento nacional, regional e local na ótica dos direitos de cidadania, rompendo com a cultura científica predominante de construir explicações-diagnóstico e propor respostas “técnicas” quase sempre limitadas à sua racionalidade e desvinculadas do território e de seus protagonistas. Pesquisas convencionais para compor o portfólio de avaliação das agências financiadoras...

Pelo FCT, buscava-se construir parcerias que tivessem impacto efetivo na melhoria da vida das comunidades, atendendo à sua hierarquia de prioridades e não à das instituições acadêmicas, que promovesse o pro-

tagonismo das comunidades e a importância do saber tradicional para a construção e sustentabilidade das soluções desenvolvidas. Ninguém mais aguentava projetos que vinham e iam sem deixar nada de concreto, teses, vídeos, artigos e livros com cientistas falando sobre a comunidade.

E a comunidade sem voz.

O desafio para ambos era a construção de vínculo. A gente se pegou, foi ficando, depois namorando e finalmente resolveu morar junto. Literalmente. Hoje, o espaço do Observatório na Bocaina é a casa das comunidades tradicionais e a casa das “comunidades” da Fiocruz. Nele coabitam o povo dos caiçaras, indígenas e quilombolas com a galera da Ensp, IOC, VPAAPS, ICIT, POLI, Campus Mata Atlântica... Além dos inúmeros parceiros de nossa rede: UFF Angra, UFRJ Geoheco, Coordenação Nacional Caiçara, APA do Cairuçu, Articulação Nacional de Agroecologia, Prefeitura de Paraty, Conaq, Coletivo de Educação, Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária, Funasa, UFRRJ, Comissão Guarani Yvyrupa e mais uma galera.

Neste primeiro projeto construímos um modo de governança radicalmente participativo, já na perspectiva de coletivos portadores de vida; pactuamos uma agenda estratégica comum, que se iniciou com o saneamento ecológico na Praia do Sono, passou pelo planejamento estratégico do FCT e levou à elaboração de projetos para captação de recursos, o que culminou quatro anos depois, em 2013, com a formalização de cooperação técnica com a Funasa, viabilizando a ampliação das ações no território e a possibilidade de trabalharmos a Agenda do FCT de maneira intensa.

A cooperação objetivava a constituição de um espaço tecnopolítico territorializado para a produção de territórios sustentáveis e saudáveis, de soluções para o Bem Viver. Era o desafio de fazer saúde por meio de sua produção social, especialmente de sua determinação mais crítica, a distal, porém dialogando com as intermediárias e proximais.

A partir desse momento, associou-se à grande acumulação política e cognitiva a acumulação financeira que ampliou expressivamen-

te nosso arco direcional no território, nossa capacidade de produzir novos possíveis. Então, voamos baixo e trabalhamos/vivemos mais intensamente ainda.

Partindo do território com o objetivo de promover a equidade, a autonomia e a sustentabilidade das comunidades, e tendo como pressuposto a pedagogia da autonomia e a ecologia de saberes, o reconhecimento da importância de todos os tipos de conhecimento e prática e da potência de sua associação, construímos um coletivo de pesquisadores-atores comunitários e acadêmicos e um modo de governança comunicativo-estratégico.

Acertamos muito. Construímos processos que produziram as soluções que apresentamos ao longo deste livro. São muitas, são tecnologias sociais, são multiescalares, são replicáveis, são sustentáveis. Mas também erramos em executar muito diretamente e apoiar menos e em assumir riscos demais para a produção de resultados em um cenário extremamente nebuloso. Fomos atropelados pelo golpe de 2016. Ao final desse ano, éramos referência no território para qualquer questão relacionada ao desenvolvimento sustentável e às comunidades tradicionais. Negociávamos grandes contratos e cancelávamos metade das bolsas de nossa equipe, reduzíamos seus valores e ficávamos com baixa capacidade de gestão, pela redução de recursos financeiros.

Dois mil e dezessete foi o ano da resiliência. Muita legitimidade política, muito conhecimento acumulado, baixa capacidade organizacional e nenhuma grana. E a atmosfera opressiva de tudo isso era o golpe e a avassaladora onda fascista que impregnou nossa vida. Estávamos sofrendo, em todas as esferas possíveis, a desumanização da vida e das relações políticas, afetivas, sociais.

Foi então que nos reafirmamos como coletivo portador de vida. Como sujeitos conscientes do que estávamos vivendo e do nosso papel de resistência e produção de possíveis. Novas epistemologias. Novas territorialidades.

Morin dizia que o pensamento que sobrevive é aquele que se mantém na temperatura de sua própria destruição. Era preciso destruir e criar.

Reinventar tudo para sermos capazes de atravessar aquele mar virado.

Apostamos no aprofundamento da organicidade para dentro das duas organizações: o FCT e a Fiocruz. Mobilizamos nossas comunidades tradicionais e acadêmicas, fomos para o território, para outros territórios. Mostramos o que havíamos produzido, o que podíamos produzir e nossas fragilidades.

Aprofundamos nossas relações de parceria: redes, coletivos, governos municipais, gestores do território, ongs, universidades, associações de moradores. A Fiocruz afirmou a importância estratégica do Observatório e assumiu o compromisso com sua manutenção; o termo de cooperação com a Funasa foi renovado; a Prefeitura de Paraty apoiou a segunda etapa do saneamento ecológico da Praia do Sono e a educação diferenciada no Sono, Pousa da Cajaíba e Quilombo do Campinho; captamos pequenos recursos que produziram resultados impactantes: II Encontro de Justiça Socioambiental da Bocaina, que focalizou os direitos indígenas e resultou na instalação do saneamento ecológico na aldeia Sapukay, os editais do Desafio BIG e do ICMBio, que apoiaram a estruturação do TBC e o IV Encontro Estadual de Agroecologia, que resultou na Rede de Agroecologia da Costa Verde e na Feira Agroecológica de Paraty.

Além disso, escrevemos este livro. Ele fala do que vivemos até meados de 2017 e foi escrito em um momento de dor e de esperança. De crise e de transformação. De reconhecimento de erros e acertos. De resiliência, aprendizagem e inovação. De ampliação da consciência sobre o que vivemos, a partir da sistematização e da reflexão crítica.

Foi mais um projeto coletivo em que o desafio era encontrar o caminho, a linguagem, a forma de disseminar distintas expressões em um ritmo e harmonia em que o singular se dissolve no plural e o todo se embebeda do fragmento. Como escrever pulsações, inquietudes, descobertas, incertezas, alegrias? Como falar uma metalinguagem científica e tradicional? Como juntar a harmonia de uma orquestra sinfônica às rupturas rítmicas do coco, do jazz? Sínteses a partir de múltiplos pontos.

Escrever este livro, refletir sobre a experiência individual e coletiva que vivemos nos últimos oito anos na Bocaina, fez-me refletir e especialmente aprender a sentir o que construímos e vivemos para buscar uma linguagem, uma forma de compartilhar o vivido.

No mundo da ciência, a busca pela Verdade e pelo Progresso, associada ao seu vínculo ideológico ao desenvolvimento do Capital, especialmente quando hegemônica pelo discurso positivista, engendrou uma linguagem hermética e estruturou sistemas de avaliação da produção científica quantitativos e modelos de linguagem fechados. A consequência é a linguagem pseudoerudita, artigos e livros inférteis e conhecimento pasteurizado.

Se você não entendeu o que falei no parágrafo anterior não se preocupe, você está cert@.

É a linguagem padrão da ciência. E apesar de importante, ela é insuficiente não só para explicar a vida, mas ineficiente para se comunicar com outros mundos, linguagens e Verdades que não as suas. E eu sou um cientista. Mas também sou cigano, poeta, bêbado, torcedor, escultor, pai, político, *flâneur*, apaixonado, desesperado, feliz.

Sou, como tudo é, um todo. Ético, científico, estético, político, místico. Então como escrever sobre o vivido, sobre o sentido de tudo que experimentamos nestes oito anos, que é impossível de ser revelado apenas com a linguagem da ciência?

O desafio era primeiro sentir, significar o vivido. Depois criar sensações com as palavras. Poesia, literatura e ciência. E outras narrativas não literárias e linguagens não escritas. Quase impossibilidades.

Uma personagem masculina de Mía Couto, falando sobre as mulheres, diz que elas são como o mar. A gente sempre as navega, a gente sempre se perde. De sua sabedoria lusitana, sabe que perder-se é a possibilidade de navegar. E navegar, a condição para as descobertas.

No final das contas, eu preferia ter escrito um romance. Mas há romance melhor do que a vida?

AVALIAÇÃO DO OTSS PELA FUNASA

Antônio Henrique de Carvalho Pires

Graduado em engenharia civil e direito com pós-graduação em engenharia e segurança do trabalhador pela Universidade Politécnicade Pernambuco. Foi presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) entre 2014 e 2017

Sheila da Silva Rezende

Psicóloga clínica e Especialista em Administração em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz, atuou como coordenadora da parceria com o OTSS pela Funasa

Juliana Carvalho Rodrigues

Engenheira Agrônoma (UFV), Mestre em Fitotecnia (UFV), Doutora em Produção Vegetal (UENF) e Professora colaboradora na área de Engenharia Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na UFES, atua na área de saúde ambiental, saneamento e promoção da saúde em âmbito municipal (PMV e PMS - ES) e federal (Ministério da Saúde e Funasa)

Este trabalho, que reúne, consolida, articula e sistematiza informações e analisa as contribuições do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), cujo objetivo é a constituição de um espaço tecnopolítico territorializado e articulado a outras escalas (regional, estadual, nacional e global), gerador de conhecimento crítico e tecnologias inovadoras, especialmente sociais, para a promoção do desenvolvimento sustentável e da saúde, permite também uma avaliação do apoio técnico entre instituições por meio de cooperação para a viabilidade e sustentabilidade de projetos como este e, conseqüentemente, para a obtenção de seus objetivos.

As cooperações técnicas constituem um importante instrumento de promoção das relações entre instituições e de apoio ao desenvolvimento destas. Por meio dos programas e projetos de cooperação técnica, as instituições parceiras trocam entre si experiências e conhecimentos técnicos. Essas trocas constituem os aspectos fundamentais dos projetos de cooperação técnica. Esse repasse de conhecimentos pode se dar por meio do desenvolvimento de trabalhos conjuntos de

duas ou mais instituições executoras.

Desse modo, os projetos são instrumentos de operacionalização da cooperação técnica, os quais são geralmente constituídos por um conjunto relativamente complexo de atividades que são executadas visando alcançar objetivos específicos previamente definidos. Entre outros pontos importantes, os documentos resultantes dos projetos registram esses objetivos, os meios necessários para atingi-los, o planejamento do trabalho que será realizado, a cooperação técnica solicitada e a contrapartida oferecida pela instituição proponente.

O OTSS é resultado dessa estratégia de cooperação e, desde sua concepção, apresenta todos os elementos que possibilitam o desenvolvimento de ações integradas. Essa concepção da estratégia de integração de ações está fundamentada na articulação institucional, no intercâmbio de conhecimentos e experiências e no monitoramento e avaliação dos resultados.

A implementação da estratégia de integração de ações requer a participação de atores diversos na reflexão e construção de conceitos e valores. Os facilitadores dos processos de integração das ações são fundamentais para obtenção de resultados e devem estar capacitados para o diálogo, bem como para a produção e troca de conhecimentos que sensibilizem e habilitem os demais parceiros para a condução das iniciativas de fomento ao desenvolvimento local.

É importante ter atenção às diferenças e às diversidades em relação às condições de trabalho, foco de atuação e interesses específicos das instituições que atuam no espaço de uma parceria institucional, visto que existem características bem definidas nos modos de atuação de organizações de governo, das organizações não governamentais, empresas da iniciativa privada e organizações da sociedade civil. É indispensável o respeito pelo perfil institucional, pois somente assim serão evitadas superposição de esforços e adequação de funções em face do perfil de cada instituição parceira.

A ação territorial efetiva que integre ações governamentais, não governamentais, sociedade civil e empresas privadas pode ser a solução. O projeto é uma clara e determinada iniciativa nesse sentido, principalmente quando consideradas as diferentes comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas localizadas no mesmo território trabalhado, mas que estão sob as mesmas ameaças, tornando-as vulneráveis em diversos aspectos.

O projeto também apresenta um potencial para que as experiências exitosas aqui resultantes possam se tornar estratégias e alternativas de políticas públicas, visando à garantia dos direitos das comunidades tradicionais, já que no Brasil as políticas públicas específicas para as comunidades tradicionais são recentes no contexto de uma tradição de políticas públicas gerais, o que se repete no âmbito da saúde, assim como nas políticas no campo do desenvolvimento sustentável ou que se referem à preocupação com territórios saudáveis e sustentáveis, as quais são ainda mais recentes.

Um dos maiores desafios dos gestores públicos brasileiros é integrar a execução de políticas públicas, pois a tradição de dividir recursos de forma setorial no país evidencia o grande esforço necessário para a atuação na lógica territorial, à qual este projeto se dedica desde a sua concepção.

Considerando o território – a abrangência cultural, as questões ambientais e sociais envolvidas, a vulnerabilidade dos povos tradicionais –, o projeto efetivou estratégias e formas que sinalizam a possibilidade de melhora na qualidade de vida dessas comunidades, do ponto de vista social e ambiental, assim como a redução dos índices de vulnerabilidade, o aumento da inclusão social, o empoderamento, o fortalecimento dos vínculos culturais desses grupos populacionais e a criação de mecanismos de sustentabilidade para o território da Bocaina. Nesse contexto, enquadram-se as ações propostas e alcançadas do projeto.

A constituição desse espaço tecnopolítico territorializado e articula-

do a outras escalas – regional, estadual, nacional e global – que possa promover pesquisa e desenvolvimento tecnológico para uma gestão sustentável dos recursos hídricos; promover educação emancipatória; implementar uma incubadora de tecnologias sociais e ampliar a articulação em rede e intercâmbio de experiências de promoção de territórios sustentáveis e saudáveis é um mecanismo eficiente de promoção do desenvolvimento, na medida em que amplia enormemente as oportunidades sociais e econômicas de comunidades antes sem acesso ou com acessos restritos às necessidades básicas.

Não há dúvidas de que um espaço tecnopolítico territorializado e articulado viabiliza outros projetos que podem proporcionar melhora na qualidade de vida das famílias e das comunidades do território. Essa organização territorializada e emancipatória facilita, por exemplo, maior acesso a serviços de saúde, educação e saneamento e, principalmente, permite que iniciativas de geração de renda e de suficiência produtiva alcancem maior sustentabilidade produtiva e financeira das comunidades.

A sustentabilidade do projeto – capacidade da comunidade de permanecer sem a presença mobilizadora e motivadora (própria das ações, principalmente, governamentais) no comando progressivo e permanente dos territórios – é um grande desafio. No entanto, a cooperação entre Fiocruz e Funasa, ao reconhecer esse desafio da execução do projeto, buscou resultados efetivos, eficazes e eficientes que possam ser alcançados e mantidos ao longo do tempo e do espaço territorial; e que estejam inseridos no cotidiano da vida dessas comunidades por meio da possibilidade da práxis. Nesse sentido, a capacitação, a assistência técnico-participativa e as articulações inter e intragovernamentais realizadas são fundamentais para atender à sustentabilidade do projeto.

Ao desenvolver ações sustentáveis com resultados efetivos, o projeto consegue ser um instrumento de inclusão social para essas comunidades e alcança, como parte dos resultados, o acesso ao saneamento e a promoção

da saúde, trazendo a possibilidade de melhora da qualidade de vida dessa população, premissas dessas duas instituições de saúde aqui parceiras.

Daí a importância dos resultados alcançados no território da Bocaina, entre eles a criação do OTSS, o qual foi um produto proposto e alcançado, que contribuiu para outras etapas e ações do projeto, tendo em vista a importância da sistematização e disseminação das informações e conhecimentos para o processo de gestão, com base nos princípios da governança participativa. A contribuição do Observatório incluiu a pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias, a atuação em redes, a cooperação horizontal, constituindo assim uma rede que pode garantir a promoção e a sustentabilidade das ações e das comunidades envolvidas.

Projetos específicos voltados para as comunidades tradicionais da Bocaina têm, certamente, um apelo social, ambiental e econômico, em que não há espaço para se chegar sem tecnologias sociais, pois estas cumprem efetivamente o ditame de que as discussões de territórios saudáveis e sustentáveis passam pelo conceito que se refere à tecnologia ser apropriada ao lugar, às pessoas, aos recursos disponíveis, aos benefícios sociais e econômicos para a comunidade e no nível de impacto ambiental, tanto no consumo do recurso natural como nos resíduos gerados pela implementação de arranjos de produção local. Considerando esses apelos sociais, ambientais e econômicos, voltados para tecnologias sociais, o projeto do OTSS pode contribuir nesse aspecto, trabalhando tecnologias específicas voltadas para as possibilidades locais, sendo testadas, avaliadas e até redimensionadas para a melhor adaptação, coerente com o modo operante e produtivo das comunidades em questão.

É importante salientar que parte da importância dos resultados alcançados advém também dos considerados públicos-alvo que, no contexto do projeto, são também protagonistas deste, ou seja: as comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas. Toda a diversidade étnica e cultural dessas comunidades representam para o projeto um

grande desafio, o qual não seria vencido se não fossem fortalecidos seus mecanismos participativos, principalmente o fortalecimento e a qualificação do Fórum de Comunidades Tradicionais, espaço já existente de representação, participação e emancipação dessas comunidades na busca por direitos.

Com relação à participação das instituições parceiras Funasa e Fio-cruz na obtenção dos resultados aqui apresentados e analisados, é importante destacar a estratégia de cooperação que levou à celebração de um termo de cooperação técnica, o qual proporcionou os recursos necessários e acesso a conhecimentos que permitiram o avanço e a execução do projeto. Nesse sentido, buscou-se a efetiva utilização das experiências de ambas as instituições, principalmente em face das necessidades das comunidades tradicionais existentes e da execução de ações de desenvolvimento com enfoque territorial, participativo, sustentável. A cooperação técnica prestada se assentou na promoção da saúde e na sustentabilidade socioambiental.

Este livro se alinha com o princípio de que os avanços e as experiências decorrentes da execução deste projeto produzam novos conhecimentos e informações que irão alimentar a gestão das ações futuras, convertendo-se elas próprias em permanente fonte de novos aprendizados e sistematizações. Este trabalho certamente não se esgota nas análises e resultados apresentados, mas certamente será útil ao desenvolvimento de ações dos atores do território, mantendo o protagonismo social das comunidades como premissa e utilizando-se de metodologias e estratégias apreendidas, que se destinam ao desenvolvimento sustentável e à promoção da saúde.

AVALIAÇÃO DO OTSS PELA FIOCRUZ

Paulo Gadelha

*Médico, Doutor em Saúde Pública pela
Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP),
Ex-presidente da Fundação Oswaldo Cruz,
Coordenador da Estratégia Fiocruz para a
Agenda 2030*

O “Território Pulsa”, título muito feliz para traduzir o que se revela nesse livro sobre o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS). Exemplo pujante do encontro entre movimentos sociais e academia, na melhor expressão da “ecologia de saberes”, de Boaventura Santos. Aqui não há mero “respeito pelo pensamento tradicional”, mas coprodução, que é de saberes e práticas e que têm o território como referência central. É revelador - ainda mais por não se tratar de um mero adereço - ser a coordenação do Projeto compartilhada por Vaguinho, quilombola, e Edmundo Gallo, pesquisador da Fiocruz, lastreada em amplo processo participativo.

Território de disputa política, onde a história coletiva e individual de quilombolas, índios e caiçaras carrega dimensões simbólicas, culturais e de pertinência, em estreita conexão com um modo de trabalhar e produzir submetido à pressão de modelos perversos de desenvolvimento, à exclusão, des-territorialização e perda de identidade. Mobilização forte, porque lastreada em valores, pesquisa-ação, produção de tecnologias e inteligência política na construção de redes de atores públicos e comunitários.

A extensão e a diversidade do OTSS – ocupa área em três municípios: Angra dos Reis e Paraty, no Rio de Janeiro, e Ubatuba, em São Paulo – reúnem elementos decisivos: a luta de coletivos humanos centenários, articulados no Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), e a inter-relação dessas populações com entes públicos – Municípios, Fiocruz,

Petrobrás, BNDES, entre outras – as quais aportam expertise acadêmica e administrativa, recursos humanos e financeiros.

Uma luta desigual. A região é terra valorizada, alvo de turismo predatório, de degradação ambiental, de violência e exclusão e incrustada em dois estados – Rio de Janeiro e São Paulo – onde a visibilidade e a dinâmica econômica e política tornam cada experimento social um centro de atenções e ferrenha disputa. Por isso mesmo, surpreendente por suas realizações. Algo que nos convoca ao conhecimento desse experimento, ao compromisso de apoio e de tomá-lo como referência para tantas outras iniciativas, com especial relevo para projetos afetos a populações tradicionais em situação de vulnerabilidade.

Já há tempos o “Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Fiocruz (PITTS)” aponta o “território” como o ambiente ideal para o enfrentamento dos desafios da saúde pública. No território, onde as pessoas vivem e reproduzem suas existências, os Determinantes Sociais da Saúde – outro conceito basilar! – se expressam com toda sua força no plano individual e coletivo. É também o *locus* onde a interação de atores determina de maneira mais significativa sua percepção sobre a saúde e a possibilidade de construção de uma consciência sanitária cidadã.

Durante meus dois mandatos como presidente da Fiocruz, tive a oportunidade de apoiar a ampliação dessas iniciativas em várias regiões do país e é com felicidade que vimos a Presidente Nísia Trindade eleger o PITSS como projeto estratégico da instituição. A multiplicação de Territórios Saudáveis e Sustentáveis carrega um enorme potencial pela sua abordagem holística e estímulo à coesão social. Imprescindível nesse momento em que predominam tendências regressivas à inclusão e proteção social.

“Não deixar ninguém para trás” é o mote central da Agenda 2030. Na Bocaina, ressaltam dois temas centrais associados a esse lema: a “localização” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o lugar especial das chamadas “populações tradicionais”. A “localização” é aspecto

fundamental dos ODS, pois é no território que se expressam plenamente os valores de inclusão, equidade e sustentabilidade. Já as “populações tradicionais” têm recebido uma atenção especial nos fóruns mais relevantes da ONU por sua vulnerabilidade, mas também pelos seus valores, sabedoria e rico acervo de resiliência aos agravos ambientais.

A conexão do Projeto Bocaina com a Agenda 2030 ganhou uma dimensão extraordinária com a decisão de realizar nesse território o monitoramento dos ODS. É algo inédito, que desponta como uma das experiências mais inovadoras em tecnologias sociais relacionadas à Agenda 2030. Felizmente, no Brasil, que costuma esperar esse reconhecimento internacional para valorizar seus feitos, nos adiantamos: o Projeto OTTS-Bocaina recebeu menção honrosa no Prêmio ODS Brasil. Certamente, receberá novos prêmios na medida em que vai produzindo seus efeitos e adquirindo maior visibilidade.

Nosso país é internacionalmente reconhecido pelo acúmulo de tecnologias sociais que desenvolveu e aplicou. No âmbito de minha atuação no “Grupo dos 10” (10MG), convidado pelo Secretário Geral da ONU para tratar, como parte dos Mecanismos de Facilitação Tecnológicas (*TFM*), da contribuição da ciência, da tecnologia e da inovação para o aperfeiçoamento e a implementação da Agenda 2030 e dos ODS, tenho me empenhado para o reconhecimento da relevância das tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável. O OTSS da Bocaina tem sempre me valido como caso exemplar nas participações em diversos fóruns da ONU, a exemplo das reuniões de especialistas (EGMs), do *STI Fórum* (Fórum de CT&I para os ODS) e em iniciativas como o G-STIC (*Global Sustainable Technology & Innovation Conferences*), que se realiza todo ano na Bélgica e do qual a Fiocruz é co-organizadora.

Finalizo reiterando a certeza que o OTSS- Bocaina continuará seu desenvolvimento virtuoso e que seu modelo – respeitando especificidades e heterogeneidades – servirá de inspiração para múltiplas iniciativas pelo Brasil e mundo afora.

“Ninguém deixado para trás”!

PÓS-FÁCIO

Helena Freitas

Professora Catedrática da Universidade de Coimbra, Coordenadora do Centro de Ecologia Funcional, Cátedra Unesco em Biodiversidade e Conservação para o Desenvolvimento Sustentável

O convite para escrever o posfácio do livro *O território pulsa* é, sobretudo, a oportunidade para felicitar os autores pelos resultados de um extraordinário projeto de desenvolvimento social e territorial integrado, manifestando igualmente a minha gratidão, enquanto académica e cidadã, por todo empenho na preservação dos valores que garantem a felicidade e o bem-estar das comunidades tradicionais dos territórios da Bocaina.

O Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, cujo âmbito de intervenção abrange os municípios de Angra dos Reis e Paraty, no estado do Rio de Janeiro, e Ubatuba, no estado de São Paulo, visa o acompanhamento dos quotidianos e o apoio às dificuldades vividas pelas comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas que aqui habitam. Essas comunidades desejam preservar as tradições e procuram viver em harmonia com os seus contextos territoriais, mas estão ameaçadas pela pressão crescente da especulação imobiliária e pela instalação de grandes empreendimentos energéticos e turísticos. A salvaguarda de parte significativa da Mata Atlântica na região, um bioma muito ameaçado, deve-se à permanência das comunidades tradicionais e das suas boas práticas.

A criação deste Observatório, uma importante e oportuna parceria entre a Fiocruz, o Fórum de Comunidades Tradicionais e a Fundação Nacio-

nal de Saúde, tem a missão de promover o diálogo entre as comunidades, desenvolvendo soluções inteligentes e territorializadas para os problemas. Uma intervenção que se pretende articulada e que é particularmente eficaz para desenhar estratégias regionais com impacto nacional, permitindo reclamar políticas públicas que garantam os direitos das comunidades tradicionais; em especial, os direitos relacionados com o território, a cultura, as atividades tradicionais, a saúde e a qualidade de vida.

A associação da Fiocruz a essa iniciativa é especialmente relevante, uma vez que se trata de uma instituição pública com grande responsabilidade científica e social no domínio da saúde e na promoção de uma sólida estratégia técnico-científica. O desenho e a integração de soluções tecnológicas, num quadro de respeito pelas comunidades tradicionais e pelas suas práticas, é um desafio permanente e essencial para o desenvolvimento sustentável e para a permanência das comunidades tradicionais nos seus territórios. Nesse sentido, merecem destaque as ações com vistas à implementação de soluções de saneamento básico, de matriz ecológica, ao turismo de base comunitária, à agroecologia e à educação diferenciada.

Ainda no domínio da promoção da saúde e do bem-estar das comunidades, é importante ter em conta o papel do conhecimento tradicional, dos valores das comunidades tradicionais e das relações étnico-culturais e religiosas. É um trabalho complexo e exigente, sendo notória a perda de autonomia que as comunidades tradicionais vêm sentindo em relação a diferentes práticas de saúde, como por exemplo o parto realizado na comunidade, ou a utilização de plantas medicinais, pelo que se torna ainda mais relevante esse espaço de diálogo envolvendo uma instituição com a credibilidade e a experiência da Fiocruz.

A importância dessas plataformas de diálogo e partilha de práticas e soluções, e os desafios de um desenvolvimento sustentável, agora reforçados pela Agenda 2030, induziram iniciativas como a Rede Ibero-Americana de Territórios Sustentáveis, Desenvolvimento e Saúde (RIA-T-

SDS), uma rede interinstitucional que envolve a Fiocruz, a Universidade de Coimbra, a Universidade do Chile, e conta com a participação de instituições colombianas, espanholas e africanas. Com efeito, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, conhecida por Agenda 2030, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, assim como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, é uma agenda política ambiciosa, cujo sucesso depende de ampla mobilização da comunidade acadêmica e científica e do empenho de toda a sociedade.

A Agenda 2030 representa desde logo um caminho transformador do mundo e promotor da paz, significando uma extraordinária oportunidade para todas as comunidades e movimentos sociais que são desse modo encorajados a responder aos problemas que mais afectam a Humanidade. A Agenda 2030 convoca todas as instituições públicas e privadas, e a sociedade em geral, num plano de ação para as pessoas, para o planeta e em favor da prosperidade, identificando a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, como o maior desafio global e condição indispensável para o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 2030 impõe um novo estímulo à cooperação internacional, apelando à responsabilidade partilhada de todos os atores, públicos e privados, e de todos os Estados-membros das Nações Unidas, para que seja possível alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas. A Agenda 2030 reclama o empenho das organizações empresariais e outras organizações para a promoção desses objectivos, à escala respectiva e nos contextos em que operam, de forma a dar o seu contributo para a sustentabilidade através da responsabilidade social. A sociedade hoje exige garantias de cumprimento de valores fundamentais, no respeito pelos direitos humanos, na integridade moral e na ética, na prevenção e combate à corrupção, no respeito pelos direitos de informação ao consumidor. Todos queremos paz, segurança, felicidade e bem-estar para todos; e todos queremos qualidade do ar e da água, alimentação sau-

dável, respeito pela diferença e pelas preferências individuais, liberdade de pensamento, de consciência e de expressão. Estas são as preocupações e as expectativas da sociedade que nos devem interpelar continuamente.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável representam uma oportunidade para construirmos e apoiarmos iniciativas capazes de proporcionar uma vida melhor para todos, num planeta equilibrado e respeitador da diversidade de culturas e da biodiversidade. Todos pensamos que temos esse direito, mas todos temos acima de tudo essa responsabilidade, e devemos assumir essa responsabilidade. O Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis, no acompanhamento permanente das comunidades tradicionais do território da Bocaina, e a Rede Ibero-Americana de Territórios Sustentáveis, Desenvolvimento e Saúde (RIA-TSDS) são iniciativas construídas com esse propósito, as quais continuarei a apoiar no âmbito das minhas funções académicas e científicas, e no domínio da intervenção cívica.

Somos incitados a fazer da ecologia e da sustentabilidade ambiental um desígnio coletivo, reduzindo as desigualdades dentro das/entre nações no acesso aos recursos do planeta, garantindo que todas as gerações, atuais e futuras, têm resposta para as suas necessidades básicas. A sustentabilidade ambiental é hoje um desafio transversal e convoca-nos a todos para uma agenda global que pode verdadeiramente transformar o mundo, privilegiando os valores da ecologia, da igualdade, do respeito pela diversidade e bem-estar coletivo.

OBRIGADO! HA'EVETE!

Durante esses primeiros anos dessa ousada aventura de criação e desenvolvimento do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, foram muitos os parceiros que marcaram de forma decisiva os caminhos de nossos sucessos ou aprendizados. A esses muitos amigos fundamentais, queremos manifestar um sonoro “obrigado”, em português, ou *ha'evete*, em Guarani Mbya.

As intensas turbulências políticas e econômicas, adicionadas aos dilemas éticos inerentes à ousadia do projeto do OTSS, impactaram imensamente nossas atividades ao longo desses primeiros anos. Evidenciaram nossas fragilidades e desafiaram nossas potências. Seria possível sobreviver a tantas dificuldades ao mesmo tempo? Tudo o que criamos, juntos, faz ressoar em nosso peito um estrondoso “sim”! Não apenas sobrevivemos, nós crescemos, melhoramos. Hoje, somos um organismo mais forte, mais vivo e com um futuro brilhante se desenhando no horizonte. Esses parceiros – institucionais e pessoais – são parte fundamental dessa superação.

Agradecemos, especialmente, as seguintes instituições: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Comissão Guarani YVYRUPA, Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Rede Ibero-Americana de Territórios Sustentáveis, Desenvolvimento e Saúde (RIA-T SDS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Petrobras, Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Colégio Pedro II, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec) e Prefeituras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba.

Segundo São Tomás de Aquino, são três os níveis da gratidão. O nível mais superficial é o do reconhecimento por algo que foi feito para nós. O segundo nível é o do agradecimento, dar graças em retribuição ao que foi feito. O nível mais profundo é o do vínculo, o de nos sentirmos comprometidos com essas pessoas... Na língua portuguesa, se agradece nesse terceiro nível. Dizemos: “Obrigado!” E o que queremos lhe dizer é isto mesmo: ficamos obrigados perante esses nossos tantos parceiros, amigos, apoiadores, ficamos obrigados perante vocês, ficamos vinculados, comprometidos a continuar nosso trabalho, dedicando-nos totalmente ao desenvolvimento dos territórios tradicionais – sustentáveis e saudáveis

COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

Termos de cooperação técnica e financeira que viabilizaram e/ou viabilizam a experiência do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS):

Termo de Execução Descentralizada nº 01/2013

Signatários: Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Título: Territórios Sustentáveis, Promoção da equidade e da saúde em comunidades tradicionais do Mosaico do Bocaina.

Termo de Execução Descentralizada nº 10/2013

Signatários: Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Título: Territórios Sustentáveis e Saudáveis: Implantação de sistema de esgotamento sanitário na Comunidade Caiçara da Praia do Sono, localizada em Paraty, Rio de Janeiro.

Termo de Execução Descentralizada nº 11/2013

Signatários: Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Título: Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis do Mosaico da Bocaina.

Protocolo de Cooperação Técnica / 2017

Signatários: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

de (APA Cairuçu) e Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS).

Objeto: Cooperação mútua na formulação e execução de ações, projetos e programas de desenvolvimento socioambiental de comunidades tradicionais.

Convênio Geral de Cooperação Acadêmica, Científica e Cultural / Termos Aditivos Nº 2 (2014), Nº 3 (2018) e Nº 4 (2018)

Signatários: Universidade de Coimbra e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Objeto: Constituição de Grupo de Coordenação Conjunto para implementação do Convênio Geral de Cooperação entre a Universidade de Coimbra e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Lei Orçamentária Anual (LOA) / A partir de 2017

Signatários: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e OTSS.

Objeto: Apoiar as atividades do OTSS.

Unidades da Fiocruz que gentilmente já cederam seus servidores para o OTSS:

- Centro de Estudos Estratégicos (CEE/ Fiocruz)
- Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz)
- Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/ Fiocruz)
- Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/ Fiocruz)
- Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPA-APS/ Fiocruz)

Demais órgãos públicos que gentilmente já cederam seus servidores para o OTSS:

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Teses e Dissertações apoiadas no âmbito do OTSS:

GALLO, E. *O Território Pulsa: Territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina - soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados.* 2015. Pós-Doutorado – Centro de Ecologia Funcional – Cátedra UNESCO para a Educação da Universidade de Coimbra. Bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (FIOTEC).

GOMES, M. L. *O Papel do Fórum de Comunidades Tradicionais e as Políticas Públicas na Busca do Bem Viver no Quilombo do Campinho da Independência.* Tese de Doutorado em andamento. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

MACHADO, G. C. X. M. P. *Saneamento Ecológico: uma abordagem integral de pesquisa-ação aplicada na Comunidade Caiçara da Praia do Sono em Paraty.* 2019. Tese (Doutorado em Psicossologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

SETTI, A. F. F. *Avaliação de efetividade de estratégias territorializadas de Promoção da Saúde e desenvolvimento sustentável: múltiplos exercícios para a construção e aplicação de uma matriz avaliativa.* 2015. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FIOTEC).

LISTA DE AUTORES

Andréia Faraoni Freitas Setti

Doutora em Saúde Pública, Pesquisadora do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro e do CEPEDOC Cidades Saudáveis da USP.

Anna Cecília Cortines

Agrônoma, MsC em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura pelo CPDA/UFRRJ, Pesquisadora do OTSS no Núcleo de Gestão de Saberes e na Coordenação de Justiça Socioambiental de 2009 a 2018. Assessora do FCT desde sua criação.

Antônio Henrique de Carvalho Pires

Graduado em engenharia civil pela Universidade Federal de Pernambuco e em Direito pela Universidade Estadual do Piauí, com pós-graduação em engenharia e segurança do trabalhador pela Universidade Politécnica de Pernambuco. Foi presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) entre 2014 e 2017.

Augusto Santiago

Engenheiro, Agrônomo, Consultor Técnico da Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS.

Bianca da Silva Leandro

Sanitarista, Mestre em Vigilância em Saúde pela ENSP/Fiocruz, Bacharel em Saúde Coletiva pela UFRJ, Técnica de nível médio em Gestão em Ser-

viços de Saúde pela EPSJV/Fiocruz. Atualmente atua como Tecnologista em Saúde Pública e coordena o Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registro de Saúde da EPSJV/Fiocruz.

Carlos Felipe de Andrade Abirached

Mestre em Política e Gestão Ambiental pela UnB, Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), lotado na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu desde 2015.

Carolina Reis

Nutricionista, Mestre em Educação Profissional em Saúde pela EPSJV/Fiocruz, Especialista em Saúde da Família pela ENSP/Fiocruz. Atualmente atua como Nutricionista do NASF - Cidade do Samba da Área Programática 1.0 do município do RJ e como Consultora em Saúde pela ENSP/Fiocruz no município de Mesquita (RJ).

Cristiano Lafetá

Graduado em Ciências Sociais pela USP, estudou Comunicação Social no Uni-BH. Assessor Técnico do OTSS, atua em gestão de programas e políticas públicas socioambientais e culturais há mais de 15 anos.

Edmundo Gallo

Doutor em Ciências, Pesquisador Titular da Fiocruz, Pesquisador Sênior do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra e Coordenador Geral do OTSS.

Erika Braz Moço

Licenciada em Ciências Agrícolas, Educadora do Campo, Assessora Técnica do OTSS.

Erica Mazzieri

Administradora de empresas com foco em gestão financeira e consultora em incubação de empreendimentos comunitários e projetos sociais territorializados.

Fábio José dos Reis Oliveira

Engenheiro Florestal, Coordenador de Transição Tecnológica do OTSS.

Francisco Xavier Sobrinho

Caiçara da comunidade tradicional do Pouso da Cajaíba, permacultor, fundador do Instituto de Permacultura em Educação Caiçara (IPECA), pesquisador nas temáticas de saneamento ecológico e educação diferenciada.

Guilherme Franco Netto

Médico, MPH, Ph.D. em Epidemiologia Ambiental, Pós Doutor em Saúde Coletiva, Especialista em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz.

Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado

Engenheiro químico, mestre em engenharia ambiental e doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ). Trabalha na Fiocruz na área ambiental e atua como pesquisador e assessor técnico de saneamento ecológico e na equipe de Gestão de Saberes do OTSS.

Indira Alves França

Doutora em Educação, Analista da Fiocruz, Coordenadora de Gestão de Saberes do OTSS.

Isabel dos Santos

Psicóloga. Mestre em Saúde Pública e Especialista em Saúde da Fa-

mília pela ENSP/Fiocruz. Especialista em Psicologia do Trabalho pela UFMG. Atualmente atua como Residente em Gestão da Atenção Básica na ENSP/Fiocruz.

João Oswaldo Cruz

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, com pesquisas realizadas nos temas bacia de drenagem, hidrologia, geomorfologia, geoecologia e sistemas de informação geográficos. Atua também como pesquisador do OTSS, onde desenvolve trabalhos envolvendo cartografias sociais de comunidades tradicionais.

Juliana Carvalho Rodrigues

Engenheira Agrônoma (UFV), mestre em Fitotecnia (UFV) e doutora em Produção Vegetal (UENF). Atua na área de saúde ambiental, saneamento e promoção da saúde em âmbito municipal (PMV e PMS - ES) e federal (Ministério da Saúde e Funasa) desde 2002. Professora colaboradora na área de Engenharia Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na UFES, atua na área de Territórios Saudáveis e Sustentáveis desde 2012.

Laura Maria dos Santos

Educadora, pedagoga e ativista política, desenvolveu trabalho social nas áreas da infância e juventude em favelas do Rio de Janeiro. Quilombo-la residente e atuante no Quilombo do Campinho da Independência em Paraty. Membro do Fórum de Comunidades Tradicionais, em defesa da Educação Diferenciada.

Leonardo Esteves de Freitas

Biólogo, Doutor em Geografia, Pós Doutor em Gestão da Biodiversidade e em Gestão de Riscos de Desastres. Coordenador de Governança e Gestão do OTSS e Professor Visitante do Programa de Pós Graduação em Geogra-

fia e do Programa de Engenharia Urbana da UFRJ.

Luiz Antonio Nolasco de Freitas

Enfermeiro de Saúde Pública, com Especialização em Programação em Serviços de Saúde pela ENSP/Fiocruz. Pesquisador do OTSS/Fiocruz em 2015. Gestor federal e municipal do SUS. Especialista em Regulação de Saúde Suplementar.

Maíra Netto

Estudante de Ciências Ambientais na Universidade de Brasília (UnB), tem interesse pelas áreas de gerenciamento de áreas contaminadas e justiça socioambiental.

Marcela Cananéa

Integrante do FCT, da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e da Coordenação do OTSS.

Mariana De Bem

Formada em Ciências Sociais com habilitação em antropologia, estuda licenciatura em Ciências Sociais. Tem interesse na área de direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Mariana Furtado

Estudante de Engenharia Florestal na Universidade de Brasília (UnB), se interessa pelas áreas de agroecologia, etnobotânica, manejo integrado de bacias hidrográficas, geoprocessamento e recuperação de áreas degradadas.

Mauro de Lima Gomes

Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/ UERJ), Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/

UERJ), servidor da Fiocruz, Coordenador de Articulação Política e Institucional do OTSS.

Natália Cristina Fidelis Bahia

Consultora em Desenvolvimento Comunitário, formada em Ciências Biológicas pela UNESP (Campus Botucatu) e mestre em Ecologia pela Unicamp. Atualmente atua na Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores da Trindade (ABAT).

Paulo Gadelha

Médico, Doutor em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), Ex-presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Coordenador da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Pedro Gontijo

Escritor, Mestre em Educação (Unicamp), Especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Hospital Sírio Libanês), graduado em comunicação social (UFMG), ex-Coordenador de Comunicação do OTSS.

Robson Dias Possidônio

Pescador artesanal, Presidente da Associação de Moradores de Trindade, Coordenador Estadual da Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) no Rio de Janeiro.

Ronaldo dos Santos

Integrante do FCT e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), é presidente da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho (AMOQC). Educador popular militante da educação diferenciada, ex-presidente e fundador da ACQUILERJ e ex-secretário de cultura de Paraty.

Sheila da Silva Rezende

Psicóloga clínica e Especialista em Administração em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz, atuou como coordenadora da parceria com o OTSS pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Tania Maria de Freitas Barros Maciel

Pós-doutorada pelo L'Institut d'Etudes Politiques de Paris Sciences Po, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Pesquisadora e consultora da UNESCO.

Thatiana Lourival

Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes. Integra a equipe do OTSS desenvolvendo atividades de pesquisa, construção e implementação de estratégias de defesa dos direitos das comunidades tradicionais.

Tiago Ruprecht

Arquiteto e urbanista. Especialista em Permacultura, saneamento ecológico e Bioconstrução. Atuou como responsável técnico e projetista de saneamento ecológico no OTSS/Fiocruz. Atualmente é responsável técnico e professor no Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC) e designer de saneamento ecológico.

Vagner do Nascimento

Coordenador do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) e Coordenador-Geral do OTSS.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO de BARQUEIROS E PESCADORES TRADICIONAIS DE TRINDADE (ABAT); CAXADAÇO BOCAINA MAR; FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ANGRA DOS REIS, PARATY E UBATUBA (FCT); OBSERVATÓRIO DOS TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). *Cartografia social de Trindade: a pesca artesanal da comunidade tradicional caiçara de Trindade* (Paraty, RJ). Manaus: UEA, 2016. (Boletim Cartografia da Cartografia Social, n. 4.)

ACSELRAD, H. & COLI, L. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 13-43.

AKERMAN, M. *et al.* Avaliação em promoção da saúde: foco no “município saudável”. *Revista de Saúde Pública*, 36(5): 638-646, 2002.

ALMEIDA, A. W. B. Quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, ciganos, faxinalenses e ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. *Proposta – Terra: Reforma Agrária e Direitos Territoriais*, 107-108: 25-38, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. Apresentação. In: ALMEIDA, A.W.B. *et al.* (orgs.). *Catálogo Mapeamento social contra o desmatamento e a devastação*. Manaus: UEA Edições, 2015.

BELINKY, A. Uma economia democrática para o desenvolvimento sustentável. *Boletim Rio+20*, 3, Heinrich Böll Stiftung, 2012. Disponível em: <<http://rio20.net/pt-br/documentos/uma-economia-democratica-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 12/02/2012.

BODSTEIN, R. C. A. O debate sobre avaliação das práticas e estratégias em promoção da saúde. *Boletim Técnico do Senac: a Revista da Educação*

Profissional, 35(2): 7-15, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab)*. Brasília: Ministério das Cidades, [2013a].

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2013b.

CADMAN, T. *Evaluating the quality of global governance: a theoretical and analytical approach*. Earth System Governance Working Paper, n. 20, 2012.

CAPPUCCI, M. Aspectos fundiários das comunidades caiçaras. In: NETO, P. S. (org.). *Direito das comunidades tradicionais caiçaras*. São Paulo: Café com Lei, 2016. p. 105-131.

CARNEIRO, F. F. *et al.* Meeting report: development of environmental health indicators in Brazil and other countries in the Americas. *Environmental Health Perspectives*, 114(9): 1.407-1.408, 2006.

CARVALHO, E. & ARRUTI, M. Contribuições do debate sobre educação em comunidades quilombolas para os debates na Pedagogia. Relatório de Pesquisa, PUC-Rio, 2012.

CARVALHO, J. M. P. *O patrimônio imaterial da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajuíba e a escola: em busca de uma educação diferenciada*. Paraty, Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Dissertação de Mestrado, 2010.

CECÍLIO, L. C. O. & MATSUMOTO, N. F. *Uma taxonomia operacional de necessidades de saúde*. Campinas: DMPS/FCM/Unicamp, 2000.

COMISIÓN MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESARROLLO (CMMAD). *Nuestro futuro común*. Madri: Comisión Mundial del Medio Ambiente y del Desarrollo, Alianza Editorial, 1987.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Relatório final, 2008. Disponível em: <www.cndss.fiocruz.br/pdf/home/relatorio>.

pdf>. Acesso em: 3 mar. 2011.

COMPANHIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS (CPRM). Acompanhamento da estiagem na Região Sudeste do Brasil. *Boletim* 23, dez. 2015. Brasília: Serviço Geológico do Brasil, 2015.

CORTINES, A. C. *et al.* Social Cartography and the defense of the traditional Caçara Territory of Trindade (Paraty, RJ, Brazil). In: LEAL FILHO, W.; GALLO, E. & COELHO NETO, A. L. (eds.). *Climate change adaptation in Latin America: managing vulnerability, fostering resilience*. Rio de Janeiro, 2017.

CORVALÁN, C. F.; KJELLSTRÖM, T. & SMITH, K. R. Health, environment and sustainable development: identifying links and indicators to promote action. *Epidemiology*, 10(5): 656-660, 1999. Disponível em: <www.who.int/quantifying_ehimpacts/methods/en/corvalan.pdf>. Acesso em: 13, mar. 2015.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: LASSANCE JR., A. *et al.* *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.187-209. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/Teconologiasocial.pdf>>. Acesso em: 06, fev. 2016.

DAGNINO, R. Tecnologia social: base conceitual. Disponível em: <<http://periódicos.unb.br/index.php/cts/article/view/3840>>. Acesso em: 10 out. 2016.

DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: o urbano metropolitano – hipóteses e questões. *Geo Uerj*, 21(2): 23, 2010.

DEMATTEIS, G. Geografia democrática, território e desenvolvimento local. *Formação* [online], 2(12): 11-26, 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewArticle/1142>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

DE SALAZAR, L. *Efectividad en promoción de la salud y salud pública: reflexiones sobre la práctica en América Latina y propuestas de cambio*. Santiago de Cali: Universidad del Valle, 2009.

DREXHAGE, J. & MURPHY, D. Sustainable development: from Brundtland to Rio 2012. Background paper prepared for consideration by the High Level Panel on Global Sustainability at its first meeting, United Nations Headquarters, New York, 2010. EBI, K. L. Facilitating climate justice through community-based adaptation in the health sector. *Environmental Justice*, 2(4): 191-195, 2009.

FEOLA, G. & BAZZANI, R. (eds.). *Desafíos y estrategias para la implementación de un enfoque ecosistémico para la salud humana en los países em desarrollo*: reflexiones a propósito de las consultas regionales. Montevideo: CIID, 2002. Disponível em: <www.idrc.ca/lacro/docs/conferencias/ecosalud.html>. Acesso em: 2, nov. 2016.

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ANGRA DOS REIS, PARATY E UBATUBA (FCT). Campanha Preservar é Resistir, 2004. Disponível em: <<http://www.preservareresistir.org.br>>. Acesso em: 30, jul. 2016.

FRANCO NETTO, G. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6): 1.972-1.982, 2009.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. *Conscientização*. São Paulo: Cortez, 2016.

FREITAS, C. M. As ciências sociais e o enfoque ecosistêmico em saúde. In: MINAYO, M. C. S. & COIMBRA JR., C. E. A. (orgs.). *Críticas e atuantes*: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 47-59.

FREITAS, L. E. *et al.* Observatory of Sustainable and Healthy Territories (OTSS) GIS: geo-information for the sustainability of traditional communities in Southeastern Brazil. In: LEAL FILHO, W.; AZEITEIRO, U. M. & ALVES, F. (eds.). *Climate change and health improving resilience and reducing risks*. Nova York: Springer International Publishing, 2016. p. 353-367.

FREITAS, L. E. *et al.* Strategic management to strengthen the lifestyles of traditional communities towards climate change adaptation: the advisory role regarding strategic management of the Observatory for Sustainable and Healthy Territories (OTSS). *In: LEAL FILHO, W. & FREITAS, L. E. (eds.). Climate change adaptation in Latin America: managing vulnerability, fostering resilience.* Nova York: Springer International Publishing, 2017. p. 313-338.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). *Orientações metodológicas para o Programa de Educação Ambiental em Saneamento para Pequenos Municípios.* Brasília: Fundação Nacional de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014. (Caderno de Orientações: Caderno 1.)

GALBIATI, A. F. *Tratamento domiciliar de águas negras através de tanque de evapotranspiração,* 2009. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Ambientais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande.

GALLO, E. *Gestão Pública e Inovação: tecnologias de gestão e a reinvenção do cotidiano organizacional,* 2009a. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

GALLO, E. *Alienação, inovação e cotidiano organizacional: teses e hipóteses.* *In: MANDARINO, A. C. S. & GOMBERG, E. Leituras de novas tecnologias e saúde.* Salvador: EDUFBA, 2009b.

GALLO, E.; FREITAS, L. E. & REIS, R. Flexibilidade, responsabilização e autonomia: o caso da Diretoria de Investimentos e Projetos Estratégicos do Ministério da Saúde (DIPE-MS). *Saúde em Debate*, 30: 58-79, 2006. Abordagens ecossistêmica e comunicativa na implantação de

GALLO, E. & SETTI, A. F. F. Abordagens ecossistêmica e comunicativa na implantação de agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6): 1.433-1.446, 2012.

GALLO, E. & SETTI, A. F. F. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ciência & Saúde Coletiva, 19(11): 4.383-4.396, 2014a.

GALLO E. & SETTI, A. F. F. Efetividade em desenvolvimento sustentável: o caso do Projeto Bocaina. In: *Anais do GeoSaude 2014: a geografia da saúde no cruzamento de saberes*. Coimbra, 2014b. p. 696-699. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/630/63032416011.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

GALLO, E. *et al.* Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6): 1.457-1.468, 2012.

GALLO, E. *et al.* Territorial solutions, governance and climate change: ecological sanitation at Praia do Sono, Paraty, Rio de Janeiro, Brazil. In: *Climate Change and Health*. Springer International Publishing, 2016. p. 515-532.

GUATTARI, F. *As Três Ecologias*. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. Papirus, Campinas, 1990. Disponível em: <<http://escolanomade.org/wp-content/downloads/guattari-as-tres-ecologias.pdf>. > Acesso: 22 jul. 2016.

GRINDLE, M. S. *Good enough governance: poverty reduction and reform in developing countries*. *Governance*, v. 17, n. 4, p. 525-548, 2004

HELLER, L. *et al.* *Saneamento e saúde*. In: Saneamento e saúde. OPS, 1997.

HERLIHY, P. H. & KNAPP, G. Maps of, by, and for the peoples of Latin America. *Human Organization*, 62(4): 303-314, 2003.

HOLT-GIMÉNEZ, E. *Campesino a campesino: voces de Latino América, movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable*. Managua, 2008.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). *Definição de categoria de unidade de conservação da natureza para o espaço territorial constituído pela reserva ecológica da Juatinga e área estadual de lazer de Paraty Mirim*. Reserva Ecológica da Juatinga, 2011. p. 68. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/reserva_ecologica_juatinga/caracterizacao_socioecu.pdf>. Acesso em: 22, jul. 2016.

LEBEL, J. *Health: an ecosystem approach*. Ottawa: International Development Research Centre, 2003.

MACHADO, E. M. *Pedagogia Social no Brasil: Políticas, Teorias, e Práticas em construção*. X Congresso Nacional de Educação. 2009.

MACHADO, G. C. X. *et al.* Ecological sanitation: a territorialized agenda for strengthening traditional communities facing climate change. In: LEAL FILHO, W. & FREITAS, L. E. (eds.). *Climate change adaptation in Latin America: managing vulnerability, fostering and resilience*. Nova York: Springer International Publishing, 2017.

MALERBA, J. A luta por justiça socioambiental na agenda feminista: visibilizando alternativas e fortalecendo resistências. In: ARANTES, R. & GUEDES, V. (orgs.). *Mulheres, trabalho e justiça socioambiental*. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. p. 13-24.

MATUS, C. *Política, planejamento e governo*. Brasília: Ipea, 1993.

MORIN, A. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MINAYO, M. C. S. *Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida*. In: MINAYO, M. C. S. & MIRANDA, A. C. (orgs.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 173-189.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Relatório VER-SUS/Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. *Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais*. Brasília: MPF, 2014. (Manual de atuação 1.)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão. *Carta do seminário “Convergências entre a garantia de direitos fundamentais e a conservação ambiental”*. Belo Horizonte: MPF, 2015.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (NCSA). Apresentação

do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA/Ufam, 2014. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

NETTO, G. F. Oficina “Agenda 2030 no Território das Comunidades Tradicionais da Bocaina”. Fundação Oswaldo Cruz, Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde, Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. Relatório da oficina, jun. 2016a.

NETTO, G. F. A Fiocruz na Agenda 2030. Fundação Oswaldo Cruz, Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde. Documento de subsídio para reunião do GT Agenda 2030, dez. 2016b.

NOBRE, D. Escolarização Guarani Mbya no Rio de Janeiro: articulando ensino, pesquisa e extensão entre universidade e escola indígena. Apresentado na XI RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevideu, Uruguai, 2015.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). Relatório de Projeto Técnico para construção do módulo ecossanitário da Escola da Comunidade da Praia do Sono. Paraty: OTSS, 2015.

OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS). Implantação de Sistema Ecológico de Tratamento de Esgoto Unidomiciliar na Comunidade Caiçara da Praia do Sono. Paraty: OTSS, 2016.

OLIVEIRA, M. E. A. *et al.* O poder de resposta: a cartografia social dos povos comunidades tradicionais. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16. *Anais...* Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3666>>. Acesso em: 30, mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Communiqué on the Secretary General’s High Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda*. Disponível em: <www.worldwewant2015.org/bitcache/15d41549a964b69d1dbec3c7926e4920e9cb3af7?vid=307681&disposition=attachment&op=download>. Acesso em: 09, out. 2012a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *El futuro que queremos*.

Disponível em: <www.uncsd2012.org/content/documents/778futurewewant_spanish.pdf>. Acesso em: 27, out. 2012b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas (UNIC-Rio) e revisado pela Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Última edição em 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org>>. Acesso em: 23, set. 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS)/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Municipios y comunidades saludables: la evaluación participativa de los municipios y comunidades saludables – recursos prácticos para la acción*. Lima: Organización Panamericana de la Salud, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). *Enfoques ecosistêmicos em saúde: perspectivas para sua adoção no Brasil e países da América Latina*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009.

PAMPLONA, S. & VENTURI, M. Esgoto à flor da terra. *Permacultura Brasil: soluções ecológicas*, v. 16, 2004.

PHILIPPI JR., A.; ROMÉRIO, M. A. & BRUNA, G. C. *Gestão ambiental: saneamento, saúde e ambiente – fundamentos para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: 2005.

PIETRICOVSKY, I. Por trás do documento que pautará a Rio+20 oficial, 2012. Disponível em: <<http://rio20.net/pt-br/documentos/por-tras-do-documento-que-pautara-a-rio20-oficial>>. Acesso em: 20, ago. 2012.

PINEL, H.; COLODETE, P. & PAIVA, J. Pedagogia social: definições, formação, espaços de trabalho, grandes nomes. *Conhecimento em Destaque*, 1(2): jul./dez. 2012.

POTVIN, L. & RICHARD, E. Evaluating community health promotion programmes. In: ROOTMAN, I. et al. (eds.). *Evaluation in Health Promo-*

tion: principles and perspectives. Canada: WHO Regional Publications, 2001 (European Series, n. 92).

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL (RBJA). *Homepage* na internet. Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229. Acesso em: 14, mai. 2011.

SALATI, D. S. *et al. Sustentabilidade das ações de saneamento rural: proposições e possibilidades para um saneamento rural sustentável – saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SALINAS, J. *Guia para la evaluación de intervenciones de promoción de la salud*. Santiago: Universidade do Chile, 2012.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Novos Estudos Cebrap*, 79: 71-94, 2007.

SANTOS, B. S. A práxis da ecologia de saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. Entrevista concedida a Carneiro, F.; Krefta, N. e Folgado, C. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 8(2): 331-338, jun. 2014.

SANTOS, L. M. Premio Tuxaua-2010: Relatório dos Encontros sobre Educação Diferenciada para Quilombolas, Guaranis e Caiçaras da Região Costa Verde. Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho, Paraty, 2011.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHMIDT L. & GUERRA J. *Da governança global à sustentabilidade local: Portugal e o Brasil em perspectiva comparada*. *Revista de Ciências sociais*, Fortaleza, v. 41, no 2, jul/dez, 2010, p. 106-124.

SETTI, A. F. F. Relatório da Reunião de Análise de Situação do Projeto Bocaina (relatório interno). Paraty: Fiocruz, OTSS, 2012.

SETTI, A. F. F. & GALLO, E. Promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: proposta de matriz de avaliação qualitativa de projetos locais. *Saúde*

em Debate, 33(83): 407-419, 2009.

SETTI, A. F. F. *et al.* Climate change and health: governance mechanisms in traditional communities of Mosaico Bocaina/Brazil. *In*: LEAL FILHO, W.; AZEITEIRO, U. M. & ALVES, F. (eds.). *Climate Change and Health: improving resilience and reducing risks*. Switzerland: Springer, p. 329-51, 2016.

SETTI, A. F. F. *et al.* Governance and the promotion of sustainable and healthy territories: the experience of Bocaina, Brazil. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 16: 57-69, 2016.

THE LANCET. Global health in 2012: development to sustainability. *The Lancet*, 379(9.812): 193, 2012.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2006.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *The Road to Rio+20: for a development-led green economy*. New York, Geneva, 2011.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PANEL (UNEP). *Towards a Green Economy: pathways to sustainable development and poverty eradication – a synthesis for policy makers*, 2011. Disponível em: <www.unep.org/greenecconomy>. Acesso em: 13 fev. 2011.

WALTNER-TOEWS, D. *Ecosystem sustainability and health: a practical approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WESTPHAL, M. F. Concepções e abordagens na avaliação em promoção da saúde. Dilemas da avaliação em promoção da saúde: como orientar a produção científica brasileira? *In*: HARTZ, Z.; POTVIN, L. & BODSTEIN, R. (orgs.). *Avaliação em promoção da saúde: uma antologia comentada da parceria entre o Brasil e a Cátedra de Abordagens Comunitárias e Iniquidades em Saúde (CACIS), da Universidade de Montreal, de 2002 a 2012*. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Carta de Ottawa. *In*: MINISTÉRIO DA SAÚDE/FIOCRUZ. *Promoção da Saúde: Cartas de Ottawa*, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília: Ministério da Saúde/IEC, 1996.

Galerias OTSS/FCT

Artigos acadêmicos:

www.otss.org.br/artigos

Vídeos:

www.vimeo.com/otssbocaina

Fotos:

www.preservareresistir.org/fotos

Notícias:

www.otss.org.br/noticias

www.preservareresistir.org/noticias

Contato OTSS

+55 24 998772176

Rua Araponga - nº 502, (antigo: Rua Colibri - nº 16), Gleba 01, Lt 16-A,
Caborê - Paraty - RJ - Brasil

Cep: 23970-000.